



3

**A DEFINIÇÃO DO GASTO PÚBLICO: aspectos  
institucionais e a disputa política**

Banca Examinadora  
Prof. Orientador: Leonardo Fernando Cruz Basso  
Prof. Haroldo Clemente Giacometti  
Prof. Adriano Henrique Rebelo Biava

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**JOSÉ MAURO GOMES**

**A DEFINIÇÃO DO GASTO PÚBLICO: aspectos  
institucionais e a disputa política**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Pós-Graduação da FGV/EASP  
Área de Concentração: Planejamento e  
Finanças Públicas, como requisito  
para obtenção do título de Mestre em  
Administração Pública

Orientador: Prof. Leonardo Fernando  
Cruz Basso

SÃO PAULO  
1999



Fundação Getúlio Vargas  
Escola de Administração  
de Empresas de São Paulo  
Biblioteca



1381/99



1199901381

Carlo

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data 16.06	Nº de Chamada 338.1/5(81) 6633d
Tombo 1381/99	Dis. e.2

0026 - 98060

GOMES, José Mauro. A Definição do Gasto Público: aspectos institucionais e a disputa política. São Paulo: EAESP/FGV, 1999. 1XXp. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Planejamento e Finanças Públicas).

Resumo: A dissertação analisa a organização institucional que molda a decisão no gasto público no Brasil de meados dos anos sessenta à Constituição de 1988, e daí até o fim da década de noventa. Procura destacar a função desempenhada pelos Poderes Executivo e Legislativo na disputa orçamentária.

Palavras-Chave: Brasil - Orçamento - Planejamento - Finanças Públicas - Gasto Público.

Para Tereza, Marina e  
Vitória  
Laços essenciais em minha  
vida

"Existe a verba, senhor deputado,  
mas não há dinheiro"

(resposta recorrente  
do Ministro Santiago Dantas  
aos parlamentares, em 1963)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Leonardo Fernando Cruz Basso, pela confiança em "pegar o barco descendo a corredeira" e pelos valiosos comentários.

À professora Maria Rita Loureiro que orientou o projeto inicial e me fez conduzir o olhar para aspectos relevantes atinentes à movimentação da burocracia no aparelho de Estado.

Ao Marcos Antonio Cintra pela constante solidariedade e pela paciência em ler cuidadosamente os rascunhos. Seus comentários e críticas foram fundamentais, assim como seu apoio nos momentos decisivos do *tie break*.

Ao Eduardo Piovesan, pela sempre presente generosidade. Proporcionou-me acesso às informações da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Embora públicos, é preciso conhecimento dos meandros e das sutilezas do Congresso.

Ao Gervânio Ribeiro pelo auxílio inestimável na mais espinhosa tarefa desta dissertação, qual seja, a organização dos dados. Seu conhecimento de microinformática tornou factível que parecia impossível: a reconstituição da execução dos orçamentos mês-a-mês.

Aos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Orçamento e Gestão, em especial Heloiza Teixeira Saito, Claudiano Manoel Albuquerque, Iracema Barroso Cavalcanti, Lilian Barra e Waldemar Giomi por me facilitar, quando possível, o acesso a um conjunto precioso de informações.

Aos amigos da Fundação Getúlio Vargas, em particular José Roberto Rizzotti, Cássio Luis França, Roberto Garibe e Maurício Sunitz Cruz, pelo convívio e pela repartição da angústia durante a realização do trabalho.

Aos colegas e amigos de trabalho da Delegacia Federal de Controle em São Paulo/Ministério da Fazenda, em especial João Delfino Resende de Pádua e Vera Lúcia Campezzzi, pela sempre

valerosa colaboração. À vera agradeço, ainda, pela assistência na pesquisa dos empoeirados Diários Oficiais da União visando compor a base estatística e as referências legislativas desta dissertação.

Ao Narciso Coelho Netto pelo amparo na "estrutura" e pela insistência em me mostrar que as coisas não fáceis, porém não impossíveis.

À Anézia, à Fabiana e à Maria das Graças pelo constante incentivo e pelos momentos de confraternização.

À Maria Tereza, que, além da sua difícil missão profissional, acumulou a responsabilidade pelos, até aqui, sete meses de vida de Vitória. Não bastasse isto, encontrou tempo para ler criticamente os primeiros manuscritos e me apoiar durante todo o período de realização do trabalho.

À Marina, que sem entender muito bem minha ausência em fins de semana, fez a pergunta mais relevante: - "pai, por que você escolheu este trabalho?" A indagação permanece e, por enquanto, tenho uma resposta provisória: paixão.

À Vitória, cujo nascimento me trouxe ânimo para não ficar "sentado à beira do caminho". Agora que ela está mais "velha", seu sorriso de dois únicos dentes desnivelados irradia alegria.

São Paulo, 10 de março de 1999.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas

Resumo

INTRODUÇÃO .....	1
1 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO GASTO PÚBLICO FEDERAL DE 1964 A 1985 .....	9
1.1 Institucionalização do Planejamento .....	13
1.2 Estrutura de Financiamento e Decisão do Gasto ....	19
1.3 Efeitos dos Blocos de Reformas sobre a Decisão do Gasto .....	24
2 A CAMINHO DAS REFORMAS INSTITUCIONAIS .....	29
2.1 Modificações que antecederam a Constituição de 1988 .....	33
2.2 O Desenho Institucional para o Gasto Público a partir da Constituição de 1988 .....	48
3 As TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO E A PRÁTICA ORÇAMENTÁRIA COM O NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL ....	65
3.1 A Arena da Disputa Orçamentária .....	67
3.2 A prática do Novo Arranjo .....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	119
ANEXO 1: Notas sobre a elaboração das tabelas .....	128
ANEXO 2: Tabelas .....	134
BIBLIOGRAFIA .....	199



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Taxas de crescimento do PIB, da FBCF e da FBCF do Setor Público .....	30
TABELA 2: Balanço Orçamentário da União - Receitas de 1991 a 1993 .....	94
TABELA 3: Balanço Orçamentário da União - Receitas de 1994 a 1997 .....	95
TABELA 4: Balanço Orçamentário da União - Despesas de 1991 a 1993 .....	100
TABELA 5: Balanço Orçamentário da União - Despesas de 1995 a 1997 .....	101
TABELA 6: Margem de Poupança de 1991 a 1997 .....	105
TABELA 7: Participação Relativa das Funções no conjunto das Despesas - 1992 .....	111
TABELA 8: Participação Relativa das Funções no conjunto das Despesas - 1993 .....	111
TABELA 9: Participação Relativa das Funções no conjunto das Despesas - 1996 .....	112
TABELA 10: Participação Relativa das Funções no conjunto das Despesas - 1997 .....	112
TABELA 11: Restos a Pagar: de 1991 a 1997 .....	116

## RESUMO

Nesta dissertação analisá-se a organização institucional que molda a decisão do gasto público no Brasil. O estudo se restringe ao governo Federal e abrange dois períodos: de meados dos anos 60 à Constituição de 1988; e daí até os anos recentes, para os quais se encontram dados disponíveis. Descreve o caminho da reforma que culminou com a atual arquitetura institucional, e contrapõe os modelos praticados nos dois períodos, procurando inferir a lógica prevalecente na decisão do gasto público em cada uma das experiências. Em relação ao modelo decisório, em princípio, o primeiro período caracteriza-se pelo estilo tecnocrático e centralizador, enquanto o segundo distingue-se pela recuperação de padrões democráticos.

## INTRODUÇÃO

Em 1984, após quase duas décadas de regime político autoritário, o "Movimento das Diretas-já" foi um marco no redirecionamento rumo ao processo de redemocratização no Brasil. Ainda que sem alcançar o objetivo pretendido, o movimento demarcou a ampliação da luta pela cidadania. A eleição direta para presidente ocorreu apenas em 1989, e o País enfrentou novos problemas com o primeiro presidente eleito, em função de uma série de denúncias de corrupção.

Com novas manifestações públicas, em 1992, o presidente Fernando Collor de Mello é afastado, traduzindo a insatisfação popular com o que pareceu uma evidência da condução "patrimonialista" dos negócios de governo e da "privatização do Estado". Além disso, acirrou a desconfiança sobre a destinação dos recursos financeiros em função da ausência de visibilidade das decisões de gastos do governo, bem como da fragilidade da estrutura de acompanhamento, de avaliação e de controle sobre as ações desenvolvidas pelo Estado.

Logo em seguida, em 1993, um novo escândalo - o do Orçamento -, aumentou o receio da sociedade, sobretudo depois da divulgação do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Tal relatório continha um diagnóstico contundente (1994/95, p.134): "A estrutura de poder não-institucional que se convencionou chamar de 'esquema do orçamento' compunha-se de elementos pertencentes ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. As investigações levadas a efeito por esta CPMI nos autorizam a confirmar a denúncia que a gerou: existiam dois esquemas paralelos destinados a lesar o erário em prol de interesses particulares: o esquema das empreiteiras e o esquema das subvenções".

Esses fatos seriam indicativos suficientes para um questionamento do desenho institucional que disciplina a formação de interesses e sua materialização nas diversas peças que integram o ciclo planejamento-orçamento. Como decorrência, reforça-se o

sentimento de fragilidade de instrumentos para o exercício da cidadania, no que concerne ao uso das verbas públicas. Tais assertivas são passíveis de questionamento. O arranjo institucional construído a partir de meados da década de 80, mesmo apresentando falhas e pontos fracos, contém elementos que permitem maior visibilidade dos dispêndios governamentais. Diferentemente do que se constatava até o início dos anos oitenta, quando o debate girava em torno de questionamentos do volume, do conceito e da metodologia do déficit público. Hoje, o debate gravita em torno do seu conteúdo.

Deve-se, além disso, considerar o efeito pedagógico provocado pelos acontecimentos, que ajudaram a opinião pública a avançar no exercício da cidadania: a questão fiscal e, dentro dela, particularmente, a questão do ciclo planejamento-orçamento, que envolve a escolha das ações governamentais e a definição do gasto público. O ressurgimento desse tema, por si só, representa um passo adiante, considerando-se que as fases do ciclo constituem, potencialmente, um espaço institucional que vincula cidadãos e governo.

A discussão da questão fiscal envolve a definição, para um determinado período, da quantidade de recursos que a sociedade se dispõe a transferir ao Estado, sob a forma de tributo. Em contrapartida, o governo elabora as propostas de uso e executa as políticas públicas. Pelo menos em termos de concepção do arcabouço institucional, no médio prazo, o Plano Plurianual (PPA) - a primeira etapa do ciclo de planejamento -, deve apontar a direção da política fiscal e o conjunto de problemas que o governo pretende enfrentar durante o período de seu mandato.

No curto prazo, estabelecem-se, no primeiro semestre do ano anterior, as diretrizes e as metas para o exercício seguinte. A seguir, o orçamento deve embutir essas preocupações de forma explícita, de tal maneira que os agentes sociais e econômicos conheçam a parte do Plano Plurianual a ser concretizada e os parâmetros conjunturais que a delimitou, inclusive sob o ponto de vista das restrições. Segundo OLIVEIRA (1985, p.32), o orçamento

"pode ser visto, portanto, como o espelho da vida política de uma sociedade à medida que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, sobre que classe ou fração recai o maior ou menor ônus da tributação e as que mais se beneficiam com os seus gastos".

Os interesses dos diversos segmentos sociais, econômicos e regionais se direcionam para a disputa das diretrizes e ações governamentais definidas nos planos governamentais e para as respectivas autorizações de verbas no orçamento público. Nas palavras de BALEEIRO (1981, p.397), o orçamento revela "em proveito de que grupos sociais e regiões ou para solução de que problema e necessidades funcionará precipuamente a aparelhagem de serviços públicos". O movimento da disputa por recursos orçamentários se dá tanto pelos beneficiários finais das ações públicas quanto pelos fornecedores de bens e serviços para o governo. Em momentos de crise fiscal, por força das restrições que naturalmente se impõem aos gastos públicos, verifica-se uma intensificação dos conflitos e das disputas intersetoriais e também dos fornecedores (FERREIRA e LIPPI, 1998, p.A-2).

Na esfera federal, internamente, o "jogo" se manifesta na competição por recursos entre os ministérios setoriais e destes com a área econômica. Externamente, a disputa se desdobra em dois campos: entre Estados e Municípios por verbas federais e também quanto à divisão de incumbências e obrigações entre os três entes da federação, cuja discussão vem se estendendo desde a promulgação da Constituição de 1988, quando Estados e municípios aumentaram suas respectivas participações no total das receitas públicas em detrimento da União, porém sem um debate adequado a respeito das responsabilidades das políticas públicas; e entre os fornecedores de bens e serviços para as três esferas de governo, dado que sua atuação visa ao lucro, o que requer o estímulo à criação de "necessidades".

Predominam os seguintes participantes nas negociações para a conformação da proposta alocativa formal, materializada na Lei Orçamentária: ministros e seus principais assessores, membros da

50837123

Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)<sup>1</sup>, com destaque para as funções de relator-geral e de relatores setoriais, demais parlamentares, prefeitos, governadores, organizações não-governamentais e empreiteiras. Os principais centros de decisão estão localizados no Poder Executivo e no Poder Legislativo, este último incorporado como arena da disputa após a reorganização da Constituição de 1988.

No Executivo, durante a fase de elaboração dos planos e dos orçamentos, os centros de decisão localizam-se nos órgãos setoriais e principalmente no órgão central de orçamento, qual seja a Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Na fase das liberações de verbas, ao longo do exercício, o principal centro de decisão localiza-se na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na fase das suplementações de recursos, as decisões são fundamentalmente tomadas pela SOF e pela STN.

No Legislativo, a Comissão Mista Permanente de Planos e Orçamentos (CMO), desdobrada em suas comissões parciais e setoriais, constitui-se na principal arena decisória. Sua atuação permeia todas as fases do processo e representa um dos pontos de maior relevância em termos da recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional.

Durante o período que se estende de meados dos anos 60 até 1985, a organização jurídico-legal limitou a competência do Poder Legislativo como partícipe do processo de alocação dos recursos públicos. A decisão do gasto estava circunscrita ao Poder Executivo e dentro deste restringia-se a um segmento restrito da burocracia e ao Conselho Monetário Nacional (CMN), harmonizando com a natureza centralizadora que se engendrou em termos de processo decisório.

<sup>1</sup> A Comissão Mista Permanente bem como da tramitação das matérias relacionadas a planos e orçamentos, conforme requerido pelo § 1º do Art. 166 da Constituição Federal de 1988, foi regulamentada pela Resolução nº 2, de, 14.09.95, que sucedeu as anteriores, editadas em 1991 e 1993. Em seu Art. 1º. consta a denominação da sigla da Comissão: CMPOF. Não obstante, a sigla CMO predominou entre os políticos, os especialistas da área e na opinião pública. Por essa razão, optou-se por abrir mão da forma oficial e seguir o senso comum.

380/2592

A passagem para a nova institucionalidade foi conduzida por um segmento da burocracia permanente, originária principalmente do Banco Central e do Banco do Brasil, tendo sua atuação profissional nos ministérios da área econômica. Iniciadas pelo menos três anos antes da promulgação da Constituição de 1988, depois de um complexo processo de disputa, as reformas visaram reordenar as finanças públicas, dotando-as de transparência e resgatando a participação do Legislativo na alocação dos dispêndios governamentais.

Pretende-se analisar, nesta dissertação, a organização institucional que molda a decisão do gasto público no Brasil. O estudo se restringirá ao governo federal e abrangerá dois períodos: de meados dos anos 60 à Constituição de 1988; e daí até os anos recentes, para os quais se encontram dados disponíveis. Procurar-se-á descrever o caminho da reforma que culminou com a atual arquitetura institucional, contrapondo os modelos praticados nos dois períodos.

Em princípio, há que se cogitar de uma boa riqueza analítica sob o ponto de vista político, pois, supostamente, ambos representam experiências antagônicas: o primeiro com estilo tecnocrático e centralizador, com participação bastante restrita do Congresso Nacional na definição das ações governamentais; o segundo com padrões de decisão democráticos, principalmente por meio do Parlamento, que recupera suas prerrogativas sobre a matéria com a edição da Constituição de 1988. De certo modo, sinaliza-se, também, uma abertura para a participação da sociedade civil, mediante audiências públicas durante as discussões de cada um dos instrumentos de planejamento.

Nos limites dessa dissertação, objetiva-se principalmente constatar se, de fato, as modificações efetuadas no segundo período apresentaram avanços em relação ao modelo de decisão do gasto do primeiro período: menos centralizado, com mudanças dos centros de decisão, com efetiva interveniência do Congresso Nacional como arena decisória, com maior oportunidade de participação. Visa, também: averiguar se as mudanças foram

positivas no sentido de se alcançar melhor ordenamento e melhor eficiência no processo técnico, sobretudo no que concerne à organicidade dos novos instrumentos de planejamento.

Neste particular, é fundamental examinar se a Lei Orçamentária Anual se configura como a resultante da disputa dos recursos públicos. Se isto não ocorrer, a participação do Poder Legislativo não passa de um simples ensaio, sabendo-se que o script será modificado durante o espetáculo. Os dados a serem apreciados, por sua vez, devem apresentar aspectos interessantes no que se refere à lógica prevalecente na elaboração e na execução orçamentária. Considerando-se que a estatística abrange um período de transição de altas para baixas taxas de inflação, procurar-se-á inferir se a redução dos índices inflacionários interferem nas decisões orçamentárias.

Para tanto, esta dissertação compreenderá três capítulos, subdivididos em seções. No primeiro, buscar-se-á resgatar o *modus operandi* da arquitetura institucional construída quase que integralmente nos anos 60 e cuja vigência perdurou até o princípio da década de 80. Nesta época, foram dados os primeiros passos em direção a um novo arranjo. Procurar-se-á inserir as reformas no contexto do regime que se instaurou com os governos militares, no qual se estabeleceu uma grande concentração de poder.

No segundo capítulo, será focalizada a trajetória do processo de reordenamento das finanças públicas, não deixando de visualizar como pano de fundo, a crise econômica internacional e as transformações políticas que ensejaram a abertura democrática, ainda que a análise dessas questões não constitua objeto central deste trabalho. Em relação à crise internacional, a preocupação se prende à sua repercussão para o País, em especial, pelo seu efeito de acelerar o esgotamento do padrão de financiamento, o que ajuda a precipitar as mudanças.

Com respeito ao aspecto político, envolvendo a dinâmica da luta pela reconquista da eleição direta para presidente, importa pela sua repercussão na recomposição do pacto político, mediante o qual se buscou o resgate de valores e padrões democráticos. Além



disso, será apreciada a atuação dos principais responsáveis pelo diagnóstico e pelas propostas das modificações institucionais. Finaliza-se o segundo capítulo com a descrição das alterações no aparato institucional, inseridas como normas constitucionais em 1988.

No terceiro capítulo, discorrer-se-á sobre a nova configuração da disputa orçamentária, envolvendo a inter-relação dos atores relevantes, a lógica e a forma de sua atuação bem como os recursos de poder que cada um dispõe. Em seguida procede-se à apreciação da prática dos instrumentos de planejamento, com ênfase na verificação do realismo da Lei Orçamentária Anual. Analisando-se estatísticas baseadas em balanços da União, constata-se que a participação do Congresso Nacional não vai muito além do ensaio. ]

Nas considerações finais, retoma-se alguns pontos, buscando uma avaliação se as medidas implementadas viabilizaram ou não uma nova forma de decisão do gasto: menos centralizada, com maior divisão de responsabilidade entre os poderes Executivo e Legislativo, com possibilidade de construção de canais de discussão com órgãos representativos da sociedade civil.

Para o desenvolvimento do trabalho se partiu de consulta à bibliografia especializada e de pesquisa à documentação oficial pertinentes ao assunto. No que tange à primeira, diga-se, seu universo permanece muito limitado, principalmente quanto a estudos empíricos sobre a prática do arcabouço institucional inscrito na Constituição de 1988. Uma razão é óbvia e compreensível: o tempo de vigência do novo arranjo ainda é curto. A outra deve-se relacionar à dificuldade de tratamento dos dados. Como alerta SELLTIZ (1974, p.357-65), quanto aos perigos de imprecisão, heterogeneidade das informações, adequação dos métodos utilizados e, até mesmo, de erros metodológicos, que se revelam à medida em que se avança.

Na organização dos dados desta dissertação, surgiram alguns obstáculos metodológicos. No Capítulo III, para verificar a efetividade da Lei Orçamentária Anual, enquanto acordo alocativo, foi necessária um complexo tratamento das informações obtidas

fundamentalmente no Diário Oficial da União. As informações foram organizadas, primordialmente, a partir dos dados mensais publicados em balancetes pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) e dos Balanços Gerais da União. Aí os perigos foram surgindo um a um. Para não alongar esta Introdução, optou-se por inserir os principais problemas encontrados em um texto à parte (Anexo I). Não obstante, para evitar incorrer em riscos de interpretação, alerta-se, quando necessário, no corpo do texto.

É conveniente, ainda, um breve comentário sobre uma dificuldade adicional. Os dados referentes à execução orçamentária entre 1991 e 1997 foram organizados mês a mês e inflacionados pelo IGP-DI da Fundação Getulio Vargas, para dezembro de 1997. Este procedimento foi adotado em função de o período abranger um momento da história econômica brasileira em que o índice de inflação baixou de patamar anual acima de 2.000% para menos de 10%. Evitando carregar excessivamente o texto com uma quantidade imensa de números, preferiu-se organizar o conjunto de dados em cerca de 50 tabelas (Anexo II). Contudo, as informações mais relevantes foram anualizadas e incorporadas ao texto.

# 1 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO GASTO PÚBLICO FEDERAL DE 1964 A 1985

O gasto público não se esgota na liberação das dotações das unidades orçamentárias para as unidades de gasto e dos pagamentos efetuados por estas para os prestadores de bens e de serviços. De forma simplificada pode-se pensá-lo como uma sucessão de etapas que se inicia com a coordenação e o estabelecimento de diretrizes por parte do governo sobre o que se pretende alcançar com o efeito de suas ações num horizonte de tempo predefinido. Segue-se com a definição das prioridades para um exercício financeiro, levando em conta, inclusive, as condições macroeconômicas, passando pela inserção dessas prioridades em um conjunto de projetos e atividades a serem executados. E se encerra com o monitoramento de cada uma das etapas em relação às outras por meio de acompanhamentos e controles.

Cada uma das etapas pode estabelecer vínculos entre cidadãos e governo, mas este vínculo é mais nítido durante o processo orçamentário, por ser o momento em que se define a quantidade de recursos que se pretende arrecadar, bem como a sua destinação. Para a opinião pública é a etapa mais visível. Reunidas, as etapas definem o ciclo de planejamento-orçamento. SANCHES (1993 p.54-73) prefere chamá-lo "ciclo orçamentário", enquanto outros o denominam simplesmente de processo orçamentário. A primeira definição é mais consistente em razão de sua maior abrangência, uma vez que ciclo orçamentário pode facilmente ser confundido com as fases de elaboração e de execução do orçamento público. Além disso, o conceito já é bastante usual na linguagem dos técnicos que atuam na área.

Independente da denominação, o importante é a percepção da natureza eminentemente política que está na base do conceito, em função do relacionamento que se estabelece entre governo e sociedade. Para PRENCHAND (1990, p.99), o ciclo de planejamento "representa um conceito central e uma realidade através da qual as

*importância do processo orçamentário*

políticas são convertidas em ações". A natureza política se explica em razão de as ações de governo originarem-se de um processo de negociação, em cada período, do qual prevalecem os interesses de determinados grupos ou setores com maior poder de influência sobre os centros de decisão. As ações estarão contidas nos orçamentos e serão concretizadas por meio do gasto do setor público.

Por essa razão, em regimes democráticos, a institucionalização do ciclo de planejamento deve ter uma clara definição e a maior transparência possível. COSTA (1994, p.19), ao discutir a necessidade de institucionalização da relação entre os poderes Executivo e Legislativo visando a consolidação democrática, observa que um dos pontos centrais diz respeito ao "processo orçamentário", sendo necessário delinear responsabilidades que "permitam o controle e a avaliação política do governo".

A Lei Orçamentária Anual, em particular uma de suas fases, constitui-se o principal instrumento de controle do Poder Legislativo e da própria sociedade sobre o Executivo. Nela, é possível verificar se as ações planejadas e priorizadas nas negociações prévias são efetivamente realizadas, o que o tornaria um dos principais instrumentos de *accountability*, segundo a concepção proposta de PRZEWORSKI (1998, p.39): os cidadãos controlam a ação do governo, aspecto que representa uma das precondições para que se possa "construir instituições que dêem poder ao aparelho do Estado para fazer o que deve fazer e o impeçam de fazer o que não deve fazer".

O grau de interferência por parte de entidades representativas da sociedade na definição das prioridades está diretamente vinculado ao avanço do processo político, isto é, quanto maior o elenco de possibilidades potencialmente disponíveis à sociedade para a sua participação, provavelmente maior o grau de democratização do país. Além disso, conforme entendimento de KLIKSBERG (1992), é fundamental que os governantes promovam condição de reprodução do jogo democrático no próprio interior do

aparelho de estado, de forma a torná-lo o mais transparente possível e evitar excessivo poder à burocracia.

No Brasil, houve momentos em que, mesmo sob a ótica do arcabouço legal, não havia espaço para a negociação e, conseqüentemente, as diretrizes, os objetivos e as prioridades ficavam, quanto às ações do governo, circunscritas ao Poder Executivo e, mais precisamente sobre um pequeno número de burocratas da área econômica e do rol de agências governamentais descentralizadas. O processo de descentralização, ocorrido principalmente a partir de meados dos anos 60, por um lado, aumentou o grau de autonomia dos decisores de determinadas políticas, mas, por outro, dificultou o controle sobre a política fiscal e, como afirmou DAIN (1988, p 4-6) "ampliou o espaço de pressão sobre o setor público". Vale dizer, ampliaram-se os centros de decisão que controlavam significativos volumes de recursos, o que poderia ser interpretado como uma maior democratização do gasto público, mas, na prática, abriam-se passagens para interesses localizados de alguns segmentos que tinham trânsito junto às autoridades do regime e conseguiam interferir até mesmo nas nomeações dos decisores das agências, conformando, nos termos de CARDOSO (1975, p.150), alguns "anéis burocráticos".

A arquitetura institucional apresentava uma visibilidade praticamente nula em termos de decisão dos dispêndios, bem como em termos de parâmetro das condições financeiras do governo Federal. Esse processo inicia-se a partir do instante em que as Autoridades Monetárias passam a decidir sobre as operações de natureza eminentemente fiscais, efetivando gastos no âmbito do Orçamento Monetário (OM) apenas com o consentimento do Conselho Monetário Nacional, sem a aprovação das dotações prévias pelo Poder Legislativo. Essa concentração de poder no direcionamento do gasto, como afirmam OLIVEIRA et al. (1988, p.121), "refletiu, no plano orçamentário, o próprio alijamento de concentração das decisões no plano político. Vale dizer, o movimento de concentração das decisões políticas no Executivo a partir de 1964 teve como contrapartida o afastamento do Congresso como instância

de poder responsável pelo controle de parte significativa dos gastos públicos".

No período democrático imediatamente anterior ao golpe militar, a Constituição de 1946 atribuía amplo espectro de prerrogativas à participação do Poder Legislativo quanto ao exame e às modificações do projeto de Lei Orçamentária. Permitia-se alterações à proposta apresentada pelo Executivo, parcial ou integralmente. No entanto, a inexistência de integração com o Executivo, aliada ao predomínio de interesses localizados e inconsistentes com as diretrizes gerais, contribuíam para a fragilidade e inconsistência do planejamento.

Os parlamentares podiam até mesmo ampliar as despesas inicialmente previstas no projeto, sem indicar fontes de recursos, o que naturalmente provocava um quadro de insuficiência de receitas. A diferença entre o montante de financiamento e as dotações necessárias para a consecução das ações fixadas na Lei Orçamentária era resolvida na fase de execução orçamentária, ao longo do exercício, limitada, evidentemente, às disponibilidades financeiras. Por isso, POLO, AFONSO e GIOMI (1993, p.595) entendem que a ampla abertura à participação dos parlamentares com o intuito de fortalecer o Legislativo refluíu para um descrédito deste poder.

Posteriormente, no período pós-1964, a centralização do poder político e as reformas que a acompanharam viabilizaram um modelo concentrador de recursos pela União e, simultaneamente, maior autonomia para as empresas públicas/estatais e as agências governamentais descentralizadas. A partir da Constituição de 1967, a possibilidade de interferência dos membros do Congresso no processo orçamentário se tornou praticamente nula.

*Descentralização entre o poder*

## 1.1 A Institucionalização do Planejamento

Depois da Segunda Guerra Mundial e da redefinição da ordem econômica internacional, em Bretton Woods, havia um contexto de expectativas bastante favoráveis quanto ao avanço da democracia e do crescimento econômico, a ponto de os anos 50 serem erigidos à condição de década do desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo no Brasil, onde a fragmentação de interesses<sup>2</sup>, historicamente, serviu de óbice à conscientização da necessidade de uma ação mais racional, integrada e direcionada do setor público, esses efeitos foram sentidos.

Vários estudos realizados, no âmbito da Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) e da Comissão de Simplificação e Projetos Administrativos (CEPA), ao longo dos anos 50, não lograram o êxito pretendido. De qualquer modo, a criação do Ministério do Planejamento tornou-se o embrião do desenho institucional neste campo. Este Ministério tentou implementar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, com validade prevista de 1963 a 1965, tornando-se a primeira experiência concreta de planejamento das ações governamentais considerando os cenários nacional e internacional.

Já em 1964, a Lei nº 4.320/64 previa, em seu Art. nº 23, um Quadro de Recursos e Aplicação discriminando as receitas e despesas de capital, aprovado por decreto do Poder Executivo. Posteriormente denominado como Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), a previsão deveria abranger no mínimo um triênio, ou seja, pela primeira vez, sob o prisma legal, pensou-se em um horizonte de tempo superior a um exercício financeiro para a elaboração e vigência do orçamento de investimentos.

Portanto, com a criação do OPI sancionou-se a noção de planejamento no ciclo orçamentário, visto que, supostamente, esse instrumento passaria a indicar os objetivos e as metas do setor

---

<sup>2</sup> Sobre a questão da fragmentação de interesses, ver DRAIBE (1985).



público. Estes, por sua vez, na seqüência do processo, transformar-se-iam em projetos e atividades posteriormente materializados no Orçamento Geral da União (OGU). Com isso, o governo Federal estaria sinalizando as prioridades para as suas agências em termos de diretrizes de políticas públicas e, conseqüentemente, orientando o setor privado a direcionar o investimento em consonância com os propósitos do governo.

O Decreto-lei nº 200/67, Art. 16, entre as suas inovações, trouxe a sistemática das previsões plurianuais, estabelecendo no que, a cada ano, fosse elaborado um orçamento-programa, pormenorizando a etapa do programa Plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servisse de roteiro à execução coordenada do programa anual". Consignou, também, em termos mais genéricos, sobre a necessidade de o Poder Executivo pautar sua ação obedecendo programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual.

A institucionalização do planejamento governamental de médio prazo foi reafirmada pelo parágrafo único do Art. nº 63 da Constituição de 1967, que previu a especificação das despesas de capital em orçamentos plurianuais. Pretendia-se, em tese, com a norma constitucional tornar ainda mais explícita a orientação das prioridades do gasto governamental em um período médio de tempo. Ao final de 1967, completou-se a estrutura legal do planejamento, com a publicação da Lei Complementar nº 3/67. Nela, o governo Federal decidiu sobre a necessidade de elaboração de Planos Nacionais Quinquêniais como um instrumento mais amplo e ao qual subordinar-se-iam os programas setoriais e regionais com vigência acima de um exercício financeiro. Esses programas seriam expressos financeiramente no Orçamento Plurianual, obedecendo as diretrizes gerais e os objetivos previstos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O Orçamento Plurianual, por sua vez, deveria conter as receitas e despesas de capital pelo menos por um triênio, ajustando-se anualmente para incorporar o novo exercício. O Decreto-lei nº 200/67 deixava claro, como se anotou anteriormente,



que o orçamento anual deveria refletir etapas das previsões contidas no Orçamento Plurianual. Qualquer programação de despesas para obras ou projetos, conforme previsto na Constituição de 1967, Art. 65, § 4º, deveria necessariamente estar prevista nesse Orçamento para constar no Orçamento Geral da União: "Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução".

Dessa forma, em termos institucionais, o Orçamento Plurianual de Investimentos deveria assumir o papel central de indicador das ações governamentais e de parâmetro para a elaboração do orçamento anual, sempre em consonância com as estratégias do Plano Nacional de Desenvolvimento. Contudo, como muitas outras coisas da experiência brasileira, a instrumentalização jurídico-formal era apenas parte do problema e, não raras vezes, ajeitava-se um modo para atendimento dos preceitos legais, mas a prática permanecia invariável. Em outras palavras, as decisões permaneceram sendo tomadas em processos informais.

Não foi diferente quanto ao funcionamento do Orçamento Plurianual de Investimentos. Alguns obstáculos impediram que este instrumento não atingisse o objetivo de servir de referência para a condução do planejamento governamental. Em primeiro lugar, a mencionada Lei Complementar nº 3/67 buscou adequar o OPI à técnica orçamentária por categoria de programação, e previu que a elaboração deste Orçamento conteria os programas setoriais, desdobrados em subprogramas que, por sua vez, especificariam os respectivos projetos. Previu, adicionalmente, o detalhamento dos custos ao longo do período especificado para suas execuções.

Na realidade, a discriminação das despesas no Orçamento Plurianual de Investimentos por categoria de programação era exatamente a mesma requerida pela Lei Orçamentária, o que o tornava uma prévia do Orçamento Geral da União em termos de

demarcação das "Despesas de Capital", sobrepondo-se, portanto, ao processo de elaboração e exame do projeto de lei e do próprio orçamento. Considerando o *modus operandi* então vigente, baseado em um processo de decisão centralizado, a função do OPI se reduziu a mais um obstáculo legal, uma vez que o objetivo da antecipação da definição das "Despesas de Capital", certamente, não era o de conceder espaço para o debate público na escolha das prioridades governamentais.

Em segundo lugar, houve um grave problema de inconsistência quanto à vigência dos planos. No caso do governo Federal, o prazo do OPI não se coadunava com o Plano Nacional de Desenvolvimento. Requeria-se, conforme mencionado anteriormente, um período mínimo de abrangência de três anos e, em todas as regulamentações que se sucederam, o prazo mínimo se tornou o máximo, o que o desvinculava dos períodos vigentes de mandatos governamentais. Desse modo, caso o Orçamento Plurianual fosse efetivamente implementado no prazo de três anos que lhe era atribuído, poder-se-ia encontrar algumas situações disparatadas para os mandatários do Poder Executivo em termos da autonomia.

Haveria, portanto, uma desassociação entre o plano e o mandato de governadores e prefeitos, chegando a ponto de alguns governantes receberem o OPI de seus antecessores e serem obrigados a executá-lo durante 3/4 de sua gestão, enquanto suas próprias prioridades seriam formuladas apenas no último ano de governo. Em outras palavras, os chefes de executivo, caso o arcabouço legal de planejamento tivesse sido efetivo, ficariam impedidos de estabelecer suas próprias escolhas de políticas.

O primeiro Orçamento Plurianual de Investimentos da União deveria abranger o período de 1968 a 1970. Contudo, o atraso no encaminhamento do projeto não permitiu que, na apreciação da proposta de Orçamento Geral da União para o exercício de 1968, seguisse rigorosamente as prioridades de investimento definidas no OPI. Diante dessas circunstâncias, o ano 1969 representaria o início da experiência de compatibilização entre as despesas de capital previstas em um orçamento plurianual e as previstas na Lei.

Orçamentária Anual, mas, o fato não se consumou. De qualquer forma, mesmo que se efetivasse, a lógica de funcionamento do Orçamento Plurianual de Investimentos, ao exigir dotações financeiras anuais e classificadas por projeto, outorgaria uma excessiva rigidez ao sistema de planejamento.

Em terceiro lugar, seguindo a tendência cada vez mais centralizadora do regime e já sob o amparo do Ato Institucional nº 5/68, o Executivo, por meio do Ato Complementar nº 43/69, modificou as normas para o sistema de planejamento, cabendo destacar as seguintes medidas: redução da vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de cinco para quatro anos; maior restrição quanto ao escopo do PND a ser apreciado pelo Congresso Nacional; e flexibilização total para o Poder Executivo na execução do Orçamento Plurianual de Investimento.

Quanto a este último aspecto, consta no mencionado Ato Complementar nº 43/69, Art. 6º: "Através de proposição devidamente justificada, o Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, propor ao Congresso Nacional a revisão do Orçamento Plurianual de Investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos" [grifo JMG]. Os setores jurídicos do Executivo interpretaram este artigo no limite da flexibilidade que lhes convinha. Passou-se a reelaborar o OPI em todas as oportunidades em que se faziam necessárias as alterações dos orçamentos anuais. Conforme mencionam POLO, AFONSO e GIOMI (1993, p.698): "Na prática, isso passou a significar que não era o orçamento anual que se compatibilizava com o plurianual, mas sim o inverso".

A excessiva inflexibilidade na classificação funcional-programática ditada pela União, por não permitir a contemplação de peculiaridades dos estados e municípios e a complexidade dos detalhes, com maior ênfase à classificação da natureza econômica dos gastos constituem outros problemas que obstaram o funcionamento do Orçamento Plurianual de Investimentos como instrumento de planejamento. Buscou-se, por meio da Portaria SEPLAN nº 9/74, incorporar a evolução das técnicas do orçamento-

programa mas não se eliminou a rigidez quanto à natureza das despesas, aspecto que praticamente inviabilizou a programação orçamentária. Em termos práticos, "tal situação decorreu do fato de que a Lei 4.320/64 foi promulgada quando ainda não estava suficientemente desenvolvida a técnica de orçamento por programa e, conseqüentemente, a ênfase foi dada à classificação da natureza dos gastos" (POLO, AFONSO e GIOMI 1993, p.699).

Todas estes obstáculos contribuíram para a desvinculação entre plano e orçamento e demonstraram a fragilidade sob o ponto de vista da fragmentação e da falta de direção das ações governamentais. Em estudo sobre a atual legislação que regulamenta a elaboração e a execução do Orçamento Público, DALLARI (1997, p.70) chamou a atenção para a questão da inconsistência política no que se refere ao vínculo, e apontou a necessidade de "cuidar para que as Leis Orçamentárias reflitam efetivamente os planos do governo e que sejam cumpridas". Mas, é preciso que se reconheça que elas não constituem o problema central do processo de decisão do gasto público e de alocação de recursos no período compreendido entre 1964 e meados dos anos 80.

A compreensão desse processo deve ser remetida para a forma autocrática de decisão quanto ao direcionamento das verbas no Orçamento. As prerrogativas do Congresso quanto à apreciação dessa matéria praticamente foram retiradas, com a intenção de dar maior dinamismo e flexibilidade às decisões de gasto "que livre das amarras de recursos que tinham de ter trânsito no orçamento, estaria em condições de comandar o rápido processo de crescimento e de transformações que o Estado burocrático-autoritário se propôs a realizar a partir de 1964" (BIASOTO Jr. et al, 1990, p.8). Este movimento, como se verá a seguir, deve ser analisado no contexto da montagem do padrão de financiamento estabelecido em meados dos anos 60 e finalizado com a transferência da administração da dívida mobiliária do Ministério da Fazenda para o Banco Central em 1971.

## 1.2 Estrutura de Financiamento e Decisão do Gasto

A conformação do padrão de financiamento a partir de meados dos anos 60 foi efetuada, consoante estudo de OLIVEIRA et al (1988, p.19-22), com base em três grandes blocos de reformas, visando modificar os mecanismos prevalecentes à época do Plano de Metas. São eles: fiscal; bancária e financeira; e administrativa. O primeiro foi feito com o objetivo de elevar a carga tributária bruta que se encontrava em torno de 19% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1965. Procurou-se modernizar o sistema tributário, mediante a extinção de tributos em cascata e da criação de uma série de fundos compulsórios e contribuições sociais, dos quais destacaram-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Salário-Educação, o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Essas medidas ampliaram a carga tributária bruta para 25,7% e 26,2% do PIB em 1970 e 1975, respectivamente.

A reforma bancária e financeira buscava uma nova configuração para o financiamento dos investimentos e da dívida pública. O financiamento do setor público era fundamentalmente baseado na emissão monetária, o que repercutia negativamente em importantes variáveis macroeconômicas, sobretudo na taxa de inflação e no crescimento do déficit público. Conforme constatou RESENDE (1982, p.758), até 1964, o déficit era coberto quase que integralmente com emissão de papel-moeda. Com a instituição da correção monetária, elevou-se a colocação de títulos públicos. Em 1965 e 1968 esta modalidade de endividamento financiou, respectivamente, 50% e 100% do déficit da União.

O propósito da reforma do sistema financeiro era criar novos instrumentos de mobilização de recursos financeiros e instituições especializadas no provimento dos vários tipos de crédito. Assim, caberia: às financeiras, suprir recursos para o consumo de bens duráveis; aos bancos comerciais, financiar o capital de giro das empresas; aos bancos de investimento, atender à demanda de

recursos de longo prazo destinados a suprir créditos para o processo de acumulação de capital. Simultaneamente, o mercado acionário deveria desempenhar a tarefa de tornar líquidos os ativos e de, concentrar e canalizar recursos para a capitalização das empresas (TAVARES, 1983, p.107-138).

Para estimular o mercado de ações, criou-se fundos de investimento formados com deduções de percentuais sobre o imposto de renda. No âmbito dessa reforma, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), suprido pelos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, que se destinava a impulsionar o setor de construção civil, garantindo, em última instância, as operações das Associações Nacionais de Cadernetas de Poupança e Empréstimos - agências privadas de crédito imobiliário.

A reforma fiscal, à qual se atribuiu o papel de redefinir o padrão de financiamento do Estado, também condicionou a reorganização e a atuação do sistema financeiro, de modo mais notório, das agências oficiais de crédito. As principais fontes de recursos tiveram origem na criação de fundos compulsórios, na emissão de títulos da dívida pública (ORTN e LTN), na taxaço sobre a exportação de produtos agrícolas, e de fundos resultantes da exploração de jogos de azar. Para se ter noção da magnitude dos recursos originados destas fontes, salienta-se que, em 1974, elas equívaliam mais ou menos ao montante de recursos tributários arrecadado. No mesmo ano, da ótica do financiamento, 72,2% do crédito de investimento e 43,5% do recurso direcionado para capital de giro das empresas, foram supridos por instituições oficiais de crédito (MARTINS, 1985, p.41-82).

Paralelamente à centralização de recursos, na reforma bancária, por meio da Lei nº 4595/64, criou-se o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) e se extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que existia desde 1947 e pertencia à estrutura do Banco do Brasil. A criação do CMN tinha como propósito a formação de uma barreira contra as pressões de grupos de interesse, mas, com o tempo foi se

transformando "no principal órgão de instrumentação política de um regime forte e centralizador" (GOUVÊA, 1994, p. 148).

A reforma não eliminou o papel de autoridade monetária desempenhado pelo Banco do Brasil, conforme se apontou acima, o que lhe garantiu a atribuição de agente financeiro do Tesouro Nacional e o papel de emissor moeda, mediante a chamada "Conta Movimento". Este instrumento permitia o suprimento de recursos pelo BACEN, sem dotação prévia, ao Banco do Brasil de forma automática por conta de seus gastos em nome do Tesouro. A manutenção desse arranjo, como se verá no próximo capítulo, foi feita principalmente por força da resistência imposta pela burocracia do Banco do Brasil, de alguns setores do Banco Central e de segmentos econômicos.

Além do mais, para obter o apoio de alguns segmentos do Congresso que se opunham à implementação da reforma, na própria Lei, asseguraram-se as condições para o surgimento de uma carteira de fomento para destinar crédito aos setores agropecuário e agroindustrial. Assim, já em 1965, criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por meio da nº 4829, autorizando-se o BACEN a administrar um grande número de programas de apoio ao setor rural. Com essa medida, o Banco Central se tornou um importante centro de decisão do gasto público, aspecto que descaracterizava os objetivos de sua concepção.

Supostamente, o Conselho Monetário Nacional deveria controlar limites para os recursos destinados a essa finalidade mas, na prática, usava a sua condição de decisor para atender o interesse de diversos setores, operando como estimulador dos dispêndios. Em verdade, a despeito de a Lei nº 4595/65 apresentar soluções engenhosas, como a criação da correção monetária, que permitiu a recuperação da dívida pública como instrumento de política fiscal, trouxe também novos problemas em função de se permitir ao Banco Central atuar na área de fomento e de o Banco do Brasil permanecer como autoridade monetária.

O Orçamento Monetário (OM) também representou um componente relevante da reforma, sendo concebido para servir de apoio à



programação monetária do BACEN. Contribuiria, em tese, para evitar eventuais desvios em razão do sistema híbrido de autoridades monetárias. Nele, como argumentou FERREIRA (1974, p. 11-14), o CMN estabeleceria tetos para a atuação do Banco Central e do Banco do Brasil, de modo a tornar sempre factível o controle dos agregados monetários.

A reorganização dos instrumentos de financiamento promovida pela reforma previu, conforme citado anteriormente, a reestruturação da dívida pública com a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em adição, propiciou o surgimento de novos agentes financeiros e novas modalidades de intermediação financeira, estabelecendo, por exemplo, o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), que alavancaria a indústria da construção civil, tornando-a em uma dos principais sustentáculos das taxas de crescimento do "milagre econômico".

A emissão da dívida mobiliária, inicialmente, não podia ultrapassar o limite de 10% sobre o saldo de meios de pagamentos existente do fim do ano anterior. Além do mais, os valores deveriam constar no Orçamento Geral da União, o que dava ao Congresso Nacional a prerrogativa de controle. A despeito disso, os limites eram sistematicamente descumpridos. Contudo, o processo de centralização pelo governo Federal seria aprofundado. Tornou-se ainda mais amplo quando a administração da dívida pública, por meio da Lei Complementar nº 12/71, foi transferida do Ministério da Fazenda para o Banco Central, outorgando-lhe plena liberdade para a emissão de títulos para a cobertura de quaisquer tipos de dispêndio. "Esse instrumento legaliza a prática já seguida pelo Governo de se valer do orçamento monetário como veículo para executar determinadas diretrizes dos donos do poder sem ter que se submeter a qualquer limite dado pelo orçamento fiscal e/ou negociações junto ao Congresso Nacional." (OLIVEIRA et al., 1988, p.124)

Em relação à reestruturação administrativa, terceiro bloco de reformas, buscou-se imprimir dinamismo ao aparelho burocrático, mediante a concessão de maior autonomia às empresas estatais,



inclusive quanto à decisão do montante de seus investimentos, e da descentralização de uma série de atividades relacionadas às políticas públicas. Acreditava-se que órgãos autônomos, a exemplo das empresas privadas, poderiam criar alternativas que viabilizassem o autofinanciamento das instituições que forneciam alguns bens e serviços públicos. Neste contexto, criou-se o Banco Nacional de Habitação, como mencionado, e o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) para a gestão das políticas de habitação popular e de assistência médica e previdência social, respectivamente.

Conforme MARTINS (1985), a reforma administrativa constituiu um dos fatores responsáveis pela expansão do Estado a partir de meados dos anos 60, predominando a força centrífuga. Isto porque abriu espaço para uma atuação autônoma dos órgãos da administração indireta, especialmente às estatais e às empresas públicas, propiciando o crescimento da burocracia "para fora". Este fenômeno se evidencia sobretudo após a reforma administrativa de 1967, com a proliferação das agências descentralizadas, pulverizando o gasto público. Até 1963, existiam 73 fundos, sendo criados mais 134 deles entre 1964 e 1974. Outro indicador que revela a abrangência do fato é a participação relativa na formação bruta de capital fixo. Entre 1959 e 1973, em termos reais, enquanto a administração direta tinha sua participação reduzida em 12%, a administração indireta crescia quase 200%. O crescimento das estatais e das empresas públicas também foi expressivo. Entre 1966 e 1976, o número de estatais ampliou-se em 60% e o de empresas públicas em 70%.

A expansão generalizada da administração indireta, além dos efeitos do afastamento do Congresso Nacional e da própria sociedade quanto ao destino de uma parcela expressiva do gasto público, trouxe como consequência a perda de coordenação e controle das atividades dos órgãos descentralizados e o esgarçamento da articulação do Estado no que se refere aos seus programas e diretrizes básicas. As empresas estatais alastraram suas atividades para diversos segmentos, alguns não muito

convencionais, baseadas na lógica de acumulação das empresas privadas. De acordo com o Decreto-lei 200/67, Art. 27º: "Assegurar-se-á às empresas públicas e às sociedades de economia mista condições de funcionamento idêntico às do setor privado, cabendo a essas entidades, sob supervisão ministerial, ajustar-se ao plano geral do Governo". A supervisão ministerial, expressa no referido Decreto, hipoteticamente estava garantida. Não obstante, a experiência internacional, mesmo em países com maior tradição na área de coordenação e de controle, tem demonstrado a ineficácia da possibilidade concreta de supervisão.

Em relação à analogia com a lógica de acumulação prevalecente na iniciativa privada, dois aspectos merecem ser destacados: o primeiro refere-se ao surgimento do "executivo de Estado" como um novo tipo sociológico, cuja prática administrativa é calcada na racionalização econômica. O segundo, diretamente relacionado ao primeiro, diz respeito à forma de expansão das empresas estatais que, nos ciclos expansivos, com alto grau de autofinanciamento, ao terem a realização de lucros limitada em seus respectivos segmentos, procuram direcionar seus investimentos para outros setores. Tais fatores conduziram ao contínuo afastamento das empresas estatais em relação ao setor governo, e a uma espécie de "feudalização" do Estado, ao cristalizar interesses privados.

### **1.3 Efeitos dos Blocos de Reformas sobre a Decisão do Gasto**

O formato institucional e os mecanismos de financiamento engendrados nas reformas fiscal e financeira contribuíram decisivamente para o esvaziamento do Orçamento Geral da União (OGU). Retiraram integralmente as condições de *accountability* das contas públicas, porque 1/3 dos gastos públicos constavam do Orçamento sob a forma de dotações globais e não podia sofrer alterações. A decisão, portanto, ocorria de forma autônoma nas

empresas estatais e nas agências descentralizadas. Havia restrição sobre a possibilidade de interferir na alocação de recursos até mesmo nos dispêndios contidos no OGU, dado o limite imposto para a apresentação de emendas. De acordo com a Constituição Federal de 1967, Artigo 67, § 1º: "Não é objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo".

Não resta dúvida, portanto, quanto à submissão dos membros do Congresso ao Executivo quanto às decisões no processo orçamentário. Suas opções resumiam-se em acatar ou rejeitar o projeto de Lei Orçamentária. Considerando-se a conjuntura política daquele período não é difícil apontar a opção prevalecente. Além disso, outro aspecto relevante é que, historicamente, no Brasil, o debate no Legislativo se deu na fase de apreciação da proposta orçamentária apresentada pelo Executivo, mas não havia uma avaliação, sequer, da execução do orçamento, quanto mais das realizações físicas.

A apreciação do OPI, que poderia oferecer alguma brecha para a participação dos parlamentares quanto ao direcionamento das ações governamentais, tornou-se uma peça meramente decorativa, como discutido anteriormente. Revisto anualmente para se ajustar aos orçamentos, inverteu-se a concepção entre plano e orçamentação das políticas públicas, o que reforça a tendência de gap entre o planejamento e o orçamento, já tradicional na experiência brasileira.

O outro conjunto de despesas, também próximo a 1/3 do montante global, no caso do governo Federal, era decidido no âmbito no Orçamento Monetário, pela burocracia do Banco do Brasil. Em verdade, o fazia com a supervisão do Conselho Monetário Nacional - que detinha institucionalmente, a incumbência de fixar o teto do referido Orçamento. Relembrando, o Conselho foi criado como uma instância de proteção do setor público contra as investidas clientelistas, mas com o tempo transformou-se em um privilegiado centro de decisão de parcela de políticas públicas.

"Quem quiser saber a agenda das decisões econômicas, bem como a agenda política que nortearam a atuação dos governos entre 1964 e 1984, basta consultar as atas e os arquivos do Conselho Monetário Nacional" (GOUVÊA, 1994,p.48).

Em termos operacionais, o CMN fixava o teto do Orçamento Monetário e a burocracia do Banco do Brasil e do Banco Central freqüentemente o extrapolava. Na realidade, este era o campo preferencial da burocracia, no qual atuava com desenvoltura, dada a habilidade técnica de que dispunha, o que era facilitado pela forma tecnocrática de governo. No Estado tecnocrático, segundo BOBBIO (1997, p.33-34) as decisões são tomadas com base na opinião dos segmentos detentores de habilidades específicas. Em contraposição, no regime democrático, o governo eleito é revestido de poderes para estabelecer as normas gerais de conduta, pressupondo-se, de alguma forma, que todos interfiram nas decisões.

Neste sentido, o governo eleito de um Estado democrático definiria, entre outras coisas, o campo de atuação da burocracia, incluindo-se os seus respectivos limites. Conforme salienta MARTINS (1970, p.39-66), quando os agentes políticos são aliçados do processo, cresce o espaço dos técnicos, instalando-se a tecnocracia, caracterizada pelo predomínio de poder de uma elite técnico-científica. Estas características parecem se adequar perfeitamente à organização para a escolha da programação governamental, no período em pauta. Em especial, na destinação dos recursos do Orçamento Monetário direcionados a alguns setores considerados prioritários pelo governo, com base na racionalização técnica indicada por segmentos da burocracia. Incorpora-se de forma crescente em suas rubricas um elenco de operações<sup>3</sup> destinadas a diversas áreas, com destaque para a agricultura e para a área exportadora.

---

<sup>3</sup> Para uma discussão aprofundada desses fundos e programas, posteriormente retirados da administração do Banco Central e incorporados no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, como uma das medidas da reestruturação financeira do setor público, ver GUARDIA (1992, p.18-48).

Como referência entre as principais despesas dessas espécies financiadas pelo OM se encontravam: Programa de Aquisições do Governo Federal (garantia de preços mínimos), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI), Fundo de Defesa de Produtos de Exportação (FDPE), Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais (FUCAMP), Financiamento das Exportações (FINEX), Proálcool, Conta-Petróleo, Conta-Trigo, Conta-Café, Conta-Açúcar, e Conta-Álcool. Além disso, foram concedidas linhas de crédito ao próprio setor público, no âmbito dos Avisos GB-588 e MF-30 (CYMROT, 1990).

A diferença da natureza desses recursos em relação àqueles contidos no Orçamento Geral da União é o fato de carregarem subsídios implícitos ou constituírem recursos a fundo perdido, em consonância com as prioridades escolhidas por um grupo muito restrito de atores, o que significa um alto grau de discricionariedade em termos de decisão do destino do gasto governamental.

Em síntese, fazendo uso das palavras de TEIXEIRA e BIASOTO Jr. (1988, p.17): "o Orçamento Monetário transcendia em muito os aspectos meramente monetários. Na medida em que incorporava em suas diversas rubricas o impacto monetário da execução financeira do Tesouro Nacional, das operações do setor externo, do crédito ao setor privado (bancos, agropecuária, serviços, etc.), de uma série de desembolsos subtraídos do OGU e da evolução das demais contas do Banco Central e do Banco do Brasil, significava uma verdadeira síntese das políticas fiscal, cambial, creditícia, financeira e monetária do governo federal"

Frise-se outra vez, os recursos transitados no OM não passavam pelo "espaço orçamentário tradicional", implicando que sua utilização ocorria sem a mínima transparência e não eram submetidos à apreciação dos parlamentares. Essas características, conforme será apresentado no próximo capítulo, atuariam como um importante óbice das reformas que se faziam prementes nos anos 80. Portanto, o golpe militar de 1964 e as reformas que o sucederam tornaram praticamente nula a participação do Legislativo, pois

engendraram um padrão de financiamento centralizador em termos de fontes de recursos e descentralizador no que diz respeito à função das agências governamentais.

## 2 A CAMINHO DAS REFORMAS INSTITUCIONAIS

A sociedade civil ingressou na década de 80 determinada a retornar a padrões democráticos. Em 1982, restabeleceu-se a eleição direta para os governos dos Estados e a oposição ao regime militar venceu de forma expressiva, fazendo boa parte dos governantes, inclusive nas unidades da federação mais importantes em termos econômicos. Com isto, cresceu a necessidade de reformulação do pacto social, notadamente no que se refere à questão do equilíbrio federativo e entre os poderes da República.

O modelo econômico, por sua vez, sustentáculo do regime político, pela performance das taxas de crescimento, mostrou toda a sua fragilidade a partir do aprofundamento da crise do balanço de pagamento. De acordo com TAVARES (1997), a chamada "diplomacia do dólar forte", implementada por Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, a fim de recuperar o papel do dólar como moeda de reserva internacional, elevou os juros internacionais entre 1979 e 1982, cujas taxas nominais atingiram 22% ao ano no mercado monetário americano.

O efeito mais evidente e prejudicial para o Brasil manifestou-se no crescimento da sua dívida externa, em razão de os contratos serem estabelecidos com taxas de juros flutuantes e pela própria interrupção dos fluxos de recursos externos principalmente para boa parte dos países em desenvolvimento, desde a moratória mexicana, em 1982. Com isso, a principal fonte de financiamento do Estado, em boa medida dependente de recursos externos, esgotou-se e os níveis de investimentos públicos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do Setor Público, caíram de forma sensível, como se verifica na Tabela 1. Como decorrência, a partir de 1982, o investimento global da economia, mensurado pela FBCF, também apresentou queda, repercutindo negativamente no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

**TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB, DA FBCF E DA FBCF DO SETOR PÚBLICO**

		1980	81	82	83	84	84	86	87	88	89	90
PIB Real	Variação %	9,2	-4,3	0,8	-2,9	5,4	7,8	7,5	3,5	-0,1	3,2	-4,4
FBCF a preços de 1980	% do PIB	23,6	21,6	20,0	17,2	16,3	16,4	18,8	17,9	17,0	16,7	15,5
FBCF do setor Público	% do PIB	9,5	10,4	9,9	8,5	8,4	8,2	8,8	8,6	8,4	8,1	nd

Fonte: Indicadores IESP, nº 36 p. 42, jan/1995.

A ruptura do fluxo de recursos externos tornou visível os desequilíbrios do setor público e também a entropia do arranjo institucional, em função das desordenadas relações entre as principais agências responsáveis pela condução das finanças públicas do governo Federal: Tesouro Nacional, Banco Central e Banco do Brasil. A discussão do déficit público<sup>4</sup>, até então afastada da agenda governamental bem como das discussões acadêmicas, ganhou relevância. A necessidade de mensurá-lo também tornou evidente a inconsistência dos instrumentos de controle e acompanhamento, notadamente no que se refere aos orçamentos e aos seus respectivos registros contábeis.

Como corolário de todas essas questões explicita-se o desconhecimento das finanças públicas do governo Federal e a absoluta ausência de transparência do gasto público e, como decorrência, das ações governamentais. Sobre o primeiro aspecto, digno de menção o reconhecimento de PARENTE (1988, p.4), um dos dirigentes da então recém-criada Secretaria do Tesouro Nacional: "é importante registrar que, sem entrar na discussão das políticas recomendadas a partir de 1983, a presença do FMI no País teve o mérito de provocar a necessidade de conhecermos melhor nossas próprias contas e estatísticas referentes às finanças públicas".

No que diz respeito à transparência, em 1988, após o encerramento de sua gestão como Secretário do Tesouro Nacional, CALABI (1988, p. 50-53) forneceu alguns elementos que ajudaram a entender a relutância para o início da reforma e o porquê de ela não ter se iniciado ainda na administração do ministro do

<sup>4</sup> DOELLINGER (1983) foi o primeiro a expor uma conta com déficit.



Planejamento Antonio Delfim Netto, apesar de se saber da dimensão da entropia institucional: "Não era só essa questão de manobrar os números, mas também de usar o dinheiro de acordo com os interesses de pessoas, de grupos ou setores. Naquela época um determinado gasto podia ser promovido sem que ninguém fora do círculo restrito do poder soubesse, sem que passasse por autorização do Congresso. Por uma simples determinação, muitas vezes telefônica, ao Banco do Brasil, o ministro da Fazenda podia abrir um determinado crédito, e o Banco Central era obrigado a emitir para suprir de recursos a famosa conta movimento do Banco do Brasil [...]. E foram abertas diversas caixas pretas" [grifo JMG].

Expõe-se, portanto, a natureza centralizadora das decisões acerca do gasto público e a sua circunscrição exclusiva na esfera do poder Executivo, com amplos poderes para o ministro da Fazenda e também para o Conselho Monetário Nacional. Em outras palavras, as prioridades governamentais eram as prioridades do Executivo e, mesmo nesse âmbito, a escolha se restringia a um grupo muito reduzido de tecnocratas. O processo era respaldado pelo arranjo institucional que propiciava ampla flexibilidade e um alto grau de discricionariedade na realização do gasto.

As contas públicas, por sua vez, tornavam-se cada vez menos visíveis para o Poder Legislativo e completamente desconhecida para os demais atores representativos da sociedade. O Orçamento Geral da União, durante todo o período compreendido entre 1964 e 1985, apresentava equilíbrio, mas não continha uma grande parcela das despesas, tanto de ordem fiscal quanto de ordem financeira. Em termos de abrangência, as receitas e despesas submetidas ao controle do Poder Legislativo, e da sociedade de uma forma mais ampla, não ultrapassavam um terço do conjunto do gasto. Os outros dois terços eram realizados por centros de decisão muito restritos: metade representava os dispêndios da administração descentralizada, que tinham o seu orçamento aprovado por meio de decretos do poder Executivo. As dotações constavam do OGU em montantes globais, mas não podiam ser alteradas, conforme apontado no capítulo anterior; a outra parte estava expressa nos gastos com

os fundos e programas embutidos no Orçamento Monetário, conforme anotado no capítulo anterior.

Considere-se, em complemento, conforme descrito no capítulo anterior, o contexto da reforma administrativa promovida em 1967 pelo Decreto-lei nº 200 e o seu reflexo sobre o acréscimo do número de agências governamentais com autonomia financeira, ensejando o crescimento da burocracia "para fora". Esse processo de descentralização aumentou à margem de discricionariedade na decisão das políticas públicas e privilegiou interesses de determinados setores que, acoplados a segmentos da burocracia, conseguiam interferir no direcionamento de parcela expressiva dos gastos públicos.

Os comentários acima corroboram as afirmações sobre a natureza centralizadora e fechada dos gastos e por decorrência da ação governamental, porque o poder de decisão no período de 1964 a 1985 sempre esteve muito circunscrito ao poder Executivo. Mesmo nesse âmbito, restringia-se a um reduzido número de técnicos do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil e do Banco Central. Para agravar o quadro, a discussão não ocorria sequer no espaço do Parlamento, instituição que personifica as democracias representativas, por mais formais que sejam.

Em meados dos anos 70, os decisores da política econômica seguiram na implementação do programa de industrialização definido no II Plano Nacional de Desenvolvimento com o intuito de substituir importações de bens intermediários e de capital. (CASTRO, 1985, p.11-95) Esta decisão implicou, obviamente, maiores gastos pelo governo que, além dos mecanismos de endividamento interno proporcionados pela Lei Complementar nº 12/71, que financiavam os fundos e programas inseridos no Orçamento Monetário, passou a recorrer em larga escala aos recursos de origem externa, pelo menos até o período em que eles estiveram disponíveis. O esgotamento da oferta de crédito internacional revelou a total fragilidade a que estava exposta a economia brasileira em termos do seu padrão de financiamento.

Diante da dificuldade de financiar o gasto público, em função da reversão do fluxo voluntário de empréstimos externos, o governo Federal se viu impelido a proceder o ajuste em suas contas. Esse quadro contribuiu para acelerar o processo de reorganização institucional das finanças públicas, a partir de meados dos anos oitenta, exatamente pela necessidade de readequação da estrutura institucional e da redefinição da estrutura de financiamento de uma parcela relevante dos gastos federais.

## **2.1 As Modificações que Antecederam a Constituição de 1988**

A conjuntura de instabilidade do início dos anos 80 induziu o governo, diante de um iminente quadro de falta de capacidade de pagamento, a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) com o objetivo de obter aval para a renegociação de sua dívida externa. Nessa circunstância, para seguir as normas desta instituição, o País teve de submeter-se às "condicionalidades", mediante a assinatura de "Cartas de Intenções", obrigando-se a cumprir metas para as principais variáveis macroeconômicas: políticas fiscal e monetária, déficit público, balanço de pagamentos e níveis de preço (CALABI e PARENTE, 1990, p.3).

Como parte das conversações, o modelo de ajustamento da economia brasileira foi feito com base na concepção do FMI. De acordo com o diagnóstico desse organismo, um dos elementos centrais do desajuste se relacionava com o volume excessivo de crédito, cujo principal demandante era o setor público, permanentemente deficitário. Assim, tornava-se necessária a imposição de severos limites de crédito ao governo e a implementação de um controle rigoroso sobre os gastos governamentais. Essas medidas constituíam aspectos centrais na estratégia de política econômica estabelecida. Nesse sentido, a redução dos gastos governamentais, para reduzir o impacto sobre as

necessidades de financiamento do setor público, passou a exercer um papel central nas medidas de ajustamento.

Sob o prisma político, não é demais reforçar a idéia de que as mudanças provocadas pelo processo de abertura democrática, especialmente impulsionadas pela pressão da sociedade no movimento que reivindicou o restabelecimento das eleições diretas para presidente, influenciaram diretamente na recomposição do pacto político. Não se cogita que o novo pacto tenha resultado em um governo baseado em interesses populares, mas o retorno de padrões democráticos mínimos permitiram que a sociedade despertasse para a questão do processo de escolha das ações do Estado e da possibilidade de controle sobre as mesmas. Isso passa, necessariamente e antes de tudo, pela transparência das informações. Além do mais, o jogo democrático pressupõe aumento de pressão por parte de grupos de interesses e, conseqüentemente, maior porosidade do Estado em relação à sociedade.

Os potenciais mecanismos desequilibradores das finanças do governo Federal nunca foram desconhecidos pelos principais decisores da área econômica. Todos os ministros da Fazenda do período entre 1965 e 1985<sup>5</sup> tinham conhecimento da "anomalia institucional", inclusive sobre o que representava a Conta Movimento. "Com o passar do tempo, já fora do Governo, fui notando que a Conta Movimento só crescia [...]. Levei o assunto ao ministro Delfim (durante o Governo Costa e Silva), e ele me disse: 'Casemiro, puxa...está crescendo. Não tinha visto que havia crescido tanto! Foi bom você me avisar. Vamos ficar de olho nesse negócio. Mas é muito complexo, você sabe ... E a gente precisa também levar bem as relações com o Banco do Brasil. Isso é muito delicado'. Sai Delfim e entra o Simonsen, e eu fui lá falar com ele: 'Mário, se o débito líquido do Banco do Brasil, em conta aberta, já é igual à base monetária, isto significa que a base monetária está entrando em circulação através do Banco do Brasil.

---

<sup>5</sup> Em ordem cronológica, foram ministros da Fazenda nesse período: Octávio Gouvêa de Bulhões, Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Carlos Rischbieter e Ernane Galvêas.

Que negócio é este? Voltamos ao tempo da SUMOC. Pior. O Banco do Brasil está absorvendo o Banco Central'. Mas o ministro Simonsen disse que tinha comprado outras brigas e não ia comprar mais essa" (GOUVÊA, 1994, p.157).

Na mesma direção, TEIXEIRA (1990, p.157) argumenta que, mesmo antes da crise cambial de 1982, estudos do Departamento Econômico do Banco Central já apontavam as disfunções causadas pelas relações entre Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional: "os problemas oriundos da condição de autoridade monetária de fato que o Banco do Brasil ostentava e os inconvenientes do BACEN administrar fundos de fomento. A política monetária tendia a ficar cada vez mais comprometida, pelo aumento do tamanho e crescente rigidez do passivo não-monetário do Banco Central, derivada das necessidades de acomodar as operações de cunho fiscal executadas no âmbito do Orçamento Monetário".

Segmentos da burocracia envolvidos com a operacionalização dos instrumentos de crédito ou trabalhando no assessoramento a centros de decisão relevantes, como era o caso do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional, ampliam conhecimentos e se conscientizam dos aspectos políticos (e a sua natureza clientelista) que caracterizavam as operações de todas as linhas de financiamento oferecidas pelo Banco do Brasil e pelo Banco Central, por meio das quais se concediam privilégios a determinados setores.

Os primeiros debates ocorreram no início dos anos 80, em reuniões informais, coincidindo com o aprofundamento da crise internacional. A natureza operacional do trabalho e o processo de despolitização que caracterizaram o período não impediram que esses técnicos fossem formando um juízo crítico sobre a atuação das redes políticas, através da pressão exercida por alguns setores econômicos, em especial, aqueles ligados à agricultura, cujo corolário era o descontrole dos gastos inseridos no Orçamento Monetário.

A discussão surgiu a partir de um diagnóstico setorial, mas à medida em que avançava, outras dimensões do problema vieram à

tona. A primeira, que hoje parece tão óbvio, era que ninguém mais conhecia o setor público. Este ponto se tornou claro quando foi assinado o primeiro acordo com o FMI, no qual entre as "condicionalidades" se exigia a fixação de metas para a redução do déficit público. A precariedade dos dados e a impossibilidade de consolidá-los, inviabilizava o cálculo das "Necessidades de Financiamento do Setor Público Não-financeiro"<sup>6</sup>, o que demonstrava o "primitivismo institucional", para utilizar a definição de um dos entrevistados por GOUVÊA (1994, p.195).

A segunda dimensão do problema relacionava-se à completa falta de visibilidade na execução dos gastos governamentais. Se os instrumentos de controle se mostravam precários até para os condutores da política econômica, os componentes do Poder Legislativo e a sociedade de um modo geral ignoravam por completo o processo de decisão. Em função dessa ausência de um arranjo institucional que permitisse a transparência da ação do governo, abria-se um espaço imenso para os decisores do Ministério da Fazenda e do CMN, para onde convergiam as pressões setoriais.

A terceira dimensão derivava diretamente da segunda e dizia respeito à ausência de escolhas de prioridades. Dado que o arcabouço institucional, conforme apontado, permitia o crescimento do volume de gasto proporcionado, independente dos recursos tributários disponíveis, atendia-se à demanda de diversos setores econômicos. Em termos práticos, a oferta de crédito, basicamente originária das agências governamentais, ajustava-se às demandas dos segmentos econômicos cujos interesses prevaleciam.

O Banco do Brasil usava como fonte os recursos da Conta Movimento, sem o controle até mesmo do Conselho Monetário Nacional, como se previu na concepção desse instrumento, enquanto o Banco Central tinha à sua disposição a possibilidade de expandir a dívida pública, por intermédio da Lei Complementar nº 12/71, sem autorização do Poder Legislativo. Tais mecanismos ampliavam ainda

---

<sup>6</sup> Conceito utilizado pelo FMI para a mensuração do déficit público. Vários trabalhos trataram desse tema, entre os quais, RAMALHO (1997, p.39-150).

mais o grau de autonomia dos decisores adstritos ao Ministério da Fazenda e ao CMN, pois, além da coordenação de todos os instrumentos de política econômica, usufruíam alta discricionariedade não apenas quanto à utilização dos recursos, mas também quanto à sua expansão.

Já no princípio dos anos 80, uma parcela da burocracia estava convencida da impossibilidade de se exercer controle sobre o gasto em razão dos mecanismos engendrados pelo aparato institucional. Os estudos sinalizavam para um elenco de questões bem mais amplas "que hoje fazem parte de qualquer agenda sobre a reforma do Estado. Estes problemas eram principalmente as relações do Executivo com o Legislativo, as relações do Executivo com as lideranças empresariais e políticas, as prioridades de financiamento do setor público, além de levantar a questão da centralização excessiva de poder nas mãos da área financeira do governo. Cinco questões, que, com nomes mais sofisticados - crise do Estado, modernização do Estado, governabilidade, perda da capacidade decisória do Poder Executivo, relações público-privado - preocupavam também a comunidade acadêmica, que certamente, com o debate que suscitavam, teve sua influência neste processo de tomada de consciência" (GOUVEIA, 1994, p.200-201).

Em síntese, desde o início dos anos 80, um grupo de técnicos de algumas agências governamentais já havia acumulado conhecimento suficiente para constatar a entropia do desenho institucional, principalmente no que se refere à simbiótica relação entre o Banco Central e o Banco do Brasil e entre ambos e o Tesouro Nacional, por meio de mecanismos que se tornaram bastante peculiares: a Conta Movimento, o Orçamento Monetário e a Lei Complementar nº 12/71.

Dessa forma, o que explica a protelação das medidas para o saneamento das finanças públicas é o fato de as características desse arranjo se adequarem perfeitamente ao modelo de concentração financeira e de centralização política pelo governo Federal. Os mecanismos de financiamento disponíveis às autoridades do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional e o grau de



autonomia outorgada aos decisores das agências governamentais descentralizadas proporcionavam uma flexibilidade ilimitada para a escolha das prioridades e para a realização de pelo menos 2/3 dos gastos públicos sem dar conhecimento sequer aos membros do Parlamento.

Somente em agosto de 1984, o CMN, por meio do Voto nº 283/84, autorizou a formação da Comissão para o Reordenamento das Finanças Públicas, que ficou conhecida na opinião pública como a Comissão da Reforma Bancária. A profundidade das medidas recomendadas na conclusão do trabalho outorga-a o status da sua denominação original. Dela participaram 106 técnicos da área econômica, do BACEN e do Banco do Brasil, tendo como principal objetivo a elaboração de um diagnóstico abrangente sobre a organização das finanças públicas e a consolidação de propostas para reestruturá-la.

A Comissão foi subdividida em quatro grupos de trabalho, cada um deles responsável por um dos seguintes temas: dívida pública mobiliária da União; compra de produtos agrícolas e programas oficiais de crédito; relações institucionais entre o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil; e, reformulação administrativa da Comissão de Programação Financeira (CPF), órgão que integrava a estrutura do Ministério da Fazenda. O diagnóstico e as propostas foram feitos em quatro meses, contribuindo para essa rapidez o fato de os estudos nunca terem sido abandonados desde o começo dos anos 80. Além disso, muitos dos técnicos haviam participado do Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (COMOR), instituído cerca de um ano antes da Comissão pela Portaria Interministerial MF/Seplan nº 200, de 29.07.83 (DOU de 02.08.83), para assessorar a área econômica na matéria relacionada aos orçamentos públicos, e tendo como objetivo o controle da emissão de moeda e do déficit público.

As principais autoridades da área econômica nunca estiveram interessadas nas alterações, exceto quando houve uma reversão do quadro político e se deu como certa a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, após a frustração do "Movimento das Diretas-



já". Daí em diante, os integrantes da burocracia que participaram do processo de discussão demonstraram vontade em aprovar as reformas o mais rapidamente possível, mas enfrentaram uma série de percalços inclusive do Poder Judiciário. A implementação das medidas foi suspensa e, mesmo com o início da "Nova República", não havia indicação de que se pudesse reencaminhá-las. O conjunto será detalhado mais adiante. Antecipando a discussão, apenas uma delas prosperou, o que devendo-se atribuir o êxito ao conhecimento técnico da burocracia que, em alguns momentos, usa subterfúgios operacionais para contornar decisões políticas ou a falta delas na ausência de consenso.

O Conselho Monetário Nacional deveria apreciar o conjunto das propostas em sua reunião de 13.12.1984, mas não o fez em função das reações contrárias. De qualquer forma, constou da pauta o exame da programação monetária para o exercício de 1985, fato suficiente para que os técnicos atuassem no sentido de limitar o volume de crédito. Assim, foi proposto que os empréstimos do Banco do Brasil deixassem de ser considerados como operações ativas da autoridade monetária. Adicionalmente, os depósitos a vista, neste banco, não mais comporiam a base monetária.

Na prática, isso significaria o congelamento do saldo da Conta Movimento, uma vez que o Banco do Brasil ficaria impossibilitado de sacar recursos desta conta e ainda teria de reduzir o seu saldo gradualmente. Tais medidas representariam um aperto na oferta de crédito e, por decorrência, uma limitação dos dispêndios do governo, à margem da vontade dos decisores principais, inclusive do presidente João Baptista Figueiredo. Porém, a Justiça Federal concedeu liminar à Ação Popular impetrada por um parlamentar do PMDB, Elquisson Soares, pela qual suspendeu-se os efeitos das medidas adotadas na reunião do CMN.

As autoridades econômicas do governo Figueiredo reexaminaram suas posições e passaram a defender a necessidade de reorganização das finanças públicas, em razão da certeza que se formou sobre a vitória da oposição. Tratou-se, portanto, de uma manobra para impor limites à flexibilidade e autonomia aos gastos públicos,

amplamente conhecidos pelos decisores do governo militar. Os técnicos, por sua vez, agiam motivados pela possibilidade de o novo pacto político trazer embutido uma força bem maior para o Poder Legislativo nas decisões do governo, o que poderia ampliar as chances de as práticas clientelistas avançarem e, como consequência, aumentar a pressão sobre os dispêndios. Assim, para os técnicos, a opção para contrapor a nova correlação de forças seria tornar as contas públicas o mais transparente possível.

No começo do governo da Nova República, o jogo político se tornou mais complexo e o campo de ação da burocracia se estreitou. Francisco Dornelles - que, aliás, havia participado dos debates -, recém-empossado Ministro da Fazenda, mostrou-se contrário às mudanças, provavelmente por perceber a dimensão que isso representaria em termos de perda de poder. De qualquer forma, vários integrantes da comissão permaneceram em postos de assessoramento na área econômica. João Batista de Abreu, um dos líderes dos técnicos, assumiu a chefia da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, o que permitia uma rápida mobilização assim que houvesse uma reabertura de espaço para o retorno da discussão.

A conjuntura viria a mudar com a elevação do índice inflacionário e a indicação de que não se dispunha de mecanismos capazes de controlar os gastos governamentais e o próprio déficit público. Em regimes democráticos, como acentua LOUREIRO (1997, p.7-8), fatores contingenciais, entre os quais a iminência de um processo hiperinflacionário, pode ampliar a autonomia das autoridades econômicas. No fim de 1985, já se discutiam medidas mais profundas para o controle da inflação.

Este foi o momento em que o espaço da burocracia, como de resto de toda a equipe econômica, seria novamente alargado. O diagnóstico dos economistas do governo (ex-integrantes da oposição) acerca da necessidade premente da reorganização das finanças públicas passou a convergir com o diagnóstico constante do relatório da Comissão para o Reordenamento Financeiro do Setor Público. Assim, junto com o Plano Cruzado iniciou-se o redesenho da arquitetura institucional do setor público. Aliás, como se verá

um pouco mais à frente, uma das medidas precedeu o plano antiinflacionário.

Segundo KLIKSBURG (1992), o retorno de padrões democráticos trazem em si, necessariamente, o crescimento dos debates pelos atores e grupos de interesses em torno das políticas públicas. Qualquer mudança que potencialmente possa alterar o *status quo* enseja disputas dos grupos que apoiam as alterações, bem como dos segmentos contrários. Apesar da crise de financiamento e da necessidade que se impunha para a implementação das medidas, naturalmente, houve forte oposição, principalmente da diretoria e dos funcionários do Banco do Brasil. O jogo deu-se no Congresso Nacional, tendo como principais atores os parlamentares tradicionalmente vinculados ao Banco do Brasil, entre os quais o então líder do partido do governo, deputado Nelson Marchezan.

O presidente do Banco do Brasil, mesmo participando das discussões, nunca escondeu sua oposição às mudanças, especialmente aquelas que retiravam o poder emissor e a condição de agente financeiro do Tesouro Nacional. No caso dos funcionários, tornou-se claro o receio da perda de *status quo* que lhes permitia usufruir de prestígio junto à comunidade e se traduzia como vantagens salariais em relação aos seus pares da iniciativa privada.

No Banco Central, os opositores estavam reunidos nas áreas incumbidas dos fundos e programas e das carteiras de fomentos. A razão era absolutamente óbvia: nichos de poder constituídos em anéis burocráticos, dos quais participavam funcionários desses setores. Nos primeiros meses do novo governo, os partidos políticos, em geral, manifestaram-se contrários, mas o núcleo do argumento sempre se prendeu à necessidade do aprofundamento dos debates, nunca em termos da adequabilidade das mudanças sob o prisma técnico. Na realidade, os parlamentares, assim como diversos segmentos da sociedade, segundo observação de PARENTE (1988, p.13) não tinham a devida clareza que o conjunto de medidas significaria "uma ampla transferência de poderes do poder

Executivo, particularmente da área econômica, para o Congresso Nacional".

Os entraves discutidos e a profundidade das medidas propostas para reestruturação fizeram com que fossem implementadas de forma gradual, mas sem jamais perder de vista o objetivo da desmontagem dos mecanismos que permitiam a autonomia e um alto grau de discricionariedade para a realização do gasto público. A nova configuração das finanças públicas deveria, antes de tudo, alcançar os princípios orçamentários da unicidade e da universalidade<sup>7</sup>, isto é, uma só peça abrangendo todas as fontes de receitas e todos os gastos previstos.

Esses seriam os pressupostos básicos para se dar visibilidade às ações do Estado, criando a condição necessária para o acompanhamento dos gastos públicos pela sociedade, possibilitando-lhe, inclusive, atuar na escolha de políticas públicas. Além disso, deveria auxiliar o aprimoramento da gestão dos recursos públicos, por meio da criação de mecanismos que permitissem uma quantificação mais precisa e uma avaliação da qualidade do gasto, além, evidentemente, de perseguir o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Assim, o diagnóstico e as recomendações contidos no relatório final e até mesmo nos relatórios parciais dos grupos e subgrupos da Comissão para o Reordenamento Financeiro do Setor Público, serviram de base para as reformas implantadas pelo governo da Nova República. As medidas mais importantes diziam respeito ao fim da simbiótica relação entre Tesouro Nacional e Autoridades Monetárias, entendendo-se como tal o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Banco do Brasil S.A.<sup>8</sup>.

As propostas tiveram sua implementação iniciadas ainda em 1985. Importante ressaltar, que, conforme referenciado, uma das

---

<sup>7</sup> Sobre os princípios orçamentários, ver GIACOMONI (1998, p.66-72).

<sup>8</sup> Vários trabalhos tratam exaustivamente o elenco de medidas: (PARENTE 1988); (OLIVEIRA et al, 1988); (BIASOTO et al, 1990); (PARENTE e CALABI, 1990); (TEIXEIRA, 1990); (GOUVÊA, 1994). Por essa razão concentrar-se-á no efeito sobre a decisão do gasto.

razões que as viabilizaram foi o fato de a maioria dos participantes da Comissão ter permanecido próxima a centros de decisão no novo governo. Os primeiros passos desta implementação ocorreram quando da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 1986. Mais uma vez consistiu em uma ação da burocracia, nessa fase, já mais próxima da sintonia com o novo governo que, por sua vez, detinha as "precondições de legitimidade", para utilizar a expressão de Pedro Parente.

Por decisão do Ministro João Sayad, com assessoramento de vários integrantes da Comissão, o projeto de Orçamento para 1986 contemplou os dispêndios de natureza fiscal. Nessa fase, incluíram-se os gastos de natureza não-reembolsável efetuados pelo Banco do Brasil e pelo Banco Central. Segundo BIASOTO Jr. et al (1990, p.58): "Intentava-se ali agregar as contas de natureza fiscal, que transitavam pelo Orçamento Monetário, ao Orçamento Geral da União." Com isso, muitas rubricas de despesas executadas no Orçamento Geral da União passaram a ser submetidas ao Poder Legislativo. Entre as principais encontravam-se: despesas com as contas trigo café, açúcar, compra de produtos agrícolas no âmbito das Aquisições do Governo Federal, subsídios ao setor agropecuário, todos os custos vinculados à política de preços mínimos, créditos subsidiados à exportação, dispêndios com o setor de álcool, financiamento dos estoques reguladores, custos com os encargos da dívida mobiliária. Com surpresa para a opinião pública, o orçamento que apresentava uma situação equilibrada desde o princípio da década de 70, passou a revelar o déficit já no exercício de 1986.

A segunda medida do novo desenho foi o congelamento do saldo da Conta Movimento do Banco do Brasil no Banco Central ao saldo de janeiro de 1986, o que significou o fim de uma importante fonte de gasto governamental em que o Executivo exercia grande autonomia na escolha da programação. Chama a atenção o fato de a medida ser encaminhada por meio do Voto nº 283/84 do Conselho Monetário

Nacional, comprovando a hipótese de que o bloqueio desse mecanismo poderia ter sido resolvida muito antes, sem qualquer empecilho de natureza jurídico-institucional.

Os setores contrários às mudanças incorporaram em sua argumentação o pretense caráter antidemocrático das alterações, porque não foram submetidas à deliberação do Congresso Nacional. Em verdade, do ponto de vista político, significava o contrário, ou seja, concentrava-se poder em mãos de uns poucos decisores, especialmente da burocracia ligada ao crédito agrícola. O aspecto relevante da decisão do CMN, além dessa autonomia, foi a destituição do Banco do Brasil da condição de autoridade monetária ao lhe ser subtraída a possibilidade de realizar operações ativas sem possuir reservas necessárias. Isto significou o fim do poder emissor dessa instituição e era uma das precondições para o Ministério da Fazenda recuperar o controle sobre importantes variáveis da política fiscal.

Em março de 1986, a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), representou outra medida relevante, sendo-lhe atribuída incumbências abrangentes e ambiciosas. Considerava-se que na estrutura do Ministério da Fazenda, não havia um órgão técnico suficientemente capacitado para conduzir a "nova" administração financeira da União e uma execução eficiente do orçamento. A STN passou a exercer o papel de órgão central do Sistema de Programação Financeira do Tesouro Nacional e dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, anteriormente exercido respectivamente pela Secretaria Executiva da Comissão de Programação Financeira (CPF) e Secretaria Central de Controle Interno (SECIN). Além de uma série de outras competências, das quais destacam-se as mais complexas:

- a) controlar todas as operações realizadas por conta e ordem do Tesouro Nacional, seja como mutuário ou financiador;
- b) acompanhar todos os possíveis impactos nas finanças públicas da União decorrentes da atuação e

desempenho dos governos estaduais e municipais, das instituições financeiras e das empresas estatais;

- c) acompanhar os fluxos das operações de crédito internas e externas visando compatibilizá-las com a execução financeira e orçamentária;
- d) controlar as responsabilidades e haveres do Tesouro Nacional decorrentes de financiamentos, empréstimos, garantias, avais e participação acionária.

Essas atribuições eram exercidas de forma descentralizada por vários órgãos, como apontado ao longo deste capítulo, cada um com peculiaridades, culturas e interesses distintos. O novo órgão deveria nascer forte para conduzir com efetividade a administração financeira da União. Para conduzi-lo se recorreu aos quadros da burocracia permanente, entre os quais vários membros que haviam participado da Comissão para o Reordenamento Financeiro e, posteriormente, exerceram cargos de direção na STN: Cincinato Rodrigues Campos, Claudiano Manoel Albuquerque, Edson Alves Sá Teles, Fuad Jorge Noman Filho, José Augusto Varanda, Luís Fernando Gusmão Wellisch, Luiz Antonio Andrade Gonçalves, Luiz Jorge de Oliveira, Nelmar de Castro Batista, Odair Lucietto, Paulo César Ximenes Alves Ferreira, Pedro Pullen Parente.

Uma inovação valiosa, já no âmbito desse novo órgão, deu-se na prática da execução orçamentário-financeira, quando, em janeiro de 1997, passou-se a fazê-la em tempo real, com registros automáticos, através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Entre outras vantagens, o Sistema tornou possível maior agilidade quanto à disponibilidade das informações do governo Federal e deu transparência à destinação dos recursos. Este sistema, já na primeira fase de sua implementação interligou mais de 2.000 mil unidades de gasto, representando mais de 90% dos dispêndios realizados pelo governo Federal. Ele se tornou conhecido na mídia em 1992, quando o Senador Eduardo Suplicy, por meio de consultas ao Sistema, revelou os gastos com organizações fantasmas em Canapi - AL, prenunciando então, todos os problemas



posteriormente relatados pela CPI PC/COLLOR, que resultaram no afastamento do presidente Fernando Collor de Mello.

Cerca de um ano e meio depois da criação da Secretaria do Tesouro Nacional, o Banco do Brasil e, principalmente, o Banco Central ainda desempenhavam algumas funções que foram definidas para o novo órgão. Na realidade, o próprio processo de unificação do orçamento permanecia pendente. Em junho de 1987, no contexto do Plano Bresser, empreendeu-se uma série de medidas em continuidade à montagem do novo arcabouço institucional para as finanças públicas. O referido Plano baseou-se no diagnóstico de que o déficit público era o principal motivador do recrudescimento da inflação em 1987, depois da implementação do Plano Cruzado. Como corolário, para conter as taxas de inflação, foram tomadas algumas medidas rigorosas no que concerne ao controle dos mecanismos de gastos, reforçando a observação de LOUREIRO (1997, p.7), de que "certos fatores contingenciais, como os imperativos de uma grave crise econômica "fortalecem a posição das equipes econômicas e facilitam a adoção de propostas de maior alcance.

Assim, constituiu-se o Orçamento das Operações Oficiais de Crédito - como parte integrante do Orçamento Geral da União - para o qual se transferiu, nos termos do Decreto nº 94444/87, Art. 1º, "todos os demais desembolsos [além dos itens incluídos no orçamento do ano de 1987] e ingressos da União, de qualquer natureza e forma, incluindo aqueles decorrentes dos programas e operações oficiais de crédito e de aquisição de produtos agropecuários, bem assim fundos públicos especiais de qualquer origem, ainda que vinculados a órgãos ou entidades da administração federal, e as respectivas disponibilidades". O Banco Central e o Banco do Brasil perderam definitivamente a sua condição de órgãos financiadores e condutores das operações de fomento ao amparo do Orçamento Monetário. Todas as receitas e despesas dos diversos programas em operação nessas instituições passaram a ser administradas, a partir de 1988, pelo Ministério da Fazenda, mais especificamente pela STN. O advento desse Orçamento significou uma enorme redefinição no relacionamento entre o Banco



Central e o Banco do Brasil e entre ambos e o Tesouro Nacional e nas funções desempenhadas por cada um deles.

As modificações ultrapassaram o aspecto de se reunir um conjunto de operações de crédito em um orçamento. "Sua criação objetivou reunir, no âmbito do Tesouro Nacional, todos os programas financiados com suprimentos de fundos do Banco Central do Brasil" GUARDIA (1997, p.268). A constituição do orçamento de crédito contribuiu para a recuperação dos princípios da unicidade e universalidade orçamentária, subtraídos durante o regime anterior, visto que uma parcela expressiva dos dispêndios governamentais era financiada com recursos originários dessa fonte.

O Art. 3º do Decreto nº 94.444/87 encerrou a possibilidade da concessão de subsídios a determinados setores sem que se desse conhecimento público, ao dispor que: "Nenhuma operação com recursos do Orçamento de Operações Oficiais de Crédito poderá ser realizada a custos inferiores aos de colocação de títulos públicos federais, salvo se o respectivo subsídio estiver previsto no mesmo Orçamento". De forma complementar, o Art. 4º, proibiu a utilização de suprimento de fundos do Banco Central para quaisquer modalidades de operações de crédito e limitou a emissão de títulos em níveis suficientes apenas para atender o serviço da dívida e para suprir eventuais déficits previstos no OGU.

Na mesma direção proposta pela Comissão para o Reordenamento Financeiro do Setor Público, incluiu-se, nos itens das medidas adotadas pelo Plano Bresser, nos termos do Decreto nº 94.443/87, Art. 1º, a transferência do Banco Central para o Ministério da Fazenda das seguintes responsabilidades em relação aos serviços de colocação e resgate de títulos da dívida pública mobiliária federal: planejamento, supervisão e controle. Em outras palavras, o Ministério da Fazenda assumiu a integral responsabilidade pela administração do endividamento do governo Federal, com anuência e aprovação do Congresso Nacional, uma vez que essa fonte de recursos também passou a compor a proposta orçamentária. Não se deve perder de vista que esta, como todas as demais atividades

transferidas para o Ministério da Fazenda, foram delegadas para execução na Secretaria do Tesouro Nacional. No caso específico da administração da dívida, a delegação de competência deu-se através da Portaria nº 430, de 22.12.87.

Este conjunto de reformulações propiciou as condições para a transformação da natureza do relacionamento entre o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil, de modo que cada um passasse a desempenhar funções mais peculiares e tradicionais à sua finalidade. Mais do que isto, ao desmontar o arranjo institucional com tamanha concentração de poder e alto grau de discricionariedade nas decisões governamentais, fundaram-se as bases para dar transparência ao destino dos recursos públicos e das ações do Estado.

O processo de unificação orçamentária foi concluído durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e inserido como norma da Constituição de 1988. Conforme a análise que se desenvolverá na próxima seção, a reorganização institucional das finanças públicas não só ganhou os contornos definitivos - muito próximos das propostas da Comissão - como ampliou o espaço de debate na arena do Legislativo, tanto em termos de conteúdo, como de tempo.

## **2.2 Desenho Institucional para o Gasto Público a partir da Constituição de 1988**

Nos anos oitenta, por força da crise da dívida externa e os respectivos desdobramentos para os países periféricos, inclusive para o Brasil, findou-se a ilusão de se manter as altas taxas de crescimento econômico verificada nas três décadas anteriores. Ao mesmo tempo, aumentou a consciência da população sobre a necessidade de retorno ao caminho democrático. Como assinalam MELLO e NOVAIS (1998, p.651): "Quase todos os que saíram às ruas brandavam por muito mais do que eleições diretas para presidente:

desejavam um outro modelo econômico e social, que supunha um Estado verdadeiramente democratizado".

Não se restabeleceu a eleição direta para presidente em 1984, como se pretendia, mas, no Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, sagrou-se vencedora a "Aliança Democrática", constituída por um e complexo bloco político, no qual estavam presentes um amplo espectro de interesses. Entre estes, encontravam-se os de perfil reformista, com convicção marcante sobre a necessidade de reorganização do Estado a partir de um novo pacto social e político. Neste contexto, instalou-se a Assembléia Nacional Constituinte em 1987 para rescrever o novo pacto na Carta Magna, que foi promulgada em 05 de outubro de 1988 e visou: "instituir um Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça", conforme explicitado em seu Preâmbulo.

Entre os objetos das discussões dos constituintes constava a preocupação quanto à amplitude de atuação do Congresso Nacional. A convicção sobre a necessidade de se resgatar o Parlamento como o locus privilegiado das discussões e do encontro das soluções para o País nunca se afastou dos debates. Um ponto estratégico para se atingir este intento vinculava-se intrinsecamente à recuperação das prerrogativas do Legislativo no que diz respeito à discussão da alocação dos recursos para as políticas públicas, seu impacto sobre as finanças e a própria transparência das contas governamentais.

A dimensão dessa preocupação pode ser percebida pelo fato de os constituintes terem reservado um capítulo inteiro da Constituição de 1988 para definir os aspectos atinentes às finanças públicas. O tema foi apreciado no âmbito da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças - presidida e relatada, nesta seqüência, pelos deputados Francisco Dornelles e José Serra. Pela necessidade de se estabelecer a sistematização da participação do Parlamento no processo orçamentário, o assunto também foi tratado na Comissão da Organização dos Poderes e

Sistema de Governo, mais especificamente, na Subcomissão do Poder Legislativo, que foi presidida pelo deputado Bocayuva Cunha e relatada pelo deputado José Jorge.

De um modo geral, não houve polêmicas muito acirradas sobre a matéria "Finanças Públicas". Os Anais da Assembléia Constituinte evidenciam que os constituintes mais ativos na definição de cada um dos tópicos pertinentes ao assunto não foram muitos, a julgar pela intervenção no encaminhamento das votações. Os parlamentares mais atuantes, de acordo com a AFONSO e GIOMI (1992, p.11), foram: José Serra, José Jorge, César Maia e Fernando Henrique Cardoso. Os constituintes Osmundo Rebouças, Firmo de Castro, José Luís Maia, João Alves e Vilson de Souza, embora sem o mesmo destaque dos primeiros, também participaram ativamente.

Os constituintes não apresentavam divergências mais profundas em suas posições. Com isso, o texto definido inicialmente em cada uma das Comissões sofreu apenas as modificações formais necessárias à sua compatibilização. A estrutura básica do texto, no que concerne ao assunto referenciado, foi mantida desde a redação contida no primeiro substitutivo da Comissão de Sistematização, resistindo até mesmo às alterações promovidas pelo "Centrão". Este agrupamento, embora informal, expressava a aglutinação de parlamentares de alguns partidos. Ficou bastante conhecido na última etapa do processo constituinte pelo fato de promover alteração no regimento interno na ocasião da votação do primeiro substitutivo da Comissão de Sistematização, mediante uma manobra de legalidade questionável, a fim de apresentar emendas substitutivas que implicaram em mudanças integrais do texto inicial.

Desde a primeira fase dos trabalhos até a conclusão do texto final, os constituintes pautaram suas intervenções e decisões perseguindo os mesmos princípios. A orientação primordial centrava-se na perspectiva de tornar o Parlamento um *locus* relevante para o encaminhamento acerca das discussões de políticas públicas, o que remetia à necessidade de se recuperar as prerrogativas do Poder Legislativo na questão da escolha das

prioridades e de sua concretização nos orçamentos. Este ponto era notório desde o início dos trabalhos, como se percebe pelo diagnóstico do RELATÓRIO Final da Subcomissão de Poder Legislativo (1987, p.17): "Essa participação até o momento vem sendo quase nula e tem sido na realidade a causa mais determinante para o esvaziamento do Congresso Nacional. Um Parlamento que não pode debater à exaustão, nem emendar uma matéria tão relevante quanto o Orçamento reduz-se apenas a um colegiado de representantes de um povo que não pode estabelecer suas prioridades na execução das obras que necessita, as quais são, em essência, a natureza da atividade do Governo".

Em verdade, quando se reivindica uma participação efetiva na escolha das prioridades significa discutir a atuação em cada uma das fases do ciclo planejamento-orçamento. No RELATÓRIO da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira (1987, p.2) explicita-se a preocupação de que a estrutura orçamentária tem de ser organizada em harmonia com o "planejamento de curto, médio e longo prazos, dentro dos quais sejam balizadas as prioridades nacionais e regionais e definida a periodicidade para a [sua] execução".

Participar significa, também, discutir as ações de todos os órgãos integrantes do governo que se responsabilizam pela implementação das políticas públicas, para evitar que o Executivo centralize as decisões. Esta preocupação, como se constata no RELATÓRIO da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira (1987, p.3), esteve presente desde os primeiros passos de elaboração do tema e se tornou condição *sine qua non*: "O imperativo de submeter ao exame e deliberação do Congresso Nacional um orçamento do setor público que inclua todo o universo das ações a serem desenvolvidas no âmbito dos poderes e suas entidades, inclusive das empresas estatais".

Os constituintes externalizaram, em adição, no RELATÓRIO FINAL da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças (1987, p.5), preocupação com a transparência do ciclo orçamentário e o seu acompanhamento. Não seria suficiente participar da

definição das prioridades governamentais durante a fase de elaboração dos planos e orçamentos e deixar a seqüência sem controle anual de seu cumprimento em termos de metas físicas". Daí a necessidade de se fortalecer o papel dos organismos de controle externo (Tribunal de Contas) e interno.

Em síntese, no processo constituinte, consolidou-se a idéia da unificação orçamentária, da formalização do ciclo planejamento-orçamento, inclusive quanto ao acompanhamento, da transparência do uso dos recursos públicos e, primordialmente, da recuperação do papel do parlamento como um centro de decisão relevante para a discussão das prioridades governamentais e também das finanças públicas de uma maneira mais ampla.

Essas preocupações faziam parte do rol de temas constantes do diagnóstico e das respectivas propostas elaborados, no princípio da década de 80, pela Comissão para o Reordenamento Financeiro do Setor Público. O enfoque do referido trabalho priorizava os tópicos relacionados ao descontrole das finanças públicas, mas de alguma forma, embutia a idéia do retorno das prerrogativas do Congresso, sobretudo para dar à sociedade maior visibilidade das contas governamentais. Este ponto estava muito claro ao se propor a unificação orçamentária. Neste sentido, o arcabouço institucional para as finanças públicas instituído pela nova Constituição representou a consolidação das propostas ensejadas por um segmento da burocracia, incrementado, evidentemente, pelas preocupações dos políticos, em especial, quanto à ampliação das competências do Poder Legislativo não somente sobre as matérias afeitas ao orçamento, mas também sobre a escolha das ações governamentais. Não foi à toa que a Constituição de 1988 incorporou a unificação orçamentária, estabeleceu instrumentos de ordenação do ciclo de planejamento, e criou, no âmbito do Congresso, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

O ciclo de planejamento-orçamento foi constituído pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos constituem o

circuito formal de decisão. A Constituição também faz referência a planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (inciso IX do Art. 21), a planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento (inciso IV do Art. 48), além de citar explicitamente dois planos setoriais de abrangência nacional: Reforma Agrária (Art. 188) e Educação (§ 3º do Art. 212).

O Plano Plurianual opera como núcleo, atrelando-se a este instrumento a LDO, a LOA e todos os planos e programas supramencionados, visto que todas as propostas, como dispõe a Constituição Federal, Art. 165, § 4º, devem ser elaboradas e aprovadas "em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional". O PPA passa a ser objeto de lei específica para cada período de quatro anos, sendo que o projeto deverá ser encaminhado para exame do Poder Legislativo no primeiro ano de mandato do chefe do Executivo e terá validade até o fim do primeiro ano do governo subsequente. No mesmo Artigo 165, § 1º, será estabelecido: "de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuadas."

O papel de núcleo e o prazo que lhe é atribuído dá a este instrumento a condição de superordenador do sistema de planejamento. Por isso, vários autores entendem que o PPA deve significar a concretização de um programa de governo. SANTOS et al (1998, p.90), por exemplo, afirma que o plano do bloco político que vencer a eleição "deve basear-se em sua plataforma eleitoral". Na mesma direção, GUARDIA (1992, p.61) argumenta que "o PPA, segundo o espírito da nova Constituição, deverá assumir o status de um plano de governo".

Para ser consistente e servir de referência para a sociedade quanto aos objetivos a serem perseguidos durante uma gestão, um plano de governo deve conter, de forma clara, questões estruturais como as fontes de recursos para o financiamento do programa que se pretende implementar, a aplicação e a gestão dos recursos e o



volume de investimentos. A definição desses aspectos influencia e simultaneamente será condicionada pelas metas de política fiscal. Por essa razão, a concepção do Plano Plurianual na Constituição de 1988 "abre um espaço importante de formulação de política fiscal macroeconômica, no lugar dos anteriores Orçamentos Plurianuais de Investimento [...] que se revelaram meras figuras formais" (TEIXEIRA et al, 1990, p.77).

Adicionalmente, o PPA deve conter os objetivos organizados de acordo com os resultados qualitativos a serem perseguidos e a expressão quantitativa dos mesmos estruturados em metas. Em outras palavras, é necessário que a sociedade tenha clareza sobre as seguintes questões: situação-problema que se pretende modificar; quanto de recurso é necessário; que quantidade física de bem ou de serviço será agregada. O Plano Plurianual pode ser considerado como o principal elemento para resgatar a função de planejamento da administração pública, mas não se restringe a este aspecto. Deve ser pensado como um instrumento que permita adequar a programação das ações governamentais com os objetivos de política fiscal, de tal forma que a demanda por recursos se compatibilize com a sua disponibilidade, bem como com as metas previstas para o crescimento do déficit e da dívida públicos, sobretudo, em contextos de restrição das fontes de financiamento.

Embora contemple todo o período de gestão do governo que entra mais um ano do seguinte, é preciso que se tenha presente a preocupação dos constituintes quanto à flexibilidade conferida ao Poder Executivo para a execução do Plano. Este cuidado se faz necessário para evitar que se recaía no excesso de rigidez que contribuiu para a ineficácia do Orçamento Plurianual de Investimentos. Assim, quando o Legislativo examina e aprova o PPA, apesar de o fazer para todo o período de gestão, nos termos apresentados, ele não deve detalhar por ano os objetivos e metas a serem alcançados. O detalhamento será especificado nas outras peças do ciclo de planejamento, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.



O primeiro representa a grande novidade no circuito de planejamento e os constituintes o criaram com o intuito de alongar a discussão da escolha das prioridades e estabelecer vínculo entre o plano e o orçamento. A proposição da LDO surgiu, conforme notaram AFONSO e GIOMI (1992, p. 21-22), quando se discutia a questão do prazo de tramitação da proposta orçamentária. O constituinte César Maia defendia proposição de vigência bianual para o orçamento, a exemplo das experiências inglesa e americana, nas quais o Poder Executivo apresenta a cada ano a versão final ajustada para o período de dois anos e o orçamento para o exercício seguinte. Nessa circunstância, o Parlamento tem o ano inteiro para negociar as prioridades com o Executivo.

Os constituintes José Serra e José Jorge, por sua vez, argumentavam a favor da Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois consideravam que essa ferramenta, além de sua concepção melhor se ajustar à cultura orçamentária brasileira, atendia o pré-requisito de alongar o tempo de discussão do orçamento. Isto seria possibilitado, uma vez que o Congresso receberia do Executivo, conforme concebido para a LDO, a direção da proposta orçamentária: escolha entre as metas arroladas no PPA, definição das prioridades, balizamento das alocações e a sinalização do financiamento dos investimentos.

No plano teórico, analisando-se a amplitude dessas funções, pode-se afirmar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias configura-se como um pré-orçamento, uma vez que define as orientações que presidirão a elaboração do orçamento. Antecipando-se o debate para o primeiro semestre propicia-se oportunidade ao Parlamento para interferir de modo mais ativo no processo orçamentário. Adicionalmente, POLO, AFONSO e GIOMI (1993, p.704) entendem que "é fomentada uma co-responsabilidade entre os Poderes no processo decisório de alocação dos recursos públicos e no compromisso com os fins a serem alcançados".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovada como uma alternativa à proposta de Orçamento Bianual, feita pelo constituinte César Maia. Se não convenceu os seus pares sobre a

proposta da peça orçamentária para dois anos, conforme registro do DIÁRIO da Assembléia Nacional Constituinte (1988, p. 9731), o parlamentar fez valer sua posição no que concerne à amplitude da Lei, que passou a contemplar o conjunto das despesas de capital, "evitando que essa seja uma atribuição exclusiva e arbitrária do Poder Executivo". Considerando-se que, nesta rubrica, constam os investimentos, na prática, antecipou-se a discussão sobre a parte mais relevante do Orçamento, em especial, sob o prisma dos parlamentares.

Os constituintes vislumbraram, com este instrumento institucional, um novo canal de participação para o Poder Legislativo em uma série de questões atinentes às finanças públicas. Explicitou-se na Carta Magna, Art. 169, § único, que a LDO "compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento". Adicionalmente, deveria balizar a política de remuneração e de contratação no serviço público (§ único do Art. 169).

A necessidade de incluir as modificações na legislação tributária e as questões relacionadas à política de recursos humanos da administração pública significou uma importante inovação em relação ao tratamento normalmente dispensado a essa matéria. Sua inserção nas diretrizes para a elaboração do orçamento é de grande relevância porque podem interferir de modo decisivo no equilíbrio entre gastos e financiamentos, por estarem entre os principais itens de receita e de despesa.

Como salientam AFONSO e GIOMI (1992, p.140): "definindo na Lei de Diretrizes ou, na prática, redefinindo anualmente as políticas tributária e de recursos humanos, e isso antes da elaboração dos Orçamentos, busca-se garantir uma maior eficácia desse instrumento. No passado recente, e mesmo após ter sido promulgada a Constituição de 1988, a Lei Orçamentária, muitas

vezes, antes mesmo de entrar em vigor, já se torna obsoleta por força dos 'pacotes' tributários, geralmente definidos nos últimos meses e dias do exercício anterior, e dos dissídios e acordos trabalhistas firmados completamente à revelia do gasto com pessoal, previsto no Orçamento".

Se o Plano Plurianual tem de apresentar as diretrizes e objetivos de médio prazo e expressar o pano de fundo da política fiscal, a LDO deve servir de referência para que esses pontos sejam explicitados em cada exercício. Não é à toa que lhe são atribuídas funções que perpassam vários aspectos que se relacionam com as finanças públicas e, por decorrência, com a política macroeconômica. Afinal de contas, um dos dois princípios essenciais que justificaram a sua criação foi justamente o papel de elo entre o plano e o orçamento, permitindo flexibilização na execução das políticas, em consonância com a conjuntura econômica. O outro foi o intuito de ordenar e propiciar melhores condições de participação do Congresso nas escolhas públicas, mediante o prolongamento do tempo para a discussão das prioridades para o exercício seguinte e dos mecanismos de financiamento.

Segundo PISCITELLI et al (1990, p.54) por representar a principal inovação do processo de planejamento-orçamento, a LDO acabou gerando controvérsias "encarada por alguns como peça importante para racionalização, no disciplinamento das finanças públicas, e por outros como fator de esvaziamento do próprio orçamento". No fundo, o que estava por trás da discussão era a idéia de tornar o Congresso um co-partícipe da escolha das ações governamentais, da alocação de recursos, e da definição da estratégia fiscal, trazendo-o de volta como arena decisória. Para que isto se efetivasse, o aumento do prazo de discussão constituía um pré-requisito necessário.

Nas experiências do Reino Unido e dos Estados Unidos, em cada novo ciclo busca-se formar consensos mínimos acerca do que se pretende privilegiar na atuação do governo, procurando-se, adicionalmente, considerar as restrições macroeconômicas, especialmente as de natureza fiscal. Os Estados Unidos

provavelmente representam o exemplo de co-participação mais radical do Parlamento. Diante de seguidos e crescentes déficits orçamentários, a partir de 1974, com o *Congressional Budget and Impoundment Control Act*, tornou-se obrigatório a adoção de parâmetros fiscais para nortear a cada ano a elaboração do orçamento, visando torná-lo mais consistente. De acordo com LONGO (1992, p.19), "a chamada Resolução do Orçamento procura conciliar a evolução dos agregados macroeconômicos aos objetivos do governo na proposta de Lei Orçamentária".

A definição dos programas governamentais de forma atrelada às metas de política fiscal não se restringe à experiência americana. Desde meados da década de 70, a tendência de crescimento das despesas e a dificuldade política de aumentar receitas, levou alguns países desenvolvidos a subordinar a programação de políticas públicas ao desempenho dos indicadores de política fiscal. Japão e França não elaboram formalmente planos plurianuais, como os demais, conforme ilustra o Quadro 1. Mesmo assim, estabelecem metas agregadas de desempenho fiscal às quais ficam condicionadas as despesas de médio prazo.

**QUADRO 1- PLANOS PLURIANUAIS E DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

País	Planos Plurianuais	Diretrizes Orçamentárias
Alemanha	Estimativas plurianuais de receitas, despesas e déficit para um período de 5 anos (Medium Term Fiscal Plan - MTFP). O MTFP é atualizado e Publicado anualmente com o orçamento. O MTFP abrange aproximadamente 7.000 itens de despesa.	O MTFP estabelece limites máximos de despesa para cada órgão. Os limites são anualmente revistos quando da atualização do MTFP.
França	-----	O Ministério da Economia, Finanças e Privatização define a cada ano as diretrizes para a elaboração do orçamento.
Itália	São elaborados dois tipos de estimativas plurianuais: 1) trend version, que constitui uma projeção das receitas e despesas já em execução; 2) planning scenario version, compatível com as diretrizes macroeconômicas do governo. Ambas são geralmente realizadas para um período de 3 anos (no máximo 5) e aprovadas pelo Parlamento.	O Tesouro publica anualmente as diretrizes técnicas para a elaboração do orçamento.
Japão	-----	As diretrizes anuais para a elaboração do orçamento são definidas pelo Ministério das Finanças.
EUA	As projeções plurianuais tem um caráter exclusivamente analítico e são realizadas pelo Executivo e Legislativo. Geralmente cobrem um período de quatro anos além do orçamento do ano seguinte.	Congressional Budget and Impoundment Act, que concilia a evolução dos agregados macroeconômicos aos objetivos do governo na proposta de Lei Orçamentária.
Inglaterra	O Plano Plurianual abrange um período de 3 anos e é revisto anualmente. O orçamento anual corresponde ao primeiro ano do plano, que é detalhado e aprovado pelo Parlamento.	Anualmente é elaborado um documento para referenciar a elaboração do Plano Plurianual e informar as mudanças de prioridade do governo.

Fonte: GUARDIA (1992, p.70).

Conforme observou GUARDIA (1992, p.68), a prática dessas experiências vem demonstrando, "que as orientações de cima para baixo - ou seja, do órgão central de planejamento e orçamento para os diversos Ministérios e agências oficiais - foram, gradativamente, tornando-se muito mais efetivas do que as demandas (de baixo para cima) da própria Administração Pública e dos grupos privados de interesse". Contudo, nesses países desenvolvidos, o Poder Legislativo não participa formalmente da discussão das diretrizes gerais para a elaboração do orçamento, o que torna a LDO bastante singular.

Merece ser ressaltado que a utilização desse instrumento na atual concepção de ciclo de orçamento não elimina o fator clientelista na programação das ações governamentais. No jogo orçamentário, como será visto no próximo capítulo, a intervenção dos parlamentares é maximizada, sob o prisma político, quando a sua localidade é contemplada com projetos do governo federal. Neste sentido, estar-se-ia tão-somente antecipando as discussões, sem, necessariamente, atrelá-las às diretrizes globais e aos objetivos de política fiscal, o que criaria sérias dificuldades para se alcançar consensos mínimos sobre as prioridades governamentais.

A despeito dessa preocupação e da própria singularidade do instrumento em termos de experiência internacional, pode-se considerá-lo positivo e com potencial, até mesmo para suscitar o debate sobre questões relevantes, tais como priorização da atuação do governo, restrição orçamentária, etc. Esses fatores contribuiriam para o fortalecimento da co-responsabilidade dos poderes já nessa etapa do ciclo planejamento, facilitando as tarefas de elaboração e de apreciação do projeto de Lei Orçamentária.

Na Lei Orçamentária Anual, buscou-se recuperar os princípios da unidade e da universalidade, ou seja, todos os órgãos, fundos e entidades do governo federal e o conjunto de suas receitas e despesas devem estar nela expressos. Isto significou uma enorme transformação quando comparado com o modelo anterior, que

determinava na lei a inclusão tão-somente das dotações cobertas com recursos do Tesouro Nacional. Não havia a exigência do detalhamento das despesas da administração indireta e tampouco do conjunto de investimentos das empresas estatais.

A Constituição de 1988, Art. 165, § 5º, tornou obrigatória a inclusão das seguintes peças na Lei Orçamentária: "I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Duas implicações carecem destaque. Primeira, a significativa ampliação da abrangência da ação governamental e, por decorrência, do conjunto do gasto público. Sobre este ponto, SERRA (1994, p.8), o relator da matéria na Assembleia Nacional da Constituinte, expôs seu ponto de vista da seguinte forma: "Uma das inovações fundamentais da Constituição refere-se à abrangência dos orçamentos que deverão ser encaminhados pelo Executivo ao Legislativo [...]. A importância da inovação citada ressalta que, em 1988, as receitas próprias da Previdência igualaram as receitas tributárias da União, excluídas as transferências constitucionais a Estados e Municípios. Os investimentos das estatais federais corresponderam, nesse mesmo ano, a três vezes o montante dos investimentos da administração direta e autarquias federais, além de representarem um instrumento decisivo na definição dos rumos do desenvolvimento do país". Em suma, a incorporação do Orçamento da Seguridade Social e dos investimentos das empresas estatais na Lei Orçamentária Anual permitiu o deslocamento do debate desse importante conjunto de ações governamentais para o Parlamento.

Segunda, a perspectiva que abre em termos de *accountability*, isto é, a possibilidade de os cidadãos acompanharem a ação do



governo passo a passo. Evidentemente, o exercício deste tipo de controle requer uma série de fatores, destacando-se pelo menos a necessidade de se fixar uma espécie de cultura de acompanhamento por parte da população e o estabelecimento de mecanismos básicos de controle, principalmente no que se relaciona com informações compreensíveis para os leigos em finanças públicas, campo em que o País, mesmo considerando os avanços nos últimos anos, permanece bastante atrasado.

O alicerce para o aprimoramento dessas questões passa necessariamente pelas condições que se criam no âmbito do Parlamento, em função da relevância desse espaço para a relação entre os cidadãos e o governo. Em regimes democráticos, por definição, o Poder Legislativo exerce uma condição de primazia como *locus* de debate. Este ponto não passou despercebido aos constituintes. Das prerrogativas recuperadas pelo Congresso, que lhe haviam sido subtraídas pelas reformas constitucionais dos governos militares, a mais expressiva, como lembram FIGUEIREDO e LIMONGI (1995, p.176), relaciona-se com "a redefinição de sua participação no processo orçamentário e no controle das finanças públicas".

A possibilidade de emendar a proposta enviada pelo Poder Executivo outorgou uma condição ativa ao Congresso na definição do gasto e da formulação das políticas públicas e representou um meio termo entre o "autoritarismo da Constituição de 1967 e a anarquia permitida, nessa área, pela Constituição de 1946", nas palavras de SERRA (1994, p.11). A Constituição de 1946 propiciava a possibilidade de emendas ao orçamento de modo muito amplo de tal forma que a ação governamental ficava prejudicada porque os recursos eram pulverizados em uma multiplicidade de pequenos projetos com objetivos corporativistas e clientelistas.

O quadro agravava-se ainda mais pelo fato de não se exigir a indicação de recursos para a apresentação das emendas propostas. Como corolário, o orçamento tornava-se peça ficcional. Usando outra vez o argumento de SERRA (1994, p.11), em vez de fortalecer, "enfraquecia O Legislativo, pois, a fim de restabelecer alguma



coerência e enquadrar as despesas dentro do limite do possível (o montante aprovado era sempre muito maior), o Executivo utilizava a poderosa arma de não-liberação de verbas, ampliando com isso suas possibilidades de manipulação sobre os parlamentares".

Já a Constituição de 1967, cujos dispositivos foram em grande parte mantidos na Constituição de 1969, transformou o Poder Legislativo em um simples homologador da proposta apresentada pelo Executivo. Como foi explicitado no primeiro capítulo, os parlamentares não podiam deliberar sobre emendas que implicassem aumento de despesa global ou mesmo individualmente de órgão, fundo projeto ou programa. Na prática, essas medidas representavam a inviabilidade de decidir sobre o caminho das políticas públicas.

No processo constituinte optou-se pelo equilíbrio entre as duas posições, prevalecendo, na redação final, a preocupação em disciplinar a participação do Legislativo, de maneira a garantir que o projeto permanecesse coerente com as demais peças de planejamento e que não gerasse desequilíbrio entre as despesas e os mecanismos de financiamento. Nesse sentido, conforme expresso na Constituição Federal de 1988, Art. 166, § 3º, passou-se a exigir que as emendas apresentadas "I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal". Afora essas, tornaram-se factíveis as emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões e com os dispositivos do texto.

As emendas devem ser apreciadas por uma comissão mista permanente de deputados e senadores, instituindo-se, dessa maneira, o *locus* apropriado dentro do Poder Legislativo para a discussão da alocação de recursos e das finanças governamentais. Esta medida constitui-se em mais um fator positivo do novo arranjo, dada a sua clara intenção de dotar o Congresso de conhecimento técnico, mediante a especialização de um fórum para o

debate, inclusive para contrapor, quando necessário, a proposta do Poder Executivo.

Os constituintes criaram, portanto, uma boa condição institucional para a participação do Congresso no exame da peça orçamentária, como de resto, nos demais instrumentos que compõem o ciclo planejamento-orçamento, visto que, segundo a Constituição Federal, Art. 166, todos os "projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum".

### 3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO E A PRÁTICA ORÇAMENTÁRIA COM O NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL

Os dispositivos da Constituição de 1988, quanto aos aspectos do ciclo planejamento-orçamento, vigoraram a partir da peça orçamentária de 1990 e buscaram alcançar três princípios básicos: o estabelecimento de um efetivo planejamento governamental, visando a compatibilização entre o orçamento e um plano de governo de média duração; a compatibilização entre planos, orçamentos e a política fiscal; e a democratização do processo de alocação dos recursos públicos, por meio de uma nova modalidade de relação entre os poderes Executivo e Legislativo. Este último, aliado do processo de escolha das políticas públicas no período 1964-1988, reassumiu o seu papel de partícipe da disputa alocativa.

Alguns autores apontam vários problemas da intervenção do Poder Legislativo nas primeiras experiências. POLO, AFONSO e GIOMI (1993, p.710-711) afirmam que a prática orçamentária hodierna tem se assemelhado com a instituída pela Constituição Federal de 1946, em que predominava a inconsistência na apresentação de emendas. As discussões no Congresso estariam conduzido a previsões superestimadas de receitas, posição compartilhada pelo depoimento de PORTUGAL (1996, p.128): "no nosso orçamento ocorrem muitas superestimativas de receitas e subestimativas de despesas". Em complemento GUARDIA (1992, p.130) atesta sobre a prática desse mecanismo "para permitir a introdução de despesas de interesse do Poder Legislativo na Lei Orçamentária". Como decorrência, em momentos necessários, o governo não conseguiria praticar uma política fiscal mais ajustada, de forma que contribuísse para reduzir os desequilíbrios macroeconômicos.

Este posicionamento, de fato, vem ocorrendo, mas deve-se questioná-lo, sob o risco de que se torne perigoso. Na realidade, o Estado brasileiro enfrenta, desde o início dos anos 80, problemas de natureza fiscal, estando sempre na iminência de

ingressar em um processo hiperinflacionário. Desde 1994, com o Plano Real, reverteram-se as expectativas inflacionárias, sem, no entanto, solucionar questões cruciais do ponto de vista do financiamento do gasto público.

A necessidade de ajuste fiscal para o sucesso de um plano de estabilização é praticamente unânime entre os analistas do *mainstream*. As discussões que precederam o Plano Real relacionavam-se com o diagnóstico do quadro fiscal. O Fundo Monetário Internacional mostrava-se reticente quanto ao sucesso do Plano, entendendo que a situação fiscal em 1993 apresentava-se precária, principalmente em razão da falta de êxito da reforma constitucional, conforme menciona BACHA (1995, p.7). BARBOSA e GIAMBIAGI (1995, p.521-543), por sua vez, com base nos resultados positivos das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) obtidos de 1990 a 1994, entendiam que o ajuste já havia ocorrido.

Os decisores da política econômica entendiam que a situação das contas de 1990-1993 não era a desejável, mas que seria possível adequá-la rapidamente se o plano fosse acompanhado de uma espécie de âncora fiscal (representado pelo Fundo Social de Emergência no Plano Real), até que as reformas constitucionais fossem aprovadas. Pouco tempo depois, revendo seu otimismo, GIAMBIAGI (1997, p.8) afirmou que "o Plano Real teve êxito até agora devido às demais políticas do governo, mesmo não respeitando os *fundamentals*, com base nos quais foi lançado; porém, cedo ou tarde, terá que obedecer a eles, sob pena de o plano enfrentar sérios problemas, a médio e longo prazos".

Sobre um aspecto não se pode vaticinar: muito antes das alterações do processo orçamentário já eram evidentes os sinais da fragilidade do setor público quanto ao componente fiscal. Portanto, para iniciar o debate, esclareça-se, não é legítimo atribuir os problemas de financiamento do setor público ao restabelecimento da participação do Congresso nas discussões para a definição alocativa dos recursos. Mesmo porque, o ingresso deste novo ator no jogo orçamentário, não significou modificações

profundas na essência do processo, pois, em última instância, o Executivo permaneceu dando a conformação final no direcionamento do gasto. ) *cl.*

A discussão, portanto, deve ser direcionada para a práxis do ciclo planejamento-orçamento, examinando as etapas do processo e avaliando a integração dos instrumentos. Antes de examinar a prática da estrutura do novo arcabouço de planejamento, é conveniente traçar o perfil das principais mudanças ocorridas na dinâmica entre os atores relevantes na disputa por recursos orçamentários configurada na Carta Magna. Trata-se de explicitar a movimentação dos atores, a lógica da otimização para cada um, a convergência de interesses e o jogo cooperativo.

### 3.1 A Arena da Disputa Orçamentária

Nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, tornou-se evidente a relevância que os parlamentares atribuíam à questão do circuito planejamento-orçamento de um modo geral e da elaboração orçamentária em particular, não somente tornando-a matéria explícita na Constituição, mas também delimitando alguns aspectos a serem obedecidos na disputa pelos recursos orçamentários. Assim, a ação governamental, aí incluídas as políticas públicas, teria de ser viabilizada em processos formais que se repetem em ciclos de média e curta duração.

Sob a perspectiva institucional, não há dúvida do avanço alcançado em relação aos modelos anteriores, inscritos nas Constituições de 1946 e de 1967. No primeiro, a fragilidade se relacionava ao excesso de permissividade na apresentação de emendas pelos parlamentares. No segundo, se vinculava à rigidez a que foi submetido o Congresso, um mero observador, sem direito a interferir na política de alocação de recursos. E mesmo assim, a abrangência do gasto que o Executivo submetia a esse Poder representava não mais que um terço do montante global. As

limitações de cada um desses modelos foram abordadas nos capítulos anteriores.

O fato de instituir os prazos e a arena decisória reveste a política orçamentária de uma particularidade especial, em relação a cada uma das políticas públicas, pois lhe confere, como constatam SANTOS, MACHADO e ROCHA (1997, p.84) "uma dinâmica que se repete anualmente e pressupõe determinado padrão de interação entre o Executivo e o Legislativo e os demais parceiros do jogo". Em outras palavras, há um ritual que se repete continuamente e os diversos atores têm de moldar suas atuações à rotina dos prazos e, ao mesmo tempo, buscar alternativas criativas para suas inserções na disputa, a fim de obter o máximo de benefícios. O tempo de vigência dessas novas regras ainda é curto e os atores seguem em aprendizagem sobre a melhor forma de otimizarem suas atuações no "jogo orçamentário".

A grande novidade é a recuperação do Legislativo como arena das decisões sobre a programação das ações do governo. A apreciação pelo Congresso passa a representar (mais) uma etapa em que os diversos segmentos sociais devem atuar para garantir seus interesses. De forma particular, na Comissão Mista, onde se inicia a tramitação de todos os projetos de lei relacionados ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual, aos créditos adicionais, bem como de todos os projetos relativos aos planos e programas nacionais, regionais e setoriais constantes, conforme previsto na Constituição de 1988, Art. 166.

→ A concentração de poder nesta Comissão se apresentou como um dos pontos polêmicos durante os trabalhos de elaboração da Constituição em suas várias etapas, dada a abrangência das competências que se lhe atribuíam. No DIÁRIO da Assembléia Nacional Constituinte (1988, p.9737-9738), o depoimento do constituinte Fernando Gasparian resume essa preocupação. "Esta Comissão [...] ficará com poderes excessivos e é a única Comissão que está inserida neste Projeto de Constituição [...] tirará da Câmara dos Deputados muitas das suas atribuições, tirará muito da sua possibilidade de trabalho [...]. E fará também com que outras

comissões, que não terão o nível desta, porque esta será uma Comissão Constitucional, [...] serão de Segunda classe [...] terão poderes ilimitados e que pairarão sobre os poderes das comissões normais que se farão fora da Constituição".

Em boa medida, a preocupação de muitos constituintes se relacionava ao fato de a proposta aprovada na Subcomissão de Orçamento conceder à Comissão exclusividade na atribuição de receber e apreciar as emendas. Ademais, o parecer por ela emitido seria dotado de um caráter conclusivo, submetendo-se à votação em plenário somente no caso de solicitação assinada por um terço dos integrantes das duas Casas Legislativas. Na Comissão de Sistematização, foram ampliadas ainda mais as funções da Comissão Mista, aumentando a abrangência para o exame da prestação de contas do Executivo e para o acompanhamento e fiscalização da execução do orçamento.

Historicamente, no período compreendido entre 1946 a 1964, no qual prevalecia uma relação mais democrática entre os Poderes Executivo e Legislativo, os parlamentares integrantes das Comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças usufruíam de maior poder e prestígio. "A primeira, porque tinha o poder de obstruir projetos-chave; a segunda [...] porque controlava as despesas públicas". Nessas comissões, as vagas eram distribuídas de acordo com a representação proporcional dos partidos. Os parlamentares melhor situados em termos de votação em seus estados tinham mais possibilidades de integrar as referidas comissões e usufruíam um *status* diferenciado.

Sobre a questão dos limites à apresentação de emendas e do maior poder de conclusão do parecer da Comissão, o constituinte José Serra argumentava que, embora existisse de direito, o poder era ilusório. As emendas dos parlamentares eram aceitas mas não eram executadas, aumentando "o poder discricionário do Executivo. O que aparentemente parece dar um caráter mais democrático, na verdade aumenta a possibilidade de manipulação do Legislativo pelo Executivo" (DIÁRIO da Assembléia Nacional Constituinte, 1988, p.1975).

Não há dúvida que o Executivo contingenciava o orçamento para adequá-lo ao ingresso de receitas, mas também não se pode negar que os parlamentares integrantes da Comissão de Finanças dispunham de prestígio entre seus colegas de Congresso e, principalmente, em seus redutos eleitorais. De certa forma, pode-se argumentar que sob o prisma do eleitorado prevaleça a lógica de que o político deveria fazer todo o esforço possível para beneficiar a sua região. A despeito de, em etapas posteriores, as emendas serem rejeitadas, vetadas ou não-executadas. O congressista ao apresentar as emendas, que buscassem assegurar recursos para a sua localidade, conquistaria ganhos em termos eleitorais.

Todavia, predominou o receio de que o raio de manobra da Comissão Mista tornasse a atuação dos parlamentares nas demais comissões específicas de cada uma das Casas do Congresso menos atrativa. Nas últimas votações da Comissão de Sistematização, sob o argumento básico de que transformavam os congressistas que não integrassem aquela Comissão Mista em "parlamentares de segunda linha", subtraiu-se do texto constitucional o caráter conclusivo dos seus pareceres, submetendo-se a matéria para posterior regulamentação<sup>9</sup>.

A proposta inicial aprovada na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, sofreu algumas mudanças que lhe subtraíram poder. Mesmo assim, é notório o prestígio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), denominação recebida a partir de 15.09.1995. Em consequência, a constituição da Comissão sempre passa por uma intensa concorrência interpartidária, bem como entre os parlamentares, dentro de seus partidos.

Funções-chave como a relatoria-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual, a relatoria-geral do projeto de Lei de

---

<sup>9</sup> A Resolução nº 2/95 do Congresso Nacional, última regulamentação da matéria explícita em seu Art. 31: "O parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em Plenário".



Diretrizes Orçamentárias e as relatorias setoriais desses projetos, são especialmente disputadas pelos parlamentares. Tanto interesse se explica pela percepção de que a atuação na CMO aumentaria as oportunidades de influenciar o direcionamento de dotações orçamentárias para os seus respectivos redutos eleitorais. Nos primeiros anos de vigência da nova Constituição, os embates foram tão acirrados que a solução encontrada foi ampliar o número de integrantes da Comissão de 84 no período de 1989-1990 para 120 no período 1991-1992. Posteriormente, com a eclosão do escândalo do orçamento, os componentes retrocederam ao número inicial.

Se o Congresso recuperou o seu papel de destaque como arena decisória na alocação de recursos, a Comissão passou a representar o *locus* para onde convergem os variados interesses, tornando-a o centro das negociações. Ainda que, o resultado explicitado na lei não seja necessariamente definitivo em termos do gasto público efetivo, conforme será visto na próxima seção, em razão de o Executivo dispor de recursos de poder que lhe permite alterar o pacto da alocação de recursos.

Como referência, convém lembrar, no modelo vigente durante o regime autoritário a arena da disputa se apresentava extremamente seletiva. Os recursos inseridos no Orçamento Geral da União eram submetidos ao Parlamento, ainda que para uma simples homologação. Na prática, os centros de decisão se localizavam na esfera do Poder Executivo, em particular, no órgão central de orçamento e nos órgãos setoriais. As dotações destinadas à administração indireta e aos dispêndios cursados ao amparo do Conselho Monetário Nacional, havia uma certa maleabilidade para a movimentação de alguns setores, porém restrito a poucos participantes. Tais aspectos conferiam um caráter bastante residual à participação dos parlamentares na programação das ações governamentais. A alternativa de atuação em macroestratégias, representadas pelos investimentos de médio prazo, teoricamente asseguradas pela oportunidade do exame do Orçamento Plurianual de Investimentos, também não passava de mero ritual de forma.

O arcabouço legal instituído pela Carta Magna de 1998 garantiu amplas oportunidades de intervenção do Poder Legislativo na formulação das políticas públicas. Em primeiro lugar, na apreciação e aprovação do Plano Plurianual, dada a sua condição de instrumento ordenador das macroestratégias de médio prazo, uma vez que todos os programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição deveriam ser elaborados em consonância com o referido plano e apreciados pelo Congresso Nacional. Em segundo, na apreciação e aprovação da escolha de prioridades e metas a serem executadas no exercício seguinte. E, finalmente, na apreciação do direcionamento das dotações orçamentárias para a execução das ações governamentais.

Cada um desses instrumentos deveria caracterizar oportunidades bem definidas de acesso pelo Parlamento e pela própria sociedade, mediante suas entidades representativas, haja vista a previsão de audiências públicas para o plano, para as diretrizes e para o orçamento. Não obstante, por enquanto, a julgar pela quantidade de emendas, os congressistas dirigem sua atenção quase exclusivamente para a fase de apreciação do projeto de Lei Orçamentária Anual. Após a promulgação da Constituição de 1988, consoante números obtidos na Secretaria da Comissão Mista de Planos e Orçamento, na apreciação do primeiro projeto de Plano Plurianual - para o período 1991-1995 -, o Parlamento apresentou uma única emenda modificativa. Menos de um ano depois, na revisão do Plano (Lei nº 8173/91), as propostas de emendas cresceram para 345. Para o Plano Plurianual do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso - válido para o período 1996-1999 - o Congresso apresentou 1535 emendas. No exame dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o número de emendas propostas pelos parlamentares também oscilou, apesar de ainda permanecer relativamente pequeno: 1.227, 404, 432, 885 e 1462 para os anos de 1992, 1993, 1995, 1996 e 1997, respectivamente.

A intensidade da intervenção dos congressistas direciona-se, na prática, para a apreciação da Lei Orçamentária Anual. Para a apreciação das propostas de Lei Orçamentária sob o amparo das

regras anteriores à Carta Magna de 1988, relativas aos exercícios de 1988 e 1989, os parlamentares apresentaram 2.660 e 11.180 emendas. No exame do primeiro projeto de LOA com as novas normas - referente ao ano de 1990 - o número de emendas atingiu 13.358. A partir daí, cresceu de modo explosivo, alcançando 71.543 emendas em 1991, e 76.114 em 1992. Sob o foco da CPI do Orçamento, o número caiu para 28.861 em 1993. O grande volume de emendas naturalmente começou a comprometer o processo de decisão, levando o Congresso a rever o regulamento de apreciação das matérias no ciclo de planejamento-orçamento, mediante a Resolução nº 2 do Congresso Nacional. Entre outros aspectos, restringiu-se o limite para a apresentação das emendas individuais. Os efeitos das mudanças foram percebidos na apreciação dos projetos de Lei Orçamentárias para os exercícios de 1996 e 1997, para os quais foram apresentadas, respectivamente, 10.812 e 11.664 emendas.

Isto ocorre em função da ausência de articulação operacional entre as engrenagens de planejamento e a orçamentação, fazendo com que a disputa pela garantia das ações governamentais e pelos respectivos recursos ocorra somente na etapa do exame da Lei Orçamentária. Embora, também nessa fase, grande parte dos parlamentares não obtenha êxito, pois a probabilidade de rejeição de emendas individuais é sempre maior do que a de acolhimento. Mesmo quando acatada no âmbito do Legislativo, a emenda pode ser vetada ou incluída na programação sujeita a contingenciamento.

Tais ponderações permitem direcionar o foco da observação para a disputa no âmbito da Lei Orçamentária Anual. Com o advento da Constituição de 1988 e o novo ordenamento institucional, as referências do embate se alteram. Como decorrência, o Poder Executivo se vê impelido a transformar a postura moldada, no período 1964-1985, a um padrão de "autoritarismo burocrático" (O'DONNELL, 1990). Apesar de os principais decisores do Executivo manter recursos de poder que lhes permitem "driblar" o acordo alocativo obtido nas conversações que resultam na lei, tiveram de se adaptar às negociações com outros atores políticos,

além daquele seletor grupo que atuava com desenvoltura durante o regime liderado pelos militares.

Na disputa alocativa, constituem-se em atores predominantes: o Poder Executivo, principalmente por meio de seus órgãos que compõem o Sistema de Orçamento, a Comissão Especial que se incumba da preparação da proposta orçamentária da seguridade social, e da Secretaria do Tesouro Nacional; o Poder Legislativo, com notória atuação da CMO; os chefes de executivos das outras esferas de governo e alguns setores da sociedade, destacando-se a representação das empreiteiras. Evidentemente, em diversos momentos eles podem atuar de forma solidária para otimizar suas respectivas posições, em que pese seus distintos interesses.

No Executivo, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), como órgão central do Sistema de Orçamento, é responsável pela orientação normativa e a supervisão técnica. Como tal, estabelece as orientações gerais, como limites e parâmetros, que servirão de base para a elaboração das propostas a serem feitas pelas setoriais de orçamento. Presentes em cada um dos ministérios, em geral, denominadas Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), incumbem-se da divulgação das diretrizes e coordenam todo o processo junto às unidades orçamentárias em seu âmbito.

As Subsecretaria de Planejamento e Orçamento constituem-se nos órgãos da estrutura administrativa para os quais são nominalmente identificadas as dotações orçamentárias, componentes das administrações direta e indireta. São responsáveis pela execução dos diversos programas setoriais afetos a cada um dos ministérios, de secretarias da presidência, bem como dos Poderes Legislativo e Judiciário.

As orientações gerais da SOF seguem a lógica inerente ao Executivo, ou seja, procuram garantir recursos orçamentários para os programas eleitos como prioritários. Em contextos adversos do ponto de vista fiscal, privilegia-se a lógica do corte de gastos. Em qualquer dos casos, a definição dos parâmetros relevantes se coloca como uma tarefa importante e, ao mesmo tempo, muito complexa, pois erros na projeção de PIB, na taxa de juros, de

câmbio e de inflação podem comprometer a proposta de orçamento. A estimativa de receita, um dos subprodutos gerados a partir da previsão dessas variáveis, segundo BIASOTO Jr. et al (1990, p.98-99), apresenta "grande complexidade e elevado grau de incerteza [...] [e constitui-se em] um elemento crucial em qualquer prática orçamentária, dado que a fixação de uma despesa cristaliza interesses ao seu redor".

Esta questão mostrou-se extremamente controversa, pois, logo após o novo arranjo institucional, um dos expedientes adotados pelos parlamentares para aumentar as chances de acolhimento de suas emendas foi efetivado mediante o aumento de receita. Como a Carta Magna, Art. 166, § 8º, veda "dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa", o estratagema dos parlamentares foi a utilização de emendas relacionadas a "erros ou omissões". Inicialmente, foi prevista para considerar os casos de exceção, como a própria denominação indica, mas tornou-se a regra, na discussão do projeto de orçamentos nos exercícios de 1991 e 1992.

A interlocução entre integrantes do Executivo e do Legislativo se inicia com o encaminhamento da proposta ao Congresso, como será registrado um pouco à frente. Em termos formais, a discussão do acordo alocativo se inicia com a consumação desse ritual. Os interesses do Executivo são negociados por membros da equipe econômica, por ministros e os principais integrantes de suas equipes e por parlamentares, especialmente os líderes da base de sustentação do governo.

Os últimos, aliás, cumprem um papel híbrido. Precisam otimizar a disputa pela ótica do Executivo, seja sustentando a manutenção dos principais projetos prioritários da agenda governamental, seja atuando para restringir o patamar de gastos, em momentos de crise fiscal. Simultaneamente, para angariar apoio, precisam defender emendas ao orçamento para projetos que, normalmente, são desconexos com os programas macroestruturais, servindo-se muito mais para o atendimento de clientelas específicas, que garantam a visibilidade do parlamentar.

Aos membros do Legislativo importa, primordialmente, maximizar os ganhos eleitorais. Para isso, sua atuação se volta à aprovação do maior número possível de ações, mediante as emendas ao orçamento, para as localidades em que exercem influência. Predominam os projetos que os americanos denominam *pork-barrel*, que se caracterizam pelo atendimento da demanda de uma parcela bem definida de uma dada região, de tal modo que o eleitor identifique o parlamentar responsável pelo direcionamento dos recursos. Além disso, os valores associados são baixos, em termos de cifras orçamentárias, e não são facilmente percebidos pelos contribuintes (ELLWOOD e PATASHNIK, 1993, p.19-33).

Considerando que a preocupação com a reeleição tende a prevalecer entre os parlamentares, os mencionados projetos são utilizados como instrumento clientelístico, proporcionando-lhes mais vantagens eleitorais do que os benefícios para o interesse público, supostamente inerentes aos programas de cunho macroestrutural. Nas conversações internas à arena legislativa, predomina a "solidariedade" entre os congressistas, afinal, como enunciado por AMES (1986, p.179): "a política fisiológica é a política legislativa *par excellence*".

Nessa etapa, os políticos cooperam entre si visando o acatamento de suas respectivas emendas. A negociação é bastante ampla entre os parlamentares e entre estes e os relatores da Comissão Mista - geral e setoriais -, sempre buscando a obtenção de recursos para execução de programas governamentais em seus redutos eleitorais, outorgando-lhes grande visibilidade perante os eleitores.

O relator-geral e os relatores setoriais desempenham um papel destacado na disputa alocativa e, conseqüentemente, na conformação da proposta alocativa formal, materializada na Lei Orçamentária. Eles detêm recursos de poder nada desprezíveis, não apenas entre seus pares do Parlamento, mas também com os interlocutores do Executivo e com todos os demais integrantes do jogo orçamentário: prefeitos, governadores, organizações não-governamentais, empreiteiras, etc.

O primeiro e importante recurso de poder está nas mãos do relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual, dada a sua atribuição de delimitar as regras da disputa, conforme consta da Resolução nº 2/95-CN, mediante parecer preliminar que, "depois de aprovado pelo plenário da Comissão, estabelecerá os parâmetros e critérios que, obrigatoriamente, deverão ser obedecidos pelos relatores setoriais, pelo relator-geral e pelos relatores adjuntos na elaboração do parecer sobre o projeto de lei, inclusive quanto às emendas".

O parecer preliminar representa, portanto, o instrumento formal que delimita o campo de atuação dos relatores e fixa as margens de negociação. Tem como conteúdo, entre outros aspectos: indicação das alterações propostas para as dotações globais, desdobradas por função, órgão ou área temática; tetos e restrições para remanejamentos e cancelamentos das dotações orçamentárias; critérios para apreciação das emendas e os limites de programação. Sua definição mobiliza as estruturas políticas, em nível partidário, das lideranças do Congresso, dos parlamentares e também dos principais decisores do Poder Executivo.

Do ponto de vista dos políticos, representa uma etapa adicional para o propósito de imprimir a lógica que lhes interessam - amealhar recursos, por meio de emendas, que beneficiem seus redutos -, haja vista a possibilidade de as restrições e limites constantes do relatório obstar seus interesses. Para os membros do Executivo é mais um momento de luta para a defesa da proposta inicial, uma vez que a sua disposição, naturalmente, é evitar grandes alterações e manter os projetos dos programas prioritários escolhidos no âmbito deste Poder. Na Carta Magna, Art. 166, os próprios constituintes se encarregaram de definir como inadmissíveis as emendas vinculadas às dotações para o pagamento de pessoal e encargos decorrentes, para o serviço da dívida e para as transferências destinadas a Estados e Municípios.

O núcleo de poder da CMO, em especial o relator-geral e os relatores setoriais, participa de conversações com os decisores do Executivo, antes da proposta chegar à Comissão. Para SANTOS,



MACHADO e ROCHA (1997, p.105-106), as negociações em torno dos limites de remanejamento e das alterações nas dotações globais ocorrem "ao longo da fase de orçamentação, desde a elaboração das propostas das unidades orçamentárias até a consolidação geral no âmbito da SOF". A colaboração se processa da seguinte maneira: o Executivo insere na proposta uma série de projetos de interesse dos líderes e decisores do Parlamento, predefinindo os estados e municípios beneficiados, o que significa, no jargão orçamentário, "carimbar os recursos"; para compensar, os membros da Comissão procuram ser parcimoniosos no estabelecimento de limites de remanejamento e na flexibilidade da apresentação de emendas.

Tais observações mostram que (não) eram infundadas as preocupações manifestadas por parte dos constituintes sobre o excesso de poder concedido à Comissão Mista pela Carta Magna. Desde a sua promulgação, o Congresso Nacional vem procurando aperfeiçoar as normas disciplinadoras para apreciação dos projetos de lei relacionados ao circuito formal de decisão do gasto público. Tem-se procurado, sobretudo, reduzir a autonomia do núcleo estratégico da Comissão - relator-geral e relatores setoriais.

As iniciativas ganharam impulso depois do que se tornou conhecido pela opinião pública como o "escândalo do Orçamento". As denúncias, inicialmente, vieram à tona por um ex-integrante da assessoria parlamentar e também ex-dirigente do órgão central de orçamento. Em seguida, instalou-se uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para, nos termos do Requerimento nº 151/93-CN, "apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades de parlamentares, membros do Governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União".

Em sua redação final, o RELATÓRIO Final da CPI do Orçamento (1994-95, p.134), revela sinais de profunda indignação quanto à atuação da Comissão Mista de Planos e Orçamento: "quando o núcleo de poder se desvirtua, por uma utilização desconforme aos interesses da Instituição, é que nasce a patologia de sua atuação



ilegítima [...] patologia que atingiu a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Um grupo de parlamentares assenhorou-se do poder institucional, o que permitiu que aquele Colegiado se tornasse importante componente do esquema existente para lesar os cofres públicos".

A partir do diagnóstico, foi proposta a extinção da Comissão e, em contrapartida, o fortalecimento das comissões técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal tanto na etapa da elaboração do Orçamento como no acompanhamento e fiscalização de sua execução. Em complemento, recomendou-se a restauração das comissões de fiscalização e controle de ambas as Casas. Embora distante da profundidade que se imaginava pela contundência do relatório, os congressistas, refeitos do calor das discussões, alteraram as normas que disciplinavam a tramitação dos projetos relacionados à matéria orçamentária. Buscou-se o fortalecimento institucional dos procedimentos, uma maior transparência do processo, bem como a abertura de oportunidade à participação da sociedade, mediante a realização de audiências públicas.

No funcionamento da CMO, cabe destacar a intenção de reduzir a autonomia do presidente e do relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual. Para isto, procederam-se duas mudanças estratégicas. Uma diz respeito à reorganização da Comissão em sete subcomissões temáticas permanentes, às quais coube, entre outras coisas, a realização das audiências públicas no âmbito de sua área. Portanto, desconcentrou-se o poder. A outra diz respeito à extinção da "Emenda de relator". Um dado apresentado no RELATÓRIO Final da CPI do Orçamento (1994-95, p.135) dimensiona o peso que se atribuía à emenda de relator antes das modificações e, como corolário, da autonomia desse ator. No projeto de orçamento para 1990, da dotação global de R\$ 3,6 bilhões prevista para o Ministério da Ação Social, o relator-geral, deputado João Alves, conseguiu interferir no direcionamento de R\$ 1,09 bilhão (30% do total).

Assim, por meio da Resolução nº 2/95-CN, restringiu-se a autonomia do relator-geral. Na sua redação final, a incumbência do

responsável pela função do relatório de apreciação do projeto tem de se limitar à adequação dos "pareceres setoriais aprovados e as alterações decorrentes de destaques aprovados, vedada a aprovação de emendas já rejeitadas, bem como a apresentação de emenda de relator, que implique inclusão de subprojetos ou subatividades novos". Simultaneamente, procurou-se reforçar a importância do parecer preliminar, citado anteriormente, com o propósito de aumentar a visibilidade da apreciação e do exame do projeto de Lei Orçamentária Anual. Afinal, esse instrumento representa a "cartilha" a ser seguida pelos participantes da disputa na arena do Legislativo.

O prazo de permanência dos parlamentares na CMO e as regras para a apresentação de emendas constituíram os outros alvos do elenco de alterações. Com respeito ao prazo, os dispositivos anteriores permitiam a permanência do parlamentar na Comissão até dois anos, e a sua recondução só era factível após o mesmo tempo de afastamento. Estabelecia-se um rodízio anual de 50% dos membros da CMO, de modo a garantir uma renovação integral a cada dois anos. Tais restrições visavam impedir a formação de núcleos de poder com base no domínio de conhecimento técnico, conforme foi constatado na CPI do Orçamento.

Este procedimento é questionável sob o ponto de vista da correlação de forças entre os dois poderes que exercem prerrogativas sobre a política de alocação de recursos. O Executivo - que já detém recursos de poder que lhe outorga autonomia no direcionamento do gasto - pode se fortalecer ainda mais, em decorrência da predominância de conhecimento técnico, caso a sua burocracia trate, a cada exercício, com diferentes interlocutores no Congresso, tendo em conta a reduzida possibilidade de se acumular conhecimento da matéria orçamentária em pouco tempo.

No entender de SANCHES (1995, p.23): "o fundamento dessa prática, de evitar a articulação de núcleos de poder que pudessem manipular, em benefício próprio, as leis de natureza orçamentária, parte de uma premissa falsa. Na verdade, a capacidade de

influenciar nas decisões independe do parlamentar ser membro efetivo da Comissão. A avaliação do que tem ocorrido na CMO demonstra que, não poucas vezes, parlamentares que não eram membros da Comissão operaram como 'adjuntos' dos relatores formalmente designados e se responsabilizam por grande parte das decisões, inclusive das relativas à organização dos trabalhos"

Na redação dada pela citada Resolução nº 2/95, Art. 9º § 3º, o Congresso permaneceu em uma posição híbrida, ou seja, suprimiu o limite de dois anos para a participação de parlamentar na Comissão e passou a permitir a reeleição para os principais cargos de direção, mas, impôs rodízio na designação dos relatores setoriais "de forma que não seja retido, no ano subsequente, o mesmo relator para a mesma área temática".

As regras sobre a apresentação de emendas sofreram expressivas modificações, em especial, quanto ao tipo de autoria, ao limite permitido por parlamentar e aos critérios de preferência. As modalidades permaneceram praticamente inalteradas desde o primeiro regulamento da matéria pelo Congresso, em 1991, compreendendo: "Emenda à Receita", "Emenda à Despesa" e "Emenda ao Texto".

Nos termos do Art. 19 da Resolução Nº 2/95 do Congresso Nacional, cada parlamentar pode apresentar até 20 emendas individuais tanto ao projeto de LOA como aos projetos de créditos adicionais, ao longo da execução orçamentária do exercício, excetuando-se as que se relacionam a texto e a cancelamento parcial ou total de despesa. As emendas coletivas - cujo exame é prioritário em relação às individuais - são factíveis de apresentação pelas comissões permanentes do Senado e da Câmara, nas suas áreas de competência, até o limite de cinco por comissão; por bancadas estaduais no Congresso, até dez emendas de interesse de cada Estado ou do Distrito Federal; e por bancadas regionais, em pontos de interesse comum às regiões macroeconômicas, até cinco por região.

Sob este ângulo, a regulamentação atual é bem mais restritiva do que as normas anteriores. A Resolução Nº 1/91 do Congresso

Nacional não previa as emendas coletivas, <sup>mas</sup> também não limitava o número de emendas individuais por parlamentar. Em 1993, ano em que se discutiu à exaustão o trâmite do orçamento na CPI, as emendas individuais ficaram restritas a um máximo de 50 por membro do Congresso. Em compensação, introduziu-se as emendas coletivas, inclusive, permitindo-se subscrição por comissões permanentes da Câmara e do Senado, por partido político e por bancada estadual, todas com precedência de exame sobre as individuais.

Para os membros do Congresso, a possibilidade de emendar significou uma nova e derradeira oportunidade para alterar a proposição do Executivo, mas o excesso de flexibilidade, em vez de fortalecer, pode provocar o efeito contrário. Como se pôde observar nas experiências de apreciação dos projetos de Lei Orçamentária Anual para os exercícios entre 1990 e 1993, o número crescente de emendas apresentadas causaram um verdadeiro caos no processo de exame das propostas. Isso foi interpretado pela opinião pública como ineficiência e ineficácia do Poder Legislativo.

As modificações, de uma certa forma, significaram uma tentativa de resposta de setores do Congresso às críticas formuladas durante a CPI da corrupção do orçamento. Objetivaram estreitar o grau de liberdade da CMO e para a apresentação de emendas da espécie *pork barrel* - clientelistas, por natureza. Como corolário, permitiram um melhor ambiente institucional para disputa alocativa e distributiva, nos marcos da Carta Magna, que embute a preocupação de reduzir as desigualdades inter-regionais, conferindo caráter político sadio e eficaz ao papel do Legislativo como arena decisória de políticas públicas e de fiscalizador da sua execução, conforme aludido no RELATÓRIO Final da CPI do Orçamento (1994-95, p.136).

Ainda com respeito à atuação dos atores na disputa por recursos, prefeitos e governadores, a exemplo dos parlamentares, visam otimizar ganhos eleitorais, colocando-os na posição ofensiva quanto à aprovação das emendas que lhes interessam. Nas palavras de SANTOS, MACHADO e ROCHA (1997, p.96): "Os prefeitos atuam

sobretudo através dos parlamentares com base eleitoral em seus municípios. A tendência à distritalização do voto no Brasil tem como consequência a eleição de parlamentares com base eleitoral geograficamente definida, o que permite pressão direta de eleitores e políticos locais que 'trocam', por assim dizer, seus votos por promessas de obtenção de recursos federais. A busca de reeleição leva, então, esses parlamentares a orientarem sua atuação em Brasília para a aprovação de recursos destinados a projetos de interesse do município".

O contato entre os prefeitos e os deputados se dá de diversas maneiras: informal, por ofício ou simplesmente obtendo a assinatura para uma emenda previamente elaborada. Em todos os casos, o parlamentar apresenta a emenda que representa os interesses de determinadas localidades e intermedia diretamente a liberação das verbas junto aos ministérios setoriais e às vezes, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, com tanto mais intensidade quanto maior o adensamento do colégio eleitoral correspondente aos redutos.

Os governadores utilizam os deputados e senadores da sua base para o encaminhamento das emendas que interessam ao Estado. Esses pleitos são tratados de forma prioritária pelos parlamentares, uma vez que, no âmbito dessa esfera de governo, o chefe do Executivo detém o poder sobre a máquina e sobre os recursos financeiros que transitam pelo orçamento do Estado. Isto implica, necessariamente, laços de solidariedade e de cooperação. De modo geral, as negociações são conduzidas pelo próprio governador ou por seus assessores diretos, principalmente os secretários responsáveis pelo orçamento.

Entre os demais atores externos aos circuitos governamentais, os que atuam com maior desenvoltura são os empreiteiros de obras públicas. O RELATÓRIO Final da CPI do Orçamento (1994-95, p.137) detalhou, de forma pormenorizada, a performance dessas empresas: "O início do papel das empreiteiras se dá na própria sugestão de obras a prefeitos e governadores. Elaboram elas estudos técnicos sobre as obras e os repassam às autoridades competentes apenas

para assinatura". Embora agindo consoante a lógica privada - portanto, visando ao lucro e à acumulação -, os interesses dos empreiteiros passam a "coincidir" com os dos prefeitos e governadores que procuram obter o máximo de recursos do governo Federal. Os parlamentares, por sua vez, - cuja maximização da vantagem política é associar seu nome às obras negociadas para a sua base eleitoral -, atuam em conjunto, de forma cooperativa, com os mandatários de executivos estaduais e municipais e, em alguns casos, com as próprias empreiteiras.

Após a definição das obras, "o passo seguinte é o da inclusão da obra no Orçamento Geral da União, o que se faz através de dois caminhos: diretamente no Departamento de Orçamento da União, quando da elaboração da proposta orçamentária original, ou pelas emendas de parlamentares ligados ao esquema" (RELATÓRIO Final..., 1994-95, p.137). Nessa fase, o "jogo" é conduzido pelos empreiteiros, em geral, mediante as "empresas de consultoria" que os representam.

Pode, igualmente, ser conduzido pelos próprios governadores e prefeitos, consoante o *modus faciendi* explicitado. Garantida a inserção no orçamento, a ação política seguinte é a pressão exercida junto aos órgãos setoriais de orçamento e à Secretaria do Tesouro para a liberação dos recursos. Em tempos de votação das matérias de interesse do Executivo, a liberação de recursos dessa natureza, bem como de todas as demais de interesse dos parlamentares se tornam, muitas vezes, as "moedas de troca", por assim dizer. Isto é válido até mesmo para os parlamentares integrantes dos partidos e blocos de sustentação do governo.

Os demais atores da sociedade civil, só mais recentemente, têm despertado para a importância da disputa por recursos que interessam ao segmento ao qual representam. SANTOS, MACHADO e ROCHA (1997, p. 98-98) mencionam o caso da CGT e de outras poucas instituições. Suas atuações têm se concentrado durante a fase de apresentação de emendas e buscam "se articular com os parlamentares que defendem alternativas de políticas públicas semelhantes às suas preferências, com as quais em geral já possuem

alguma relação política, visando à apresentação de emendas e seu acompanhamento junto aos relatores da proposta orçamentária."

### 3.2. A Prática do Novo Arranjo Institucional

O ciclo planejamento-orçamento, que constitui o circuito formal de decisão dos gastos governamentais com as políticas públicas, como foi definido, contempla a sucessão integrada do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual. A Carta Magna faz menção a outros planos e programas nacionais, regionais e setoriais, mas, em termos práticos, os últimos permanecem apenas como figuras de retórica. Embora sujeitos a críticas, os planos setoriais vinculados à reforma agrária e à educação, pelo menos saíram do papel.

O PPA deveria apresentar as diretrizes gerais de médio prazo do governo Federal, cuja elaboração deve se basear no programa do bloco político vitorioso no processo eleitoral. Em adição, como pano de fundo, deveria expressar o encaminhamento que se vislumbra para a política fiscal, uma vez que traz embutida um fundamento básico para a sua implementação: a forma de financiamento dos investimentos. A LDO evidenciaria os parâmetros que norteiam a elaboração do orçamento, a revisão do modo de financiamento, caso haja mudanças na conjuntura e, a escolha das prioridades para o exercício seguinte, o que a caracterizaria como o *locus* de definição e escolha de políticas públicas. A LOA simplesmente expressaria as ações priorizadas para execução em um ano e os respectivos. Para fechar o ciclo seria indispensável o controle e a avaliação de todo o processo, com destaque para "o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União", como dispõe a Constituição Federal em seu Art. 74.

Entre o potencial do arcabouço institucional e a realidade do processo de planejamento, entretanto, há uma enorme distância. O



Na Lei do Plano Plurianual para o período 1996-1999 foi adotada a denominação "áreas de ação", com desdobramento em "ações e projetos". SANCHES (1996, p.63) entendeu que estes últimos representam "autênticos subprojetos/subatividades, engessando os orçamentos", levando a inferir que o nível de agregação das contas desceu ainda mais do que no primeiro Plano<sup>10</sup>. Em suma, os planos plurianuais elaborado foram caracterizados por uma excessiva quantidade de diretrizes, objetivos e metas setoriais, na maioria de forma genérica e abrangente, possibilitando uma flexibilidade que permite a execução de qualquer ação, tornando-o ineficaz como instrumento delineador do planejamento governamental. Isto explica o reduzido interesse dos parlamentares na apreciação do Projeto de Lei do Plano, pois sabe-se, antecipadamente, que a decisão é a não-decisão.

afar

Este ponto se vincula à inadequação do PPA com os demais instrumentos de planejamento. Como ficou claro, não é recomendável que todos apresentem o mesmo nível de desagregação, ao contrário, cada uma das ferramentas deve se restringir ao papel que lhe reservou a Constituição, embora exista a carência da regulamentação complementar, como dispõe o parágrafo 9º do Art. 165. A compatibilização entre as peças requer pura e simplesmente o uso da mesma linguagem, o que é oferecido pela estrutura da classificação-programática da despesa.

A inconsistência da estrutura de financiamento se prende ao fato de os Planos Plurianuais contemplarem recursos originários de outras esferas de governo e da iniciativa privada. Além disso, há o recorrente problema fiscal. "Por não levar em consideração as restrições orçamentárias o PPA indicava, na verdade, não uma programação de ações do governo mas uma intenção de gasto" (OLIVEIRA, TACCA Jr. e SILVA, 1994/95, p. 96). Não se pode discordar sobre a necessidade de relevar os limites que se oferecem à realização da despesa, mas também não se deve conformar

<sup>10</sup> SANCHES (1996) propõe, como alternativa, que se adote o subprograma como categoria de agregação da ação governamental.



com o diagnóstico da impossibilidade dos prognósticos e das projeções, sob o risco da descrença total na função do planejamento. Mais do que isto, seria desacreditar nas experiências de países que realizam estratégias plurianuais em consonância com metas de política fiscal.

Além desses problemas, os planos têm sido muito genéricos em relação a diagnósticos que demonstrem um claro dimensionamento da situação-problema em que o governo pretende atuar, bem como o seu efeito espacial, aspecto que vem recebendo críticas dos parlamentares.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, por sua vez, deveria representar o elemento de conexão entre o Plano e o Orçamento e, além disso, propiciar ao Parlamento a oportunidade de antecipar de modo mais efetivo a sua participação no processo de elaboração do Orçamento. Nessa concepção, deveria evidenciar os parâmetros que norteiam a elaboração do orçamento, a revisão do modo de financiamento, caso haja mudanças na conjuntura, e a escolha das prioridades para o exercício seguinte, o que a caracterizaria como o *locus* de definição e escolha de políticas públicas (ações mais relevantes do governo). "A definição das prioridades contidas no Plano Plurianual deveria constituir o ponto central do processo decisório, visando à elaboração orçamentária. (...) trata-se de dividir o orçamento em duas etapas: a LDO com características de decisão e o orçamento com características operacionais" (POLO, AFONSO e GIOMI, 1993, p.712).

Dentro desta acepção, a LDO, considerando a sua condição de delinear o processo de alocação de recursos, elevar-se-ia como o espaço institucional de maior relevância, levando alguns analistas a acreditar no esvaziamento da Lei Orçamentária. CORE (1992, p.14), por exemplo, assinala que "o grande debate orçamentário em termos de Congresso Nacional foi deslocado da Lei Orçamentária Anual para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ocasião em que são tomadas as decisões mais importantes quanto à política fiscal. A Lei Orçamentária Anual passou a retratar apenas o cumprimento da

LDA.

LDO, além da apresentação de maiores especificações da receita e despesa."

Na prática, porém, a LDO tem sido subutilizada, tanto em seu papel de alinhar a escolha das prioridades como em sua função de servir de base para a condução da política fiscal. No primeiro caso, porque vem apresentando uma quantidade excessiva de prioridades, outorgando-lhe um caráter genérico e, descaracterizando a própria lógica inerente ao conceito "prioridade". No segundo, porque a administração federal não tem sido eficaz ao traçar o cenário fiscal para o exercício subsequente, face à complexidade de se efetuar projeções em ambientes inflacionários e instáveis, como os prevalecentes na economia brasileira. Porém, após a queda da inflação, a indicação das diretrizes e objetivos de médio prazo e o direcionamento da política fiscal também apresentaram inconsistências. De certo modo, a generalidade da LDO pode ser atribuída como estratégia do Executivo de preservá-la como uma "mera manifestação das intenções dos diferentes setores da administração quanto às metas que, idealmente gostariam de cumprir" (OLIVEIRA, TACCA Jr e SILVA, 1994/95, p.98).

Em suma, a despeito da complexidade das programações de médio e longo prazo em conjunturas instáveis, não se deve aceitar passivamente a não utilização da LDO para explicitar as diretrizes e metas em consonância com os fins da política fiscal de cada exercício. Afinal de contas, a este instrumento foram atribuídas funções que perpassam vários aspectos que se relacionam com as finanças públicas e, por decorrência, com a política macroeconômica. Haveria, nesse sentido, uma boa margem de flexibilidade para a execução das políticas em consonância com as imposições conjunturais. Prevalece, todavia, o mal da generalidade. Como enfatiza SERRA (1994, p.3), este instrumento "não tem definido com precisão as prioridades e as metas físicas e, pouco depois de aprovadas, são desrespeitadas ou sofrem alterações freqüentes e irregulares".

Quando não se faz a escolha das políticas prioritárias, ou a faz de forma imprecisa, evidencia-se a inexistência de um acordo político prévio, compatível com os objetivos de política fiscal e com a definição de gastos por setor. Em termos práticos, isto significa a perda de oportunidade de usar a Lei de Diretrizes Orçamentárias como uma etapa preparatória do orçamento. Essa rotina, conforme estudo de SCHICK (1992, p.1-10), é usual nos países de maior grau de desenvolvimento e representa uma fase distinta da elaboração do orçamento.

Nas palavras de GUARDIA (1992, p.105): "Na primeira [Lei de Diretrizes Orçamentárias], a preocupação fundamental é com a definição de prioridades e adequação do orçamento aos objetivos macroeconômicos pretendidos para a política fiscal. Na segunda [Lei Orçamentária Anual], a questão fundamental diz respeito à alocação e distribuição dos recursos de maneira que, dada sua íntima ligação com diversos interesses - políticos e econômicos - específicos, o significado macroeconômico do orçamento é relegado a segundo plano pelos agentes envolvidos no processo."

A inexistência da Lei Complementar sobre finanças públicas é um fator considerado por unanimidade entre os analistas como restritivo ao funcionamento do ciclo de planejamento (POLO, AFONSO e GIOMI, 1993, p.708). A lei que regulamentar a matéria deverá definir, entre outros pontos, "a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual", consoante o disposto no § 9º do Art. 165 da Constituição de 1988. Desses instrumentos, apenas a Lei Orçamentária Anual teve o seu arcabouço básico pormenorizado.

Não se pode considerar que os empecilhos para o adequado funcionamento da nova ordem institucional sejam exclusivamente de ordem jurídico-legal, até porque, no Brasil, há uma certa tendência de se atribuir os problemas à falta de lei ou à existência de um órgão que assuma uma responsabilidade inadequadamente conduzida. Instituída a lei e/ou criado o órgão, percebe-se, em seguida, que o entusiasmo inicial induziu a uma

superestimação da possibilidade de resolução dos problemas mediante novas leis e agências públicas. Passa-se, assim, à fase seguinte do círculo vicioso: a necessidade uma nova legislação e/ou a concepção de outro órgão, "mais moderno" para solucionar o problema.

Sem que se queira sugerir a criação de um órgão para tal fim, é preciso reconhecer que o planejamento tem sido executada de uma maneira bastante precária. MACIEL (1989, p.37-48) associa a "crise do planejamento" às dificuldades enfrentadas pelo Estado no cumprimento das suas funções e no próprio questionamento do seu papel. Assinala, ainda, que estas questões derivam de reações contrárias ao "excesso" de intervenção do Estado.

Os acontecimentos das duas últimas décadas conduziram à hegemonia do chamado pensamento neoliberal que, entre outros aspectos, defende a redução da intervenção e da participação ativa do Estado na economia, seja nos países desenvolvidos, seja nos países em desenvolvimento. Nestes últimos, predominaram os modelos vinculados ao chamado "Consenso de Washington", de fins da década de 80<sup>11</sup>. No Brasil, a implementação desse modelo ganhou força a partir de 1990, com o governo de Fernando Collor de Mello.

Neste contexto, o planejamento e o orçamento no Brasil não foram objeto de um acordo político prévio sobre os objetivos e metas de política fiscal, sequer em relação à escolha das prioridades. Isso significou o esvaziamento das funções que se pretendia para o Plano Plurianual e para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em um horizonte de médio e curto prazo, respectivamente. Na realidade, as restrições orçamentárias não foram inseridas com a devida consistência, nem mesmo na fase da elaboração do orçamento, sendo transferidas para o momento da execução. Por isso, o cenário da disputa alocativa tem ocorrido na discussão do projeto de orçamento, que deveria simplesmente

---

<sup>11</sup> Sobre a primeira experiência de liberalização financeira e comercial, com redução do papel desempenhado pelo Estado, nos países do Cone Sul, entre 1974 a 1984, que irá desembocar no "consenso de Washington", ver CINTRA (1993).

expressar os valores financeiros de um acordo anterior. Essas proposições são corroboradas pelos números, apresentados na seção anterior, acerca das emendas apresentadas pelos congressistas na apreciação dos três instrumentos de planejamento que caracterizam o circuito formal de decisão do gasto e das políticas públicas brasileiras.

Após o processo de negociação no Congresso Nacional, sobretudo na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deveria se configurar na formalização do acordo alocativo para o exercício seguinte. Porém, dispondo de uma série de recursos de poder, centros de decisão do Executivo mudam o *script* na fase da execução orçamentária e alteram o resultado final do acordo formalizado na LOA, tornando, praticamente, um mero ritual a participação do Legislativo. Se, de um lado, tem-se usado este procedimento para adequar os fluxos de despesas às receitas, por outro, o Executivo o utiliza para preservar suas próprias prioridades.

Uma das formas de o Executivo mudar o *script* está relacionado com os procedimentos usuais de projeção da receita. Esta fase constitui um passo importante da elaboração do orçamento, considerando a sua condição de parâmetro para a fixação da despesa. Se ela for superestimada conduzirá a uma situação de incompatibilidade da capacidade de financiamento com o uso de recursos proposto. Com isso, ou se reduz as ações contempladas ou se amplia o endividamento público.

Subestimando-se as receitas, o orçamento deve ser adicionado ao longo do exercício, mediante as chamadas Leis de Excesso, que representam os créditos adicionais, na modalidade "suplementar". Se as adições estiverem fora dos limites autorizados no âmbito da própria Lei Orçamentária Anual ou em leis específicas, para o caso dos créditos adicionais nas modalidades "especial" e/ou "extraordinário", torna-se obrigatório o encaminhamento para a apreciação e decisão do Congresso Nacional.

As duas situações são perniciosas sob a ótica da execução do orçamento e do ciclo de planejamento como um todo. Revelam-se, sob

**Tabela 2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO: Receitas de 1991 a 1993**

R\$ Mil

CATEGORIA	1.991			1.992			1.993		
	PREVISAO INICIAL (A)	EXECUTADA (B)	B/A (%)	PREVISAO INICIAL (C)	EXECUTADA (D)	D/C (%)	PREVISAO INICIAL (E)	EXECUTADA (F)	F/E (%)
RECEITAS CORRENTES	185.954.213	99.955.062	53,75	154.168.953	94.164.561	61,08	199.884.067	192.728.111	96,42
Receita Tributaria	70.912.410	46.972.091	66,24	60.656.024	46.971.256	77,44	75.570.733	51.558.957	68,23
Rec. de Contribuições	95.353.712	47.031.563	49,32	74.891.824	40.856.177	54,55	85.910.636	49.632.862	57,77
Receita Patrimonial	6.208.501	1.149.502	18,51	5.203.741	2.353.571	45,23	21.066.220	25.576.017	121,41
Receita Agropecuária	55.104	572	1,04	98.495	496	0,50	165.953	64.964	39,15
Receita Industrial	247.990	19.519	7,87	85.773	31.961	37,26	183.046	45.856	25,05
Receita de Serviços	9.054.368	1.038.582	11,47	6.446.828	1.426.247	22,12	10.683.697	4.640.721	43,44
Transf. Correntes	1.527.553	46.437	3,04	1.890.412	58.681	3,10	1.275.535	55.812.051	4375,58
Outras Rec. Correntes	2.594.574	3.696.795	142,48	4.895.856	2.466.170	50,37	5.028.248	5.396.683	107,33
RECEITAS DE CAPITAL	111.343.978	71.514.953	64,23	170.275.601	156.134.069	91,69	423.549.403	169.427.871	40,00
Operações de Credito	74.409.427	28.195.691	37,89	142.870.550	116.688.673	81,67	379.279.810	110.043.330	29,01
Alienação de Bens	4.274.602	1.056.532	24,72	1.513.119	13.135	0,87	1.663.251	853.812	51,33
Amortiz. de Empréstimos	14.679.309	6.293.618	42,87	11.590.190	14.792.350	127,63	10.341.742	2.800.621	27,08
Transf. de Capital	46.695	20.073	42,99	139.565	69.900	50,08	191.795	4.232.932	2207,01
Outras Rec. de Capital	17.933.946	35.949.038	200,45	14.162.177	24.570.012	173,49	32.072.805	51.497.176	160,56
TOTAL	297.298.191	171.470.015	57,68	324.444.554	250.298.630	77,15	623.433.470	362.155.981	58,09

**Fonte:** Tabelas 1A, 7A e 14A

**Nota:** Os valores da receita executada estão atualizados a preços de dez/97 pelo IGP-DI.

**Tabela 3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO: Receitas de 1994 a 1997**

R\$ Mil

CATEGORIA	1.994			1.995			1.996			1.997		
	PREVISAO INICIAL (A)	EXECUTADA (B)	B/A (%)	PREVISAO INICIAL (C)	EXECUTADA (D)	D/C (%)	PREVISAO INICIAL (E)	EXECUTADA (F)	F/E (%)	PREVISAO INICIAL (E)	EXECUTADA (F)	F/E (%)
RECEITAS CORRENTES	102.436.036	223.700.710	218,38	147.770.021	238.892.614	161,67	192.558.314	173.611.518	90,16	187.851.722	179.917.079	95,78
Receita Tributaria	40.202.723	57.326.510	142,59	52.662.872	58.919.669	111,88	72.896.283	59.415.035	81,51	64.395.731	60.212.919	93,50
Rec. de Contribuições	48.008.516	62.347.399	129,87	77.663.162	70.293.167	90,51	102.717.742	87.762.851	85,44	101.798.506	95.283.843	93,60
Receita Patrimonial	6.293.447	19.444.544	308,96	3.444.595	7.146.798	207,48	3.912.867	3.954.562	101,07	4.076.135	5.588.449	137,10
Receita Agropecuária	46.555	65.420	140,52	50.091	61.333	122,44	86.558	79.429	91,76	77.102	60.711	78,74
Receita Industrial	386.551	65.807	17,02	382.001	94.337	24,70	346.232	115.963	33,49	188.129	160.849	85,50
Receita de Serviços	5.126.740	6.044.950	117,91	8.846.341	8.644.599	97,72	7.108.855	9.208.941	129,54	13.316.058	7.419.872	55,72
Transf. Correntes	643.311	70.825.517	11009,52	1.043.380	82.831.036	7938,72	1.745.587	260.039	14,90	70.934	235.427	331,90
Outras Rec. Correntes	1.728.194	7.580.564	438,64	3.677.579	10.901.674	296,44	3.744.189	12.814.698	342,26	3.929.126	10.887.878	277,11
RECEITAS DE CAPITAL	200.635.529	127.441.799	63,52	247.452.654	146.205.772	59,08	154.797.930	157.591.949	101,80	255.839.385	244.548.718	95,59
Operações de Crédito	131.451.350	30.626.028	23,30	230.963.411	128.263.560	55,53	141.462.446	148.443.405	104,93	246.223.203	230.926.610	93,79
Alienação de Bens	1.213.263	1.289.286	106,27	5.448.402	807.730	14,83	1.029.819	548.339	53,25	720.648	4.547.605	631,04
Amortiz. de Empréstimos	48.469.837	47.201.952	97,38	10.015.993	4.762.592	47,55	8.422.762	4.236.185	50,29	5.556.496	4.789.688	86,20
Transf. de Capital	47.966	4.410.516	9195,05	3.308	5.009.012	151414,18	12.207	73.888	605,29	29.813	43.704	146,59
Outras Rec. de Capital	19.453.113	43.914.017	225,74	1.021.540	7.362.879	720,76	3.870.697	4.290.133	110,84	3.309.225	4.241.110	128,16
TOTAL	303.071.566	351.142.510	115,86	395.222.675	385.098.386	97,44	347.356.244	331.203.467	95,35	443.691.107	424.465.797	95,67

Fonte: Tabelas 19A, 25A, 31A e 37A

Nota: Os valores da receita executada estão atualizados a preços de dez/97 pelo IGP-DI.



De imediato, independente dos detalhes apresentados no Anexo I, deve-se chamar a atenção pelo menos para os mais relevantes, sob pena de subverter a análise: a categoria "Receitas de Capital" contempla o refinanciamento da dívida mobiliária no item "Operações de Crédito", daí sua importância em termos de magnitude e o conseqüente efeito de inflar artificialmente o total das receitas; nos exercícios de 1993, 1994 e 1995, os itens de receita de "Transferências Correntes" e de "Transferências de Capital" representam a contrapartida contábil das "Transferências Intragovernamentais", tanto nas "Despesas Correntes" como nas de "Capital", constituindo, portanto, uma dupla contagem, que também inflam o orçamento. Examinando-se as Tabelas 2 e 3 é possível constatar que as "Transferências Correntes" permaneceram abaixo de 1% do montante global das "Receitas Correntes" nos exercício de 1991-92 e 1996-97, enquanto no período entre 1993 e 1995 representaram 15,4%, 20,1% e 21,5%, respectivamente.

Importa focalizar, sobretudo, o comportamento das Receitas Tributária e das Contribuições que, descontado o efeito da dupla contagem verificada entre 1993 e 1995 e da performance atípica da Receita Patrimonial<sup>12</sup>, atingem quase 90% durante todo o período. Mencionadas rubricas se constituem, assim, nas principais fontes de financiamento dos gastos governamentais. Equívocos em suas previsões provocam impactos diretos na execução do orçamento. Se forem superestimadas, implicará a inviabilidade de realização de ações consoante a programação autorizada pela Lei Orçamentária Anual. Se forem subestimadas, significará a possibilidade de ampliar a programação, com a devida autorização do Congresso Nacional, mediante os créditos adicionais. O aumento poderá ser

---

<sup>12</sup> Este comportamento atípico pode ser melhor visualizado nas Tabelas 2 e 3 nas quais se observa que a Receita Patrimonial é sempre menor do que 2% das Receitas Correntes, atingindo 7% e 5,5% em 1994 e 1995, respectivamente.



tanto em termos de quantidade física das ações quanto do número de projetos.

No período 1991-1993 - com inflação elevada - nota-se, a partir do exame da Tabela 2, que a Lei Orçamentária sempre embutia um montante de receita bem acima da real capacidade de arrecadação. Este procedimento ocorria como estratégia do Executivo, pois havia a possibilidade de compatibilizar os gastos com os fluxos de receitas na fase de execução o que se tornou conhecido da opinião pública, como o controle na "boca do caixa". Em algumas oportunidades, o próprio Legislativo, baseando-se em uma interpretação elástica do Art. 166, § 3º inciso III, alínea a) se incumbiu de inflar o orçamento, mediante a proposição de emendas relacionadas a "erros ou omissões", visando "reavaliar" a receita. Com isso, elevava-a artificialmente, para permitir o aumento de determinadas dotações ou inserir ações não contempladas na proposta original. Este mecanismo, como declara SANCHES (1995, p.23), contribui para "a dispersão dos recursos pela sua alocação numa miríade de pequenos empreendimentos sem maiores avaliações quanto a custos, contrapartidas e encargos de manutenção posterior".

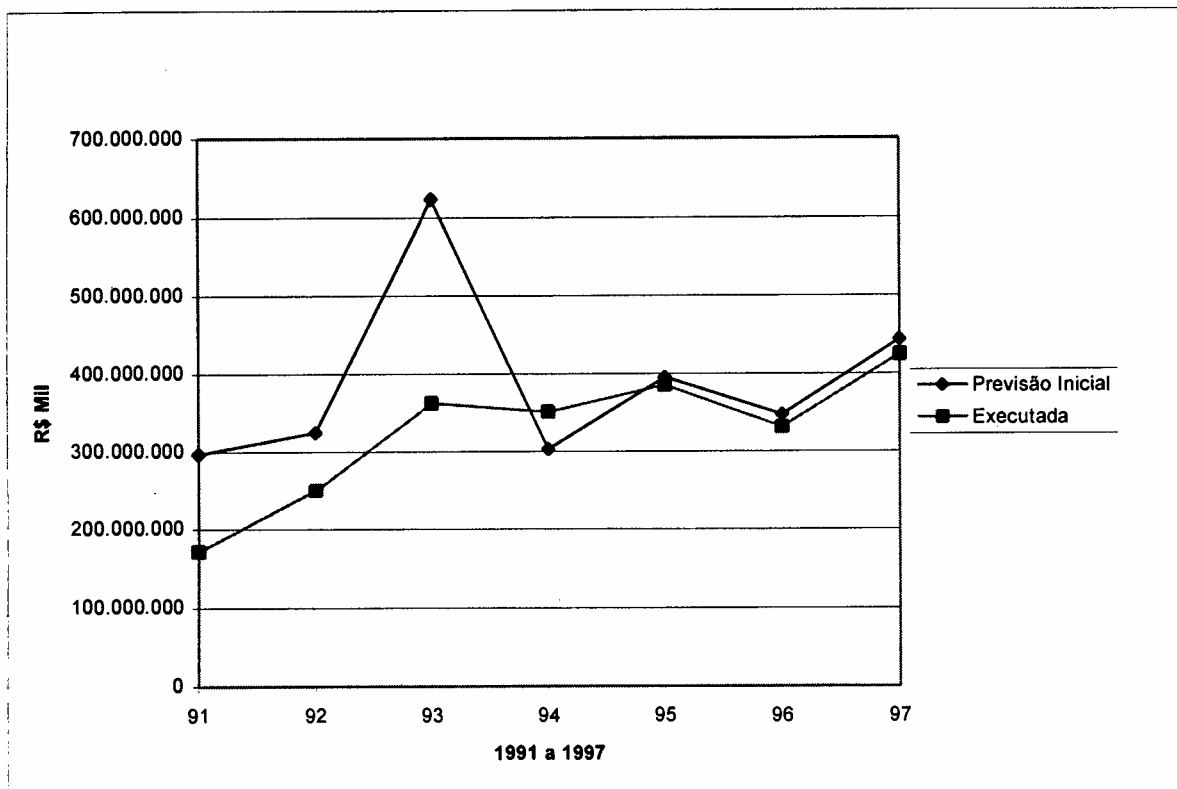
Em termos mais amplos, as Tabelas 2 e 3 evidenciam que, com exceção de 1994<sup>13</sup>, todos os demais exercícios do período 1991 a 1997<sup>14</sup> apresentaram previsão inicial de receita maior do que a execução efetiva. Não obstante, houve um detalhe importante: entre 1995 e 1997, o índice médio de execução da receita em relação à previsão inicial foi de 96%, como se pode constatar na Tabela 3, ficando bem acima da média percentual verificada entre 1991 e 1993, na Tabela 2. Esse movimento pode ser apreendido pelo Gráfico 1.

---

<sup>13</sup> O ano de 1994 configura-se como absolutamente atípico, o que, provavelmente, deve-se atribuir ao fato, por incrível que pareça, do orçamento ter sido aprovado em novembro. A despeito de mantê-lo no conjunto da estatística, optou-se em desconsiderá-lo para efeito de análise, tanto sob a ótica da receita como da despesa.

<sup>14</sup> Os dados da execução, para compor o acumulado de cada exercício, foram atualizados mês a mês para dez/97, enquanto os da previsão inicial foram inflacionados para dez/97 pela média anual de cada exercício. Sobre este aspecto, ver os comentários no Anexo I.

GRÁFICO 1 - Receita: Previsão e Execução



Em audiência à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, PORTUGAL (1996, p.128-129), como Secretário do Tesouro Nacional, declarou: "Qual é esse problema? É o problema do orçamento ser maior do que o caixa [...]. A nossa dificuldade é que no processo de elaboração orçamentária, sistematicamente, nós não prevemos recursos fiscais para pagamentos de encargos da dívida, tanto externa quanto interna e, posteriormente, estabelecemos uma meta de equilíbrio operacional, o que pressuporia que os encargos das dividas interna e externa fossem pagos com recursos fiscais. Além disso, tradicionalmente, em nosso orçamento ocorrem muitas superestimativas de receitas e subestimativas de despesas. As despesas que são inadiáveis, como por exemplo, a despesa de pessoal, [...] são sempre, costumeiramente, subestimadas".

As Tabelas 4 e 5 e o Gráfico 2 mostram que a execução da despesa em comparação com a dotação inicial atingiram índices

baixos no período com inflação crescente e elevada. Levando-se em conta a relação execução/dotação final, os índices foram ainda muito menores. Isto é factível em razão da interpretação predominante de que a Lei Orçamentária Anual tem caráter meramente autorizativo, concedendo, portanto, um grau de autonomia ao Poder Executivo na etapa da execução, desde que este não exceda os limites de despesas fixados. O Legislativo vem restringindo cada vez mais o grau de flexibilidade da execução. Desde o fim da década de sessenta até o exercício de 1988, permitia-se ao Executivo tomar as medidas necessárias para ajustar os gastos ao efetivo comportamento da arrecadação.

**Tabela 4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO: Despesas de 1991 a 1993**

R\$ Milhões

CATEGORIA	1.991					1.992					1.993				
	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	EXECUÇÃO O (C)	(C)/(A)	(C)/(B)	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO FINAL (E)	EXECUÇÃO (F)	(F)/(D)	(F)/(E)	DOTAÇÃO INICIAL (G)	DOTAÇÃO FINAL (H)	EXECUÇÃO (I)	(I)/(G)	(I)/(H)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>165.381</b>	<b>162.473</b>	<b>89.924</b>	<b>54,37%</b>	<b>55,35%</b>	<b>135.949</b>	<b>212.772</b>	<b>85.173</b>	<b>62,65%</b>	<b>40,03%</b>	<b>192.034</b>	<b>746.729</b>	<b>181.469</b>	<b>94,50%</b>	<b>24,30%</b>
Aplicação Direta e Transf. Intergov.		162.473	70.800		43,58%		212.772	56.176		26,40%		746.729	128.463		17,20%
Pessoal e Encargos Sociais	8.838	43.139	33.254	376,27%	77,09%	32.288	56.368	26.860	83,19%	47,65%	32.190	116.300	34.424	106,94%	29,60%
Juros e Encargos da Dívida		5.220	3.245		62,15%		34.908	8.937		25,60%		60.572	19.729		32,57%
Juros e Encargos da Dívida Interna		576	829		143,99%		20.590	4.742		23,03%		46.996	16.881		35,92%
Juros e Encargos da Dívida Externa		4.644	2.416		52,01%		14.318	4.195		29,30%		13.576	2.849		20,98%
Outras Despesas Correntes	151.181	114.114	34.301	22,69%	30,06%	95.206	121.497	20.379	21,41%	16,77%	132.821	569.857	74.310	55,95%	13,04%
Transf. a Est. DF. e Municípios			9.268					17.864					20.751		
Benefícios Previdenciários															
Outras Correntes			3.513					2.515					20.368		
Transferências Intragovernamentais			19.124					28.997					53.005		
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>131.201</b>	<b>162.255</b>	<b>67.086</b>	<b>51,13%</b>	<b>41,35%</b>	<b>187.608</b>	<b>345.372</b>	<b>138.776</b>	<b>73,97%</b>	<b>40,18%</b>	<b>428.259</b>	<b>466.776</b>	<b>125.327</b>	<b>29,26%</b>	<b>26,85%</b>
Aplicação Direta e Transf. Intergov.		162.255	67.086		41,35%		345.372	138.776		40,18%		466.776	121.425		26,01%
Investimentos	19.365	17.866	5.399	27,88%	30,22%	21.158	15.702	4.488	21,21%	28,58%	34.296	36.858	5.594	16,31%	15,18%
Inversões Financeiras	31.191	29.432	11.339	36,35%	38,53%	24.482	127.138	18.593	75,95%	14,62%	32.357	62.788	8.207	25,36%	13,07%
Amortização da Dívida		114.684	50.259		43,82%		201.877	115.492		57,21%		366.290	107.507		29,35%
Amortização da Dívida Interna		104.211	46.126		44,26%		192.389	111.907		58,17%		340.665	104.444		30,66%
Amortização da Dívida Externa		10.472	4.133		39,47%		9.488	3.585		37,79%		25.624	3.064		11,96%
Outras Despesas de Capital	1.937	274	89	4,60%	32,50%	852	656	203	23,85%	30,96%	863	839	117	13,60%	13,97%
Transferências a Est. DF. E Municípios															
Outras de Capital															
Transferências Intragovernamentais															
RESERVA DE CONTINGENCIA	716	340		0,00%	0,00%	887			0,00%		3.141	510		0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>297.298</b>	<b>325.068</b>	<b>157.010</b>	<b>52,81%</b>	<b>48,30%</b>	<b>324.445</b>	<b>558.144</b>	<b>223.950</b>	<b>69,03%</b>	<b>40,12%</b>	<b>623.433</b>	<b>1.214.014</b>	<b>306.795</b>	<b>49,21%</b>	<b>25,27%</b>

Fonte: Tabelas 2A, 8A e 14A

Nota: Os valores da despesa executada estão atualizados a preços de dez/97 pelo IGP-DI.

**Tabela 5 - Balanço Orçamentário da União: Despesas de 1995 a 1997**

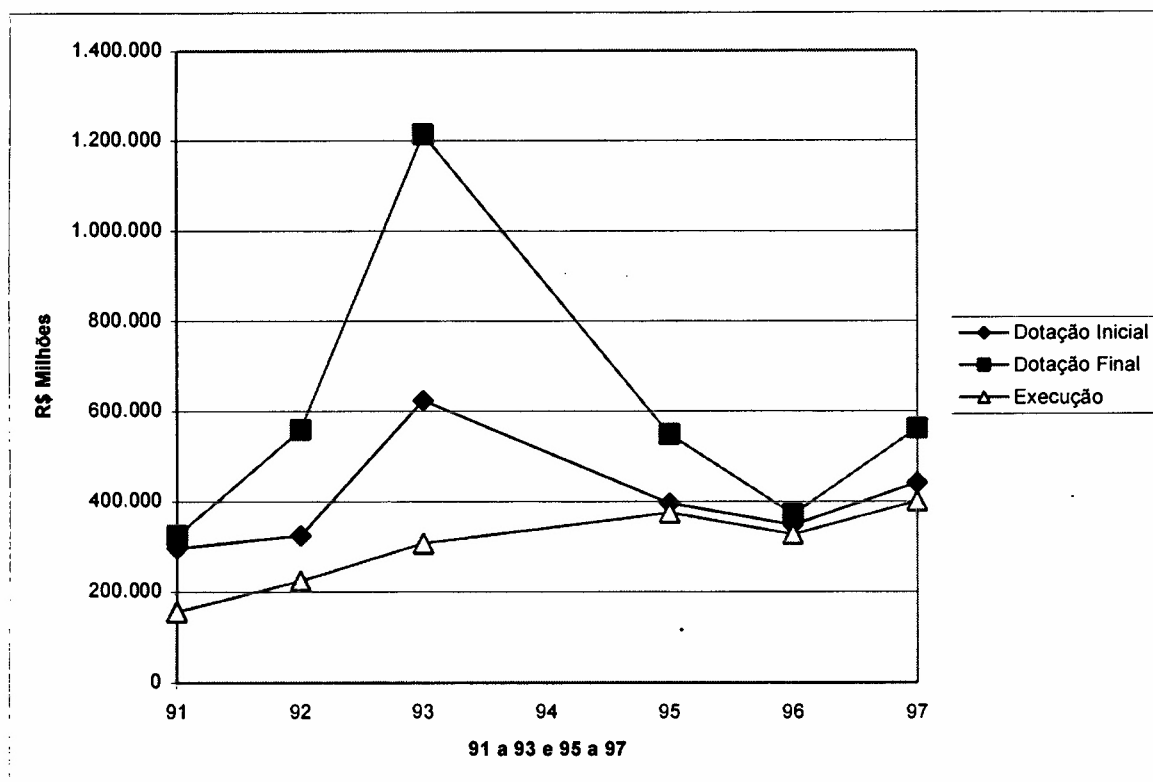
R\$ Milhões

CATEGORIA	1.995					1.996					1.997				
	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	EXECUÇÃO (C)	(C)/(A)	(C)/(B)	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO FINAL (E)	EXECUÇÃO (F)	(F)/(D)	(F)/(E)	DOTAÇÃO INICIAL (G)	DOTAÇÃO FINAL (H)	EXECUÇÃO (I)	(I)/(G)	(I)/(H)
DESPESAS CORRENTES	166.632	311.704	237.023	142,24%	76,04%	193.083	198.496	169.663	87,88%	85,46%	188.468	196.247	175.661	93,20%	89,51%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	166.632	192.488	162.803	97,70%	84,58%	193.083	196.477	169.677	87,88%	86,36%	188.468	196.247	175.661	93,20%	89,51%
Pessoal e Encargos Sociais	38.522	48.707	46.629	121,05%	95,73%	45.885	46.573	45.313	98,75%	97,30%	46.323	47.435	45.689	98,63%	96,32%
Juros e Encargos da Dívida	32.252	31.460	0	0,00%	0,00%	24.705	25.619	22.503	91,09%	87,84%	25.960	26.759	21.600	83,20%	80,72%
Juros e Encargos da Dívida Interna	-	22.251	14.823	-	66,62%	-	18.814	16.360	-	86,96%	-	20.617	16.376	-	79,43%
Juros e Encargos da Dívida Externa	-	9.209	5.781	-	62,78%	-	6.805	5.315	-	78,11%	-	6.143	5.224	-	85,05%
Outras Despesas Correntes	95.859	112.321	95.570	99,70%	85,09%	122.494	124.263	102.689	83,83%	82,64%	116.185	122.052	108.373	93,28%	88,79%
Transf. a Est. DF. E Municípios	-	28.046	26.444	-	94,29%	-	38.099	28.349	-	74,41%	-	35.674	30.679	-	86,00%
Benefícios Previdenciários	-	42.018	39.818	-	94,77%	-	49.611	45.861	-	92,44%	-	47.790	47.653	-	99,71%
Outras Correntes	-	42.257	29.307	-	69,35%	-	36.553	28.480	-	77,91%	-	38.588	30.041	-	77,85%
Transferências Intragovernamentais	-	119.217	74.219	-	62,26%	-	2.019	6	-	0,30%	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	228.438	236.245	136.784	60,41%	57,90%	150.905	170.367	157.112	104,11%	92,22%	252.711	366.210	224.845	88,97%	61,40%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	228.438	226.913	129.487	57,18%	57,06%	150.905	163.172	155.471	103,03%	95,28%	252.711	366.210	224.845	88,97%	61,40%
Investimentos	14.679	12.563	5.652	38,50%	44,99%	10.576	10.773	6.216	58,78%	57,70%	10.179	11.668	7.605	74,71%	65,18%
Inversões Financeiras	15.477	16.128	9.095	58,76%	56,39%	13.697	17.996	13.339	97,38%	74,12%	11.842	117.073	65.209	550,68%	55,70%
Amortização da Dívida	195.805	197.851	0	0,00%	0,00%	126.245	134.022	129.518	102,59%	96,64%	230.587	236.738	0	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida Interna	-	191.639	110.326	-	57,57%	-	128.620	125.361	-	97,47%	-	225.179	146.721	0,00%	65,16%
Amortização da Dívida Externa	-	6.213	4.187	-	67,39%	-	5.402	4.157	-	76,97%	-	11.559	5.178	0,00%	44,80%
Outras Despesas de Capital	476	371	228	47,81%	61,33%	387	381	181	46,67%	47,46%	104	156	133	127,64%	85,02%
Transferências a Est. DF. E Municípios	-	187	76	-	40,67%	-	186	119	-	63,97%	-	52	32	0,00%	61,45%
Outras de Capital	-	185	152	-	82,19%	-	195	62	-	31,74%	-	104	100	0,00%	96,92%
Transferências Intragovernamentais	-	9.331	7.297	-	78,20%	-	7.195	1.641	-	22,81%	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.153	5	0	0,00%	0,00%	3.368	2.688	0	0,00%	0,00%	2.805	575	0	0,00%	0,00%
TOTAL	385.223	547.954	373.807	94,58%	68,22%	347.356	371.551	326.794	94,08%	87,85%	441.179	562.457	400.506	90,78%	71,21%

Fonte: Tabelas 26A, 32A e 38A

Nota: Os valores da despesa executada estão atualizados a preços de dez/97 pelo IGP-DI.

GRÁFICO 2 - Despesa: Dotações Inicial e Final e Execução



De 1991 a 1997, período para o qual se organizou a estatística da execução orçamentária, a discricionariedade do Executivo foi bem menor. Além de respeitar o teto, a abertura de créditos suplementares prevista nas leis tem autorizado o remanejamento das dotações até o limite de 20% para cada subprojeto ou subatividade. Assim, sob a perspectiva legal, houve uma redução da autonomia do Executivo comandar o direcionamento do gasto e a escolha da programação. Porém, altos índices de inflação o manteve com recursos de poder nada desprezíveis.

A estratégia se viabilizava como conjunção de alguns fatores que se constituíam em recursos de poder disponíveis aos órgãos operacionais do Poder Executivo que se responsabilizavam pela elaboração e pela execução do orçamento. Inicia-se com a metodologia de indexação. De 1991 a 1994, de acordo com dispositivos constantes da LDO, os valores da proposta eram

atualizados da seguinte forma: no mês da aprovação da Lei Orçamentária, aplicava-se-lhes a inflação a partir abril mais uma estimativa de inflação até o fim do exercício financeiro. Dada a importância que as projeções do governo assumem na formação de expectativa dos agentes econômicos, evidentemente, a taxa projetada como parâmetro para a elaboração do orçamento sempre ficava aquém da real.

Por conseguinte, embora superestimadas em um primeiro momento, as receitas - indexadas em Unidade Fiscal de Referência (UFIR) - ultrapassavam os valores nominais inicialmente previstos, mas em patamar inferior em termos reais. "Por mais paradoxal que possa parecer, a experiência recente tem demonstrado que o processo de estimativa de receitas para a elaboração do orçamento da União pode inicialmente resultar numa superestimação das receitas, mas que ao longo do exercício financeiro as receitas superestimadas acabam tornando-se inferiores à receita efetivamente arrecadada, caracterizando, portanto, uma subestimação da receita orçamentária" (GUARDIA, 1992, p.98).

A Tabela 2 evidencia este efeito de forma muito clara. Os índices de execução da receita foram de 57,7%, 77,1% e 58,1% na sequência do período 1991-93. Em 1992, ano em que, aparentemente, o indicador cresce, um exame mais atento revela que nas fontes relevantes de receitas, representadas pelas receitas "Tributária e de Contribuições", a frustração dos ingressos atinge mais de 35%. Na realidade, o melhor índice obtido nesse exercício deve ser atribuído ao grande volume de rolagem da dívida: as "Receitas de Capital" que representavam 52,5% do orçamento alcançou 62,4% do total da receita arrecadada.

Em princípio, poder-se-ia inferir que o Legislativo se tornou refém da estratégia do Executivo, mas a prática tem demonstrado a sua conivência com o processo, baseando sua atuação em uma lógica questionável: a obrigação da negociação das dotações ao longo do exercício, outorgando-lhe recurso de poder, de forma muito especial nas votações das matérias de interesse do governo.



O "jogo", na realidade, inicia-se na própria elaboração do orçamento. Mediante a apresentação de emendas na fase de apreciação do orçamento, os parlamentares inserem uma gama de dotações simbólicas para determinadas ações, que são materializadas em novos subprojetos e subatividades, cujos valores revelam a inviabilidade de execução. No jargão orçamentário, são conhecidas como "janelas orçamentárias" e são colocadas no orçamento em função "das pressões realizadas pelas bases regionais sobre os Parlamentares, funda-se na premissa de que um subprojeto já incluído no orçamento tem muito mais viabilidade de ser posteriormente suplementado e executado do que outros, por relevantes que sejam, que tenham ficado dependentes de créditos especiais" (SANCHES, 1997, p.140).

A proposta orçamentária para 1993 proporciona uma noção de como a atuação do Parlamento altera o projeto inicial: aos 6.028 subprojetos e subatividades propostos pelo Executivo, os parlamentares agregaram outros 13.716, concentrando-os nos ministérios do Bem-estar Social (4.905), Educação e Desporto (2.595), Integração Regional (2.089) e Saúde (1.327) (Cf. OLIVEIRA, TACCA Jr. e SILVA, 1994/95, p.113). Portanto, não resta dúvida, quanto ao seu caráter *pork barrel*, que representa a forma de o parlamentar otimizar a sua participação sob o ponto de vista eleitoral.

Conforme exposto, a comparação entre o período 1995-1997 - caracterizado por baixas taxas de inflação -, e o período 1991-1993 - caracterizado por elevadas taxas de inflação -, demonstra que o índice de execução das receitas "Tributária" e de "Contribuições" em relação à previsão inicial se eleva, atingindo praticamente a unidade em 1995. O comportamento da despesa realizada segue a mesma tendência.

Para os exercícios entre 1995 e 1997, os índices de execução da despesa alcançaram 94,6%, 94,1% e 90,8%, respectivamente, como pode ser visto na Tabela 5. Enquanto, entre 1991 e 1992, conforme evidenciado na Tabela 4, a realização da despesa se encontrava em torno de 50%, com exceção do exercício de 1992-93, no qual o



indicador atingiu quase 69%. De qualquer forma, neste caso, deveu-se ao maior grau de execução do subitem "Amortização da Dívida Interna" - que expressa o refinanciamento da dívida mobiliária -, alcançando quase 60% do valor previsto.

Os dados mostram uma possível tendência de redução para o Executivo do grau de discricionariedade na execução das despesas com a queda da inflação. Se a política tiver de caminhar no sentido de uma maior restrição, visando o ajuste fiscal, o Executivo perde a flexibilidade de controle dos gastos por meio de uma administração rigorosa de caixa, como ocorre em conjuntura de inflação elevada. Levando-se em consideração as observações anteriormente apontadas sobre a vulnerabilidade das informações, pode-se efetuar o cálculo da margem de poupança, entendida como a "Receita Total" menos as "Operações de Crédito" e as "Despesas Correntes". Evidentemente, indicam apenas a tendência reinante.

Os resultados para cada ano constam da Tabela 6 e mostram que, mesmo quando são examinados em valores absolutos, observa-se uma queda bastante acentuada desse indicador ao longo do período, com exceção do exercício de 1994. Relacionando-se a margem de poupança com a receita total, o resultado se torna mais contundente: no início da série em estudo, a margem de poupança representa cerca de 31% da receita total, caindo para aproximadamente 4% em 1997.

TABELA 6 - MARGEM DE POUPANÇA DE 1991 A 1997

R\$ Bilhões

ANO	MARGEM DE POUPANÇA (*)
1.991	53,35
1.992	48,44
1.993	70,64
1.994	122,25
1.995	19,81
1.996	13,08
1.997	17,88

Fonte: Tabelas 1A, 2A, 7A, 8A, 13A, 14A, 19A, 20A, 25A, 26A, 31A, 32A, 37A e 38A.

(\*) Margem de Poupança = Receita Total - Operações de Crédito - Despesas Correntes

É conveniente ressaltar que a apreciação da questão fiscal não constitui objeto deste trabalho, até porque, empreendê-la requereria aprofundar o exame dos elementos que provocam efeitos na despesa e, como corolário, no déficit público. Neste rol, constaria o comprometimento com "Juros e Encargos da Dívida", bem como as despesas com "Benefícios Previdenciários". No primeiro caso, chama a atenção o fato de <sup>essa</sup> a rubrica cresceu 675% em termos absolutos de 1997 em relação a 1991 e, triplicou sua participação nas "Despesas Correntes". No que concerne aos "Benefícios Previdenciários", desde 1994, quando se tem a primeira informação publicada, o montante despendido com essa rubrica saltou de R\$ 32,5 bilhões para R\$ 47,7 bilhões em 1997. Sua participação relativa no conjunto das "Despesas Correntes" passou de 16,4% em 1994, para 27,1% no fim da série. Por outro lado, o gasto com "Pessoal e Encargos Sociais", vilão número um da grande imprensa e da opinião pública, caiu de 33,3% para 25,4%, como participação relativa das "Receitas Correntes" entre o início da série e 1997.

O que se quer caracterizar é que a redução dos níveis inflacionários no mínimo tornou menos flexível o controle das contas públicas, a partir da administração financeira na "boca do caixa", bem como a execução dos empreendimentos de sua própria iniciativa. Assim, além de um menor grau de utilização desse mecanismo como recurso de poder do Executivo para fins de restrição financeira, houve a necessidade de se ampliar a negociação com o Legislativo e com os atores sociais que conseguem participar de modo mais ativo da disputa pelos recursos públicos.

É preciso esclarecer que não se pretende fazer apologia da inflação alta como sinônimo de rigidez fiscal. Não obstante, os indicadores evidenciam que os condutores da administração federal usaram a inflação como instrumento, visando assegurar um maior equilíbrio entre gasto e disponibilidade de caixa. Adicionalmente, às receitas superestimadas, o Executivo, mais especificamente a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - órgão central de programação financeira -, recorreu ao cronograma de liberação de

recursos, como parte da estratégia para comandar a execução do orçamento.

Altas taxas de inflação combinadas com a inexistência de correção monetária para as dotações, como ocorreu em parte do período analisado, provocaram a desvalorização de alguns grupos de despesa na proporção dos índices inflacionários. Por outro lado, as receitas "Tributária" e de "Contribuição" - principal fonte de ingresso do governo Federal - eram atualizadas pela UFIR, gerando freqüentes excessos nominais de arrecadação, a despeito de a projeção inicial, a preços atualizados, ser inferior ao inicialmente previsto.

Nesse contexto, na prática, ao estabelecer o cronograma de desembolso, a STN comprimia a despesa, o que lhe outorgava um certo grau de discricionariedade no direcionamento do gasto, uma vez que o andamento das ações passou a depender do instante em que os recursos financeiros eram liberados. Quanto mais extensa a periodicidade de liberação para os órgãos setoriais dos ministérios, que coordenam o gasto das suas respectivas unidades orçamentárias, maior a compressão das dotações. No intervalo entre o ingresso da arrecadação e a descentralização das verbas, a STN a mantinha depositada com remuneração na conta única da União no Banco Central, sendo que o resultado da aplicação constituía a Fonte 188 ("Remuneração das Disponibilidades do Tesouro") que, tradicionalmente, destinava-se ao resgate e pagamento da dívida.

Além de compor a estratégia para comandar o ritmo de execução do orçamento, o uso do controle de caixa, mediante cronograma de desembolso e, até mesmo o atraso nas liberações, servia também para acomodar a disputa alocativa. Noutra palavras, o governo se poupava de tomar decisões que contrariassem determinados segmentos sociais e setores econômicos, reduzindo os conflitos mais explícitos na disputa pelas verbas orçamentárias, uma vez que as ações poderiam estar contempladas sem que necessariamente fossem executadas.

Em síntese, pode-se pensar, à primeira vista, que a administração financeira na "boca do caixa" perderia importância e

o orçamento resgataria a sua função de expressar o acordo alocativo. Um ambiente econômico sem inflação ou, pelo menos, com baixos índices, permitiria aos membros do Parlamento, como de resto a todos os agentes e setores econômicos, uma melhor visibilidade das sutilezas do processo orçamentário, tanto no que diz respeito ao acompanhamento e execução, como na apreciação dos pedidos de créditos adicionais encaminhados pelo Poder Executivo. A princípio, deveriam ser em menor número e em valores menos representativos em relação ao período de inflação alta, o que não comprometeria em demasia a visão de conjunto, como ocorria com altas taxas de inflação.

Os pedidos de créditos adicionais por "excesso de arrecadação"<sup>15</sup> deveriam se restringir à recomposição de dotações. No entanto, a prática do "jogo orçamentário" tem evidenciado outra faceta da estratégia do Executivo para comandar o orçamento, que os utiliza para dirigir a execução de acordo com suas conveniências e prioridades, transformando-os em recurso de poder. Mas, não se pode deixar de mencionar a complacência dos parlamentares, baseados na pressuposição de que podem exercer pressões na fase de apreciação das leis de excesso, dado a possibilidade de aumento das dotações orçamentárias já contempladas na lei, por meio de reforço, ou de inserção de dotações para novas ações. Esta mesma lógica explica o fato de setores do Congresso se mostrarem contrários às tentativas de indexação do orçamento, quando do período inflacionário. "Nesta situação os congressistas não teriam como pressionar pela liberação financeira de recursos referentes a dotações já asseguradas na Lei Orçamentária" (BIASOTO Jr et al, 1990, p.124).

<sup>15</sup> De acordo com a Lei 4320/64, em seu Art. 41: "Os créditos adicionais classificam-se em: I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública". Um pouco a frente, no Art. 43 a mesma Lei define que a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da disponibilidade de recursos, entendendo com tal, entre outros, "os provenientes de excesso de arrecadação".

Retornando às Tabelas 4 e 5, é possível perceber o efeito dos créditos adicionais sobre a composição do gasto. De imediato, observa-se que, a despeito de o governo não conseguir executar os valores inicialmente autorizados em nenhum dos exercícios do período estudado, seu ímpeto em apresentar os pedidos de créditos não foi contido. O percentual médio de pedidos de créditos adicionais no período 1991-1993 atingiu quase 60%, enquanto no período 1995-1997 a média recuou para aproximadamente 25%, evidenciando, mais uma vez, a diferença de se executar o orçamento em conjunturas inflacionárias distintas.

As informações demonstram que a redução da inflação contribuiu para diminuir os valores médios das solicitações de créditos. Não obstante, os números de pedidos de créditos adicionais no período de baixos índices de inflação eram reveladores. Com base em informações da Secretaria da Comissão de Orçamento, em 1995 foram enviados ao Congresso 135 projetos de solicitação de créditos adicionais, representando uma quantidade acima da verificada nos exercícios de maior inflação do período (1992-93), nos quais o Executivo encaminhou 129 e 114 pedidos, respectivamente. O número de solicitações caiu um pouco nos exercícios subseqüentes: 89 em 1996 e 83 em 1997. Esses números permitem inferir que o Poder Executivo continua utilizando os créditos adicionais como parte da estratégia de garantir os seus projetos preferenciais e de comandar o processo orçamentário.

Uma forma de perceber mais diretamente esse efeito sobre a composição do gasto e, como decorrência, da própria programação governamental, pode ser empreendida mediante a análise das despesas por função, que correspondem ao máximo nível de agregação das ações. Entretanto, é bom alertar sobre dois fatos: a função "Administração e Planejamento" tem a maior participação relativa porque contempla os gastos com a dívida pública (refinanciamento, amortização, juros e encargos), folha de pagamento com pessoal civil e militar ativo e o custeio básico da administração pública; a função "Desenvolvimento Regional" inclui os valores de "Transferências Intergovernamentais", incluindo-se o "Fundo de

Participação dos Municípios" (FPM) e o "Fundo e Participação dos Estados" (FPE).

Com base nas Tabelas do Anexo II, é factível estabelecer a composição das despesas por função sob três perspectivas: autorização inicial, autorização final e execução final. Os dados, constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 10, indicaram, em alguns casos, diferenças significativas entre o pacto alocativo formalizado na Lei Orçamentária, as modificações promovidas pelos créditos adicionais e a realização efetiva da despesa por função de governo.

**Tabela 7 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FUNÇÕES NO CONJUNTO DAS  
DESPESAS - 1992**

FUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	DESPESA EXECUTADA (C)
LEGISLATIVA	0,29%	0,25%	0,33%
JUDICIARIA	0,64%	0,62%	0,78%
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	50,98%	63,51%	56,42%
AGRICULTURA	4,96%	2,80%	2,51%
COMUNICACOES	0,02%	0,02%	0,03%
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	2,55%	2,09%	2,73%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	9,00%	6,73%	8,65%
EDUCACAO E CULTURA	3,00%	2,16%	2,67%
ENERGIA E REC. MINERAIS	0,36%	0,29%	0,32%
HABITACAO E URBANISMO	0,17%	0,08%	0,04%
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	0,66%	0,71%	0,25%
RELACOES EXTERIORES	0,18%	0,20%	0,21%
SAUDE E SANEAMENTO	6,92%	4,88%	5,30%
TRABALHO	2,11%	1,87%	2,40%
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	15,52%	12,51%	15,76%
TRANSPORTE	2,34%	1,26%	1,60%
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,29%	0,01%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

**Tabela 8 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FUNÇÕES NO CONJUNTO DAS  
DESPESAS - 1993**

FUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	DESPESA EXECUTADA (C)
LEGISLATIVA	0,19%	0,20%	0,29%
JUDICIARIA	0,38%	0,55%	0,83%
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	52,84%	38,26%	44,75%
AGRICULTURA	2,94%	2,56%	1,92%
COMUNICACOES	0,02%	0,02%	0,02%
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	1,87%	2,07%	2,31%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	5,40%	5,38%	6,79%
EDUCACAO E CULTURA	1,92%	2,40%	2,70%
ENERGIA E REC. MINERAIS	0,18%	0,16%	0,16%
HABITACAO E URBANISMO	0,16%	0,35%	0,07%
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	1,02%	0,64%	0,74%
RELACOES EXTERIORES	0,15%	0,16%	0,16%
SAUDE E SANEAMENTO	7,41%	6,99%	5,73%
TRABALHO	4,67%	8,55%	6,85%
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	18,80%	30,40%	25,70%
TRANSPORTE	1,65%	1,27%	0,98%
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,41%	0,04%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%



**Tabela 9 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FUNÇÕES NO CONJUNTO DAS  
DESPESAS - 1996**

FUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	DESPESA EXECUTADA (C)
LEGISLATIVA	0,34%	0,38%	0,70%
JUDICIARIA	1,20%	1,20%	2,10%
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	46,25%	47,56%	21,16%
AGRICULTURA	2,65%	2,68%	3,53%
COMUNICACOES	0,06%	0,07%	0,06%
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	3,19%	3,06%	5,03%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	9,89%	9,62%	11,78%
EDUCACAO E CULTURA	3,36%	3,33%	5,31%
ENERGIA E REC. MINERAIS	0,24%	0,23%	0,36%
HABITACAO E URBANISMO	0,68%	0,67%	0,19%
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	0,47%	0,55%	0,53%
RELACOES EXTERIORES	0,13%	0,14%	0,24%
SAUDE E SANEAMENTO	4,76%	5,14%	8,25%
TRABALHO	3,13%	2,46%	3,88%
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	20,99%	20,42%	35,96%
TRANSPORTE	1,68%	1,78%	1,62%
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,99%	0,72%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

**Tabela 10 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FUNÇÕES NO CONJUNTO DAS  
DESPESAS - 1997**

FUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	DESPESA EXECUTADA (C)
LEGISLATIVA	0,30%	0,31%	0,63%
JUDICIARIA	1,08%	1,00%	2,08%
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	58,70%	66,17%	36,13%
AGRICULTURA	2,15%	1,94%	3,40%
COMUNICACOES	0,06%	0,08%	0,08%
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	2,50%	2,02%	3,84%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	6,42%	5,53%	9,97%
EDUCACAO E CULTURA	2,67%	2,20%	4,06%
ENERGIA E REC. MINERAIS	0,20%	0,18%	0,34%
HABITACAO E URBANISMO	0,54%	0,44%	0,16%
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	0,48%	0,42%	0,45%
RELACOES EXTERIORES	0,10%	0,08%	0,17%
SAUDE E SANEAMENTO	4,58%	3,69%	7,03%
TRABALHO	2,38%	1,88%	2,81%
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	16,13%	13,01%	27,39%
TRANSPORTE	1,08%	0,94%	1,45%
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,63%	0,10%	
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

As diferenças mais acentuadas foram verificadas nos exercícios com inflação elevada, 1992 e 1993. Com a queda da inflação, é interessante notar, que as informações demonstraram uma relativa perda de controle que o Executivo dispunha sobre a execução das despesas destinadas aos Poderes Legislativo e Judiciário. Esse aspecto intensificava o conflito e complicava a relação entre os poderes. Como acentuam OLIVEIRA, TACCA Jr. e SILVA (1994/95, p.112): "A partir de 1989, com a recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional em matéria orçamentária, a plena autonomia do Poder Judiciário e a rigidez orçamentária surgiram sérios conflitos entre os Poderes da União."

Nos anos de 1992 e 1993, embora o gasto destinado aos poderes Legislativo e Judiciário fosse realizado acima das autorizações inicial e final, sua participação relativa era menor. Considerando-se a média de 1996 e 1997 em relação à média de 1992 e 1993, os Poderes Legislativo e Judiciário aumentaram sua participação no conjunto dos gastos em 40% e 80%, respectivamente; como decorrência natural, atenuaram-se os conflitos.

Estes problemas devem ser associados às falhas na utilização das outras peças concebidas na Constituição para o pleno funcionamento do ciclo de planejamento. Na realidade, a Lei Orçamentária deveria apenas refletir, em termos de valor, as prioridades governamentais vinculadas ao Plano Plurianual e escolhidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução em um exercício financeiro. Todavia, a inexistência de integração entre os três instrumentos, bem como dos problemas vinculados ao exercício da atividade de planejamento, faz com que o orçamento seja discutido no "varejo". Os debates para a apreciação e destinação dos créditos adicionais são reabertos ao longo de toda a execução orçamentária. Esse procedimento torna-se funcional para os propósitos do Executivo e do Legislativo, que utilizam o reforço das dotações orçamentárias como um instrumento de negociação política e de troca de favores, sobretudo nas votações de maior interesse do Poder Executivo.

O Executivo dispõe, também, do contingenciamento das dotações<sup>16</sup>, como recurso de poder para comandar o orçamento. Esta ferramenta consiste no estabelecimento de limites para a execução das despesas inferiores aos créditos autorizados pela Lei Orçamentária ou pelos créditos adicionais. O Legislativo vem procurando bloquear a flexibilidade mantida pelo Executivo até o fim dos anos 80 na execução da despesa, mediante a qual este último podia adotar as medidas necessárias para promover o ajuste entre ingressos e dispêndios. Em todos os projetos de LDO para o período 1993-1997, os congressistas rejeitaram dispositivos dessa natureza.

A burocracia da área orçamentária e financeira, por sua vez, vem encontrando caminhos alternativos para que o Executivo faça valer o recurso do contingenciamento. Reforça este argumento o Decreto nº 2183, de 21.03.1997, editado a partir de uma brecha da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1997 (Lei nº 9438), possibilitando o estabelecimento de um cronograma anual de cotas trimestrais de desembolso financeiro, com determinação de limites de até 90% para atividades e de até 94% para projetos, para o empenho de despesas e os respectivos reforços, por meio de créditos adicionais. Essa norma complementa o Decreto nº 825, de 28.05.1993, que condicionava as liberações financeiras dando prioridade ao pagamento de pessoal e encargos sociais, aposentadorias e pensões da previdência social, serviços da dívida pública federal e contrapartida de empréstimos externos. O resultado prático foi a (contenção) dos dispêndios com "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos" e "Inversões Financeiras", que acabaram por se transformar nos itens que compõem a variável de ajuste nos momentos de restrição fiscal.

Voltando-se às Tabelas 4 e 5 é possível verificar que o índice de execução dessas rubricas, seja em relação à dotação inicial, seja em relação à dotação final, é inferior à boa parte

---

<sup>16</sup> Esta denominação pode aparecer como "Bloqueio Orçamentário" e "Recursos a Programar".

das demais em quase todo o período. Recorrendo-se ao Anexo II, infere-se outra faceta da fragilidade do planejamento e da programação orçamentários. As Tabelas que calculam a proporção mensal dos gastos em cada ano<sup>17</sup> (Anexo II) do período mostram que a execução dos itens "Outras Despesas Correntes" (exceto "Benefícios Previdenciários" e "Transferências a Estados e Municípios"), "Investimentos" e "Inversões Financeiras" se concentraram no segundo semestre, particularmente no mês de dezembro.

Mesmo nos exercícios com inflação baixa, entre 1995 e 1997, o Executivo permaneceu utilizando a programação orçamentária como instrumento de compressão dos dispêndios no primeiro semestre, abrindo o cofre somente no fim do ano. O caso mais extremo, considerando-se o conjunto dos três itens, ocorreu em 1997, quando a execução dos itens "Inversões Financeiras", "Investimentos", e "Outras Correntes", em dezembro foi de 21%, 59% e 90%, respectivamente. Demonstra-se, dessa forma, mais um aspecto da ausência de planejamento na consecução das ações governamentais, pois a liberação das verbas para as atividades e os projetos não se dá de forma escalonada ao longo do exercício.

As unidades de gasto, por sua vez, atentas à lógica prevalecente na elaboração do orçamento - de estabelecer o volume de gastos para o ano seguinte, baseado na execução dos exercícios anteriores -, procuram empenhar o máximo possível de dotações dentro de suas disponibilidades orçamentárias, mesmo que naquele momento específico não houvesse necessidade. Além disso, transferem despesas para a execução no exercício seguinte, mediante a inscrição em "Restos a Pagar".

A propósito, os dados sobre "Restos a Pagar", constantes da Tabela 11 revelam um crescimento bastante acentuado dos valores inscritos nessa rubrica a partir de 1994, em comparação com o período 1991-1993, confirmando uma vez mais a dificuldade de acomodar os interesses em uma conjuntura de inflação baixa, quando há uma maior transparência na destinação dos gastos. "Nos anos

---

<sup>17</sup> Tabelas 3, 9, 15, 21, 27, 33 e 39, do Anexo II.

anteriores como havia um regime de alta inflação, cerca de 30%, 40% ao mês, o valor inscrito em 'restos a pagar', na verdade era deteriorado, corroído pela alta inflação. Como esse valor era liberado durante o exercício seguinte, vários meses do exercício seguinte, o peso real das liberações de 'restos a pagar' não era significativo em relação aos demais dispêndios do ano corrente" (PORTUGAL, 1996, p.120).

Tabela 11 - Restos a Pagar: de 1991 a 1997  
R\$ Milhões

Ano	Pagamento do Ano Anterior	Inscrição
1991	11.069	8,80
1992	1.881	9.059
1993	1.892	5.621
1994	438*	8.420,85
1995	4.000	7.700,85
1996	5.758,33	7.517,22
1997	6.147,61	3.751

\* - Pago 100% do Inscrito  
Valores a preços de dezembro/97.

A queda em 1997 pode ser explicada pelo teor do Decreto n° 2401/97, editado em fins de novembro, como uma das modificações do supramencionado Decreto n° 2183/97, que vedou a inscrição, em "Restos a Pagar", das despesas cujos empenhos não houvessem sido liquidados até o fim do exercício. Em função da norma sofrer alteração quase no último mês do ano, boa parte das unidades de gasto não conseguiu concluir a aquisição de bens e serviços, cujos processos exigem uma série de etapas que dificilmente se efetivam em menos de um mês. Considere-se, em adição, como já apontado, que o governo concentrou as liberações nos últimos meses do ano. O fato de grande parte da despesa realizada nesse exercício não ter sido liquidada implicou na redução de "Restos a Pagar".

Há, ainda dois outros recursos de poder utilizados pela administração federal. Um deles refere-se à flexibilidade conferida ao Executivo de propor mudanças no projeto da Lei Orçamentária Anual, por meio do encaminhamento de "Mensagens Modificativas", enquanto não for iniciada a votação do Parecer Preliminar no plenário da Comissão Mista. Este instrumento pode ser usado pelo Executivo para atrasar o início da apreciação quando lhe convém, permitindo inferir que nem sempre o atraso na apreciação e na promulgação do orçamento deve ser atribuído exclusivamente à morosidade de sua tramitação no Congresso, conforme versão prevalecente na opinião pública. Para se ter uma noção da interferência do mencionado instrumento na tramitação do orçamento, identifica-se que na aprovação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1994, entre complemento de informações e modificações propriamente ditas, o Executivo encaminhou sete Mensagens, sendo a última em 22 de agosto de 1994.

O outro diz respeito ao poder de veto do Presidente, caso considere o projeto inconstitucional, em parte ou no todo. Pode, ainda, vetar se entender que o projeto contrarie o interesse público. Essa prerrogativa tem sido usada com maior frequência no governo Fernando Henrique Cardoso, para retirar aumentos indevidos de receitas (MENSAGEM Nº 91/95 de 19.01.91 do Presidente ao Senado Federal) e para cancelar dotações direcionadas a ações de natureza *pork barrel*, nos termos definidos anteriormente, para o atendimento de interesses específicos e localizados, cujo princípio motivador é a otimização de ganhos eleitorais para alguns parlamentares. Exemplos dessa modalidade de vetos são encontrados nos Anexos da MENSAGEM Nº 254 do Presidente ao Senado Federal. Diz respeito ao projeto de Lei nº 8, de 1996, para o orçamento de 1997 e veta algumas dezenas de ações, destacando-se: "aquisição de patrulha mecanizada agrícola em Varre e Sai - RJ; construção de feira modelo em Maués - AM; desenvolvimento do turismo no Amapá.

Em síntese, a despeito de a Lei Orçamentária Anual se constituir na formalização do acordo alocativo para a realização

das ações governamentais em um exercício financeiro, o Executivo detém recursos de poder que lhe permite comandar o processo de execução do orçamento, o que é feito tanto sob o prisma do controle financeiro para fins de acomodação do déficit público, como sob a ótica do direcionamento do gasto e, como decorrência, da escolha das prioridades e a sua consecução em termos de ações.

Apesar do enorme avanço do ponto de vista da organização institucional empreendida a partir dos anos oitenta e ampliadas na Constituição de 1988, uma série de fatores comprometem o uso eficaz dos instrumentos que compõem o arcabouço de planejamento. Nesse sentido, a recuperação da prerrogativa em matéria de planejamento e da programação das ações governamentais pelo Congresso Nacional ainda está bem distante de alcançar participação do Poder Legislativo e da própria sociedade civil.

Atenuar esta participação não significa apenas reduzir o efeito que se pretendia do novo arranjo que definiu o direcionamento do gasto público, mas também conduz ao questionamento do sistema de planejamento, inclusive a Lei Orçamentária, enquanto mecanismo de orientação e controle sobre as ações governamentais. Como ficou constatado, o Executivo dispõe de recursos de poder que lhe permite conduzir o processo alocativo, independente do pacto formal embutido no orçamento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho institucional que disciplina a decisão do gasto e a escolha das políticas públicas no Brasil sofreu profundas transformações no decorrer da década de 80. A reforma se consolidou durante os trabalhos da Assembléia Constituinte e resultou no Título VI - "Da Tributação e do Orçamento" -, Capítulo II - "Das Finanças Públicas" - da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que se formalizou o circuito do planejamento. Sob a ótica institucional não resta dúvida de que o processo de escolha das ações governamentais evoluiu em relação ao modelo que vigorou por cerca de duas décadas a partir de meados dos anos 60.

Naquele período predominavam as decisões tecnocráticas e centralizadoras, com participação bastante restrita dos parlamentares na definição das ações governamentais. Pelo Congresso Nacional tramitava apenas os gastos cursados ao amparo do Orçamento Geral da União, que representavam aproximadamente um terço do volume total de gastos do governo Federal. Do restante, metade transitava pelo Orçamento Monetário, cujas decisões eram tomadas em círculos fechados, envolvendo os membros do CMN, segmentos da burocracia do Banco Central e do Banco do Brasil e os setores beneficiados com a concessão de créditos, com taxas de juros subsidiadas. Na outra parcela dos gastos, ainda que submetida ao Poder Legislativo, não lhe era permitido a menor intervenção, uma vez que as verbas eram consignadas sob a forma de dotações globais para cada um dos órgãos integrantes da administração indireta, sendo vedado qualquer tipo de alteração. Em termos práticos, centros de decisão localizados nas empresas públicas e estatais e nas agências descentralizadas conduziam as políticas setoriais com grande margem de autonomia. Na realidade, os procedimentos que balizavam a definição dos gastos não se diferenciavam do contexto geral, de natureza centralizadora, na condução e nas decisões governamentais.

As reformas tiveram como pano de fundo a crise do regime militar, associada aos desequilíbrios econômicos a partir de fins dos anos 70, e a busca, pela sociedade, do retorno a padrões e valores democráticos. O resultado mais expressivo, depois da frustração do "Movimento das Diretás-já", deu-se na instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, com o objetivo de revisar as regras do pacto sóciopolítico. No transcorrer dos trabalhos constituintes, um ponto central das preocupações dos parlamentares era a recuperação de suas prerrogativas no processo decisório para a escolha das prioridades da programação governamental. Tratava-se de incorporar o Poder Legislativo como *locus* de decisão das políticas públicas. Alguns setores do Parlamento lutaram para incluí-lo em todas as fases de discussão da programação das ações de governo, desde o estabelecimento das diretrizes macroestruturais até a sua concretização em termos de valores.

Nesse sentido, foram concebidos o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual como engrenagens principais da estrutura de planejamento. O resgate dessa função governamental, sob o ponto de vista operacional, passava, necessariamente, pela ligação entre plano e orçamento. A participação plena do Congresso requeria, também, o retorno dos princípios orçamentários da unicidade e da universalidade, ou seja, a apreciação do conjunto das ações de governo e dos respectivos mecanismos de financiamento.

As medidas adotadas constituir-se-iam em pressupostos básicos para reduzir a autonomia e o grau de discricionariedade do Poder Executivo na destinação do montante global dos recursos públicos. Em contrapartida, permitiriam a participação do Congresso Nacional na escolha das políticas públicas, na construção de um ambiente institucional mais transparente, visando a criação de bases para o acompanhamento das ações do Estado pela sociedade. Como decorrência, abririam fendas para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos, se fossem acompanhadas de mecanismos que possibilitassem a quantificação e a avaliação da qualidade do

gasto e uma melhor compatibilização entre o planejamento e os objetivos macroeconômicos.

Essas questões constavam do diagnóstico elaborado pela Comissão para o Reordenamento Financeiro do Setor Público, ainda no começo dos anos 80. O trabalho teve como ponto de partida o descontrole das finanças públicas em razão de mecanismos que permitiam a ampliação do gasto público. A despeito disso, embutia preocupações quanto ao retorno das prerrogativas do Congresso. Muito menos por este aspecto em si, e mais pelo fato de proporcionar à sociedade transparência das contas governamentais e melhor visibilidade das ações do Estado. Nesta direção foi proposta a unificação orçamentária.

Portanto, o atual desenho institucional para as finanças públicas instituído na Constituição de 1988 foi organizado como desenlace das propostas originadas no interior da burocracia governamental. A interferência dos políticos no processo priorizou a ampliação das competências do Poder Legislativo nas diferentes etapas do planejamento governamental. Assim, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte resultaram no ordenamento de um moderno ciclo de planejamento, na unificação dos orçamentos e na criação, no âmbito do Congresso, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Há que se destacar que o processo de unificação orçamentária incorporou o Congresso Nacional como arena de negociação das políticas públicas. Dentro do Parlamento, a Comissão Mista de Orçamento passou a constituir o *locus* para onde confluem os interesses, representando mais uma etapa da disputa por recursos do orçamento. Nessa fase ocorre um amplo processo de negociação protagonizado pelo relator-geral, pelos relatores setoriais da Comissão Mista de Planos e Orçamento, e pela liderança do Congresso, principalmente por intermédio do "Colégio de Líderes". Estes últimos, embora não participem formalmente do jogo, destacam-se no momento da composição da Comissão, na intermediação dos interesses e na resolução dos conflitos.

Ocorre, também, uma participação intensa dos representantes políticos de todas as esferas de governo com o intuito de garantir recursos para projetos desenvolvidos em suas regiões. Entre os demais atores, as empreiteiras continuam mais ativos, revelando o seu poder de adaptação às regras de uma disputa mais aberta e democrática. Reconhece-se, portanto, uma descentralização no modelo decisório, com ampliação dos centros de decisão e com maior maleabilidade à participação externa na disputa orçamentária.

O Congresso passa a opinar e a exercer responsabilidade sobre política de alocação de recursos e, mais amplamente, sobre as finanças públicas, ampliando as condições institucionais para o *accountability*, visto que o universo de ações governamentais torna-se mais transparente. As decisões orçamentárias tecnocráticas dão lugar à forma mais democrática. Sinaliza-se uma maior maleabilidade no que se refere à atuação dos atores ao se prever as audiências públicas como espaço institucional para todas as etapas do ciclo de planejamento, aumentando a possibilidade de expansão da quantidade de atores intervenientes na disputa orçamentária.

No entanto, esses avanços precisam ser relativizados, pois, na prática, os instrumentos de planejamento que compõem o circuito formal não apresentam o ordenamento que justificou a sua criação. Na fase do Plano Plurianual não se tem alcançado o acerto político sobre as ações prioritárias do governo no médio prazo e em consonância com a direção da política fiscal. Em consequência, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja principal função seria a conexão desses elementos com o orçamento, tem sido subtilizada, esvaziando o seu papel de propiciar ao Congresso a antecipação no processo e discussão orçamentária. Portanto, perde-se a flexibilidade proporcionada por este instrumento como *locus* para se adiantar a escolha das prioridades, bem como para se definir os principais parâmetros da política fiscal para o exercício seguinte.

A generalidade, tanto do Plano Plurianual como da Lei de Diretrizes Orçamentárias, revela a ausência de planejamento

*accountability*

governamental, transformando-os em instrumentos de "intenções" da estratégia de governo. Por essa razão, a negociação alocativa transfere-se para a fase de apreciação do projeto de Lei Orçamentária. Lembre-se, a este respeito, a julgar pelo número de emendas, que os parlamentares concentram as suas atuações nesta etapa. Em termos de concepção, a Lei Orçamentária deveria refletir um pacto alocativo a ser executado no ano seguinte, materializado em valores financeiros, entre os Poderes Executivo e Legislativo e destes com a sociedade.

Não obstante, a elaboração da Lei Orçamentária Anual também não apresenta consistência entre o gasto programado e as restrições fiscais. As decisões mais relevantes são transferidas para a fase de execução do orçamento. Nessa fase, os centros de decisão do Executivo, mediante o uso de uma série de recursos de poder, modificam o resultado final do acordo alocativo, tornando ritual a participação do Legislativo. Desses recursos de poder destacam-se a superestimação de receita, o estabelecimento do cronograma de liberação de recursos, o atraso na liberação das dotações e a reprogramação das ações, via créditos adicionais. Os centros de decisão usam esses procedimentos para conciliar os gastos e as receitas e para preservar suas próprias prioridades.

Esses procedimentos são factíveis em razão de a Lei Orçamentária Anual ser autorizativa, implicando uma autonomia do Poder Executivo, desde que este não exceda os limites de despesas fixados. Em outras palavras, respeitando o teto autorizado, os centros de poder do Executivo dispõem de um razoável grau de discricionariedade na escolha das ações. Os resultados obtidos, a partir do exame da estatística no período 1991-97, mostram que Lei Orçamentária Anual não reflete o acordo alocativo da disputa dos recursos públicos, visto que há diferenças entre os valores previstos e os executados, sobretudo em conjunturas inflacionárias.

A participação do Congresso torna-se meramente ritualística e muito distante da primazia que os Parlamentos de alguns países desenvolvidos exercem no debate alocativo. Menores níveis de

inflação reduzem o grau de autonomia, mas, ainda assim, há instrumentos que o Executivo utiliza para alterar a composição dos gastos e eleger uns projetos em detrimento de outros, sem qualquer discussão prévia, mesmo no Congresso Nacional. Portanto, não se avança no ordenamento do processo técnico, uma vez que a prática do planejamento governamental permanece muito aquém das possibilidades oferecidas pelo desenho institucional.

Os parlamentares, evidentemente, não ignoram que a sua participação do estabelecimento de prioridades e na formulação de políticas públicas tem caráter pouco efetivo. Sobre o quadro prevalecente, na apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1993, o Congresso, mediante o Parecer nº 14, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, manifestou-se: "Nestes quatro anos de aplicação do texto constitucional tem sido possível perceber que não basta a previsão de novos instrumentos, é preciso dar-lhes operacionalidade; não basta participar da montagem do orçamento, é preciso que este expresse a real magnitude da receita e do gasto público; não basta alocar recursos a itens programáticos, é preciso ter certeza de que depois disso eles serão executados; não basta programar, é preciso acompanhar a execução e avaliar resultados."

Pec 33

Todavia, não se pode esquecer que o Congresso Nacional foi palco do "escândalo do orçamento", em que se identificou a existência de esquemas paralelos com o intuito de angariar vantagens particulares em detrimento de interesses públicos: "o esquema das empreiteiras" e "o esquema das subvenções". A conclusão do RELATÓRIO Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (1995, p. 136) estabelece que, *a priori*, a atuação dos grupos de pressão e tampouco a movimentação dos políticos visando obter recursos para as suas regiões não devem ser consideradas como ilegítimas. "A ilegitimidade se instala quando o lobby ou parlamentares e governantes atuam para viabilizar a auferição de vantagens pessoais ou em favor de terceiros determinados. Questiona-se, portanto, não o fato de se ter constituído, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, um núcleo de poder bastante

articulado entre si e com setores do Executivo - o que seria legítimo se orientado para a proteção do interesse público - mas sim as evidências da utilização espúria desse poder".

Esses fatos corroboram, pelo menos para a experiência brasileira, o ceticismo de SANTOS (1998, p. 36) em relação ao papel do Parlamento: "Ao logo desses dois séculos [...] o Parlamento mobilizou muitos - grande parte do povo - para dar poder a poucos - os representantes - para governar muitos - a maioria, todos".

Nesta dissertação procurou-se avaliar a efetividade dos instrumentos do ciclo de planejamento estritamente em observância aos limites do novo arcabouço legal. E quanto a isto, os resultados indicam um enorme distanciamento entre as regras do jogo e a sua realidade. No Brasil, os congressistas, provavelmente com raras exceções, pelo menos quanto à política orçamentária, pautam suas ações em uma lógica eminentemente regionalista e, às vezes, particularistas. Vale dizer, não há uma preocupação com as questões fundamentais relacionadas ao planejamento estratégico nacional. Explica-se, em alguma medida, o pouco interesse dos parlamentares na apreciação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para o fortalecimento do Congresso Nacional, sobretudo de suas comissões permanentes, a ampliação de sua burocracia permanente coloca-se como uma condição precípua. Isto se faz necessário para o aperfeiçoamento da capacidade de estudo e interpretação, no âmbito do Parlamento, com o propósito de dotá-lo de elementos para discutir o planejamento estratégico nacional em igualdade com o Poder Executivo. Embora a proposta inicial do planejamento estratégico seja uma atribuição do Executivo, é indispensável que se caminhe em direção a uma maior cooperação entre os dois Poderes, visto que, em experiências democráticas, a prática do planejamento torna-se difícil se não houver cooperação política entre Executivo e Legislativo na definição das prioridades governamentais e na sua compatibilização com as condicionantes macroeconômicas.

CPB  
1  
Ven  
próximo  
pag

X



O fato de o Congresso estar enfraquecido no que concerne às discussões de planejamento, não significa, necessariamente, que o Executivo esteja fortalecido. Na realidade o Executivo também apresenta fragilidades. Um dos elementos mais notórios vincula-se à inexistência de instrumentos de avaliação de resultados, uma vez que se inviabiliza o confronto dos planos e dos orçamentos vis-à-vis à consecução dos objetivos e das metas em termos de impacto sobre as demandas sociais atendidas ou não atendidas. A avaliação de resultados representa o "calcanhar de Aquiles" das agências governamentais responsáveis por esta atribuição. Em verdade, nunca se conseguiu alcançá-la. Uma prova disso são os procedimentos de cortes lineares das dotações quando surgem os obstáculos de natureza fiscal. Sua efetivação desponta como o principal desafio para que se possa implementar a dita "Administração Pública Gerencial", cujos pressupostos básicos são dados pela definição clara de objetivos e pelo estabelecimento de metas a serem atingidas, o que requer, evidentemente, avaliações consistentes e continuadas.

No Poder Executivo não existe mecanismos atuação integrada entre as agências responsáveis pelo "Sistemas de Planejamento e de Orçamento" e o Sistema de Controle Interno. Embora ambos estejam amparados pelo mesmo diploma legal (Medida Provisória nº 480 de abril de 1994 e suas infundáveis reedições), cada uma opera de forma isolada, procurando garantir o seu espaço. Na mais recente atualização (MP nº 1751-61, de 13.01.99) consta no Art. 5 que "sem prejuízo das competências constitucionais e legais de outros Poderes e órgãos da Administração Pública Federal, os órgãos integrantes dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e as unidades responsáveis pelo planejamento e orçamento dos demais poderes realizarão o acompanhamento e a avaliação dos planos e programas respectivos"

O art. 8º, inciso II, desta mesma Medida Provisória, transcrevendo os dispositivos do Art. 74 da Constituição de 1988, dispõe que cabe ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo "avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a

execução dos programas de governo e dos Orçamentos da União". Objetivamente, a Medida Provisória abre a possibilidade de os Sistemas de Planejamento e de Orçamento utilizarem instrumentos próprios de avaliação. Ora, isto não faz o menor sentido, considerando-se que o governo é o mesmo. Numa atuação integrada, examinar-se-iam as necessidades de ambos os Sistemas, mas no aspecto da avaliação, que é atribuição constitucional do Sistema de Controle Interno, bastaria que este repasse o necessário *feed back* ao Sistema de Planejamento e de Orçamento.

Perde-se, portanto, a oportunidade de tornar clara a ação integrada dos referidos Sistemas e cristaliza-se um potencial conflito organizacional entre agências do Ministério da Fazenda e do Ministério do Orçamento e Gestão. O resultado é bastante previsível: atuações dissociadas, estanques e sobrepostas. As duas atividades, na realidade, completam-se como instrumentos que visam a consecução dos objetivos e das metas de um plano de governo.

Saliente-se por fim o requisito de que sejam efetivados espaços institucionais que busquem a participação dos órgãos representativos da sociedade civil. Na realidade, sem esta providência torna-se impossível o exercício da referenciada accountability sobre as ações dos agentes públicos e dos políticos e, conseqüência, sobre a destinação dos recursos públicos. Impõe-se, como decorrência, a necessidade de um trabalho visando a instrumentalizar as entidades civis para que elas exerçam funções de acompanhamento. Aliás, mais do que isto, que os acompanhamentos possam resultar em cobranças de uma gestão pública mais eficaz e econômica e, até mesmo, na interferência da formulação do planejamento estratégico nacional e de sua concretização em orçamentos.

cribra  
3

## ANEXO 1 - PROBLEMAS NA BASE DE DADOS

Há dois motivos para explicitar-se neste Anexo os problemas mais complexos para a constituição da série de dados. Primeiro e óbvio, deixar claro os limites impostos ao tratamento dos dados. Segundo, facilitar o caminho daqueles que, porventura, quiserem percorrer o espinhoso percurso de se examinar uma série de dados sobre finanças públicas no Brasil, para um período prolongado. Caso se trabalhe com períodos em que ocorreram elevados índices de inflação, os problemas tornam-se mais agudos.

Em primeiro lugar, ao longo do período 1991-1997, houve mudanças no critério de divulgação dos dados da execução. O Balanço Geral da União de 1993 (p. 7) trouxe a seguinte nota: "Nesse exercício de 1993, mudou-se no SIAFI o conceito de gestão para a execução das despesas da União para efeito orçamentário, financeiro, patrimonial dos órgãos que compõem a Lei de Meios e que fazem parte das esferas fiscal e da seguridade social. Nesse novo conceito a gestão abrange todos os órgãos e entidades que compõem o orçamento visando demonstrar todo o universo da administração pública federal. Para tanto, torna-se necessário identificar as "transferências Intragovernamentais" para efeito de análise das informações". No entanto, não ficou claro se nos exercícios anteriores à 1993 os dados eram divulgados separadamente ou com agregação das gestões "Tesouro Nacional" e "Seguridade Social". Em 1991, por exemplo, o cabeçalho das tabelas indicava o título "Gestão Tesouro", mas pela magnitude dos valores, já neste exercício, os dados incluíam dos dois orçamentos.

Em segundo lugar, o refinanciamento da dívida pública" (parcela das "Operações de Crédito" nas "Receitas" e "Amortização da Dívida" nas "Despesas") foi retirado da "Demonstração de Receitas e Despesas da União", a partir de abr/mai/94 (Portaria STN n° 312, DOU de 30.6.94). Também foi retirado do quadro "Balanço Orçamentário da União" (BOU). Assim, de abr/mai/94 até

jul/ago/95 (Portaria STN nº 2.060, DOU 29.set.95), os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública foi excluído da "Demonstração das Receitas e Despesas da União" e do "Balanço Orçamentário da União", mas não foi demonstrado em separado. Isto implicou que ambos apresentaram o mesmo montante no período compreendido entre mai/94 e ago/95.

Que problemas implicam em termos de análise? Para que não se perca a continuidade da série, seria preciso resgatar os valores referentes ao "Refinanciamento da Dívida Pública". Porém, esses dados estão indisponíveis. Os disponíveis apresentam as algumas inconsistências. A partir de set/94 não foram contabilizados valores na rubrica "Operações de Crédito". Em princípio, poder-se-ia inferir que não houve contratação de empréstimos. Porém, o valor acumulado em dez/94 foi diferente da última informação publicada. Presume-se que ocorreu a contratação de empréstimos, mediante "Operação de Crédito" não-destinada ao refinanciamento da dívida. Portanto, faltam informações para que se complete a série do exercício de 1994. Por outro lado, nesse mesmo período, no grupo das "Despesas", haviam valores na rubrica "Amortização da Dívida Interna". Deve-se presumir que foram expurgadas as parcelas atribuídas ao refinanciamento da dívida pública na rubrica, mas não se obteve a confirmação dessa indagação.

Solucionou-se este problema em 1995, quando foram publicados todos os dados referentes ao grupo "Operações de Crédito" não-destinados ao refinanciamento da dívida pública". Todavia, a partir de set/95 (Portaria STN nº 276, DOU de 30.10.95), o "Balanço Orçamentário da União" voltou a incluir os valores de refinanciamento da dívida pública". Em consequência, o montante dos grupos de "Receitas e Despesas" passou a apresentar valores diferentes para o quadro o "Balanço Orçamentário da União" e para a "Demonstração das Receitas e Despesas da União". Desde set/95, a Secretaria do Tesouro Nacional passou a publicar em uma tabela própria a "Demonstração das Despesas com a Rolagem da Dívida", separando o refinanciamento da dívida pública das rubricas

"Operações de Crédito" (do grupo das "Receitas") e "Amortização da Dívida" (do grupo das "Despesas").

Em terceiro lugar, na mesma Portaria STN nº 276, de 30.10.95, iniciou-se a publicação de três situações distintas discriminadas na nota explicativa nº 3 para as rubricas "Transferências Correntes" e "Transferências de Capital" ( no âmbito da Receita) e "Transferências Intragovernamentais" (no âmbito da Despesa), tanto no grupo de "Despesas Correntes" como no grupo de "Despesas de Capital". O teor da nota nº 3 explicitava: "a) os Balanços Financeiro, Patrimonial e das Variações, consolidados na gestão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e os gráficos, excetuando-se as Transferências Intragovernamentais; b) a execução das despesas com a Rolagem da Dívida Pública da União, detalhada a nível de (sic) Unidade Orçamentária, Função, Programa e Fonte; c) a execução das Receitas e Despesas da União, excetuados os valores relativos à rolagem da Dívida Pública da União e as Transferências Intragovernamentais".

A despeito das notas explicativas, persistiram os seguintes problemas em relação a cada um dos subitens a, b, c, respectivamente:

a) não se esclareceu a metodologia para a elaboração do "Balanço Orçamentário da União". Em setembro, o montante das "Receitas" e o montante das "Despesas" do "Balanço Orçamentário da União" corresponderam à soma das Receitas e Despesas apresentadas na "Demonstração de Receitas e Despesas da União" acrescidos dos respectivos valores de receita e de despesa relativas ao "Refinanciamento do Dívida da União". No mês de setembro a tabela correspondente ao "Balanço Orçamentário da União" e a tabela correspondente à "Demonstração de Receitas e Despesas da União" trouxeram as notas explicativas (1) e (3), respectivamente, com idêntica redação, qual seja: "Para efeito de análise das Receitas, os valores relativos às Receitas de Transferências Correntes não poderão ser considerados devido à sua duplicação (reincidência) orçamentária". Essas notas deveriam ser reproduzidas para os valores correspondentes às "Despesas com Transferências", mas não

foram. Até setembro/1995, tanto o "Balanço Orçamentário" como a "Demonstração das Receitas e Despesas da União" inseriram os valores duplicados de "Transferências Intragovernamentais". A partir de outubro de 1995, a Secretaria do Tesouro Nacional passou a publicar a "Demonstração das Receitas e Despesas da União" com exclusão dos valores equivalentes às "Transferências Intragovernamentais", fato observado em nota de tabela. Como decorrência eliminou-se a dupla contagem e os grupos de "Receitas" e de "Despesas" passaram a refletir a execução do orçamento de forma mais realista;

b) A expressão "detalhada a nível de Unidade Orçamentária, Função, Programa e Fonte" não se aplica, visto que não foram publicadas tais tabelas;

c) No mês de setembro, conforme observado acima, os valores relativos às "Transferências Intragovernamentais" não foram excetuados, com se aponta no subitem "c".

Em síntese, no que concerne ao "Balanço Orçamentário da União", a dupla contagem inserida na rubrica foi mantida em todo o período da série (1991-1997) e os valores equivalentes ao refinanciamento da dívida da União (parcela de "Operações de Crédito" nas "Receitas" e de "Amortização" nas "Despesas") foram retirados entre maio de 1994 e agosto de 1995. No que diz respeito à "Demonstração de Receitas e Despesas da União", para a sua utilização seriam necessários os seguintes procedimentos: exclusão da parcela equivalente ao refinanciamento da dívida da União das rubricas "Operações de Crédito" (do grupo da "Receita") e da "Amortização da Dívida" (presumivelmente apenas da "Dívida Interna", do grupo da Receita), de janeiro de 1991 a abril de 1994; excluir os valores equivalentes às "Transferências Intragovernamentais" tanto do grupo das "Receitas" como do grupo das "Despesas".

Tais procedimentos foram relatados e entregue à STN. No transcorrer da dissertação manteve-se contatos permanentes os técnicos da Secretaria do Tesouro/Ministério da Fazenda, insistindo-se para que os dados da "Demonstração das Receitas e

Despesas da União" fossem reagrupados com o intuito de homogeneizar a série. Como não se obteve resposta, optou-se pelo uso dos dados do "Balanço Orçamentário da União". Aliás, frise-se, mesmo hoje, quase um ano depois dos primeiros contatos, o objetivo parece inatingível. Por fim, é importante o registro de que os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional na "Demonstração de Receitas e Despesas", a partir do exercício de 1996, tornaram-se bem mais consistentes.

A despeito da dupla contagem verificada nas rubricas "Transferências Intragovernamentais" e da inserção dos valores correspondentes ao refinanciamento da dívida (parcela de "Operações de Crédito" nas "Receitas" e de "Amortização" nas "Despesas") - exceto no período compreendido entre mai./94 a ago./95) -, o "Balanço Orçamentário" apresentou melhor uniformidade no período 1991-1997. Por isso, optou-se pelo seu uso.

Em quarto lugar, para encerrar, a inexistência de um banco de dados com os principais parâmetros utilizados pela Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento (atual Ministério do Planejamento e Gestão) para a elaboração dos orçamentos também constitui um grave problema. A inexistência do registro das informações revela a fragilidade do papel do orçamento, seja no Poder Executivo, seja no Congresso. Evidencia a carência de uma burocracia consolidada e permanente nos dois poderes.

Para compor o acumulado de cada exercício, os dados da execução de "Receitas" e da execução de "Despesas" foram atualizados mês-a-mês para dez/97. No caso da "Previsão Inicial" e da "Dotação Inicial" os valores foram inflacionados para dez/97, utilizando-se a média anual de cada exercício. Deve-se registrar que os dados de "Previsão Inicial" e da "Dotação Inicial" no período de 1991 a 1994 podem apresentar uma provável sobreestimação. Isto poderá ocorrer em razão da metodologia que se utilizava para se proceder à atualização das dotações. Até o projeto da Lei Orçamentária para 1994 tomava-se os valores com base em um mês de referência (mai/90 para a proposta de 1991,e



abr/91 para 1992, abr/92 para 1993 e abr/93 para 1994), atualizando-os no mês em que a proposta era aprovada, com base no índice verificado do mês de referência até a data da aprovação. Ao resultado obtido adicionava-se uma estimativa de inflação para o restante do período.

Portanto, para que os valores de previsão/dotação iniciais fossem rigorosamente corretos, seria necessário expurgar o índice que o governo projetou para os anos de 1991, 1992, 1993 e 1994. No entanto, essas informações não foram encontradas nos documentos oficiais consultados. Buscou-se, também, contatos com diversos membros da burocracia da SOF e da STN. Todas as tentativas foram frustradas. pode-se supor que elas efetivamente não existam ou não estejam disponíveis.

Embora prosaico, cabe registrar que, em um dos contatos telefônicos, um assessor do Secretário Federal de Orçamento argumentou que, depois de vasculhar "várias pilhas de documentos", não conseguiu resgatar os dados e, que, provavelmente ninguém mais os tinha. A rotatividade excessiva de recursos humanos na Secretaria de Orçamento Federal estaria, assim comprometendo a "memória", de um das mais importantes instituições de planejamento do País. Ademais, a taxa de inflação projetada, como base para a proposta orçamentária, não serviria para "nada", uma vez que a inflação no período 1991-94 havia sido muito elevada. Pelo episódio se pode dimensionar a (des) organização da agência responsável pela elaboração das propostas de Leis Orçamentárias Anuais e de Leis de Diretrizes Orçamentárias. Não há arquivo sobre os parâmetros considerados para se fazer as propostas e a "memória" não é institucional, e sim individual.

De qualquer forma não há dúvida sobre os resultados apresentados, visto que as projeções do governo para os parâmetros do orçamento, caso fossem divulgadas, seria as mais conservadoras possíveis, especialmente em termos da inflação esperada, o que ameniza a ausência da informação. Este aspecto deve ser atribuído à repercussão desencadeada sobre as expectativas dos agentes econômicos caso o governo projetasse uma taxa de inflação elevada.

## **ANEXO 2 - Tabelas 1 a 50**

Tabela 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

CR\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1991												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	33.031.589.983	1.233.810.728	2.020.666.175	3.148.366.993	4.294.388.743	5.406.358.375	8.207.561.805	9.845.564.281	11.796.674.998	14.193.400.230	16.271.170.939	24.989.606.117
Receita Tributaria	12.596.378.474	807.352.899	1.296.085.749	2.050.391.326	2.700.402.783	3.332.754.812	4.180.286.130	4.958.797.744	5.827.906.513	7.004.989.520	8.337.454.181	10.410.299.012
Rec. de Contribuições	16.937.958.482	391.863.663	668.645.571	1.015.047.620	1.444.268.582	1.878.864.150	3.751.437.040	4.548.104.643	5.575.746.496	6.672.242.679	7.294.506.165	12.515.995.397
Receita Patrimonial	1.102.834.204	3.555.257	4.607.151	5.299.575	38.491.147	55.488.639	95.437.506	104.316.184	113.012.594	141.015.123	170.433.758	329.785.683
Receita Agropecuaria	9.788.281	2.809	11.890	15.495	27.815	29.135	33.329	47.624	59.478	90.755	120.568	146.013
Receita Industrial	44.051.221	1.324	197.823	301.100	492.777	1.157.352	1.374.597	1.653.855	2.061.046	2.561.903	4.074.865	5.262.603
Receita de Serviços	1.608.353.836	11.769.724	20.107.036	28.386.916	38.744.904	49.526.657	62.990.667	86.942.594	99.060.943	123.350.198	148.075.341	299.154.281
Transf. Correntes	271.343.767	611.500	1.032.498	1.494.247	2.058.121	2.218.709	3.456.183	4.390.547	5.100.586	6.461.573	8.494.413	11.811.037
Outras Rec. Correntes	460.881.718	18.653.554	29.978.459	47.430.715	69.902.614	86.318.922	112.546.353	141.311.090	173.727.342	242.698.480	308.011.648	1.417.152.091
RECEITAS DE CAPITAL	19.778.356.135	280.872.785	705.614.294	1.377.849.225	1.667.602.909	2.157.449.842	4.915.554.034	5.425.070.236	6.173.869.197	8.971.464.755	13.670.832.713	21.084.190.951
Operações de Credito	13.217.563.907	4.755.094	8.865.073	17.296.807	31.401.033	40.803.815	46.769.414	55.103.099	58.280.634	2.232.334.586	6.276.711.535	11.450.215.122
Alienacao de Bens	759.309.968	6.587.597	129.255.960	130.747.434	132.460.616	134.896.754	137.107.968	138.278.547	138.535.153	138.847.552	139.127.317	139.204.412
Amortiz. de Empréstimos	2.607.528.453	717.655	160.528.044	338.791.056	422.911.915	538.106.242	661.952.870	754.765.128	863.584.807	999.023.590	1.128.026.179	1.248.226.589
Transf. de Capital	8.294.572	21.083	265.132	710.282	1.012.458	1.536.482	1.950.337	2.430.139	2.654.678	3.125.763	3.254.983	4.467.900
Outras Rec. de Capital	3.185.659.235	268.791.356	406.700.086	890.303.647	1.079.816.887	1.442.106.549	4.067.773.445	4.474.493.324	5.110.813.926	5.598.133.266	6.123.712.699	8.242.076.929
TOTAL	52.809.946.118	1.514.683.514	2.726.280.469	4.526.216.218	5.961.991.652	7.563.808.217	13.123.115.839	15.270.634.517	17.970.544.195	23.164.864.986	29.942.003.652	46.073.797.068

VALORES MENSAIS - 1991												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	33.031.589.983	1.233.810.728	786.855.447	1.127.700.818	1.146.021.750	1.111.969.632	2.801.203.430	1.638.002.476	1.951.110.717	2.396.725.232	2.077.770.709	8.718.435.178
Receita Tributaria	12.596.378.474	807.352.899	488.732.851	754.305.577	650.011.457	632.352.028	847.531.319	778.511.614	869.108.768	1.177.083.008	1.332.464.661	2.072.844.831
Rec. de Contribuições	16.937.958.482	391.863.663	276.781.908	346.402.049	429.220.963	434.595.567	1.872.572.890	796.667.603	1.027.641.853	1.096.496.183	622.263.486	5.221.489.232
Receita Patrimonial	1.102.834.204	3.555.257	1.051.894	692.424	33.191.572	16.997.492	39.948.867	8.878.678	8.696.410	28.002.529	29.418.636	159.351.925
Receita Agropecuaria	9.788.281	2.809	9.080	3.606	12.319	1.320	4.194	14.295	11.854	31.277	29.814	25.444
Receita Industrial	44.051.221	1.324	196.499	103.277	191.677	664.575	217.245	279.257	407.192	500.857	1.512.962	1.187.738
Receita de Serviços	1.608.353.836	11.769.724	8.337.312	8.279.880	10.357.988	10.781.753	13.464.010	23.951.927	12.118.349	24.289.255	24.725.143	151.078.940
Transf. Correntes	271.343.767	611.500	420.999	461.749	563.874	160.588	1.237.474	934.364	710.039	1.360.987	2.032.840	3.316.624
Outras Rec. Correntes	460.881.718	18.653.554	11.324.905	17.452.256	22.471.899	16.416.307	26.227.431	28.764.737	32.416.252	68.961.138	65.323.168	1.109.140.443
RECEITAS DE CAPITAL	19.778.356.135	280.872.785	424.741.509	672.234.931	289.753.684	489.846.933	2.758.104.191	509.516.202	748.798.961	2.797.595.558	4.699.367.958	7.413.358.238
Operações de Credito	13.217.563.907	4.755.094	4.109.978	8.431.734	14.104.226	9.402.782	5.965.599	8.333.685	3.177.536	2.174.053.951	4.044.376.950	5.173.503.587
Alienacao de Bens	759.309.968	6.587.597	122.668.363	1.491.475	1.713.182	2.436.139	2.211.214	1.170.579	256.606	312.399	279.765	77.095
Amortiz. de Empréstimos	2.607.528.453	717.655	159.810.389	178.263.012	84.120.860	115.194.327	123.846.628	92.812.258	108.819.679	135.438.783	129.002.590	120.200.409
Transf. de Capital	8.294.572	21.083	244.049	445.149	302.176	524.024	413.855	479.802	224.539	471.085	129.221	1.212.917
Outras Rec. de Capital	3.185.659.235	268.791.356	137.908.730	483.603.561	189.513.241	362.289.662	2.625.666.896	406.719.879	636.320.602	487.319.340	525.579.433	2.118.364.230
TOTAL	52.809.946.118	1.514.683.514	1.211.596.956	1.799.935.749	1.435.775.434	1.601.816.565	5.559.307.622	2.147.518.678	2.699.909.678	5.194.320.791	6.777.138.666	16.131.793.416

FONTE: STN/COFOT

Tabela 1A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1991												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	185.954.213	10.195.716	16.258.626	24.249.507	31.872.790	38.605.615	53.638.108	61.249.421	69.052.076	76.668.228	81.918.288	99.955.062
Receita Tributaria	70.912.410	6.671.640	10.437.444	15.782.448	20.106.294	23.935.100	28.483.326	32.100.840	35.576.478	39.316.934	42.683.772	46.972.091
Rec. de Contribuições	95.353.712	3.238.204	5.370.875	7.825.478	10.680.635	13.312.052	23.361.104	27.062.983	31.172.609	34.656.981	36.229.301	47.031.563
Receita Patrimonial	6.208.501	29.379	37.484	42.391	263.180	366.097	580.480	621.737	656.515	745.499	819.833	1.149.502
Receita Agropecuaria	55.104	23	93	119	201	209	231	298	345	444	520	572
Receita Industrial	247.990	11	1.525	2.257	3.532	7.556	8.722	10.019	11.648	13.239	17.062	19.519
Receita de Serviços	9.054.368	97.260	161.501	220.172	289.073	354.355	426.609	537.907	586.369	663.554	726.029	1.038.582
Transf. Correntes	1.527.553	5.053	8.297	11.569	15.320	16.292	22.933	27.275	30.114	34.439	39.576	46.437
Outras Rec. Correntes	2.594.574	154.145	241.407	365.073	514.555	613.954	754.702	888.363	1.017.998	1.237.138	1.402.195	3.696.795
RECEITAS DE CAPITAL	111.343.978	2.321.020	5.593.755	10.357.207	12.284.635	15.250.592	30.051.795	32.419.366	35.413.876	44.303.887	56.178.133	71.514.953
Operações de Credito	74.409.427	39.294	70.963	130.710	224.530	281.463	313.477	352.201	364.908	7.273.471	17.492.702	28.195.691
Alienacao de Bens	4.274.602	54.437	999.626	1.010.195	1.021.591	1.036.341	1.048.208	1.053.647	1.054.673	1.055.666	1.056.373	1.056.532
Amortiz. de Empréstimos	14.679.309	5.930	1.237.308	2.500.478	3.060.046	3.757.532	4.422.148	4.853.419	5.288.598	5.718.986	6.044.947	6.293.618
Transf. de Capital	46.695	174	2.055	5.209	7.219	10.392	12.613	14.842	15.740	17.237	17.564	20.073
Outras Rec. de Capital	17.933.946	2.221.184	3.283.804	6.710.615	7.971.248	10.164.863	24.255.350	26.145.257	28.689.956	30.238.527	31.566.548	35.949.038
TOTAL	297.298.191	12.516.736	21.852.382	34.606.714	44.157.425	53.856.206	83.689.903	93.668.787	104.465.952	120.972.116	138.096.421	171.470.015

VALORES MENSAIS - 1991												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	185.954.213	10.195.716	6.062.910	7.990.880	7.623.283	6.732.825	15.032.493	7.611.313	7.802.655	7.616.152	5.250.059	18.036.774
Receita Tributaria	70.912.410	6.671.640	3.765.804	5.345.004	4.323.846	3.828.805	4.548.227	3.617.513	3.475.639	3.740.455	3.366.838	4.288.319
Rec. de Contribuições	95.353.712	3.238.204	2.132.671	2.454.603	2.855.158	2.631.417	10.049.052	3.701.879	4.109.626	3.484.372	1.572.320	10.802.262
Receita Patrimonial	6.208.501	29.379	8.105	4.907	220.789	102.918	214.383	41.257	34.778	88.985	74.334	329.669
Receita Agropecuaria	55.104	23	70	26	82	8	23	66	47	99	75	53
Receita Industrial	247.990	11	1.514	732	1.275	4.024	1.166	1.298	1.628	1.592	3.823	2.457
Receita de Serviços	9.054.368	97.260	64.241	58.671	68.901	65.282	72.254	111.298	48.462	77.185	62.475	312.553
Transf. Correntes	1.527.553	5.053	3.244	3.272	3.751	972	6.641	4.342	2.840	4.325	5.137	6.861
Outras Rec. Correntes	2.594.574	154.145	87.261	123.667	149.482	99.399	140.748	133.661	129.635	219.140	165.057	2.294.599
RECEITAS DE CAPITAL	111.343.978	2.321.020	3.272.735	4.763.452	1.927.428	2.965.956	14.801.204	2.367.571	2.994.510	8.890.011	11.874.246	15.336.820
Operações de Credito	74.409.427	39.294	31.668	59.747	93.821	56.933	32.014	38.724	12.707	6.908.563	10.219.231	10.702.989
Alienacao de Bens	4.274.602	54.437	945.189	10.569	11.396	14.750	11.866	5.439	1.026	993	707	159
Amortiz. de Empréstimos	14.679.309	5.930	1.231.377	1.263.170	559.568	697.486	664.616	431.271	435.179	430.388	325.961	248.672
Transf. de Capital	46.695	174	1.880	3.154	2.010	3.173	2.221	2.229	898	1.497	327	2.509
Outras Rec. de Capital	17.933.946	2.221.184	1.062.620	3.426.812	1.260.633	2.193.615	14.090.487	1.889.907	2.544.699	1.548.571	1.328.021	4.382.490
TOTAL	297.298.191	12.516.736	9.335.645	12.754.332	9.550.711	9.698.781	29.833.697	9.978.884	10.797.165	16.506.164	17.124.305	33.373.594

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1991.

Tabela 2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

CR\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1991												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	29.377.078.706	673.955.088	1.408.680.128	2.089.417.524	3.168.290.109	4.186.671.076	7.033.768.287	8.658.978.820	10.184.556.074	12.394.229.972	14.415.125.516	14.581.123.643
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	673.955.088	1.408.680.128	2.089.417.524	3.168.290.109	4.186.671.076	7.033.768.287	8.658.978.820	10.184.556.074	12.394.229.972	14.415.125.516	14.581.123.643
Pessoal e Encargos Sociais	1.569.883.869	393.205.599	838.308.770	1.150.318.197	1.485.571.109	1.839.614.643	2.992.561.319	3.507.385.268	4.448.856.534	5.087.298.438	5.931.428.158	7.615.665.952
Juros e Encargos da Dívida	952.729.251	3.827.226	37.257.522	62.922.943	80.971.940	146.129.273	585.625.783	612.991.222	270.041.355	310.900.433	374.812.507	787.311.072
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	4.942	628.614	4.292.319	5.114.128	5.759.264	417.801.474	424.620.039	43.476.638	44.928.002	48.673.603	75.810.242
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	3.822.284	36.628.908	58.630.624	75.857.812	140.370.009	167.824.309	188.371.184	226.564.718	265.972.432	326.138.904	711.500.830
Outras Despesas Correntes	26.854.795.586	276.922.262	533.113.836	876.176.384	1.601.747.059	2.200.927.161	3.455.581.185	4.538.602.329	5.465.658.185	6.996.031.100	8.108.884.851	6.178.146.619
Transf. a Est. Df. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4.479.929.703
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.698.216.916
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	9.243.874.856
DESPESAS DE CAPITAL	23.305.619.776	267.187.538	421.456.575	706.061.823	951.768.714	1.112.277.173	3.003.016.428	3.297.425.644	4.014.485.004	8.805.454.585	13.237.491.959	22.064.206.632
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	267.187.538	421.456.575	706.061.823	951.768.714	1.112.277.173	3.003.016.428	3.297.425.644	4.014.485.004	8.805.454.585	13.237.491.959	22.064.206.632
Investimentos	3.439.925.183	1.758.997	26.770.641	48.277.586	72.754.553	124.191.171	217.978.204	266.291.110	318.091.199	438.551.540	550.369.037	1.983.322.483
Inversões Financeiras	5.540.507.258	96.526.409	170.175.099	278.918.323	471.875.215	622.223.889	862.811.378	1.013.547.259	1.190.312.447	1.413.064.517	1.656.505.501	3.100.768.672
Amortização da Dívida	13.981.064.982	168.902.133	224.510.835	378.434.442	406.448.375	364.554.148	1.919.438.276	2.008.997.230	2.498.585.130	6.944.416.722	11.014.897.500	16.950.875.507
Amortização da Dívida Interna	nd	167.450.792	177.053.890	295.000.849	296.339.846	175.644.056	1.671.217.665	1.687.021.135	2.072.615.927	6.437.230.855	10.428.336.294	15.725.507.483
Amortização da Dívida Externa	nd	1.451.341	47.456.945	83.433.593	110.108.528	188.910.091	248.220.611	321.976.095	425.969.204	507.185.868	586.561.206	1.225.368.024
Outras Despesas de Capital	344.122.353	nd	nd	431.472	690.571	1.307.966	2.788.571	8.590.046	7.496.228	9.421.806	15.719.921	29.239.970
Transferências a Est. Df. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	127.247.636	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	52.809.946.118	941.142.626	1.830.136.703	2.795.479.347	4.120.058.822	5.298.948.249	10.036.784.715	11.956.404.463	14.199.041.078	21.199.684.556	27.652.617.475	36.645.330.275
SUPERÁVIT CORRENTE		559.855.641	611.986.048	1.058.949.469	1.126.098.635	1.219.687.299	1.173.793.518	1.186.585.461	1.612.118.924	1.799.170.259	1.856.015.423	10.408.482.474
SUPERÁVIT DE CAPITAL		13.685.247	284.157.719	671.787.402	715.834.195	1.045.172.669	1.912.537.605	2.127.644.592	2.159.384.193	166.010.171	433.340.754	(980.015.681)
TOTAL	52.809.946.118	1.514.683.514	2.726.280.469	4.526.216.218	5.961.991.652	7.363.808.217	13.123.115.839	15.270.634.517	17.970.544.195	23.164.864.986	29.942.003.652	46.073.797.068

VALORES MENSAIS - 1991												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	29.377.078.706	673.955.088	734.725.040	680.737.396	1.078.872.585	1.018.380.967	2.847.097.211	1.625.210.533	1.525.577.255	2.209.673.898	2.020.895.544	165.998.127
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	673.955.088	734.725.040	680.737.396	1.078.872.585	1.018.380.967	2.847.097.211	1.625.210.533	1.525.577.255	2.209.673.898	2.020.895.544	165.998.127
Pessoal e Encargos Sociais	1.569.883.869	393.205.599	445.103.171	312.009.426	335.252.913	354.043.533	1.152.946.676	514.823.950	941.471.266	638.441.904	844.129.720	1.684.237.794
Juros e Encargos da Dívida	nd	3.827.226	33.430.296	25.665.421	18.048.997	65.157.333	439.496.510	27.365.439	(342.949.867)	40.859.078	63.912.074	412.498.565
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	4.942	623.672	3.663.705	821.809	645.135	412.042.210	6.818.565	(381.143.401)	1.451.364	3.745.602	27.136.639
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	3.822.284	32.806.624	22.001.717	17.227.188	64.512.197	27.454.300	20.546.875	38.193.534	39.407.714	60.166.472	385.361.926
Outras Despesas Correntes	26.854.795.586	276.922.262	256.191.573	343.062.549	725.570.675	599.180.101	1.254.654.025	1.083.021.144	927.055.856	1.530.372.915	1.112.853.751	(1.930.738.232)
Transf. a Est. Df. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4.479.929.703
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.698.216.916
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	9.243.874.856
DESPESAS DE CAPITAL	23.305.619.776	267.187.538	154.269.037	284.605.248	245.706.890	160.508.460	1.890.739.255	294.409.215	717.059.360	4.790.969.581	4.432.037.374	8.826.714.674
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	267.187.538	154.269.037	284.605.248	245.706.890	160.508.460	1.890.739.255	294.409.215	717.059.360	4.790.969.581	4.432.037.374	8.826.714.674
Investimentos	3.439.925.183	1.758.997	25.011.644	21.506.945	24.476.967	51.436.618	93.787.032	48.312.906	51.800.089	120.460.342	111.817.497	1.432.953.446
Inversões Financeiras	5.540.507.258	96.526.409	73.648.690	108.743.225	192.956.892	150.348.674	240.587.489	150.735.880	176.765.188	222.752.070	234.440.994	1.444.263.172
Amortização da Dívida	nd	168.902.133	55.608.703	153.923.606	28.013.933	(41.894.227)	1.554.884.128	89.558.954	489.587.900	4.445.831.592	4.070.480.778	5.935.978.007
Amortização da Dívida Interna	nd	167.450.792	9.603.098	117.946.959	1.338.997	(120.695.790)	1.495.573.609	15.803.470	385.594.791	4.364.614.928	3.991.105.439	5.297.171.189
Amortização da Dívida Externa	nd	1.451.341	46.005.604	35.976.647	26.674.936	78.801.563	59.310.520	73.755.484	103.993.109	81.216.664	79.375.339	638.806.818
Outras Despesas de Capital	344.122.353	nd	nd	431.472	259.099	617.395	1.480.605	5.801.475	(1.093.818)	1.925.578	6.298.115	13.520.050
Transferências a Est. Df. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	127.247.636	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	52.809.946.118	941.142.626	888.994.077	965.342.645	1.324.579.475	1.178.889.427	4.737.836.466	1.919.619.748	2.242.636.615	7.000.643.478	6.452.932.918	8.992.712.801
SUPERÁVIT CORRENTE		559.855.641	52.130.407	446.963.422	67.149.165	93.588.665	(45.993.781)	12.791.943	425.533.462	187.051.335	56.875.164	8.552.437.051
SUPERÁVIT DE CAPITAL		13.685.247	270.472.472	387.629.683	44.046.794	329.338.474	867.364.936	215.106.987	31.739.601	(1.993.374.023)	267.330.584	(1.413.356.435)
TOTAL	52.809.946.118	1.514.683.514	1.211.596.956	1.799.935.749	1.435.775.434	1.601.816.565	5.559.307.622	2.147.518.678	2.699.909.678	5.194.320.791	6.777.138.666	16.131.793.416

FONTE: STN/CCOAT



Tabela 2A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ MIL <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1991												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>(1)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	165.380.823	5.569.294	11.230.527	16.054.227	23.230.838	29.396.996	44.675.775	52.227.648	50.328.559	65.350.312	70.456.661	70.800.079
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	5.569.294	11.230.527	16.054.227	23.230.838	29.396.996	44.675.775	52.227.648	50.328.559	65.350.312	70.456.661	70.800.079
Pessoal e Encargos Sociais	8.837.798	3.249.293	6.678.920	8.889.817	11.119.903	13.263.589	19.450.809	21.843.044	25.608.066	27.636.864	29.769.790	33.254.156
Juros e Encargos da Dívida	nd	31.627	289.215	471.080	591.141	985.660	3.344.192	3.471.351	2.099.866	2.229.705	2.391.197	3.244.577
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	41	4.846	30.807	36.274	40.180	2.251.380	2.283.064	758.840	763.452	772.916	829.057
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	31.586	284.369	440.273	554.867	945.480	1.092.812	1.188.287	1.341.026	1.466.253	1.618.280	2.415.520
Outras Despesas Correntes	151.181.411	2.288.374	4.262.392	6.693.331	11.519.793	15.147.747	21.880.774	26.913.253	30.620.627	35.483.743	38.295.674	34.301.346
Transf. a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	9.268.117
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.513.286
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	19.123.808
DESPESAS DE CAPITAL	131.201.016	2.207.931	3.396.610	5.413.321	7.047.752	8.019.609	10.166.150	19.534.182	22.401.763	37.626.184	48.824.945	67.085.729
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	2.207.931	3.396.610	5.413.321	7.047.752	8.019.609	10.166.150	19.534.182	22.401.763	37.626.184	48.824.945	67.085.729
Investimentos	19.365.358	14.536	207.256	359.654	522.474	833.916	1.337.218	1.561.714	1.768.867	2.151.658	2.434.195	5.398.702
Inverções Financeiras	31.190.768	797.655	1.365.136	2.135.650	3.419.230	4.329.571	5.620.670	6.321.095	7.027.993	7.735.840	8.350.961	11.338.865
Amortização da Dívida	nd	1.395.739	1.824.218	2.914.919	3.101.267	2.847.603	11.191.797	11.607.951	13.565.854	27.693.519	37.978.708	50.259.111
Amortização da Dívida Interna	nd	1.383.746	1.457.740	2.293.512	2.302.419	1.571.622	9.597.530	9.670.964	11.212.990	25.082.570	35.167.195	46.126.029
Amortização da Dívida Externa	nd	11.993	366.478	621.408	798.848	1.275.981	1.594.267	1.936.987	2.352.864	2.610.949	2.811.513	4.133.082
Outras Despesas de Capital	1.937.267	nd	nd	3.057	4.781	8.519	16.465	43.422	39.048	45.167	61.001	89.051
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	716.352	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	297.298.191	7.777.225	14.627.137	21.467.549	30.278.590	37.416.605	62.841.925	71.761.830	80.730.322	102.976.496	119.281.606	137.885.808
SUPERÁVIT CORRENTE	4.626.422	5.028.100	8.195.279	8.641.952	9.208.619	9.962.333	9.021.773	10.723.517	11.317.916	11.461.627	29.154.983	29.154.983
SUPERÁVIT DE CAPITAL	113.089	2.197.145	4.943.886	5.236.883	7.230.983	11.085.646	12.885.184	13.012.113	6.677.703	7.353.188	4.429.224	4.429.224
TOTAL	297.298.191	12.516.736	21.852.382	34.606.714	44.137.425	53.856.206	83.689.903	93.660.787	104.465.952	120.972.116	138.096.421	171.470.015

VALORES MENSAIS - 1991												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>(1)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	165.380.823	5.569.294	5.661.233	4.823.701	7.176.610	6.166.150	15.278.780	7.551.872	6.100.911	7.021.753	5.106.348	343.418
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	5.569.294	5.661.233	4.823.701	7.176.610	6.166.150	15.278.780	7.551.872	6.100.911	7.021.753	5.106.348	343.418
Pessoal e Encargos Sociais	8.837.798	3.249.293	3.429.627	2.210.897	2.230.087	2.143.685	6.187.220	2.392.235	3.765.022	2.028.798	2.132.926	3.484.366
Juros e Encargos da Dívida	nd	31.627	257.588	181.865	120.061	394.519	2.338.532	127.159	(1.371.485)	129.839	161.491	853.381
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	41	4.806	25.961	5.467	3.906	2.211.200	31.684	(1.524.224)	4.612	9.464	56.141
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	31.586	252.783	155.904	114.594	390.613	147.332	95.475	152.739	125.227	157.240	797.240
Outras Despesas Correntes	151.181.411	2.288.374	1.974.018	2.430.939	4.826.462	3.627.954	6.733.027	5.032.479	3.707.374	4.863.116	2.811.931	(3.994.328)
Transf. a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	9.268.117
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.513.286
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	19.123.808
DESPESAS DE CAPITAL	131.201.016	2.207.931	1.188.680	2.016.711	1.634.431	971.857	10.146.541	1.368.032	2.867.580	15.224.421	11.198.761	10.260.784
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	2.207.931	1.188.680	2.016.711	1.634.431	971.857	10.146.541	1.368.032	2.867.580	15.224.421	11.198.761	10.260.784
Investimentos	19.365.358	14.536	192.721	152.398	162.820	311.442	503.303	224.496	207.153	382.791	282.538	2.964.807
Inverções Financeiras	31.190.768	797.655	567.403	770.554	1.203.540	910.341	1.291.099	700.425	706.095	707.847	615.121	2.987.504
Amortização da Dívida	nd	1.395.739	428.478	1.090.702	186.347	(253.664)	8.344.154	416.154	1.957.903	14.127.665	10.285.189	12.280.403
Amortização da Dívida Interna	nd	1.383.746	73.994	835.771	8.907	(730.797)	8.025.908	73.434	1.542.026	13.869.580	10.084.626	10.936.834
Amortização da Dívida Externa	nd	11.993	354.484	254.930	177.440	477.133	318.286	342.720	415.877	258.085	200.564	1.321.569
Outras Despesas de Capital	1.937.267	nd	nd	3.057	1.724	3.738	7.946	26.958	(4.374)	6.119	15.914	27.970
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	716.352	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	297.298.191	7.777.225	6.843.913	6.840.411	8.811.041	7.138.015	25.423.320	8.919.905	8.968.492	22.246.174	16.305.110	18.604.202
SUPERÁVIT CORRENTE	4.626.422	401.677	3.167.180	446.673	566.667	(246.286)	59.440	1.701.744	594.399	143.711	17.693.336	17.693.336
SUPERÁVIT DE CAPITAL	113.089	2.084.055	2.746.741	292.997	1.994.100	4.654.663	999.539	126.929	(6.334.410)	675.484	(2.923.964)	(2.923.964)
TOTAL	297.298.191	12.516.736	9.335.645	12.754.332	9.550.711	9.698.781	29.833.697	9.978.884	10.797.165	16.506.164	17.124.305	33.373.594

FONTE: SPS/COOPF

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1991.

Tabela 3 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1991

TÍTULOS	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	7,87	8,00	6,81	10,14	8,71	21,58	10,67	8,62	9,92	7,21	0,49	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	7,87	8,00	6,81	10,14	8,71	21,58	10,67	8,62	9,92	7,21	0,49	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	9,77	10,31	6,65	6,71	6,45	18,61	7,19	11,32	6,10	6,41	10,48	100,00
Juros e Encargos da Dívida	0,97	7,94	5,61	3,70	12,16	72,69	3,92	-42,27	4,00	4,98	26,30	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	0,00	0,58	3,13	0,66	0,47	266,71	3,82	-183,85	0,56	1,14	6,77	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	1,31	10,46	6,45	4,74	16,17	6,10	3,95	6,32	5,18	6,29	33,00	100,00
Outras Despesas Correntes	6,67	5,75	7,09	14,07	10,58	19,63	14,67	10,81	14,18	8,20	-11,64	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	100,00	100,00
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	100,00	100,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	100,00	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	3,29	1,77	3,01	2,44	1,45	15,12	2,04	4,27	22,69	16,69	27,22	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	3,29	1,77	3,01	2,44	1,45	15,12	2,04	4,27	22,69	16,69	27,22	100,00
Investimentos	0,27	3,57	2,82	3,02	5,77	9,32	4,16	3,84	7,09	5,23	54,91	100,00
Inversões Financeiras	7,03	5,00	6,80	11,32	8,03	11,39	6,18	6,23	6,24	5,42	26,35	100,00
Amortização da Dívida	2,78	0,85	2,17	0,37	-0,50	16,60	0,83	3,90	28,11	20,46	24,43	100,00
Amortização da Dívida Interna	3,00	0,16	1,81	0,02	-1,58	17,40	0,16	3,34	30,07	21,86	23,76	100,00
Amortização da Dívida Externa	0,29	8,58	6,17	4,29	11,54	7,70	8,29	10,06	6,24	4,85	31,98	100,00
Outras Despesas de Capital	nd	nd	3,43	1,94	4,20	8,92	30,27	-4,91	6,87	17,87	31,41	100,00
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	5,64	4,97	4,96	6,39	5,18	18,44	6,47	6,50	16,13	11,83	13,49	100,00

FONTE: TABELA 2A



Tabela 4 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1991

R\$ Mil

TITULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	165.380.823	162.472.830	70.800.079	42,81%	43,58%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	162.472.830	70.800.079		43,58%
Pessoal e Encargos Sociais	8.837.798	43.138.987	33.254.156	376,27%	77,09%
Juros e Encargos da Dívida	nd	5.220.164	3.244.577		62,15%
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	575.772	829.057		143,99%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	4.644.392	2.415.520		52,01%
Outras Despesas Correntes	151.181.411	114.113.679	34.301.346	22,69%	30,06%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	9.268.117		
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd		
Outras Correntes	nd	nd	3.513.286		
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	19.123.808		
DESPESAS DE CAPITAL	131.201.016	162.255.178	67.085.729	51,13%	41,35%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	162.255.178	67.085.729		41,35%
Investimentos	19.365.358	17.865.860	5.398.702	27,88%	30,22%
Inversões Financeiras	31.190.768	29.431.818	11.338.865	36,35%	38,53%
Amortização da Dívida	nd	114.683.516	50.259.111		43,82%
Amortização da Dívida Interna	nd	104.211.180	46.126.029		44,26%
Amortização da Dívida Externa	nd	10.472.336	4.133.082		39,47%
Outras Despesas de Capital	1.937.267	273.983	89.051	4,60%	32,50%
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd		
Outras de Capital	nd	nd	nd		
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd		
RESERVA DE CONTINGENCIA	716.352	340.397	nd		
TOTAL	297.298.191	325.068.405	137.885.808	46,38%	42,42%

FONTE: TABELA 2A

Tabela 5 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA  
NAS DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1991

8

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	55,63	49,98	51,35
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	49,98	51,35
Pessoal e Encargos Sociais	2,97	13,27	24,12
Juros e Encargos da Dívida	nd	1,61	2,35
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	0,18	0,60
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1,43	1,75
Outras Despesas Correntes	50,85	35,10	24,88
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	6,72
Benefícios Previdenciários	nd	nd	
Outras Correntes	nd	nd	2,55
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	13,87
DESPESAS DE CAPITAL	44,13	49,91	48,65
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	49,91	48,65
Investimentos	6,51	5,50	3,92
Inversões Financeiras	10,49	9,05	8,22
Amortização da Dívida	nd	35,28	36,45
Amortização da Dívida Interna	nd	32,06	33,45
Amortização da Dívida Externa	nd	3,22	3,00
Outras Despesas de Capital	0,65	0,08	0,06
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	
Outras de Capital	nd	nd	
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,24	0,10	
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 2A

Tabela 6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1991

8

TÍTULOS	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	71,61	82,65	70,52	81,45	86,38	60,09	84,66	68,03	31,56	31,32	1,85
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	71,61	82,65	70,52	81,45	86,38	60,09	84,66	68,03	31,56	31,32	1,85
Pessoal e Encargos Sociais	41,78	50,07	32,32	25,31	30,03	24,33	26,82	41,98	9,12	13,08	18,73
Juros e Encargos da Dívida	0,41	3,76	2,66	1,36	5,53	9,28	1,43	-15,29	0,58	0,99	4,59
Juros e Encargos da Dívida Interna	0,00	0,07	0,38	0,06	0,05	8,70	0,36	-17,00	0,02	0,06	0,30
Juros e Encargos da Dívida Externa	0,41	3,69	2,28	1,30	5,47	0,58	1,07	1,70	0,56	0,93	4,29
Outras Despesas Correntes	29,42	28,82	35,54	54,78	50,83	26,48	56,42	41,34	21,86	17,25	-21,47
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	49,82
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	18,88
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	102,79
DESPESAS DE CAPITAL	28,39	17,35	29,48	18,55	13,62	39,91	15,34	31,97	68,44	68,68	98,15
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	28,39	17,35	29,48	18,55	13,62	39,91	15,34	31,97	68,44	68,68	98,15
Investimentos	0,19	2,81	2,23	1,85	4,36	1,98	2,52	2,31	1,72	1,73	15,93
Inversões Financeiras	10,26	8,28	11,26	14,57	12,75	5,08	7,85	7,88	3,18	3,77	16,06
Amortização da Dívida	17,95	6,26	15,94	2,11	-3,55	32,82	4,67	21,83	63,51	63,08	66,01
Amortização da Dívida Interna	17,79	1,08	12,22	0,10	-10,24	31,57	0,82	17,19	62,35	61,85	58,91
Amortização da Dívida Externa	0,15	5,18	3,73	2,01	6,68	1,25	3,84	4,64	1,16	1,23	7,10
Outras Despesas de Capital	nd	nd	0,04	0,02	0,05	0,03	0,30	-0,05	0,03	0,10	0,15
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 2

Tabela 7 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

CR\$ Mil

FLUXO ACUMULADO - 1992												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	227.329.438.076	6.848.542.535	12.616.741.433	20.011.998.993	29.655.628.068	40.264.502.097	63.625.281.102	83.904.527.339	104.148.533.305	129.585.178.875	195.507.459.707	270.412.010.000
Receita Tributária	89.440.186.572	4.338.218.086	7.555.606.177	12.067.994.757	18.413.966.336	24.700.506.352	33.235.819.651	44.020.008.794	56.241.451.415	72.303.607.072	92.035.985.551	119.521.559.000
Rec. de Contribuições	110.431.549.140	1.803.494.801	3.304.445.732	5.304.503.371	8.185.613.571	11.893.831.678	25.143.488.133	33.723.595.639	40.564.614.697	48.707.815.025	93.119.839.295	137.057.393.000
Receita Patrimonial	7.673.162.944	181.912.588	942.460.529	1.497.138.277	1.500.397.340	1.506.396.813	2.293.463.782	2.524.781.189	2.580.893.756	2.611.406.240	2.708.049.049	4.191.663.000
Receita Agropecuária	145.235.937	1.560	90.532	183.887	187.243	198.463	240.516	320.482	477.906	504.611	757.057	1.621.000
Receita Industrial	126.476.186	2.255.152	3.535.570	5.522.157	7.894.849	14.803.311	28.195.886	34.394.189	48.075.066	58.199.767	70.797.104	77.498.000
Receita de Serviços	9.506.153.768	117.487.224	243.222.959	360.942.789	448.539.217	751.178.299	1.047.820.572	1.280.430.498	1.791.207.374	2.277.978.713	2.829.902.996	3.667.990.000
Transf. Correntes	2.787.501.502	5.407.716	11.528.664	16.907.422	20.981.169	25.492.790	41.131.917	50.342.488	71.585.430	91.183.342	118.383.213	151.631.000
Outras Rec. Correntes	7.219.172.027	399.765.408	555.851.270	758.806.333	1.078.048.343	1.372.094.391	1.835.120.645	2.270.654.060	2.850.227.661	3.534.484.105	4.623.745.442	5.742.655.000
RECEITAS DE CAPITAL	251.079.454.824	16.310.358.503	29.432.190.753	43.740.262.825	62.234.425.367	87.555.998.343	121.693.139.511	159.780.489.008	174.574.769.416	201.757.857.631	287.754.157.556	388.662.775.000
Operações de Crédito	210.669.406.237	14.833.163.889	26.888.470.525	40.079.868.554	57.526.370.475	78.264.110.114	99.770.763.796	132.533.559.246	139.240.419.325	152.768.396.065	167.134.213.176	251.948.149.000
Alienação de Bens	2.231.166.435	470.218	595.848	2.151.926	3.132.859	8.254.107	11.096.035	14.129.737	20.146.285	22.882.134	25.837.056	33.361.000
Amortiz. de Empréstimos	17.090.284.879	154.734.383	554.460.904	910.876.447	1.184.275.423	1.556.255.090	2.144.112.001	2.772.308.137	3.935.716.149	4.945.827.263	63.112.562.572	65.508.123.000
Transf. de Capital	205.795.722	1.734.249	2.955.114	3.501.799	4.475.464	8.320.383	11.512.424	17.440.703	38.578.039	45.898.163	57.755.144	348.350.000
Outras Rec. de Capital	20.882.801.551	1.320.255.764	1.985.708.362	2.743.864.099	3.516.171.146	7.719.058.649	19.755.655.255	24.443.051.185	31.339.909.618	43.974.854.006	57.423.789.608	70.824.792.000
TOTAL	478.408.892.900	23.158.901.038	42.048.932.186	63.752.261.818	91.890.053.435	127.820.500.440	185.318.420.613	243.685.016.347	278.723.302.721	331.343.036.506	483.261.617.263	659.074.785.000

FLUXO MENSAL - 1992												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	227.329.438.076	6.848.542.535	5.768.198.898	7.395.257.560	9.643.629.075	10.608.874.029	23.360.779.005	20.279.246.237	20.244.005.966	25.436.645.570	65.922.280.832	74.904.550.293
Receita Tributária	89.440.186.572	4.338.218.086	3.217.388.091	4.512.388.580	6.345.971.579	6.286.540.016	8.535.313.299	10.784.189.143	12.221.442.621	16.062.155.657	19.732.378.479	27.485.573.449
Rec. de Contribuições	110.431.549.140	1.803.494.801	1.500.950.931	2.000.057.639	2.881.110.200	3.708.218.107	13.249.656.455	8.580.107.506	6.841.019.058	8.143.200.328	44.412.024.270	43.937.553.705
Receita Patrimonial	7.673.162.944	181.912.588	760.547.941	554.677.748	5.999.473	3.259.063	787.066.969	231.317.407	56.112.567	30.512.484	96.642.809	1.483.613.951
Receita Agropecuária	145.235.937	1.560	88.972	93.355	3.356	11.220	42.053	79.966	157.424	26.705	252.446	863.943
Receita Industrial	126.476.186	2.255.152	1.280.418	1.986.587	2.372.692	6.908.462	13.392.575	6.198.303	13.680.877	10.124.701	12.597.337	6.700.896
Receita de Serviços	9.506.153.768	117.487.224	125.735.735	117.719.830	87.596.428	302.639.082	296.642.273	232.609.926	510.776.876	486.771.339	551.924.283	838.087.004
Transf. Correntes	2.787.501.502	5.407.716	6.120.948	5.378.758	4.073.747	4.511.621	15.639.127	9.210.571	21.242.942	19.597.912	27.199.871	33.247.787
Outras Rec. Correntes	7.219.172.027	399.765.408	156.085.862	202.955.063	319.242.010	294.046.048	463.026.254	435.533.415	579.573.601	684.256.444	1.089.261.337	1.118.909.558
RECEITAS DE CAPITAL	251.079.454.824	16.310.358.503	13.121.832.250	14.308.072.072	18.494.162.542	25.321.572.976	34.137.141.168	38.087.349.497	14.794.280.408	27.183.088.215	85.996.299.925	100.908.617.444
Operações de Crédito	210.669.406.237	14.833.163.889	12.055.306.636	13.191.398.029	17.446.501.921	20.737.739.639	21.506.653.682	32.762.795.450	6.706.860.079	13.527.976.740	14.365.817.111	84.813.935.824
Alienação de Bens	2.231.166.435	470.218	125.630	1.556.078	980.933	5.121.248	2.841.928	3.033.702	6.016.548	2.735.849	2.954.922	7.523.944
Amortiz. de Empréstimos	17.090.284.879	154.734.383	399.726.521	356.415.543	273.398.976	371.979.667	587.856.911	628.196.136	1.163.408.012	1.010.111.114	58.166.735.309	2.395.560.428
Transf. de Capital	205.795.722	1.734.249	1.220.865	546.685	973.665	3.844.919	3.192.041	5.928.279	21.137.336	7.320.124	11.856.981	290.594.856
Outras Rec. de Capital	20.882.801.551	1.320.255.764	665.452.598	758.155.737	772.307.047	4.202.887.503	12.036.596.606	4.687.395.930	6.896.858.433	12.634.944.388	13.448.935.602	13.401.002.392
TOTAL	478.408.892.900	23.158.901.038	18.890.031.148	21.703.329.632	28.137.791.617	35.930.447.005	57.497.920.173	58.366.595.734	35.038.286.374	52.619.733.785	151.918.580.757	175.813.167.737

FONTE: STN/CCONT

Tabela 7A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

FLUXO ACUMULADO - 1992												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	154.168.953	8.950.881	15.196.787	21.951.949	29.146.063	35.664.297	47.458.962	55.614.727	62.006.578	68.434.862	81.845.803	94.164.561
Receita Tributaria	60.656.024	5.669.947	9.153.791	13.275.610	18.009.683	21.872.217	26.181.626	30.518.736	34.377.540	38.436.726	42.450.995	46.971.256
Rec. de Contribuições	74.891.824	2.357.124	3.982.380	5.809.323	7.958.621	10.237.000	16.926.642	20.377.330	22.537.316	24.595.245	33.630.234	40.856.177
Receita Patrimonial	5.203.741	237.755	1.061.290	1.567.958	1.570.389	1.574.075	1.971.459	2.064.488	2.082.205	2.089.916	2.109.577	2.353.571
Receita Agropecuaria	98.495	2	98	184	186	193	214	246	296	303	354	496
Receita Industrial	85.773	2.947	4.334	6.149	7.919	12.163	18.925	21.418	25.737	28.296	30.859	31.961
Receita de Serviços	6.446.828	153.553	289.702	397.232	462.579	648.525	798.297	891.846	1.053.119	1.176.135	1.288.416	1.426.247
Transf. Correntes	1.890.412	7.068	13.696	18.609	21.648	24.420	32.316	36.020	42.727	47.680	53.214	58.681
Outras Rec. Correntes	4.895.856	522.484	691.496	876.885	1.115.038	1.295.704	1.529.482	1.704.642	1.887.637	2.060.560	2.282.155	2.466.170
RECEITAS DE CAPITAL	170.275.601	21.317.247	35.525.797	48.595.435	62.392.016	77.949.928	95.185.489	110.503.193	115.174.346	122.043.986	139.538.698	156.134.069
Operações de Credito	142.870.550	19.386.589	32.440.286	44.489.904	57.504.934	70.246.478	81.105.010	94.281.322	96.398.949	99.817.704	102.740.224	116.688.673
Alienacao de Bens	1.513.119	615	751	2.172	2.904	6.050	7.485	8.705	10.605	11.296	11.897	13.135
Amortiz. de Empréstimos	11.590.190	202.234	635.065	960.631	1.164.586	1.393.135	1.689.939	1.942.583	2.309.918	2.565.190	14.398.377	14.792.350
Transf. de Capital	139.565	2.267	3.589	4.088	4.814	7.177	8.788	11.173	17.846	19.696	22.108	69.900
Outras Rec. de Capital	14.162.177	1.725.543	2.446.106	3.138.640	3.714.778	6.297.088	12.374.267	14.259.411	16.437.028	19.630.099	22.366.092	24.570.012
TOTAL	324.444.554	30.268.128	50.722.584	70.547.385	91.538.079	113.614.225	142.644.451	166.117.921	177.180.924	190.478.848	221.384.501	250.298.630

FLUXO MENSAL - 1992												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	154.168.953	8.950.881	6.245.907	6.755.162	7.194.113	6.518.234	11.794.665	8.155.766	6.391.851	6.428.284	13.410.941	12.318.758
Receita Tributaria	60.656.024	5.669.947	3.483.844	4.121.819	4.734.073	3.862.534	4.309.409	4.337.110	3.858.804	4.059.187	4.014.269	4.520.261
Rec. de Contribuições	74.891.824	2.357.124	1.625.256	1.826.943	2.149.298	2.278.379	6.689.642	3.450.688	2.159.986	2.057.929	9.034.988	7.225.944
Receita Patrimonial	5.203.741	237.755	823.535	506.668	2.431	3.686	397.384	93.030	17.717	7.711	19.661	243.994
Receita Agropecuaria	98.495	2	96	85	3	7	21	32	50	7	51	142
Receita Industrial	85.773	2.947	1.386	1.815	1.770	4.245	6.762	2.493	4.320	2.559	2.563	1.102
Receita de Serviços	6.446.828	153.553	136.149	107.531	65.347	185.945	149.772	93.549	161.273	123.016	112.281	137.831
Transf. Correntes	1.890.412	7.068	6.628	4.913	3.039	2.772	7.896	3.704	6.707	4.953	5.533	5.468
Outras Rec. Correntes	4.895.856	522.484	169.013	185.388	238.153	180.666	233.778	175.160	182.995	172.924	221.595	184.015
RECEITAS DE CAPITAL	170.275.601	21.317.247	14.208.549	13.069.639	13.796.580	15.557.912	17.235.561	15.317.704	4.671.152	6.869.640	17.494.712	16.595.371
Operações de Credito	142.870.550	19.386.589	13.053.697	12.049.618	13.015.029	12.741.544	10.858.532	13.176.312	2.117.627	3.418.755	2.922.519	13.948.449
Alienacao de Bens	1.513.119	615	136	1.421	732	3.147	1.435	1.220	1.900	691	601	1.237
Amortiz. de Empréstimos	11.590.190	202.234	432.831	325.566	203.955	228.549	296.804	252.644	367.335	255.273	11.833.187	393.972
Transf. de Capital	139.565	2.267	1.322	499	726	2.362	1.612	2.384	6.674	1.850	2.412	47.791
Outras Rec. de Capital	14.162.177	1.725.543	720.564	692.534	576.138	2.582.310	6.077.178	1.885.144	2.177.617	3.193.071	2.735.993	2.203.921
TOTAL	324.444.554	30.268.128	20.454.456	19.824.801	20.990.694	22.076.146	29.030.226	23.473.470	11.063.004	13.297.924	30.905.653	28.914.129

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1992.



Tabela 8 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

CR\$ Mil

## VALORES ACUMULADOS - 1992

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	200.462.979.403	4.776.229.959	9.553.390.279	14.264.051.364	21.490.150.421	29.681.956.981	50.385.113.866	65.418.666.245	82.197.879.625	99.746.975.543	160.782.551.271	284.719.558.000
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	200.462.979.403	3.833.623.534	7.087.717.506	11.310.982.073	17.745.251.262	23.955.770.126	32.465.104.681	43.290.578.128	58.706.458.217	73.994.273.304	97.630.703.957	176.550.890.000
Pessoal e Encargos Sociais	47.610.576.423	2.416.595.910	4.185.974.263	7.052.031.440	9.819.929.642	12.646.509.537	17.287.009.365	22.213.023.637	29.157.070.817	34.925.604.559	42.647.489.951	78.041.402.000
Juros e Encargos da Dívida	12.466.717.833	143.466.882	418.966.380	688.829.451	1.095.947.018	1.604.896.693	1.851.327.788	3.452.635.221	6.917.137.542	9.182.379.494	17.350.019.994	38.583.655.000
Juros e Encargos da Dívida Interna	8.010.195.803	59.425.806	116.066.482	194.097.307	401.090.704	843.663.721	846.165.865	2.210.897.648	4.867.702.695	6.891.244.518	13.244.957.488	18.721.362.000
Juros e Encargos da Dívida Externa	4.456.522.030	84.041.076	302.899.898	494.732.144	604.856.314	761.232.972	1.005.161.923	1.241.737.573	2.049.434.847	2.291.134.976	4.105.062.506	19.862.293.000
Outras Despesas Correntes	140.385.685.147	1.273.560.742	2.482.776.863	3.570.121.182	6.829.374.602	9.704.363.896	13.326.767.528	17.624.919.270	22.632.249.858	29.886.289.251	37.633.194.012	59.925.833.000
Transf. a Est. DF. e Municípios	nd	1.196.624.477	2.320.215.179	3.172.748.093	6.145.710.662	8.655.802.509	11.877.671.153	15.659.177.610	20.119.891.897	26.576.789.049	33.656.792.599	51.391.003.000
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	76.936.265	162.561.684	397.373.089	683.663.940	1.048.561.387	1.449.096.375	1.965.741.660	2.512.357.961	3.309.500.202	3.976.401.413	8.534.830.000
Transferências Intragovernamentais	nd	942.606.325	2.465.672.773	2.953.069.291	3.744.899.159	5.726.186.855	17.920.009.185	22.128.089.117	23.491.421.408	25.752.702.239	63.151.847.314	108.168.668.000
DESPESAS DE CAPITAL	276.637.369.609	16.440.955.286	28.949.060.416	42.712.251.312	61.491.114.130	84.473.171.183	88.074.841.709	147.402.753.688	156.512.833.027	168.921.584.271	230.114.418.247	345.057.857.000
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	276.637.369.609	16.440.955.286	28.949.060.416	42.712.251.312	61.491.114.130	84.473.171.183	88.074.841.709	147.402.753.688	156.512.833.027	168.921.584.271	230.114.418.247	345.057.857.000
Investimentos	31.199.091.632	28.772.471	238.213.173	357.452.273	696.219.751	1.191.246.624	2.147.571.156	3.176.098.665	4.441.385.081	5.333.740.560	5.984.651.505	17.560.970.000
Inversões Financeiras	36.099.845.830	633.450.566	1.280.191.242	1.763.629.681	2.254.320.330	3.763.250.569	5.887.470.501	7.529.169.525	9.585.889.312	12.621.946.449	14.732.404.201	86.187.569.000
Amortização da Dívida	208.082.842.229	15.778.480.237	27.425.402.345	40.574.210.667	58.522.496.875	79.432.726.427	79.832.854.458	136.475.305.611	142.220.841.581	150.681.845.640	209.101.568.199	240.671.653.000
Amortização da Dívida Interna	198.906.320.538	15.611.092.916	26.936.093.339	39.779.360.373	57.542.949.157	78.014.218.428	78.020.428.680	134.281.351.138	138.853.250.666	147.128.901.311	204.359.676.064	227.906.294.000
Amortização da Dívida Externa	9.176.521.691	167.387.321	489.309.006	794.850.294	979.547.718	1.418.507.999	1.812.425.590	2.193.945.590	3.367.590.915	3.552.944.329	4.741.892.135	12.765.359.000
Outras Despesas de Capital	1.255.589.918	252.012	5.253.656	16.958.691	18.077.174	85.947.563	206.945.594	222.179.887	264.717.053	284.051.622	295.794.342	637.665.000
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	252.012	5.253.656	16.958.691	18.077.174	85.947.563	206.945.594	222.179.887	264.717.053	284.051.622	295.794.342	637.665.000
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.308.543.888	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	478.408.892.900	21.217.185.145	38.502.450.695	56.976.302.676	82.981.264.551	114.155.128.164	138.459.955.575	212.821.419.933	238.710.712.652	268.668.559.814	390.896.969.518	629.777.415.000
SUPERÁVIT CORRENTE		2.072.312.676	3.063.351.154	5.747.947.629	8.165.477.647	10.582.545.116	13.240.167.236	18.485.861.094	21.950.653.680	29.838.203.332	34.724.908.436	(14.307.548.000)
SUPERÁVIT DE CAPITAL		(130.596.783)	483.130.337	1.028.011.513	743.311.237	3.082.927.160	33.618.297.802	12.377.735.320	18.061.936.389	32.836.273.360	57.639.739.309	43.604.918.000
TOTAL	478.408.892.900	23.158.901.038	42.048.932.186	63.752.261.818	91.890.053.435	127.820.500.440	185.318.420.613	243.685.016.347	278.723.302.721	331.343.036.506	483.261.617.263	659.074.785.000

## VALORES MENSAIS - 1992

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	200.462.979.403	4.776.229.959	4.777.160.420	4.710.661.095	7.226.099.057	9.191.806.560	20.703.156.885	15.033.552.379	16.779.213.380	17.549.095.918	61.035.575.728	123.937.006.729
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	200.462.979.403	3.833.623.534	3.254.093.972	4.223.264.567	6.434.269.189	6.210.518.864	8.509.334.555	10.825.473.447	15.415.880.089	15.287.815.087	23.636.430.653	78.920.186.043
Pessoal e Encargos Sociais	47.610.576.423	2.416.595.910	1.769.378.353	2.866.057.177	2.767.898.202	2.826.579.895	4.640.499.828	4.926.014.272	6.944.047.180	5.768.533.742	7.721.885.392	35.393.912.049
Juros e Encargos da Dívida	12.466.717.833	143.466.882	275.499.988	269.863.071	407.117.567	508.949.675	246.431.095	1.601.307.433	3.464.502.321	2.265.241.952	8.167.640.500	21.233.635.006
Juros e Encargos da Dívida Interna	8.010.195.803	59.425.806	56.640.676	78.030.825	296.993.397	352.573.017	2.502.144	1.364.731.783	2.656.805.047	2.023.541.823	6.353.712.970	5.476.404.512
Juros e Encargos da Dívida Externa	4.456.522.030	84.041.076	218.858.822	191.832.246	110.124.170	156.376.658	243.928.951	236.575.650	807.697.274	241.700.129	1.813.927.530	15.757.230.494
Outras Despesas Correntes	140.385.685.147	1.273.560.742	1.209.216.121	1.087.344.319	3.259.253.420	2.874.989.294	3.622.403.632	4.298.151.742	5.007.330.588	7.254.039.393	7.746.904.761	22.292.638.988
Transf. a Est. DF. e Municípios	nd	1.196.624.477	1.123.590.702	852.532.914	2.972.962.569	2.510.091.847	3.221.868.644	3.781.506.457	4.460.714.287	6.456.897.152	7.080.003.550	17.734.210.401
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	76.936.265	85.625.419	234.811.405	286.290.851	364.897.447	400.534.988	516.645.285	546.616.301	797.142.241	666.901.211	4.558.428.587
Transferências Intragovernamentais	nd	942.606.325	1.523.066.448	487.396.518	1.981.829.868	12.193.822.330	4.208.078.932	1.363.333.291	2.261.280.831	37.399.145.075	45.016.820.686	
DESPESAS DE CAPITAL	276.637.369.609	16.440.955.286	12.508.105.130	13.763.190.896	18.778.862.818	22.982.057.053	3.601.670.526	59.327.911.979	9.110.079.339	12.408.751.244	61.192.833.976	114.943.438.753
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	276.637.369.609	16.440.955.286	12.508.105.130	13.763.190.896	18.778.862.818	22.982.057.053	3.601.670.526	59.327.911.979	9.110.079.339	12.408.751.244	61.192.833.976	114.943.438.753
Investimentos	31.199.091.632	28.772.471	209.440.702	119.239.100	338.767.478	495.026.873	956.324.532	1.028.527.509	1.265.286.416	892.355.479	650.910.945	11.576.318.495
Inversões Financeiras	36.099.845.830	633.450.566	646.740.676	483.438.439	490.690.649	1.508.930.239	2.124.219.932	1.641.699.024	2.056.719.787	3.036.057.137	2.110.457.752	71.455.164.799
Amortização da Dívida	208.082.842.229	15.778.480.237	11.646.922.108	13.148.808.322	17.948.286.208	20.910.229.552	400.128.031	56.642.451.153	5.745.535.970	8.461.004.059	58.419.722.559	31.570.084.801
Amortização da Dívida Interna	198.906.320.538	15.611.092.916	11.325.000.423	12.843.267.034	17.763.588.784	20.471.269.271	6.210.440	56.260.922.270	4.571.899.528	8.275.650.645	57.230.774.753	23.546.617.936
Amortização da Dívida Externa	9.176.521.691	167.387.321	321.921.685	305.541.288	184.697.424	438.960.281	393.917.591	381.528.883	1.173.636.442	1.188.947.806	8.023.466.865	
Outras Despesas de Capital	1.255.589.918	252.012	5.001.644	11.705.035	1.118.483	67.870.389	120.998.031	15.234.293	42.537.166	19.334.569	11.742.720	341.870.658
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	252.012	5.253.656	16.958.691	18.077.174	85.947.563	206.945.594	222.179.887	264.717.053	284.051.622	295.794.342	637.665.000
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.308.543.888	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	478.408.892.900	21.217.185.145	17.285.265.550	18.473.951.981	26.004.961.875	31.173.863.613	24.304.827.411	74.361.464.358	25.889.292.719	29.957.847.162	122.228.409.704	238.880.445.482
SUPERÁVIT CORRENTE		2.072.312.676	991.038.478	2.684.596.475	2.417.530.018	2.417.067.649	2.657.622.120	5.245.693.858	3.464.792.586	7.887.549.652	4.886.705.104	(49.032.456.436)
SUPERÁVIT DE CAPITAL		(130.596.783)	613.727.120	544.881.176	(284.700.276)	2.339.515.923	30.535.476.642	(21.240.562.482)	5.684.201.069	14.774.336.971	24.803.465.949	(14.034.465.949)
TOTAL	478.408.892.900	23.158.901.038	18.890.031.148	21.703.329.632	28.137.791.617	35.930.447.005	57.497.920.173	58.366.595.734	35.038.286.374	52.619.733.785	151.918.580.757	175.813.167.737

FONTE: STN/COORF

Tabela BA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1992												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	135.948.815	6.242.418	11.415.211	15.718.141	21.108.786	26.141.941	36.594.794	42.640.883	47.938.759	52.373.722	64.790.533	85.173.139
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	135.948.815	5.010.454	9.534.044	12.391.764	17.191.707	21.007.532	25.303.825	29.657.538	34.524.955	38.388.452	43.196.945	56.176.111
Pessoal e Encargos Sociais	32.288.263	3.158.433	5.074.347	7.692.333	9.757.175	11.493.863	13.836.814	15.817.924	18.010.440	19.468.249	21.039.156	26.860.017
Juros e Encargos da Dívida	8.454.606	187.508	485.923	732.329	1.036.037	1.348.742	1.473.163	2.117.166	3.211.049	3.783.516	5.445.105	8.937.176
Juros e Encargos da Dívida Interna	5.432.308	77.668	139.000	210.276	431.833	648.458	649.721	1.198.580	2.037.440	2.548.825	3.841.396	4.742.043
Juros e Encargos da Dívida Externa	3.022.298	109.840	346.924	522.052	604.204	700.284	823.442	918.586	1.173.609	1.234.691	1.603.708	4.195.133
Outras Despesas Correntes	95.205.946	1.664.513	2.973.874	3.967.103	6.398.495	8.164.926	9.993.848	11.722.449	13.303.466	15.136.689	16.712.684	20.378.918
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	1.563.959	2.780.603	3.559.345	5.777.165	7.319.399	8.946.094	10.466.914	11.875.341	13.507.112	14.947.437	17.863.995
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	100.554	193.271	407.758	621.330	845.528	1.047.755	1.255.535	1.428.124	1.629.576	1.765.247	2.514.924
Transferências Intragovernamentais	nd	1.231.964	2.891.167	3.326.377	3.917.079	5.134.409	11.290.969	12.983.345	13.413.804	13.985.269	21.593.588	28.997.028
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	187.608.319	21.487.934	35.031.929	47.603.849	61.612.815	75.733.297	77.551.751	101.411.836	104.289.256	107.424.164	119.872.967	138.776.496
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	187.608.319	21.487.934	35.031.929	47.603.849	61.612.815	75.733.297	77.551.751	101.411.836	104.289.256	107.424.164	119.872.967	138.776.496
Investimentos	21.158.418	37.605	264.391	373.309	626.029	930.180	1.413.020	1.826.666	2.226.168	2.451.682	2.584.101	4.487.935
Inversões Financeiras	24.481.983	827.905	1.528.207	1.969.801	2.335.955	3.262.962	4.335.463	4.995.710	5.645.099	6.412.364	6.841.706	18.593.180
Amortização da Dívida	141.116.409	20.622.095	33.233.586	45.244.301	58.633.660	71.481.183	71.683.205	94.463.270	96.277.368	98.415.611	110.300.265	115.492.262
Amortização da Dívida Interna	134.893.129	20.403.324	32.666.232	44.397.852	57.649.427	70.227.249	70.230.384	92.857.008	94.300.542	96.391.943	108.034.722	111.907.185
Amortização da Dívida Externa	6.223.280	218.771	567.354	846.449	984.232	1.253.936	1.452.821	1.606.262	1.976.826	2.023.668	2.265.543	3.585.077
Outras Despesas de Capital	851.509	329	5.416	16.437	17.272	58.972	120.063	126.190	139.620	144.507	146.896	203.119
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	329	6.018	21.509	34.994	87.802	192.287	281.642	365.224	437.008	497.183	602.053
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	887.421	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	324.444.554	27.730.352	46.447.140	63.321.990	82.721.600	101.975.238	114.146.545	144.052.719	152.227.016	159.797.886	184.663.500	223.949.636
SUPERÁVIT CORRENTE	2.708.463	3.781.577	6.233.808	8.037.277	9.522.356	10.864.167	12.973.844	14.067.819	16.061.140	17.055.270	19.665.731	8.991.422
SUPERÁVIT DE CAPITAL	(170.687)	493.868	991.587	779.201	2.216.631	17.633.739	9.091.359	10.886.090	14.619.822	19.665.731	17.357.573	
TOTAL	324.444.554	30.268.128	50.722.584	70.547.395	91.538.079	113.614.225	142.644.451	166.117.921	177.180.924	190.478.848	221.384.501	250.298.630

VALORES MENSAIS - 1992												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	135.948.815	6.242.418	5.172.793	4.302.930	5.390.645	5.033.155	10.452.853	6.046.089	5.297.876	4.434.962	12.416.811	20.382.606
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	135.948.815	5.010.454	3.523.590	3.857.720	4.799.942	3.815.826	4.296.293	4.353.713	4.967.417	3.863.497	4.808.492	12.979.167
Pessoal e Encargos Sociais	32.288.263	3.158.433	1.915.914	2.617.986	2.064.842	1.736.688	2.342.950	1.981.110	2.192.516	1.457.809	1.570.907	5.020.862
Juros e Encargos da Dívida	8.454.606	187.508	298.316	246.505	303.708	312.705	124.421	644.003	1.093.883	572.466	1.661.589	3.492.071
Juros e Encargos da Dívida Interna	5.432.308	77.668	61.332	71.277	221.556	216.626	1.263	548.858	838.861	511.384	1.292.572	900.646
Juros e Encargos da Dívida Externa	3.022.298	109.840	236.984	175.228	82.152	96.080	123.158	95.144	255.023	61.082	369.018	2.591.425
Outras Despesas Correntes	95.205.946	1.664.513	1.309.360	993.229	2.431.392	1.766.432	1.828.922	1.728.601	1.581.017	1.833.222	1.575.997	3.666.234
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	1.563.959	1.216.644	778.742	2.217.820	1.542.234	1.626.695	1.520.920	1.408.428	1.631.770	1.440.325	2.916.558
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	100.554	92.717	214.487	213.572	224.198	202.227	207.781	172.589	201.452	135.671	749.676
Transferências Intragovernamentais	nd	1.231.964	1.649.203	445.210	590.702	1.217.330	6.156.560	1.692.376	430.459	571.465	7.608.319	7.403.439
DESPESAS DE CAPITAL	187.608.319	21.487.934	13.543.995	12.571.920	14.008.966	14.120.482	1.818.454	23.860.085	2.876.420	3.135.908	12.448.803	18.903.529
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	187.608.319	21.487.934	13.543.995	12.571.920	14.008.966	14.120.482	1.818.454	23.860.085	2.876.420	3.135.908	12.448.803	18.903.529
Investimentos	21.158.418	37.605	226.786	108.918	252.719	304.151	482.840	413.646	399.502	225.514	132.418	1.903.834
Inversões Financeiras	24.481.983	827.905	700.302	441.594	366.054	927.107	1.072.501	660.247	649.390	767.265	429.342	11.751.474
Amortização da Dívida	141.116.409	20.622.095	12.611.491	12.010.715	13.389.359	12.847.524	202.021	22.780.065	1.814.098	2.138.243	11.884.653	5.191.997
Amortização da Dívida Interna	134.893.129	20.403.324	12.262.909	11.731.620	13.251.575	12.577.821	3.136	22.626.625	1.443.534	2.091.401	11.674.779	3.872.463
Amortização da Dívida Externa	6.223.280	218.771	348.582	279.095	137.784	269.703	198.886	153.441	370.564	46.842	241.874	1.319.535
Outras Despesas de Capital	851.509	329	5.416	10.692	834	41.700	61.091	6.127	13.431	4.886	2.389	56.224
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	329	5.689	15.491	13.486	52.807	104.485	89.355	83.582	71.785	60.175	104.870
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	887.421	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	324.444.554	27.730.352	18.716.788	16.874.850	19.399.610	19.153.638	12.271.307	29.906.177	8.174.296	7.570.870	24.865.614	39.296.136
SUPERÁVIT CORRENTE	2.708.463	1.073.114	2.452.232	1.803.469	1.803.469	1.341.812	2.109.677	1.093.975	1.093.975	1.093.975	994.130	(8.063.849)
SUPERÁVIT DE CAPITAL	(170.687)	664.554	497.719	(212.385)	(212.385)	1.437.430	15.417.108	(8.542.381)	1.794.732	3.733.732	5.045.909	(2.308.158)
TOTAL	324.444.554	30.268.128	20.454.456	19.924.801	20.990.694	22.076.146	29.030.226	23.473.470	11.063.004	13.297.924	30.905.653	28.914.129

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1992.



Tabela 9 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1992

TÍTULOS	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	7,33	6,07	5,05	6,33	5,91	12,27	7,10	6,22	5,21	14,58	23,93	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	8,92	6,27	6,87	8,54	6,79	7,65	7,75	8,66	6,88	8,56	23,10	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	11,76	7,13	9,75	7,69	6,47	8,72	7,38	8,16	5,43	5,85	21,67	100,00
Juros e Encargos da Dívida	2,10	3,34	2,76	3,40	3,50	1,39	7,21	12,24	6,41	18,59	39,07	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	1,64	1,29	1,50	4,67	4,57	0,03	11,57	17,69	10,78	27,26	18,99	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	2,62	5,65	4,18	1,96	2,29	2,94	2,27	6,08	1,46	8,80	61,77	100,00
Outras Despesas Correntes	8,17	6,43	4,87	11,93	8,67	8,97	8,48	7,76	9,00	7,73	17,99	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	8,75	6,81	4,36	12,42	8,63	9,11	8,51	7,88	9,13	8,06	16,33	100,00
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	4,00	3,69	8,53	8,49	8,91	8,04	8,26	6,86	8,01	5,39	29,81	100,00
Transferências Intragovernamentais	4,25	5,69	1,54	2,04	4,20	21,23	5,84	1,48	1,97	26,24	25,53	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	15,48	9,76	9,06	10,09	10,17	1,31	17,19	2,07	2,26	8,97	13,62	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	15,48	9,76	9,06	10,09	10,17	1,31	17,19	2,07	2,26	8,97	13,62	100,00
Investimentos	0,84	5,05	2,43	5,63	6,78	10,76	9,22	8,90	5,02	2,95	42,42	100,00
Inversões Financeiras	4,45	3,77	2,38	1,97	4,99	5,77	3,55	3,49	4,13	2,31	63,20	100,00
Amortização da Dívida	17,86	10,92	10,40	11,59	11,12	0,17	19,72	1,57	1,85	10,29	4,50	100,00
Amortização da Dívida Interna	18,23	10,96	10,48	11,84	11,24	0,00	20,22	1,29	1,87	10,40	3,46	100,00
Amortização da Dívida Externa	6,10	9,72	7,78	3,84	7,52	5,55	4,28	10,34	1,31	6,75	36,81	100,00
Outras Despesas de Capital	0,16	2,67	5,26	0,41	20,53	30,08	3,02	6,61	2,41	1,18	27,68	100,00
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	0,05	0,94	2,57	2,24	8,77	17,35	14,84	13,88	11,92	9,99	17,42	100,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	12,38	8,36	7,54	8,66	8,55	5,48	13,35	3,65	3,38	11,10	17,54	100,00

FONTE: TABELA 8A

Tabela 10 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1992

TITULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	135.948.815	212.771.603	85.173.139	62,65%	40,03%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	212.771.603	56.176.111		26,40%
Pessoal e Encargos Sociais	32.288.263	56.367.512	26.860.017	83,19%	47,65%
Juros e Encargos da Dívida	nd	34.907.574	8.937.176		25,60%
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	20.589.885	4.742.043		23,03%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	14.317.689	4.195.133		29,30%
Outras Despesas Correntes	95.205.946	121.496.517	20.378.918	21,41%	16,77%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	17.863.995		
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd		
Outras Correntes	nd	nd	2.514.924		
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	28.997.028		
DESPESAS DE CAPITAL	187.608.319	345.372.333	138.776.496	73,97%	40,18%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	345.372.333	138.776.496		40,18%
Investimentos	21.158.418	15.701.975	4.487.935	21,21%	28,58%
Inversões Financeiras	24.481.983	127.137.606	18.593.180	75,95%	14,62%
Amortização da Dívida	nd	201.876.605	115.492.262		57,21%
Amortização da Dívida Interna	nd	192.388.569	111.907.185		58,17%
Amortização da Dívida Externa	nd	9.488.036	3.585.077		37,79%
Outras Despesas de Capital	851.509	656.147	203.119	23,85%	30,96%
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd		
Outras de Capital	nd	nd	nd		
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd		
RESERVA DE CONTINGENCIA	887.421	nd	nd		
TOTAL	324.444.554	558.143.936	223.949.636	69,03%	40,12%

FONTE: TABELA 8A

Tabela 11 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA NAS  
DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1992

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	41,90	38,12	38,03
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	38,12	25,08
Pessoal e Encargos Sociais	9,95	10,10	11,99
Juros e Encargos da Dívida	nd	6,25	3,99
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	3,69	2,12
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	2,57	1,87
Outras Despesas Correntes	29,34	21,77	9,10
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	7,98
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	1,12
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	12,95
DESPESAS DE CAPITAL	57,82	61,88	61,97
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	61,88	61,97
Investimentos	6,52	2,81	2,00
Inversões Financeiras	7,55	22,78	8,30
Amortização da Dívida	nd	36,17	51,57
Amortização da Dívida Interna	nd	34,47	49,97
Amortização da Dívida Externa	nd	1,70	1,60
Outras Despesas de Capital	0,26	0,12	0,09
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,27	nd	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 8A

Tabela 12 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1992

8

TÍTULOS	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	22,51	27,64	25,50	27,79	26,28	85,18	20,22	64,81	58,58	49,94	51,88
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	18,07	18,83	22,86	24,74	19,92	35,01	14,56	59,55	51,03	19,34	33,04
Pessoal e Encargos Sociais	11,39	10,24	15,51	10,64	9,07	19,09	6,62	26,82	19,26	6,32	14,82
Juros e Encargos da Dívida	0,68	1,59	1,46	1,57	1,63	1,01	2,15	13,38	7,56	6,68	8,89
Juros e Encargos da Dívida Interna	0,28	0,33	0,42	1,14	1,13	0,01	1,84	10,26	6,75	5,20	2,29
Juros e Encargos da Dívida Externa	0,40	1,27	1,04	0,42	0,50	1,00	0,32	3,12	0,81	1,48	6,60
Outras Despesas Correntes	6,00	7,00	5,89	12,53	9,22	14,90	5,78	19,34	24,21	6,34	9,33
Transf. a Est. Df. E Municípios	5,64	6,50	4,61	11,43	8,05	13,26	5,09	17,23	21,55	5,79	7,42
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Correntes	0,36	0,50	1,27	1,10	1,17	1,65	0,69	2,11	2,66	0,55	1,91
Transferências Intragovernamentais	4,44	8,81	2,64	3,04	6,36	50,17	5,66	5,27	7,55	30,60	18,84
DESPESAS DE CAPITAL	77,49	72,36	74,50	72,21	73,72	14,82	79,78	35,19	41,42	50,06	48,12
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	77,49	72,36	74,50	72,21	73,72	14,82	79,78	35,19	41,42	50,06	48,12
Investimentos	0,14	1,21	0,65	1,30	1,59	3,93	1,38	4,89	2,98	0,53	4,85
Inversões Financeiras	2,99	3,74	2,62	1,89	4,84	8,74	2,21	7,94	10,13	1,73	29,91
Amortização da Dívida	74,37	67,38	71,18	69,02	67,08	1,65	76,17	22,19	28,24	47,80	13,22
Amortização da Dívida Interna	73,58	65,52	69,52	68,31	65,67	0,03	75,66	17,66	27,62	46,82	9,86
Amortização da Dívida Externa	0,79	1,86	1,65	0,71	1,41	1,62	0,51	4,53	0,62	0,97	3,36
Outras Despesas de Capital	0,00	0,03	0,06	0,00	0,22	0,50	0,02	0,16	0,06	0,01	0,14
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Outras de Capital	0,00	0,03	0,09	0,07	0,28	0,85	0,30	1,02	0,95	0,24	0,27
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 8

Tabela 13 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

JAN. a JUL. CR\$ Mil

AGO. a DEZ. CR\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1993												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	4.455.311.000	192.424.378.000	300.429.809.300	544.485.328.000	797.920.164.000	1.119.159.458.000	2.345.211.796.000	3.172.154.976	4.356.150.701	5.863.568.193	7.935.451.663	12.391.121.179
Receita Tributária	1.684.432.000	77.404.435.000	127.914.605.000	197.707.535.000	310.031.602.000	434.931.096.000	587.063.736.000	773.960.668	1.071.476.063	1.431.606.807	2.019.481.761	2.849.446.780
Rec. de Contribuições	1.914.903.000	34.634.658.000	6.392.135.300	100.305.464.000	162.109.371.000	224.977.364.000	659.368.693.000	892.054.342	1.186.927.043	1.617.888.096	2.198.035.000	3.450.942.653
Receita Patrimonial	469.555.000	13.271.279.000	38.157.163.000	67.287.674.000	85.465.122.000	120.172.288.000	432.445.403.000	637.745.077	577.020.803	751.278.829	946.716.000	1.499.677.129
Receita Agropecuária	3.699.000	97.983.000	176.238.000	266.855.000	367.591.000	463.567.000	649.444.000	947.575	1.365.445	1.948.935	2.607.511	3.690.213
Receita Industrial	4.080.000	61.173.000	84.263.000	101.001.000	155.622.000	359.262.000	540.018.000	745.259	902.423	1.123.595	1.337.221	3.308.905
Receita de Serviços	238.134.000	1.995.121.000	3.329.813.000	6.702.057.000	9.881.669.000	22.702.263.000	54.582.412.000	60.794.883	67.739.379	98.583.487	127.342.570	444.247.887
Transf. Correntes	28.431.000	61.323.785.000	18.481.326.000	163.779.058.000	216.575.152.000	298.329.903.000	539.524.771.000	698.141.930	1.321.979.575	1.802.713.339	2.402.607.600	3.763.303.348
Outras Rec. Correntes	112.077.000	3.632.944.000	5.694.266.000	8.275.674.000	13.333.635.000	17.223.715.000	71.037.319.000	107.765.242	128.739.955	178.425.105	237.324.000	376.504.264
RECEITAS DE CAPITAL	9.440.694.000	214.955.952.000	294.394.483.000	424.287.060.000	617.912.382.000	789.663.445.000	1.037.611.328.000	1.958.107.990	6.969.639.330	6.923.188.744	7.712.290.330	9.967.640.108
Operações de Crédito	8.453.948.000	66.143.569.000	101.320.460.000	170.078.666.000	306.018.610.000	376.119.015.000	487.370.692.000	561.047.129	5.163.536.053	5.342.755.416	5.610.003.000	7.410.859.320
Alienação de Bens	37.073.000	875.923.000	1.991.731.000	3.048.300.000	4.638.616.000	6.214.827.000	8.541.768.000	13.240.714	17.749.355	28.332.449	26.083.000	53.355.374
Amortiz. de Empréstimo	230.512.000	5.043.053.000	7.372.293.000	10.589.405.000	13.303.766.000	18.679.123.000	27.027.883.000	36.596.153	58.663.493	98.824.336	131.251.000	157.233.979
Transf. de Capital	4.275.000	171.080.000	260.365.000	348.163.000	551.935.000	620.786.000	41.183.669.000	63.322.463	105.453.704	123.045.669	151.377.164	425.641.221
Outras Rec. de Capital	714.886.000	142.715.327.000	82.949.634.000	240.222.526.000	293.399.055.000	387.629.694.000	473.487.316.000	1.283.901.531	1.624.242.719	1.350.230.874	1.493.576.166	1.920.550.214
TOTAL	13.896.005.000	407.380.330.000	594.824.292.300	968.772.388.000	1.415.832.546.000	1.909.022.903.000	3.382.823.124.000	5.130.262.966	11.325.790.031	12.806.756.937	15.647.741.993	22.358.761.287

VALORES MENSAIS - 1993												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	4.455.311.000	192.424.378.000	308.305.431.300	244.055.508.700	253.434.636.000	321.739.294.000	1.226.052.338.000	326.943.180	1.183.995.723	1.527.417.492	2.051.883.470	4.455.669.515
Receita Tributária	1.684.432.000	77.404.435.000	50.510.170.000	69.752.930.000	112.324.267.000	124.699.294.000	152.132.640.000	186.896.932	297.515.397	360.130.742	587.874.954	829.965.019
Rec. de Contribuições	1.914.903.000	34.634.658.000	28.542.522.700	94.213.328.700	61.803.907.000	62.667.993.000	434.391.329.000	232.685.649	294.872.707	430.961.047	580.146.904	1.252.907.653
Receita Patrimonial	469.555.000	13.271.279.000	24.385.884.000	29.130.511.000	18.177.448.000	34.707.166.000	312.273.115.000	205.299.674	(60.724.269)	174.258.021	195.437.171	552.961.129
Receita Agropecuária	3.699.000	97.983.000	78.255.000	50.677.000	100.736.000	95.976.000	185.877.000	298.131	417.871	583.489	658.576	1.082.702
Receita Industrial	4.080.000	61.173.000	23.090.000	16.748.000	54.611.000	203.640.000	180.756.000	205.241	157.164	221.172	213.626	1.971.684
Receita de Serviços	238.134.000	1.995.121.000	1.333.692.000	2.922.244.000	3.119.612.000	12.620.594.000	31.880.149.000	6.212.471	6.944.495	30.844.108	28.759.083	316.905.317
Transf. Correntes	28.431.000	61.323.785.000	57.155.541.000	45.257.732.000	52.796.094.000	81.754.751.000	241.194.868.000	158.617.159	623.837.643	480.733.764	599.894.261	1.360.695.748
Outras Rec. Correntes	112.077.000	3.632.944.000	2.261.322.000	2.581.408.000	5.058.161.000	3.689.880.000	53.813.604.000	36.727.923	20.974.714	49.685.149	58.898.895	139.180.264
RECEITAS DE CAPITAL	9.440.694.000	214.955.952.000	79.138.531.000	130.152.577.000	193.625.322.000	171.951.063.000	247.747.883.000	920.496.662	5.011.531.340	(46.450.586)	789.101.586	2.255.349.778
Operações de Crédito	8.453.948.000	66.143.569.000	35.674.891.000	68.258.206.000	135.940.144.000	70.100.205.000	111.251.677.000	73.676.437	4.602.488.930	179.219.357	467.247.584	1.600.856.320
Alienação de Bens	37.073.000	875.923.000	1.115.808.000	1.056.569.000	1.590.516.000	1.776.011.000	2.326.941.000	4.698.946	4.502.642	10.589.093	(2.249.449)	27.272.374
Amortiz. de Empréstimo	230.512.000	5.043.053.000	2.324.240.000	3.517.112.000	2.714.361.000	5.575.357.000	8.148.760.000	9.568.270	22.067.340	40.160.843	32.426.664	25.982.979
Transf. de Capital	4.275.000	171.080.000	89.285.000	87.798.000	203.772.000	268.851.000	40.362.883.000	22.138.794	42.131.241	17.591.965	28.331.495	274.264.057
Outras Rec. de Capital	714.886.000	142.715.327.000	40.234.307.000	57.272.892.000	53.176.529.000	94.430.639.000	95.657.622.000	310.414.215	340.341.187	(294.011.844)	263.345.292	326.974.048
TOTAL	13.896.005.000	407.380.330.000	387.443.962.300	374.248.095.700	447.060.158.000	493.190.357.000	1.473.800.221.000	1.747.439.842	6.195.527.063	1.460.956.906	2.640.985.056	6.711.019.294

FONTE: STN/CONOT

Tabela 13A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1993												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	199.884.067	19.432.606	27.966.529	43.006.521	54.814.482	66.263.785	99.377.337	116.102.965	133.583.736	150.270.333	166.637.215	192.728.111
Receita Tributaria	75.570.733	7.816.940	11.807.943	16.108.952	21.342.331	25.793.872	29.902.711	33.682.861	38.075.443	42.009.767	46.698.962	51.558.957
Rec. de Contribuições	85.910.636	3.497.694	1.242.440	7.048.363	9.927.913	12.168.594	23.900.752	28.607.017	32.960.581	37.668.707	42.296.258	49.632.862
Receita Patrimonial	21.066.220	1.340.244	3.306.573	5.101.749	5.948.667	7.185.667	15.619.623	19.771.983	18.875.437	20.779.156	22.338.064	25.576.017
Receita Agropecuaria	165.953	9.895	16.078	21.663	26.356	29.777	34.797	40.827	46.997	53.371	58.624	64.964
Receita Industrial	183.046	6.178	8.002	9.034	11.579	18.837	23.719	27.870	30.190	32.606	34.310	45.856
Receita de Serviços	10.683.697	201.585	346.472	527.172	672.520	1.129.460	1.990.487	2.116.140	2.218.670	2.555.633	2.785.030	4.640.721
Transf. Correntes	1.275.535	6.193.185	10.709.264	13.500.750	15.960.610	18.874.434	25.388.690	28.596.857	37.807.332	43.059.210	47.844.276	55.812.051
Outras Rec. Correntes	5.028.248	366.885	529.758	688.838	924.506	1.063.145	2.516.558	3.259.411	3.569.086	4.111.882	4.581.690	5.396.683
RECEITAS DE CAPITAL	423.549.403	21.708.030	27.961.070	35.984.225	45.005.559	51.134.074	57.825.315	76.443.142	150.434.482	149.927.022	156.221.304	169.427.871
Operações de Credito	379.279.810	6.679.927	9.498.737	13.705.168	20.038.852	22.537.296	25.542.011	27.032.180	94.984.328	96.942.248	100.669.256	110.043.330
Alienacao de Bens	1.663.251	88.458	176.622	241.734	315.838	372.009	434.856	529.896	596.374	712.057	694.114	853.812
Amortiz. de Empréstimos	10.341.742	509.794	669.737	886.480	1.012.947	1.211.658	1.431.742	1.625.269	1.951.076	2.389.821	2.648.473	2.800.621
Transf. de Capital	191.795	17.277	24.332	29.742	39.236	48.819	1.138.950	1.586.726	2.208.761	2.400.948	2.626.935	4.232.932
Outras Rec. de Capital	32.072.805	14.412.574	17.591.642	21.121.100	23.598.685	26.964.291	29.277.756	45.669.071	50.693.943	47.481.948	49.582.526	51.497.176
TOTAL	623.433.470	41.140.636	55.927.599	78.990.745	99.820.041	117.397.859	157.202.652	192.546.107	284.018.218	300.197.355	322.858.519	362.155.981

VALORES MENSAIS - 1993												
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	199.884.067	19.432.606	8.533.924	15.039.991	11.807.961	11.449.303	33.113.552	16.725.628	17.480.771	16.686.597	16.366.882	26.090.896
Receita Tributaria	75.570.733	7.816.940	3.991.002	4.301.009	5.233.379	4.451.541	4.108.839	3.780.149	4.392.582	3.934.325	4.689.194	4.859.995
Rec. de Contribuições	85.910.636	3.497.694	(2.255.254)	5.805.923	2.879.549	2.240.681	11.732.158	4.706.265	4.353.565	4.708.125	4.627.551	7.336.604
Receita Patrimonial	21.066.220	1.340.244	1.966.329	1.795.176	846.918	1.237.000	8.433.956	4.152.360	(896.546)	1.903.719	1.558.908	3.237.954
Receita Agropecuaria	165.953	9.895	6.183	5.584	4.693	3.421	5.020	6.030	6.170	6.374	5.253	6.340
Receita Industrial	183.046	6.178	1.824	1.032	2.544	7.258	4.882	4.151	2.320	2.416	1.704	11.546
Receita de Serviços	10.683.697	201.585	144.887	180.700	145.348	456.939	861.028	125.653	102.530	336.963	229.397	1.855.691
Transf. Correntes	1.275.535	6.193.185	4.516.079	2.791.486	2.459.860	2.913.824	6.514.256	3.208.167	9.210.475	5.251.878	4.785.066	7.967.775
Outras Rec. Correntes	5.028.248	366.885	162.873	159.080	235.668	138.639	1.453.412	742.853	309.675	542.796	469.808	814.993
RECEITAS DE CAPITAL	423.549.403	21.708.030	6.253.039	8.023.155	9.021.334	6.128.515	6.691.242	18.617.827	73.991.340	(507.459)	6.294.282	13.206.567
Operações de Credito	379.279.810	6.679.927	2.818.810	4.206.432	6.333.683	2.498.444	3.004.715	1.490.169	67.952.148	1.957.920	3.727.008	9.374.074
Alienacao de Bens	1.663.251	88.458	88.164	65.111	74.105	56.171	62.847	95.040	66.478	115.683	(17.943)	159.698
Amortiz. de Empréstimos	10.341.742	509.794	159.943	216.743	126.467	198.712	220.084	193.526	325.807	438.746	258.652	152.148
Transf. de Capital	191.795	17.277	7.055	5.411	9.494	9.582	1.090.132	447.776	622.035	192.187	225.987	1.605.998
Outras Rec. de Capital	32.072.805	14.412.574	3.179.067	3.529.458	2.477.585	3.365.606	2.313.464	16.391.316	5.024.871	(3.211.995)	2.100.578	1.914.650
TOTAL	623.433.470	41.140.636	14.786.963	23.063.146	20.829.295	17.577.818	39.804.794	35.343.455	91.472.110	16.179.137	22.661.164	39.297.462

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1993.



Tabela 14 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

VALORES ACUMULADOS - 1993												CR\$ MIL
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	4.280.333.000	180.097.501.000	292.608.295.000	499.750.456.000	715.151.432.000	1.066.916.962.000	2.123.644.030.000	2.739.968.612	4.231.082.695	5.530.523.086	7.441.204.720	11.982.415.717
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	4.280.333.000	164.083.059.000	253.536.295.000	433.395.720.000	636.772.531.000	938.270.032.000	1.455.595.945.000	1.766.371.537	2.910.628.129	3.734.042.303	5.054.212.489	7.927.373.080
Pessoal e Encargos Sociais	717.502.000	49.435.172.000	78.884.424.000	126.181.543.000	190.040.046.000	295.083.764.000	504.515.285.000	490.879.114	669.353.426	917.022.279	1.393.237.073	1.897.271.167
Juros e Encargos da Dívida	602.327.000	18.405.144.000	29.348.071.000	55.231.911.000	92.420.592.000	118.775.824.000	172.680.827.000	203.493.708	789.647.707	807.710.478	906.530.359	1.080.737.798
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	13.724.756.000	21.267.091.000	44.174.111.000	80.019.535.000	101.625.787.000	128.379.991.000	153.365.463	728.249.921	731.879.248	823.615.175	919.221.212
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	4.680.388.000	8.081.780.000	11.057.800.000	12.401.057.000	17.150.037.000	44.300.836.000	50.128.245	61.397.786	75.831.230	82.915.184	161.516.586
Outras Despesas Correntes	2.960.504.000	97.042.743.000	145.303.000.000	251.982.266.000	341.311.093.000	524.410.444.000	778.399.833.000	1.071.998.715	1.451.626.996	2.009.309.546	2.754.445.057	4.949.364.115
Transf. a Est. Df. e Municípios	nd	6.751.718.000	36.847.000.000	81.211.330.000	121.507.192.000	161.375.140.000	224.045.519.000	317.543.301	411.760.308	602.739.280	782.050.793	1.322.920.253
Benefícios Previdenciários	nd	70.000.000.000	82.497.000.000	127.607.432.000	173.828.700.000	260.684.190.000	345.883.212.000	476.579.381	626.147.684	870.423.270	1.190.471.352	1.993.817.134
Outras Correntes	nd	20.291.025.000	25.959.000.000	43.163.504.000	58.975.201.000	102.351.114.000	204.471.102.000	277.876.033	413.719.004	536.146.996	781.922.912	1.632.626.728
Transferências Intragovernamentais	nd	15.214.442.000	39.072.000.000	66.354.736.000	78.378.901.000	128.646.930.000	668.048.075.000	973.597.075	1.321.254.566	1.796.480.783	2.386.992.231	4.055.042.637
DESPESAS DE CAPITAL	9.545.661.000	88.521.718.000	128.123.910.000	229.060.644.000	396.340.260.000	501.171.949.000	685.618.928.000	801.816.277	4.950.597.697	5.921.182.078	6.562.872.146	8.470.332.378
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	9.545.661.000	88.521.718.000	128.123.910.000	229.060.644.000	396.340.260.000	501.171.949.000	685.618.928.000	714.323.626	4.950.597.697	5.921.182.078	6.562.872.146	8.470.332.378
Investimentos	764.446.000	1.926.283.000	5.344.481.000	7.358.044.000	12.151.544.000	23.420.035.000	46.203.290.000	64.056.771	99.912.983	142.865.199	186.428.802	537.780.928
Inversões Financeiras	721.221.000	6.825.855.000	12.860.959.000	20.002.149.000	39.235.464.000	53.661.815.000	131.708.561.000	108.654.553	154.801.705	230.516.828	306.707.704	551.392.356
Amortização da Dívida	8.040.763.000	79.714.878.000	109.820.413.000	201.520.646.000	344.701.456.000	422.358.493.000	505.885.919.000	599.700.131	4.572.008.322	5.317.152.483	5.765.591.815	6.824.276.267
Amortização da Dívida Interna	nd	74.763.325.000	100.269.022.000	189.878.097.000	330.037.263.000	396.680.552.000	474.068.668.000	498.778.920	4.521.408.322	5.317.152.483	5.765.591.815	6.824.276.267
Amortização da Dívida Externa	nd	4.951.553.000	9.551.391.000	11.642.549.000	14.664.193.000	25.677.941.000	31.817.251.000	40.921.211	50.672.298	65.165.599	85.044.011	209.239.995
Outras Despesas de Capital	19.231.000	54.702.000	98.057.000	179.805.000	259.796.000	1.731.606.000	1.821.158.000	1.912.171	2.137.812	3.085.714	3.766.169	7.822.339
Transferências a Est. Df. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.885.790	2.064.124	2.825.147	1.016.877
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	26.381	73.688	260.567	1.949.292
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	87.492.651	129.664.577	162.396.255	215.333.645
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.011.000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	13.896.005.000	268.619.219.000	420.732.205.000	728.811.100.000	1.111.499.692.000	1.568.088.911.000	2.809.262.948.000	3.541.784.889	9.190.480.392	11.451.705.164	14.004.076.866	20.452.748.095
SUPERÁVIT CORRENTE	nd	12.326.877.000	7.821.514.300	44.734.872.000	82.768.732.000	52.242.496.000	221.567.776.000	432.186.364	124.268.006	355.045.107	494.246.943	408.705.462
SUPERÁVIT DE CAPITAL	nd	126.434.234.000	165.970.573.000	195.226.416.000	221.564.122.000	288.691.496.000	351.992.400.000	1.156.291.713	2.011.041.633	1.002.006.666	1.149.418.184	1.497.307.730
TOTAL	13.896.005.000	407.380.330.000	594.524.292.300	968.772.388.000	1.415.832.546.000	1.909.022.903.000	3.382.823.124.000	5.130.262.966	11.325.790.031	12.806.756.937	15.647.741.993	22.358.761.287

VALORES MENSAIS - 1993												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	4.280.333.000	180.097.501.000	112.510.794.000	207.142.161.000	215.400.976.000	351.765.530.000	1.056.727.058.000	616.324.592	1.491.914.083	1.298.640.391	1.910.661.634	4.541.210.997
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	4.280.333.000	164.083.059.000	88.653.236.000	179.859.425.000	203.376.811.000	301.497.501.000	517.325.913.000	310.775.592	1.144.256.592	823.414.174	1.320.170.186	2.873.160.591
Pessoal e Encargos Sociais	717.502.000	49.435.172.000	29.449.252.000	47.297.119.000	63.859.303.000	105.042.918.000	209.431.521.000	178.474.312	247.668.853	476.214.794	504.034.094	
Juros e Encargos da Dívida	602.327.000	18.405.144.000	10.943.727.000	25.883.040.000	37.188.681.000	26.355.232.000	53.905.003.000	30.812.881	586.153.999	18.062.771	98.819.881	174.207.439
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	13.724.756.000	7.542.335.000	22.907.020.000	35.845.424.000	21.606.252.000	26.754.204.000	24.985.472	574.084.458	3.629.327	91.735.927	95.606.037
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	4.680.388.000	3.401.392.000	2.976.020.000	1.343.257.000	4.740.980.000	27.150.799.000	5.827.409	11.269.541	14.433.444	7.083.954	78.601.402
Outras Despesas Correntes	2.960.504.000	97.042.743.000	48.260.257.000	106.679.266.000	102.328.827.000	170.099.351.000	253.989.389.000	293.598.882	379.628.281	557.682.550	745.135.511	2.194.915.058
Transf. a Est. Df. e Municípios	nd	6.751.718.000	30.095.282.000	44.364.330.000	40.295.862.000	39.867.948.000	62.670.379.000	93.497.782	94.217.007	190.976.972	179.311.513	504.869.460
Benefícios Previdenciários	nd	70.000.000.000	12.497.000.000	45.110.432.000	46.221.288.000	86.855.490.000	89.199.022.000	126.696.169	149.568.303	244.275.586	320.048.082	803.345.782
Outras Correntes	nd	20.291.025.000	5.667.975.000	17.204.504.000	15.811.697.000	43.375.913.000	102.119.980.000	73.404.931	135.842.971	122.427.992	245.775.916	850.703.816
Transferências Intragovernamentais	nd	15.214.442.000	23.857.558.000	27.282.736.000	12.024.165.000	50.268.029.000	539.401.145.000	305.549.000	347.657.491	475.226.217	590.511.448	1.668.050.406
DESPESAS DE CAPITAL	9.545.661.000	88.521.718.000	39.602.192.000	100.936.734.000	167.287.616.000	104.823.689.000	184.446.979.000	116.197.349	4.156.761.420	962.584.381	641.690.068	1.907.460.232
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	9.545.661.000	88.521.718.000	39.602.192.000	100.936.734.000	167.287.616.000	104.823.689.000	184.446.979.000	28.704.698	4.114.609.494	929.852.703	588.752.678	1.782.973.384
Investimentos	764.446.000	1.926.283.000	3.418.198.000	2.013.563.000	4.793.500.000	11.268.491.000	22.783.255.000	17.853.481	33.056.212	42.952.216	43.563.603	151.352.126
Inversões Financeiras	721.221.000	6.825.855.000	6.035.104.000	7.141.190.000	19.233.315.000	14.426.351.000	78.046.746.000	(23.054.008)	46.147.152	75.715.123	76.190.876	244.684.652
Amortização da Dívida	8.040.763.000	79.714.878.000	30.105.535.000	91.700.233.000	143.180.810.000	77.657.037.000	83.527.426.000	33.814.212	4.032.380.489	810.237.462	468.317.744	1.192.880.436
Amortização da Dívida Interna	nd	74.763.325.000	25.505.697.000	89.609.075.000	140.159.166.000	66.643.289.000	77.388.116.000	24.710.252	4.022.629.402	795.744.161	448.439.332	1.058.684.452
Amortização da Dívida Externa	nd	4.951.553.000	4.599.838.000	2.091.158.000	3.021.644.000	11.013.748.000	6.139.310.000	9.103.960	9.751.087	14.493.301	19.878.412	124.195.984
Outras Despesas de Capital	19.231.000	54.702.000	43.355.000	81.748.000	79.991.000	1.471.810.000	89.552.000	91.013	225.641	947.902	680.455	4.030.341
Transferências a Est. Df. e Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	178.334	761.023	(1.008.270)	25.829
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	47.307	186.879	1.688.725	124.486.848
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	42.171.926	32.731.678	52.937.390	124.486.848
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.011.000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	13.896.005.000	268.619.219.000	152.112.986.000	308.078.895.000	382.688.592.000	456.589.219.000	1.241.174.037.000	732.521.941	5.648.695.503	2.261.224.772	2.552.371.702	6.448.771.229
SUPERÁVIT CORRENTE	nd	12.326.877.000	(4.505.362.700)	36.913.357.700	38.033.860.000	(30.526.236.000)	169.325.280.000	210.618.588	(307.918.358)	228.777.101	141.201.836	(85.541.481)
SUPERÁVIT DE CAPITAL	nd	126.434.234.000	39.536.339.000	29.255.843.000	26.337.706.000	67.127.374.000	63.300.904.000	804.299.313	854.749.920	(1.009.034.967)	147.411.518	347.889.546
TOTAL	13.896.005.000	407.380.330.000	187.143.962.300	374.248.095.700	447.060.158.000	493.190.357.000	1.473.800.221.000	1.747.439.842	6.195.527.065	1.480.966.906	2.840.985.056	6.711.019.294

FONTE: SPM/COFOT



Tabela 14A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1993												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	192.033.815	18.187.736	27.077.645	39.842.841	49.878.739	62.416.029	90.956.398	103.422.087	125.449.031	139.636.304	154.876.887	181.468.685
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	192.033.815	16.651.255	23.656.088	34.739.977	44.215.649	54.961.334	68.933.412	75.219.112	92.113.166	101.108.728	111.639.088	128.463.346
Pessoal e Encargos Sociais	32.190.170	4.992.373	7.319.271	10.233.970	13.209.284	16.953.123	22.609.505	22.333.702	24.968.736	27.674.447	31.472.982	34.424.435
Juros e Encargos da Dívida	27.022.933	1.858.704	2.723.410	4.318.459	6.051.143	6.990.471	8.446.352	9.069.569	17.723.674	17.921.005	18.709.243	19.729.343
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.386.039	1.981.988	3.393.640	5.063.739	5.833.809	6.556.393	7.061.746	15.549.465	15.589.114	16.320.848	16.880.684
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	472.664	741.421	924.819	987.404	1.156.663	1.889.959	2.007.823	2.174.209	2.331.890	2.388.396	2.848.659
Outras Despesas Correntes	132.820.712	9.800.179	13.613.407	20.187.548	24.955.222	31.017.740	37.877.554	43.815.841	49.420.755	55.513.277	61.456.863	74.309.567
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	681.844	3.059.788	5.793.753	7.671.206	9.092.141	10.784.759	12.675.831	14.066.872	16.153.262	17.583.543	20.750.692
Benefícios Previdenciários	nd	7.069.179	8.056.615	10.836.558	12.990.086	16.085.706	18.494.817	21.057.355	23.265.614	25.934.255	28.487.123	33.191.245
Outras Correntes	nd	2.049.156	2.497.004	3.557.237	4.293.930	5.839.893	8.597.977	10.082.654	12.088.270	13.425.760	15.386.196	20.367.630
Transferências Intragovernamentais	nd	1.536.480	3.421.557	5.102.864	5.663.090	7.454.695	22.022.987	28.202.975	33.335.866	38.527.575	43.237.800	53.005.339
DESPESAS DE CAPITAL	428.258.666	8.939.655	12.068.777	18.289.032	26.083.247	29.819.273	34.800.866	37.151.057	98.522.682	109.038.640	114.157.091	125.326.534
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	428.258.666	8.939.655	12.068.777	18.289.032	26.083.247	29.819.273	34.800.866	35.381.443	96.130.434	106.288.807	110.985.002	121.425.492
Investimentos	34.296.276	194.532	464.617	588.703	812.041	1.213.661	1.828.998	2.190.100	2.719.488	3.188.729	3.536.215	5.593.614
Inversões Financeiras	32.357.020	689.331	1.166.188	1.606.266	2.502.379	3.016.549	5.124.457	5.774.822	87.993.687	96.845.298	100.580.842	107.507.390
Amortização da Dívida	360.742.586	8.050.268	10.429.022	16.080.075	22.751.113	25.518.891	27.774.822	28.458.743	87.993.687	96.845.298	100.580.842	107.507.390
Amortização da Dívida Interna	nd	7.550.219	9.565.522	15.087.707	21.617.962	23.993.198	26.083.317	26.583.103	85.974.079	94.667.355	98.244.339	104.443.637
Amortização da Dívida Externa	nd	500.049	863.500	992.368	1.133.151	1.525.693	1.691.505	1.875.640	2.019.607	2.177.943	2.336.503	3.063.753
Outras Despesas de Capital	862.784	5.524	8.950	13.988	17.715	70.171	72.590	74.431	77.762	88.118	93.545	117.297
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2.633	2.633	2.904	26.505
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	698	2.740	16.210	16.361
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	622.635	980.220	1.402.476	2.131.429
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.140.989	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	623.433.470	27.127.391	39.146.422	58.131.872	75.961.987	92.235.302	125.757.265	140.573.143	223.971.713	248.674.943	269.033.978	306.795.219
SUPERAVIT CORRENTE	1.244.870	888.884	3.163.680	4.935.743	8.435.743	3.847.756	8.420.939	12.680.879	8.134.705	10.634.029	11.760.328	11.259.426
SUPERAVIT DE CAPITAL	12.768.375	15.892.293	17.695.193	18.922.311	21.314.801	23.024.449	39.292.085	51.911.799	40.888.383	42.064.213	44.101.337	
TOTAL	623.433.470	41.140.636	55.927.599	78.990.745	99.820.041	117.397.859	157.202.652	192.546.107	284.018.218	300.197.355	322.858.519	362.155.981

VALORES MENSAIS - 1993												
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	192.033.815	18.187.736	8.889.910	12.765.195	10.035.899	12.537.290	28.540.369	12.465.688	22.026.944	14.187.273	15.240.584	26.591.798
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	192.033.815	16.651.255	7.004.832	11.080.889	9.475.673	10.445.685	13.972.078	6.285.700	16.894.053	8.995.563	10.530.359	16.824.258
Pessoal e Encargos Sociais	32.190.170	4.992.373	2.326.898	2.914.699	2.975.314	3.743.839	5.656.383	(275.803)	2.635.034	2.705.711	3.798.535	2.951.453
Juros e Encargos da Dívida	27.022.933	1.858.704	864.706	1.595.050	1.732.684	939.328	1.455.881	623.217	8.654.105	197.331	788.238	1.020.100
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.386.039	595.949	1.411.652	1.670.099	770.069	722.585	505.352	8.487.719	39.649	731.733	559.837
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	472.664	268.757	183.398	62.585	169.259	733.296	117.864	166.386	157.681	56.505	460.263
Outras Despesas Correntes	132.820.712	9.800.179	3.813.228	6.574.140	4.767.675	6.062.518	6.859.814	5.938.287	5.604.915	6.092.521	5.943.586	12.852.705
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	681.844	2.377.944	2.733.965	1.877.453	1.420.935	1.692.618	1.891.072	1.391.040	2.086.390	1.430.281	3.167.149
Benefícios Previdenciários	nd	7.069.179	987.436	2.779.943	2.153.528	3.095.620	2.409.111	2.562.538	2.208.259	2.668.640	2.552.869	4.704.122
Outras Correntes	nd	2.049.156	447.848	1.060.232	736.694	1.545.963	2.758.084	1.484.677	2.005.615	1.337.491	1.960.436	4.981.434
Transferências Intragovernamentais	nd	1.536.480	1.885.077	1.681.306	560.226	1.791.605	14.568.292	6.179.988	5.132.891	5.191.710	4.710.224	9.767.540
DESPESAS DE CAPITAL	428.258.666	8.939.655	3.129.121	6.220.255	7.794.215	3.736.025	4.981.594	2.350.190	61.371.626	10.515.957	5.118.451	11.169.443
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	428.258.666	8.939.655	3.129.121	6.220.255	7.794.215	3.736.025	4.981.594	580.577	60.748.990	10.158.373	4.696.195	10.440.399
Investimentos	34.296.276	194.532	223.397	124.086	223.397	401.621	615.336	361.102	529.389	469.241	347.486	2.057.399
Inversões Financeiras	32.357.020	689.331	476.857	440.078	896.113	514.170	2.107.908	(466.287)	681.327	827.166	607.738	1.432.791
Amortização da Dívida	360.742.586	8.050.268	2.378.754	5.651.053	6.671.038	2.767.778	2.255.931	683.921	59.534.943	8.851.611	3.735.544	6.926.548
Amortização da Dívida Interna	nd	7.550.219	2.015.303	5.522.185	6.530.255	2.375.236	2.090.119	499.786	59.390.976	8.693.276	3.576.984	6.199.299
Amortização da Dívida Externa	nd	500.049	363.451	128.868	140.784	392.541	165.812	184.135	143.967	158.335	158.560	727.250
Outras Despesas de Capital	862.784	5.524	3.426	5.038	3.727	52.457	2.419	1.841	3.331	10.356	5.428	23.752
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2.633	8.314	(8.042)	23.600
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	698	2.042	13.470	151
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	622.635	357.584	422.256	728.953
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.140.989	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	623.433.470	27.127.391	12.019.031	18.985.450	17.830.114	16.273.315	33.521.963	14.815.878	83.398.570	24.703.230	20.359.035	37.761.241
SUPERAVIT CORRENTE	1.244.870	(355.986)	2.274.796	1.772.062	(1.087.987)	4.573.183	4.259.940	(4.546.174)	2.499.324	1.126.299	(500.902)	
SUPERAVIT DE CAPITAL	12.768.375	3.123.918	1.802.900	1.227.119	2.392.490	1.709.648	16.267.637	12.619.714	(11.023.417)	1.175.830	2.037.124	
TOTAL	623.433.470	41.140.636	14.786.963	23.063.146	20.829.295	17.577.818	39.804.794	35.343.455	91.472.110	16.179.137	22.661.164	39.297.462

FONTE: STM/COONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IOP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IOP-DI de 1993.

Tabela 15 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1993

TÍTULOS	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	10,02	4,90	7,03	5,53	6,91	15,73	6,87	12,14	7,82	8,40	14,65	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	12,96	5,45	8,63	7,38	8,36	10,88	4,89	13,15	7,00	8,20	13,10	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	14,50	6,76	8,47	8,64	10,88	16,43	-0,80	7,65	7,86	11,03	8,57	100,00
Juros e Encargos da Dívida	9,42	4,38	8,08	8,78	4,76	7,38	3,16	43,86	1,00	4,00	5,17	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	8,21	3,53	8,36	9,89	4,56	4,28	2,99	50,28	0,23	4,33	3,32	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	16,59	9,43	6,44	2,20	5,94	25,74	4,14	5,84	5,54	1,98	16,16	100,00
Outras Despesas Correntes	13,19	5,13	8,85	6,42	8,16	9,23	7,99	7,54	8,20	8,00	17,30	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	3,29	11,46	13,18	9,05	6,85	8,16	9,11	6,70	10,05	6,89	15,26	100,00
Benefícios Previdenciários	21,30	2,97	8,38	6,49	9,33	7,26	7,72	6,65	8,04	7,69	14,17	100,00
Outras Correntes	10,06	2,20	5,21	3,62	7,59	13,54	7,29	9,85	6,57	9,63	24,46	100,00
Transferências Intragovernamentais	2,90	3,56	3,17	1,06	3,38	27,48	11,66	9,68	9,79	8,89	18,43	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	7,13	2,50	4,96	6,22	2,98	3,97	1,88	48,97	8,39	4,08	8,91	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	7,36	2,58	5,12	6,42	3,08	4,10	0,48	50,03	8,37	3,87	8,60	100,00
Investimentos	3,48	4,83	2,22	3,99	7,18	11,00	6,46	9,46	8,39	6,21	36,78	100,00
Inversões Financeiras	8,40	5,81	5,36	10,92	6,26	25,68	-5,68	8,30	10,08	7,40	17,46	100,00
Amortização da Dívida	7,49	2,21	5,26	6,21	2,57	2,10	0,64	55,38	8,23	3,47	6,44	100,00
Amortização da Dívida Interna	7,23	1,93	5,29	6,25	2,27	2,00	0,48	56,86	8,32	3,42	5,94	100,00
Amortização da Dívida Externa	16,32	11,86	4,21	4,60	12,81	5,41	6,01	4,70	5,17	5,18	23,74	100,00
Outras Despesas de Capital	4,71	2,92	4,29	3,18	44,72	2,06	1,57	2,84	8,83	4,63	20,25	100,00
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	9,93	31,37	-30,34	89,04	100,00
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,27	12,48	82,33	0,92	100,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	29,21	16,78	19,81	34,20	100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	8,84	3,92	6,19	5,81	5,30	10,93	4,83	27,18	8,05	6,64	12,31	100,00

FONTE: TABELA 14A

Tabela 16 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1993

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	192.033.815	746.729.104	181.468.685	94,50%	24,30%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	746.729.104	128.463.346		17,20%
Pessoal e Encargos Sociais	32.190.170	116.299.821	34.424.435	106,94%	29,60%
Juros e Encargos da Dívida	nd	60.572.130	19.729.343		32,57%
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	46.995.992	16.880.684		35,92%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	13.576.138	2.848.659		20,98%
Outras Despesas Correntes	132.820.712	569.857.153	74.309.567	55,95%	13,04%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	20.750.692		
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd		
Outras Correntes	nd	nd	20.367.630		
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	53.005.339		
DESPESAS DE CAPITAL	428.258.666	466.775.588	125.326.534	29,26%	26,85%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	466.775.588	121.425.492		26,01%
Investimentos	34.296.276	36.858.472	5.593.614	16,31%	15,18%
Inversões Financeiras	32.357.020	62.788.064	8.207.191	25,36%	13,07%
Amortização da Dívida	nd	366.289.598	107.507.390		29,35%
Amortização da Dívida Interna	nd	340.665.218	104.443.637		30,66%
Amortização da Dívida Externa	nd	25.624.381	3.063.753		11,96%
Outras Despesas de Capital	862.784	839.454	117.297	13,60%	13,97%
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd		
Outras de Capital	nd	nd	nd		
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd		
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.140.989	509.613	nd		
TOTAL	623.433.470	1.214.014.305	306.795.219	49,21%	25,27%

FONTE: TABELA 14A

Tabela 17 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA NAS  
DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1993

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	30,80	61,51	59,15
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	61,51	41,87
Pessoal e Encargos Sociais	5,16	9,58	11,22
Juros e Encargos da Dívida	nd	4,99	6,43
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	3,87	5,50
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1,12	0,93
Outras Despesas Correntes	21,30	46,94	24,22
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	nd	6,76
Benefícios Previdenciários	nd	nd	nd
Outras Correntes	nd	nd	6,64
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	17,28
DESPESAS DE CAPITAL	68,69	38,45	40,85
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	38,45	39,58
Investimentos	5,50	3,04	1,82
Inversões Financeiras	5,19	5,17	2,68
Amortização da Dívida	nd	30,17	35,04
Amortização da Dívida Interna	nd	28,06	34,04
Amortização da Dívida Externa	nd	2,11	1,00
Outras Despesas de Capital	0,14	0,07	0,04
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd
Outras de Capital	nd	nd	nd
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,50	0,04	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 14A

Tabela 18 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1993

TÍTULOS	JAN E FEV	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	67,05	73,97	67,24	56,29	77,04	85,14	84,14	26,41	57,43	74,86	70,42
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	61,38	58,28	58,38	53,14	66,03	41,68	42,43	20,26	36,41	51,72	44,55
Pessoal e Encargos Sociais	18,40	19,36	15,35	16,69	23,01	16,87	-1,86	3,16	10,95	18,66	7,82
Juros e Encargos da Dívida	6,85	7,19	8,40	9,72	5,77	4,34	4,21	10,38	0,80	3,87	2,70
Juros e Encargos da Dívida Interna	5,11	4,96	7,44	9,37	4,73	2,16	3,41	10,18	0,16	3,59	1,48
Juros e Encargos da Dívida Externa	1,74	2,24	0,97	0,35	1,04	2,19	0,80	0,20	0,64	0,28	1,22
Outras Despesas Correntes	36,13	31,73	34,63	26,74	37,25	20,46	40,08	6,72	24,66	29,19	34,04
Transf. a Est. Df. E Municípios	2,51	19,78	14,40	10,53	8,73	5,05	12,76	1,67	8,45	7,03	8,39
Benefícios Previdenciários	26,06	8,22	14,64	12,08	19,02	7,19	17,30	2,65	10,80	12,54	12,46
Outras Correntes	7,55	3,73	5,58	4,13	9,50	8,23	10,02	2,40	5,41	9,63	13,19
Transferências Intragovernamentais	5,66	15,68	8,86	3,14	11,01	43,46	41,71	6,15	21,02	23,14	25,87
DESPESAS DE CAPITAL	32,95	26,03	32,76	43,71	22,96	14,86	15,86	73,59	42,57	25,14	29,58
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	32,95	26,03	32,76	43,71	22,96	14,86	3,92	72,84	41,12	23,07	27,65
Investimentos	0,72	2,25	0,65	1,25	2,47	1,84	2,44	0,63	1,90	1,71	5,45
Inversões Financeiras	2,54	3,97	2,32	5,03	3,16	6,29	-3,15	0,82	3,35	2,99	3,79
Amortização da Dívida	29,68	19,79	29,77	37,41	17,01	6,73	4,62	71,39	35,83	18,35	18,34
Amortização da Dívida Interna	27,83	16,77	29,09	36,62	14,60	6,24	3,37	71,21	35,19	17,57	16,42
Amortização da Dívida Externa	1,84	3,02	0,68	0,79	2,41	0,49	1,24	0,17	0,64	0,78	1,93
Outras Despesas de Capital	0,02	0,03	0,03	0,02	0,32	0,01	0,01	0,00	0,04	0,03	0,06
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,00	0,03	-0,04	0,06
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,00	0,01	0,07	0,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,75	1,45	2,07	1,93
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 14



Tabela 19 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

JAN/MAIO CR\$ Mil

JUN/DEZ R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1994													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	72.610.000	4.377.029.928	10.800.165.533	19.270.055.943	35.261.339.425	55.912.694.422	31.717.135	42.925.656	54.879.506	67.469.086	79.564.159	92.369.510	107.044.458
Receita Tributaria	28.497.000	1.229.906.926	2.756.490.944	4.966.645.870	8.546.375.807	13.618.772.960	7.625.698	10.528.885	13.713.924	16.861.888	20.103.925	23.420.915	27.822.369
Rec. de Contribuições	34.030.000	1.163.712.169	2.819.697.727	5.261.469.540	8.833.054.471	13.708.629.933	7.643.538	10.970.625	13.789.017	17.559.851	21.477.964	25.805.667	31.237.259
Receita Patrimonial	4.461.000	355.705.412	1.461.502.273	2.617.887.493	6.067.045.872	10.149.521.554	6.020.597	6.989.447	7.373.219	7.900.380	8.293.094	8.925.689	5.271.904
Receita Agropecuaria	33.000	769.207	2.430.510	4.528.731	8.252.620	13.697.087	9.376	12.258	14.969	19.073	25.050	29.168	33.945
Receita Industrial	274.000	123.112	1.418.375	2.888.980	5.032.667	7.574.035	10.346	13.046	16.226	23.595	26.527	28.809	38.153
Receita de Serviços	3.634.000	38.327.243	96.366.691	196.105.202	367.634.471	583.751.556	392.089	649.399	894.507	1.211.202	1.933.761	2.281.297	3.810.193
Transf. Correntes	456.000	1.351.810.908	3.273.247.031	5.571.680.549	10.379.593.094	16.101.129.106	9.083.955	12.300.654	17.253.927	21.759.694	25.236.954	29.125.300	35.164.394
Outras Rec. Correntes	1.225.000	236.674.951	389.011.982	648.849.578	1.054.350.423	1.729.618.191	931.536	1.461.342	1.823.717	2.133.403	2.466.884	2.752.665	3.666.241
RECEITAS DE CAPITAL	142.217.000	6.493.620.316	10.067.480.495	15.613.819.927	53.265.233.338	45.532.370.763	19.617.850	24.653.611	25.299.497	26.351.099	27.476.642	28.134.205	40.049.669
Operações de Crédito <sup>(1)</sup>	93.177.000	2.919.949.757	4.235.037.516	7.374.956.964	11.411.392.482	350.495.646	283.661	127.873	nd	nd	nd	nd	10.376.865
Alienação de Bens	860.000	7.682.724	23.591.825	36.157.396	57.722.116	100.512.811	77.979	169.409	230.266	313.365	439.575	558.017	872.712
Amortiz. de Empréstimos	34.357.000	91.493.915	157.584.302	264.070.960	30.772.616.880	31.067.646.580	11.521.426	11.897.170	12.163.607	12.778.720	13.305.465	13.369.481	13.595.081
Transf. de Capital	34.000	46.603.519	119.943.119	269.339.283	670.522.333	1.470.646.812	684.779	918.971	1.155.157	1.306.648	1.502.028	1.581.788	2.161.825
Outras Rec. de Capital	13.789.000	3.427.890.401	5.531.323.733	7.669.295.324	10.352.979.527	12.543.068.914	7.050.005	11.540.188	11.750.467	11.952.366	12.229.574	12.624.919	13.093.186
TOTAL	214.827.000	10.870.650.244	20.867.646.028	34.883.875.870	88.526.572.763	101.445.065.185	51.334.985	67.579.267	80.179.003	93.820.185	107.040.801	120.503.715	147.094.127

VALORES MENSAIS - 1994													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	72.610.000	4.377.029.928	6.423.135.605	8.469.890.410	15.991.283.482	20.651.354.997	11.385.246	11.208.521	11.953.850	12.589.580	12.095.073	12.805.351	14.674.948
Receita Tributaria	28.497.000	1.229.906.926	1.526.584.018	2.210.154.926	3.579.729.937	5.072.397.153	2.673.417	2.903.187	3.185.039	3.147.964	3.242.037	3.316.990	4.401.454
Rec. de Contribuições	34.030.000	1.163.712.169	1.655.985.558	2.441.771.813	3.571.584.931	4.875.575.462	2.658.582	3.327.087	2.818.392	3.770.834	3.918.113	4.327.703	5.431.592
Receita Patrimonial	4.461.000	355.705.412	1.105.796.861	1.156.385.220	3.449.158.379	4.082.475.682	2.329.862	968.850	383.772	527.161	392.714	632.595	(3.653.785)
Receita Agropecuaria	33.000	769.207	1.661.303	2.098.221	3.723.889	5.444.467	4.395	2.882	2.711	4.104	5.977	4.118	4.777
Receita Industrial	274.000	123.112	1.295.263	1.470.605	2.143.687	2.541.368	7.592	2.700	3.180	7.369	2.932	2.282	9.344
Receita de Serviços	3.634.000	38.327.243	58.039.448	99.738.511	171.529.269	216.117.085	179.816	257.310	245.108	316.695	722.559	347.536	1.528.896
Transf. Correntes	456.000	1.351.810.908	1.921.436.123	2.298.433.518	4.807.912.545	5.721.536.012	3.228.999	3.216.699	4.953.273	4.505.767	3.477.260	3.888.346	6.039.094
Outras Rec. Correntes	1.225.000	236.674.951	152.337.031	259.837.596	405.500.845	675.267.768	302.584	529.806	362.375	309.686	333.481	285.781	913.576
RECEITAS DE CAPITAL	142.217.000	6.493.620.316	3.573.860.179	5.546.339.432	37.651.413.411	(7.732.862.575)	3.060.624	5.035.761	645.886	1.051.602	1.125.543	657.563	11.915.464
Operações de Crédito	93.177.000	2.919.949.757	1.315.087.759	3.139.919.448	4.036.435.518	(11.060.896.836)	156.208	(155.788)	nd	nd	nd	nd	10.376.865
Alienação de Bens	860.000	7.682.724	15.909.101	12.565.571	21.564.720	42.790.695	41.429	91.430	60.857	83.099	126.210	118.442	264.695
Amortiz. de Empréstimos	34.357.000	91.493.915	66.090.387	106.486.658	30.508.545.920	295.029.700	224.100	375.744	266.437	615.113	526.745	64.016	225.600
Transf. de Capital	34.000	46.603.519	73.339.600	149.396.164	401.183.050	800.124.479	149.998	234.192	236.186	151.491	195.380	79.760	580.037
Outras Rec. de Capital	13.789.000	3.427.890.401	2.103.433.332	2.137.971.591	2.683.684.203	2.190.089.387	2.488.889	4.490.183	210.279	201.899	277.208	395.345	468.267
TOTAL	214.827.000	10.870.650.244	9.996.995.784	14.016.229.842	53.642.696.893	12.918.492.422	14.445.870	16.244.282	12.599.736	13.641.182	13.220.616	13.462.914	26.590.412

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1 - De janeiro a abril, o item Operações de Crédito inclui o refinanciamento da dívida mobiliária, passando a excluir a partir de maio.

Tabela 19A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1994													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	102.436.036	18.025.520	36.599.764	53.511.857	75.925.822	96.461.829	117.702.916	134.470.907	151.775.897	169.723.199	186.536.074	203.906.451	223.700.710
Receita Tributaria	40.202.723	5.065.013	9.479.546	13.892.631	18.910.110	23.954.176	28.941.884	33.285.062	37.895.884	42.383.521	46.890.146	51.389.622	57.326.510
Rec. de Contribuições	48.008.516	4.792.409	9.581.142	14.456.703	19.462.767	24.311.110	29.271.140	34.248.475	38.328.520	43.704.100	49.150.511	55.021.013	62.347.399
Receita Patrimonial	6.293.447	1.464.869	4.662.581	6.971.572	11.806.038	15.865.711	20.212.459	21.661.862	22.217.430	22.968.934	23.514.829	24.372.941	19.444.544
Receita Agropecuaria	46.555	3.168	7.972	12.161	17.381	22.795	30.995	35.307	39.231	45.082	53.390	58.976	65.420
Receita Industrial	386.551	507	4.253	7.189	10.194	12.721	26.885	30.924	35.527	46.032	50.108	53.204	65.807
Receita de Serviços	5.126.740	157.840	325.676	524.827	765.249	980.159	1.315.635	1.700.572	2.055.403	2.506.873	3.511.273	3.982.704	6.044.950
Transf. Correntes	643.311	5.567.039	11.123.394	15.712.747	22.451.693	28.141.271	34.165.510	38.977.704	46.148.310	52.571.587	57.405.117	62.679.703	70.825.517
Outras Rec. Correntes	1.728.194	974.677	1.415.201	1.934.026	2.502.391	3.173.887	3.738.408	4.531.000	5.055.592	5.497.071	5.960.629	6.348.289	7.580.564
RECEITAS DE CAPITAL	200.635.529	26.742.080	37.076.868	48.151.417	100.925.008	93.235.337	98.945.445	106.478.963	107.413.980	108.913.110	110.477.682	111.369.662	127.441.799
Operações de Credito	131.451.350	12.024.961	15.827.895	22.097.469	27.755.084	16.755.968	17.047.400	16.814.341	nd	nd	nd	nd	13.996.803
Alienação de Bens	1.213.263	31.639	77.645	102.735	132.961	175.512	252.805	389.584	477.684	596.147	771.587	932.253	1.289.286
Amortiz. de Empréstimos	48.469.837	376.791	567.909	780.535	43.542.422	43.835.804	44.253.900	44.816.015	45.201.722	46.078.608	46.810.815	46.897.652	47.201.952
Transf. de Capital	47.966	191.923	404.004	702.308	1.264.621	2.060.277	2.340.124	2.690.476	3.032.390	3.248.351	3.519.941	3.628.135	4.410.516
Outras Rec. de Capital	19.453.113	14.116.766	20.199.416	24.468.370	28.229.919	30.407.776	35.051.216	41.768.547	42.072.957	42.360.778	42.746.114	43.282.397	43.914.017
TOTAL	303.071.566	44.767.599	73.676.632	101.663.274	176.850.830	189.697.166	216.648.361	240.949.869	259.189.877	278.636.309	297.013.756	315.276.113	351.142.510

VALORES MENSAIS - 1994													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	102.436.036	18.025.520	18.574.244	16.912.093	22.413.965	20.536.007	21.241.087	16.767.990	17.304.991	17.947.302	16.812.875	17.370.377	19.794.259
Receita Tributaria	40.202.723	5.065.013	4.414.533	4.413.085	5.017.480	5.044.065	4.987.708	4.343.179	4.610.822	4.487.637	4.506.625	4.499.476	5.936.888
Rec. de Contribuições	48.008.516	4.792.409	4.788.733	4.875.562	5.006.063	4.848.343	4.960.030	4.977.335	4.080.045	5.375.580	5.446.411	5.870.502	7.326.386
Receita Patrimonial	6.293.447	1.464.869	3.197.712	2.308.990	4.834.466	4.059.673	4.346.748	1.449.403	555.568	751.504	545.896	858.111	(4.928.397)
Receita Agropecuaria	46.555	3.168	4.804	4.190	5.220	5.414	8.200	4.311	3.925	5.851	8.308	5.586	6.443
Receita Industrial	386.551	507	3.746	2.936	3.005	2.527	14.164	4.039	4.604	10.505	4.076	3.096	12.604
Receita de Serviços	5.126.740	157.840	167.837	199.151	240.422	214.910	335.476	384.937	354.831	451.470	1.004.400	471.430	2.062.247
Transf. Correntes	643.311	5.567.039	5.556.355	4.589.354	6.738.945	5.689.578	6.024.239	4.812.194	7.170.606	6.423.277	4.833.599	5.274.517	8.145.814
Outras Rec. Correntes	1.728.194	974.677	440.524	518.826	568.365	671.496	564.521	792.592	524.592	441.478	463.559	387.660	1.232.274
RECEITAS DE CAPITAL	200.635.529	26.742.080	10.334.789	11.074.548	52.773.591	(7.689.671)	5.710.108	7.533.518	935.017	1.499.130	1.564.572	891.980	16.072.137
Operações de Credito	131.451.350	12.024.961	3.802.934	6.269.575	5.657.615	(10.999.116)	291.432	(233.059)	nd	nd	nd	nd	13.996.803
Alienação de Bens	1.213.263	31.639	46.005	25.090	30.226	42.552	77.293	136.780	88.100	118.463	175.439	160.666	357.033
Amortiz. de Empréstimos	48.469.837	376.791	191.118	212.625	42.761.888	293.382	418.096	562.114	385.708	876.885	732.207	86.837	304.300
Transf. de Capital	47.966	191.923	212.081	298.304	562.313	795.655	279.847	350.352	341.915	215.961	271.590	108.194	782.381
Outras Rec. de Capital	19.453.113	14.116.766	6.082.650	4.268.954	3.761.549	2.177.857	4.643.440	6.717.331	304.410	287.821	385.336	536.283	631.621
TOTAL	303.071.566	44.767.599	28.909.033	27.986.642	75.187.555	12.846.336	26.951.195	24.301.508	18.240.008	19.446.432	18.377.447	18.262.357	35.866.396

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1994.



Tabela 20 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

JAN/MAIO CRS M11

JUN/DEZ RS M1

VALORES ACUMULADOS - 1994													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL (R\$ Mil)	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	72.829.000	3.607.675.138	8.638.070.683	15.019.499.124	26.983.726.508	38.330.024.341	22.659.507	31.582.388	44.574.944	55.228.609	65.410.968	76.603.553	102.637.520
Aplicação Direta a Transf. Intergov.	nd	2.347.446.275	5.570.843.705	9.824.930.371	17.187.536.274	23.330.522.370	14.162.510	20.096.783	29.475.902	36.382.250	43.398.963	51.006.098	70.182.597
Pessoal e Encargos Sociais	17.135.000	1.094.517.804	2.406.504.870	3.514.341.680	5.875.882.950	8.927.440.770	5.464.542	7.161.620	8.764.545	10.440.257	11.930.973	13.483.326	18.266.322
Juros e Encargos da Dívida	11.182.000	337.834.568	633.013.738	1.451.274.966	2.919.437.028	625.912.156	72.406	90.330	3.713.007	4.217.218	5.585.734	6.294.279	9.832.613
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	230.374.879	502.608.880	1.256.305.539	2.542.091.430	160.427.912	8.533	12.503	3.135.286	3.506.105	3.971.519	4.630.001	7.606.986
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	107.459.689	130.404.858	194.969.427	377.345.598	465.484.244	63.873	77.827	577.721	711.113	1.614.215	1.664.278	2.225.627
Outras Despesas Correntes	44.512.000	915.093.903	2.531.325.097	4.859.213.725	8.392.216.296	13.777.169.444	8.625.562	12.844.833	16.998.350	21.724.775	25.882.256	31.228.493	42.083.662
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	380.244.037	940.139.663	1.696.465.850	2.548.698.614	4.240.676.068	2.360.459	3.431.811	4.583.180	5.792.023	6.914.981	8.442.069	12.001.032
Benefícios Previdenciários	nd	452.267.590	1.270.106.332	2.332.036.616	4.165.906.929	6.739.436.220	3.897.763	5.680.162	7.504.009	9.427.117	11.422.405	13.648.681	17.007.953
Outras Correntes	nd	82.582.276	321.079.102	830.711.259	1.677.610.753	2.797.057.156	2.367.340	3.732.860	4.911.161	6.505.635	7.544.870	9.137.743	13.074.677
Transferências Intragovernamentais	nd	1.260.228.863	3.067.226.978	5.194.668.753	9.796.190.234	14.999.501.971	8.496.997	11.485.605	15.099.042	18.846.359	22.012.005	25.597.455	32.454.923
DESPESAS DE CAPITAL	140.884.000	2.525.459.001	5.166.509.823	14.769.219.374	45.584.413.895	8.222.410.172	2.501.846	3.564.181	21.859.825	22.024.658	22.942.181	23.879.308	39.152.104
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	2.444.489.294	4.953.106.637	14.257.177.319	44.750.434.450	6.520.683.526	1.655.259	2.482.354	20.422.710	20.247.387	20.888.604	21.602.943	35.861.215
Investimentos	6.052.000	18.536.084	49.815.423	140.881.084	257.369.954	537.186.151	371.972	543.185	772.997	995.371	1.233.980	1.475.096	3.823.946
Inversões Financeiras	44.822.000	135.582.213	344.965.712	569.108.559	4.409.639.891	5.088.010.224	1.001.470	1.570.574	3.240.230	3.616.934	4.209.667	4.521.289	5.732.650
Amortização da Dívida	89.884.000	2.290.370.997	4.556.627.939	13.545.489.586	40.081.724.978	893.439.783	269.634	355.919	16.394.482	15.610.040	15.416.777	15.577.764	26.251.885
Amortização da Dívida Interna	nd	2.252.922.649	4.462.246.097	13.397.605.043	39.764.385.029	376.309.675	122.162	169.160	15.799.660	14.766.644	14.445.639	14.524.561	24.501.861
Amortização da Dívida Externa	nd	37.448.348	94.381.842	147.884.543	317.339.949	517.130.108	147.472	186.758	594.822	843.396	971.138	1.053.203	1.750.024
Outras Despesas de Capital	126.000	nd	1.697.563	1.699.090	1.699.627	2.047.368	12.183	12.677	15.001	25.042	28.180	28.794	52.734
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	1.690.984	1.690.984	1.690.984	1.724.375	11.989	12.116	14.208	22.498	25.556	25.960	44.160
Outras de Capital	nd	nd	6.579	7.106	8.643	322.993	194	561	793	2.544	2.624	2.834	8.574
Transferências Intragovernamentais	nd	80.969.707	213.403.186	512.042.055	833.979.445	1.701.726.646	846.587	1.081.827	1.437.115	1.777.271	2.053.577	2.276.365	3.290.889
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.114.000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	214.827.000	6.133.134.139	13.804.580.506	29.788.718.498	72.568.140.403	46.552.434.513	25.161.353	35.146.569	66.434.769	77.253.267	88.353.149	100.482.861	141.789.624
SUPERÁVIT CORRENTE	nd	769.354.790	2.162.094.850	4.250.556.819	8.277.612.917	17.582.670.081	9.057.628	11.343.268	10.304.562	12.240.477	14.153.191	15.765.957	4.406.938
SUPERÁVIT DE CAPITAL	nd	3.968.161.315	4.900.970.672	844.600.553	7.690.819.443	37.309.960.591	17.116.004	21.089.430	3.439.672	4.326.441	4.534.461	4.254.897	897.565
TOTAL	214.827.000	10.870.650.244	20.867.646.028	34.883.875.870	88.526.572.763	101.445.065.185	51.334.985	67.579.267	80.179.003	93.820.185	107.040.801	120.503.715	147.094.127

VALORES MENSAIS - 1994													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	72.829.000	3.607.675.138	5.030.395.545	6.381.428.441	11.964.227.384	11.346.297.833	8.721.316	9.922.881	12.992.556	10.653.665	10.182.359	11.192.585	26.033.967
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	2.347.446.275	3.223.397.430	4.253.986.666	7.362.705.903	6.142.986.096	5.679.684	5.934.273	9.379.119	6.906.348	7.016.713	7.607.135	19.176.499
Pessoal e Encargos Sociais	17.135.000	1.094.517.804	1.311.987.066	1.107.836.810	2.361.541.270	3.051.557.820	2.218.200	1.697.078	1.602.925	1.675.712	1.490.716	1.552.353	4.782.996
Juros e Encargos da Dívida	11.182.000	337.834.568	295.179.170	818.261.228	1.468.162.062	(2.293.524.872)	(155.199)	17.924	3.622.677	504.211	1.368.516	708.545	3.538.334
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	230.374.879	272.234.001	753.696.659	1.285.785.891	(2.381.663.518)	(49.804)	3.970	3.122.783	370.819	465.414	658.482	2.976.985
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	107.459.689	22.945.169	64.564.569	182.376.171	88.138.646	(105.394)	13.954	499.894	133.392	903.102	50.063	561.349
Outras Despesas Correntes	44.512.000	915.093.903	1.616.231.194	2.327.888.628	3.533.002.571	5.384.953.148	3.615.682	4.219.271	4.153.517	4.726.425	4.157.481	5.346.237	10.855.169
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	380.244.037	559.895.626	756.326.187	852.232.764	1.691.977.454	818.395	1.071.352	1.151.369	1.208.843	1.122.958	1.527.088	3.558.963
Benefícios Previdenciários	nd	452.267.590	817.838.742	1.061.930.284	1.833.870.313	2.573.529.291	1.447.059	1.782.399	1.823.847	1.923.108	1.995.288	2.226.276	3.359.272
Outras Correntes	nd	82.582.276	238.496.826	509.632.157	846.899.494	1.119.446.403	1.350.228	1.365.520	1.178.301	1.594.474	1.039.235	1.592.873	3.936.934
Transferências Intragovernamentais	nd	1.260.228.863	1.806.998.115	2.127.441.775	4.601.521.481	5.203.311.737	3.042.633	2.988.609	3.613.437	3.747.317	3.165.646	3.585.450	6.857.468
DESPESAS DE CAPITAL	140.884.000	2.525.459.001	2.641.050.822	9.602.709.551	30.815.194.521	(37.362.003.723)	(488.121)	1.062.335	18.295.644	164.833	917.523	937.127	15.272.796
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	2.444.489.294	2.508.617.343	9.304.070.682	30.493.257.131	(38.229.750.924)	(715.899)	827.095	17.940.356	(175.323)	641.217	714.339	14.258.272
Investimentos	6.052.000	18.536.084	31.279.339	91.065.661	116.488.870	279.816.197	176.632	171.213	229.812	222.374	238.609	241.116	2.348.850
Inversões Financeiras	44.822.000	135.582.213	209.383.499	224.142.847	3.840.531.332	678.370.333	(849.716)	569.104	1.669.656	376.704	592.733	311.622	1.211.361
Amortização da Dívida	89.884.000	2.290.370.997	2.266.256.942	8.988.861.647	26.536.235.392	(39.188.285.195)	(55.253)	86.284	16.038.564	(784.442)	(193.263)	160.987	10.674.121
Amortização da Dívida Interna	nd	2.252.922.649	2.209.323.448	8.935.358.946	26.366.779.986	(39.388.075.354)	(14.678)	46.998	15.630.500	(1.033.016)	(321.005)	78.922	9.977.300
Amortização da Dívida Externa	nd	37.448.348	56.933.494	53.502.701	169.455.406	199.790.159	(40.575)	39.286	408.064	248.574	127.742	82.065	696.821
Outras Despesas de Capital	126.000	nd	nd	527	1.537	347.741	11.439	494	2.324	10.041	3.138	614	23.940
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	527	0	33.391	11.362	127	2.092	8.290	3.058	404	18.200
Outras de Capital	nd	nd	nd	527	1.537	314.350	77	367	232	1.751	80	210	5.740
Transferências Intragovernamentais	nd	80.969.707	132.433.479	298.638.869	321.937.390	867.747.201	227.777	235.240	355.288	340.156	276.306	222.788	1.014.524
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.114.000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	214.827.000	6.133.134.139	7.671.446.367	15.984.137.992	42.779.421.905	(26.015.705.890)	8.233.195	9.985.216	31.288.200	10.818.498	11.099.882	12.129.712	41.306.763
SUPERÁVIT CORRENTE	nd	769.354.790	1.392.740.060	2.088.461.969	4.027.056.098	9.305.057.164	2.663.930	2.285.640	(1.038.706)	1.935.915	1.912.714	1.612.766	(11.359.019)
SUPERÁVIT DE CAPITAL	nd	3.968.161.315	932.809.357	(4.056.370.119)	6.836.218.890	29.629.141.148	3.548.746	3.973.426	(17.649.758)	886.769	208.020	(279.564)	(3.357.332)
TOTAL	214.827.000	10.870.650.244	9.996.995.784	14.016.229.842	53.642.696.893	12.918.492.422	14.445.870	16.244.282	12.599.736	13.641.182	13.220.616	13.462.914	26.590.412

FONTE: STN/CCONT

OBS: De janeiro a abril, o item Amortização da Dívida Interna inclui o refinanciamento da dívida mobiliária, passando a excluir a partir de maio.

Tabela 20A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1994													
TÍTULOS	OTACÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	102.744.995	14.857.157	29.403.914	42.145.911	58.915.407	70.199.330	86.469.409	99.818.073	118.626.747	133.814.270	147.968.359	163.151.029	198.266.866
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	9.667.272	18.988.603	27.482.670	37.902.507	43.911.181	54.505.718	63.383.414	76.961.095	86.806.564	96.560.214	106.879.244	132.745.407
Pessoal e Encargos Sociais	24.173.550	4.507.452	8.301.420	10.513.472	13.823.494	16.858.007	20.996.431	23.535.267	25.855.741	28.244.582	30.316.767	32.422.524	38.874.053
Juros e Encargos da Dívida	15.775.234	1.391.273	2.244.864	3.878.712	5.936.541	6.355.826	3.366.278	3.393.092	8.637.461	9.356.248	11.258.567	12.219.703	16.992.375
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	948.732	1.735.970	3.240.900	5.043.104	2.674.743	2.581.825	2.587.764	7.108.461	7.637.089	8.284.042	9.177.268	13.192.766
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	442.541	508.894	637.812	893.437	981.083	784.453	805.328	1.529.000	1.719.159	2.974.525	3.042.435	3.799.609
Outras Despesas Correntes	62.796.211	3.768.547	8.442.319	13.090.487	18.042.472	23.397.347	30.143.009	36.455.055	42.467.894	49.205.734	54.984.881	62.237.017	76.878.979
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	1.565.924	3.185.015	4.695.195	5.889.715	7.572.242	9.099.095	10.701.842	12.368.621	14.091.909	15.652.888	17.724.373	22.524.869
Benefícios Previdenciários	nd	1.862.532	4.227.535	6.347.924	8.918.344	11.477.499	14.177.230	16.843.706	19.483.998	22.275.519	24.999.089	28.019.018	32.550.162
Outras Correntes	nd	340.091	1.029.769	2.047.368	3.234.413	4.347.607	6.866.684	8.909.507	10.615.275	12.888.306	14.332.905	16.493.627	21.803.948
Transferências Intragovernamentais	nd	5.189.885	10.415.311	14.663.240	21.112.900	26.287.149	31.963.691	36.434.660	41.665.652	47.007.707	51.408.144	56.271.784	65.521.459
DESPESAS DE CAPITAL	198.754.972	10.400.366	18.037.683	37.211.711	80.403.409	43.250.090	42.339.418	43.928.675	70.414.364	70.649.345	71.924.757	73.195.963	93.796.628
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	10.066.916	17.321.265	35.898.992	78.639.451	40.623.232	39.287.603	40.524.940	66.496.296	66.246.361	67.137.691	68.106.688	87.338.914
Investimentos	8.537.982	76.335	166.788	348.622	511.897	790.150	1.119.686	1.375.821	1.708.509	2.025.518	2.357.199	2.684.271	5.852.510
Inversões Financeiras	63.233.549	558.356	1.163.845	1.611.398	6.994.427	7.669.008	6.085.587	6.936.968	9.354.046	9.891.063	10.714.997	11.137.711	12.771.651
Amortização da Dívida	126.805.684	9.432.224	15.985.723	33.934.062	71.128.215	32.158.816	32.055.732	32.184.813	55.403.040	54.284.765	54.016.117	54.234.495	68.632.251
Amortização da Dívida Interna	nd	9.278.004	15.666.864	33.508.373	70.465.011	31.296.937	31.269.553	31.339.862	53.967.356	52.494.721	52.048.505	52.155.562	65.613.413
Amortização da Dívida Externa	nd	154.220	318.859	425.689	663.204	861.878	786.178	844.950	1.435.684	1.790.043	1.967.612	2.078.933	3.018.838
Outras Despesas de Capital	177.757	nd	nd	1	3	349	21.689	22.428	25.793	40.107	44.469	45.302	77.593
Transferências a Est. DF. E Município	nd	nd	nd	0	0	33	21.231	21.421	24.449	36.267	40.518	41.066	65.615
Outras de Capital	nd	nd	nd	1	3	316	459	1.008	1.344	3.840	3.951	4.236	11.978
Transferências Intragovernamentais	nd	333.450	716.418	1.312.719	1.763.958	2.626.859	3.051.815	3.403.735	3.918.068	4.402.984	4.787.065	5.089.276	6.457.713
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.571.598	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	303.071.566	25.257.522	47.441.597	79.357.622	139.318.816	113.448.420	128.808.827	143.746.748	189.041.111	204.463.615	219.893.115	236.346.992	292.063.494
SUPERAVIT CORRENTE	nd	3.168.363	7.195.850	11.365.947	17.010.415	26.263.499	31.233.507	34.652.833	33.149.150	35.908.929	38.567.716	40.753.423	53.433.844
SUPERAVIT DE CAPITAL	nd	16.341.714	19.039.186	10.939.706	20.521.599	49.985.247	56.606.027	62.550.288	36.999.615	38.263.765	38.552.925	38.173.698	33.645.171
TOTAL	303.071.566	44.767.599	73.676.632	100.807.345	176.850.830	189.697.166	216.648.361	240.949.869	259.189.877	278.636.309	297.013.756	315.276.113	351.142.510

VALORES MENSAIS - 1994													
TÍTULOS	OTACÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	102.744.995	14.857.157	14.546.757	12.741.997	16.769.496	11.282.923	16.271.079	13.348.664	18.808.674	15.187.523	14.154.088	15.182.670	35.115.837
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	9.667.272	9.321.331	8.494.067	10.319.836	6.108.675	10.594.537	8.877.695	13.577.682	9.845.468	9.753.651	10.319.030	25.866.162
Pessoal e Encargos Sociais	24.173.550	4.507.452	3.793.968	2.212.052	3.310.022	3.034.513	4.138.424	2.538.835	2.320.474	2.388.841	2.072.184	2.105.757	6.451.530
Juros e Encargos da Dívida	15.775.234	1.391.273	853.591	1.633.848	2.057.829	(2.280.714)	(289.549)	26.814	5.244.368	718.787	1.902.319	961.137	4.772.671
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	948.732	787.239	1.504.930	1.802.204	(2.368.361)	(92.919)	5.939	4.520.697	528.628	646.953	893.227	4.015.497
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	442.541	66.352	128.918	255.625	87.646	(196.630)	20.875	723.672	190.159	1.255.366	67.910	757.174
Outras Despesas Correntes	62.796.211	3.768.547	4.673.772	4.648.168	4.951.985	5.354.876	6.745.662	6.312.046	6.012.839	6.737.840	5.779.147	7.252.136	14.641.962
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	1.565.924	1.619.091	1.510.180	1.194.520	1.682.527	1.526.853	1.602.747	1.666.779	1.723.288	1.560.979	2.071.485	4.800.496
Benefícios Previdenciários	nd	1.862.532	2.365.003	2.120.389	2.570.419	2.559.155	2.699.731	2.666.476	2.640.292	2.741.521	2.773.570	3.019.929	4.531.144
Outras Correntes	nd	340.091	689.678	1.017.598	1.187.045	1.113.194	2.519.077	2.042.823	1.705.767	2.273.031	1.444.599	2.160.722	5.310.321
Transferências Intragovernamentais	nd	5.189.885	5.225.427	4.247.929	6.449.660	5.174.249	5.676.542	4.470.969	5.230.992	5.342.055	4.400.437	4.863.640	9.249.675
DESPESAS DE CAPITAL	198.754.972	10.400.366	7.637.317	19.174.029	43.191.698	(37.153.319)	(910.672)	1.589.257	26.485.689	234.981	1.275.412	1.271.207	20.600.664
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	10.066.916	7.254.349	18.577.727	42.740.459	(38.016.219)	(1.335.629)	1.237.337	25.971.356	(249.935)	891.330	968.996	19.232.227
Investimentos	8.537.982	76.335	90.453	181.834	163.275	278.253	329.536	256.135	332.687	317.009	331.681	327.072	3.168.299
Inversões Financeiras	63.233.549	558.356	605.489	447.553	5.383.028	674.581	(1.583.421)	851.382	2.417.078	537.017	823.934	422.713	1.633.941
Amortização da Dívida	126.805.684	9.432.224	6.553.498	17.948.339	37.194.153	(38.969.399)	(103.084)	129.081	23.218.227	(1.118.275)	(268.647)	218.378	14.397.756
Amortização da Dívida Interna	nd	9.278.004	6.388.860	17.841.509	36.956.638	(39.168.074)	(27.384)	70.309	22.627.493	(1.472.635)	(446.216)	107.057	13.457.851
Amortização da Dívida Externa	nd	154.220	164.639	106.831	237.515	198.674	(75.700)	58.772	590.734	354.359	177.569	111.321	939.905
Outras Despesas de Capital	177.757	nd	nd	1	2	346	21.340	739	3.364	14.314	4.362	833	32.291
Transferências a Est. DF. E Município	nd	nd	nd	0	0	33	21.198	190	3.028	11.818	4.251	548	24.549
Outras de Capital	nd	nd	nd	1	2	313	143	549	336	111	285	742	7.742
Transferências Intragovernamentais	nd	333.450	382.967	596.302	451.239	862.900	424.957	351.920	514.333	484.915	384.082	302.211	1.368.438
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.571.598	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	303.071.566	25.257.522	22.184.074	31.916.025	59.961.194	(25.870.395)	15.360.407	14.937.921	45.234.363	15.422.504	15.429.500	16.453.877	55.716.502
SUPERAVIT CORRENTE	nd	3.168.363	4.027.487	4.170.097	5.644.468	9.253.084	4.970.008	3.419.326	(1.503.683)	2.759.778	2.658.787	2.187.707	(15.321.578)
SUPERAVIT DE CAPITAL	nd	16.341.714	2.697.472	(8.099.480)	9.581.893	29.463.648	6.620.780	5.944.261	(25.550.672)	1.264.149	289.160	(379.227)	(4.528.527)
TOTAL	303.071.566	44.767.599	28.909.033	27.986.642	75.187.555	12.846.336	26.951.195	24.301.508	18.240.008	19.446.432	18.377.447	18.262.357	35.866.396

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1994.

Tabela 21 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1994

8

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	7,49	7,34	6,43	8,46	5,69	8,21	6,73	9,49	7,66	7,14	7,66	17,71	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	7,28	7,02	6,40	7,77	4,60	7,98	6,69	10,23	7,42	7,35	7,77	19,49	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	11,60	9,76	5,69	8,51	7,81	10,65	6,53	5,97	6,15	5,33	5,42	16,60	100,00
Juros e Encargos da Dívida	8,19	5,02	9,62	12,11	-13,42	-1,70	0,16	30,86	4,23	11,20	5,66	28,09	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	7,19	5,97	11,41	13,66	-17,95	-0,70	0,05	34,27	4,01	4,90	6,77	30,44	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	11,65	1,75	3,39	6,73	2,31	-5,18	0,55	19,05	5,00	33,04	1,79	19,93	100,00
Outras Despesas Correntes	4,90	6,08	6,05	6,44	6,97	8,77	8,21	7,82	8,76	7,52	9,43	19,05	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	6,95	7,19	6,70	5,30	7,47	6,78	7,12	7,40	7,65	6,93	9,20	21,31	100,00
Benefícios Previdenciários	5,72	7,27	6,51	7,90	7,86	8,29	8,19	8,11	8,42	8,52	9,28	13,92	100,00
Outras Correntes	1,56	3,16	4,67	5,44	5,11	11,55	9,37	7,82	10,42	6,63	9,91	24,35	100,00
Transferências Intragovernamentais	7,92	7,98	6,48	9,84	7,90	8,66	6,82	7,98	8,15	6,72	7,42	14,12	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	11,09	8,14	20,44	46,05	-39,61	-0,97	1,69	28,24	0,25	1,36	1,36	21,96	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	11,53	8,31	21,27	48,94	-43,53	-1,53	1,42	29,74	-0,29	1,02	1,11	22,02	100,00
Investimentos	1,30	1,55	3,11	2,79	4,75	5,63	4,38	5,68	5,42	5,67	5,59	54,13	100,00
Inversões Financeiras	4,37	4,74	3,50	42,15	5,28	-12,40	6,67	18,93	4,20	6,45	3,31	12,79	100,00
Amortização da Dívida	13,74	9,55	26,15	54,19	-56,78	-0,15	0,19	33,83	-1,63	-0,39	0,32	20,98	100,00
Amortização da Dívida Interna	14,14	9,74	27,19	56,32	-59,70	-0,04	0,11	34,49	-2,24	-0,68	0,16	20,51	100,00
Amortização da Dívida Externa	5,11	5,45	3,54	7,87	6,58	-2,51	1,95	19,57	11,74	5,88	3,69	31,13	100,00
Outras Despesas de Capital	nd	nd	0,00	0,00	0,45	27,50	0,95	4,34	18,45	5,62	1,07	41,62	100,00
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	0,00	0,00	0,05	32,31	0,29	4,62	18,01	6,48	0,84	37,41	100,00
Outras de Capital	nd	nd	0,01	0,02	2,61	1,19	4,58	2,80	20,84	0,93	2,38	64,64	100,00
Transferências Intragovernamentais	5,16	5,93	9,23	6,99	13,36	6,58	5,45	7,96	7,51	5,95	4,68	21,19	100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	8,65	7,60	10,93	20,53	-8,86	5,26	5,11	15,51	5,28	5,28	5,63	19,08	100,00

FONTE: TABELA 20A

Tabela 22 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1994

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	102.744.995	144.827.066	198.266.866	192,97%	136,90%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	122.435.786	132.745.407		108,42%
Pessoal e Encargos Sociais	24.173.550	15.212.161	38.874.053	160,81%	255,55%
Juros e Encargos da Dívida	15.775.234	21.808.820	16.992.375	107,72%	77,92%
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	17.021.519	13.192.766		77,51%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	4.787.301	3.799.609		79,37%
Outras Despesas Correntes	62.796.211	71.292.698	76.878.979	122,43%	107,84%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	24.189.983	22.524.869		93,12%
Benefícios Previdenciários	nd	17.676.079	32.550.162		184,15%
Outras Correntes	nd	29.426.650	21.803.948		74,10%
Transferências Intragovernamentais	nd	73.180.424	65.521.459		89,53%
DESPESAS DE CAPITAL	198.754.972	153.791.177	93.796.628	47,19%	60,99%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	148.219.853	87.338.914		58,93%
Investimentos	8.537.982	9.882.919	5.852.510	68,55%	59,22%
Inversões Financeiras	63.233.549	63.959.945	12.771.651	20,20%	19,97%
Amortização da Dívida	126.805.684	74.272.723	68.632.251	54,12%	92,41%
Amortização da Dívida Interna	nd	70.357.693	65.613.413		93,26%
Amortização da Dívida Externa	nd	3.915.030	3.018.838		77,11%
Outras Despesas de Capital	177.757	104.266	77.593	43,65%	74,42%
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	74.400	65.615		88,19%
Outras de Capital	nd	29.866	11.978		40,11%
Transferências Intragovernamentais	nd	5.571.324	6.457.713		115,91%
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.571.598	308.784	nd		
TOTAL	303.071.566	348.303.990	292.063.494	96,37%	83,85%

FONTE: TABELA 20A



Tabela 23 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA NAS  
DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1994

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	33,90	41,58	67,88
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	35,15	45,45
Pessoal e Encargos Sociais	7,98	4,37	13,31
Juros e Encargos da Dívida	5,21	6,26	5,82
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	4,89	4,52
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1,37	1,30
Outras Despesas Correntes	20,72	20,47	26,32
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	6,95	7,71
Benefícios Previdenciários	nd	5,07	11,14
Outras Correntes	nd	8,45	7,47
Transferências Intragovernamentais	nd	21,01	22,43
DESPESAS DE CAPITAL	65,58	44,15	32,12
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	nd	42,55	29,90
Investimentos	2,82	2,84	2,00
Inversões Financeiras	20,86	18,36	4,37
Amortização da Dívida	41,84	21,32	23,50
Amortização da Dívida Interna	nd	20,20	22,47
Amortização da Dívida Externa	nd	1,12	1,03
Outras Despesas de Capital	0,06	0,03	0,03
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	0,02	0,02
Outras de Capital	nd	0,01	0,00
Transferências Intragovernamentais	nd	1,60	2,21
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,52	0,09	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 20A

Tabela 24 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1994

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	58,82	65,57	39,92	27,97	-43,61	105,93	89,36	41,53	98,48	91,73	92,27	63,03
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	38,27	42,02	26,61	17,21	-23,61	68,97	59,43	29,98	63,84	63,21	62,71	46,42
Pessoal e Encargos Sociais	17,85	17,10	6,93	5,52	-11,73	26,94	17,00	5,12	15,49	13,43	12,80	11,58
Juros e Encargos da Dívida	5,51	3,85	5,12	3,43	8,82	-1,89	0,18	11,58	4,66	12,33	5,84	8,57
Juros e Encargos da Dívida Interna	3,76	3,55	4,72	3,01	9,15	-0,60	0,04	9,98	3,43	4,19	5,43	7,21
Juros e Encargos da Dívida Externa	1,75	0,30	0,40	0,43	-0,34	-1,28	0,14	1,60	1,23	8,14	0,41	1,36
Outras Despesas Correntes	14,92	21,07	14,56	8,26	-20,70	43,92	42,26	13,28	43,69	37,46	44,08	26,28
Transf. a Est. Df. E Municípios	6,20	7,30	4,73	1,99	-6,50	9,94	10,73	3,68	11,17	10,12	12,59	8,62
Benefícios Previdenciários	7,37	10,66	-6,64	4,29	-9,89	17,58	17,85	5,83	17,78	17,98	18,35	8,13
Outras Correntes	1,35	3,11	3,19	1,98	-4,30	16,40	13,68	3,77	14,74	9,36	13,13	9,53
Transferências Intragovernamentais	20,55	23,55	13,31	10,76	-20,00	36,96	29,93	11,55	34,64	28,52	29,56	16,60
DESPESAS DE CAPITAL	41,18	34,43	60,08	72,03	143,61	-5,93	10,64	58,47	1,52	8,27	7,73	36,97
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	39,86	32,70	58,21	71,28	146,95	-8,70	8,28	57,34	-1,62	5,78	5,89	34,52
Investimentos	0,30	0,41	0,57	0,27	-1,08	2,15	1,71	0,73	2,06	2,15	1,99	5,69
Inversões Financeiras	2,21	2,73	1,40	8,98	-2,61	-10,31	5,70	5,34	3,48	5,34	2,57	2,93
Amortização da Dívida	37,34	29,54	56,24	62,03	150,63	-0,67	0,86	51,26	-7,25	-1,74	1,33	25,84
Amortização da Dívida Interna	36,73	28,80	55,90	61,63	151,40	-0,18	0,47	49,96	-9,55	-2,89	0,65	24,15
Amortização da Dívida Externa	0,61	0,74	0,33	0,40	-0,77	-0,49	0,39	1,30	2,30	1,15	0,68	1,69
Outras Despesas de Capital	nd	nd	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,01	0,09	0,03	0,01	0,06
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,01	0,08	0,03	0,00	0,04
Outras de Capital	nd	nd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01
Transferências Intragovernamentais	1,32	1,73	1,87	0,75	-3,34	2,77	2,36	1,14	3,14	2,49	1,84	2,46
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: TABELA 20

Tabela 25 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1995														RS MIL
TITULOS	PREVISAO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
RECEITAS CORRENTES	119.711.437	12.737.838	25.729.630	41.202.119	55.399.587	71.716.601	87.634.268	103.642.756	118.762.087	134.512.295	149.860.697	166.994.216	194.586.920	
Receita Tributaria	42.663.241	3.772.513	7.000.007	11.080.817	14.550.111	19.607.790	24.004.225	27.907.663	31.805.344	35.609.835	39.347.360	43.427.077	47.791.151	
Rec. de Contribuições	62.916.474	4.138.272	8.766.118	12.806.500	17.037.796	21.518.857	26.212.346	30.760.566	35.377.814	40.411.658	45.192.305	50.389.744	57.167.739	
Receita Patrimonial	2.790.535	185.230	506.397	413.613	1.040.940	2.057.601	2.638.150	3.239.401	3.917.109	4.480.718	4.932.706	5.303.433	5.848.369	
Receita Agropecuaria	40.580	3.330	7.980	12.063	15.119	18.877	24.250	29.942	34.583	39.355	42.336	47.209	49.764	
Receita Industrial	309.467	3.138	8.826	15.126	16.884	28.791	32.027	34.532	41.408	43.390	47.280	52.036	77.229	
Receita de Serviços	7.166.597	214.000	405.601	959.983	1.491.393	2.000.558	2.397.873	2.739.224	3.186.145	3.566.019	4.246.989	5.828.829	7.124.397	
Transf. Correntes	845.263	3.810.326	8.177.562	14.229.964	18.979.544	23.853.999	29.301.256	34.172.961	39.329.372	44.339.323	49.651.606	55.128.551	67.592.607	
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	49.580.722	55.045.054	67.493.343	
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	70.884	83.497	99.264	
Outras Rec. Correntes	2.979.280	611.029	857.139	1.684.053	2.267.800	2.630.128	3.024.141	4.758.467	5.070.312	6.021.997	6.400.115	6.817.337	8.935.664	
RECEITAS DE CAPITAL	200.466.323	4.061.984	3.339.230	4.544.025	8.421.578	10.950.218	15.719.601	16.069.431	20.966.344	92.342.139	102.056.145	112.403.948	121.630.178	
Operações de Credito	187.108.059	3.772.428	2.420.790	2.896.726	5.753.711	7.213.665	9.947.402	8.335.524	11.804.026	81.736.816	90.243.454	99.610.225	106.886.866	
Alienacao de Bens	4.413.859	39.736	82.875	107.178	173.345	216.860	237.536	266.603	285.721	306.618	578.301	619.147	660.001	
Amortiz. de Empréstimos	8.114.155	122.612	345.690	773.390	942.515	1.197.289	1.395.097	1.778.108	2.380.627	2.584.554	2.950.591	3.289.159	3.905.328	
Transf. de Capital	2.680	23.154	41.607	60.188	428.652	771.716	1.226.959	2.187.111	2.533.439	3.147.136	3.227.363	3.423.132	4.148.719	
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.197.165	3.391.028	4.113.839	
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	30.198	32.104	34.880	
Outras Rec. de Capital	827.570	104.054	448.268	706.543	1.123.355	1.550.688	2.912.607	3.502.085	3.962.531	4.567.015	5.056.436	5.462.285	6.029.264	
TOTAL	320.177.760	16.799.822	29.068.860	45.746.144	63.821.165	82.666.819	103.353.869	119.712.187	139.728.431	226.854.434	251.916.842	279.398.164	316.217.098	

VALORES MENSAIS - 1995													
TÍTULOS	PREVISAO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	119.711.437	12.737.838	12.991.792	15.472.489	14.197.468	16.317.014	15.917.667	16.008.488	15.119.331	15.750.208	15.348.402	17.133.519	27.592.704
Receita Tributaria	42.663.241	3.772.513	3.227.494	4.080.810	3.469.294	5.057.679	4.396.435	3.903.438	3.897.681	3.804.491	3.737.525	4.079.717	4.364.074
Rec. de Contribuições	62.916.474	4.138.272	4.627.846	4.040.382	4.231.296	4.481.061	4.693.489	4.548.220	4.617.248	5.033.844	4.780.647	5.197.439	6.777.995
Receita Patrimonial	2.790.535	185.230	321.167	(92.784)	627.327	1.016.661	580.549	601.251	677.708	563.609	451.988	370.727	544.936
Receita Agropecuaria	40.580	3.330	4.650	4.083	3.056	3.758	5.373	5.692	4.641	4.772	2.981	4.873	2.555
Receita Industrial	309.467	3.138	5.688	6.300	1.758	11.907	3.236	2.505	6.876	1.982	3.890	4.756	25.193
Receita de Serviços	7.166.597	214.000	191.601	554.382	531.410	509.165	397.315	341.351	446.921	379.874	680.970	1.581.840	1.295.568
Transf. Correntes	845.263	3.810.326	4.367.236	6.052.402	4.749.580	4.874.455	5.447.257	4.871.705	5.156.411	5.009.951	5.312.283	5.476.945	12.464.056
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	49.580.722	5.464.332	12.448.289
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	70.884	12.613	15.767
Outras Rec. Correntes	2.979.280	611.029	246.110	826.914	583.747	362.328	394.013	1.734.326	311.845	951.685	378.118	417.222	2.118.327
RECEITAS DE CAPITAL	200.466.323	4.061.984	(722.754)	1.204.795	3.877.553	2.528.640	4.769.383	349.830	4.896.913	71.375.795	9.714.006	10.347.803	9.226.230
Operações de Credito	187.108.059	3.772.428	(1.351.638)	475.936	2.856.985	1.459.954	2.733.737	(1.611.878)	3.468.502	69.932.790	8.506.638	9.366.771	7.276.641
Alienacao de Bens	4.413.859	39.736	43.139	24.303	66.167	43.515	20.676	29.067	19.118	20.897	271.683	40.846	40.854
Amortiz. de Empréstimos	8.114.155	122.612	223.078	427.700	169.125	254.774	197.808	383.011	602.519	203.927	366.037	338.568	616.169
Transf. de Capital	2.680	23.154	18.453	18.581	368.464	343.064	455.243	960.152	346.328	613.697	80.227	195.769	725.587
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.197.165	193.863	722.811
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	30.198	1.906	2.776
Outras Rec. de Capital	827.570	104.054	344.214	258.275	416.812	427.333	1.361.919	589.478	460.446	604.484	489.421	405.849	566.979
TOTAL	320.177.760	16.799.822	12.269.038	16.677.284	18.075.021	18.845.654	20.687.050	16.358.318	20.016.244	87.126.003	25.062.408	27.481.322	36.818.934

FONTE: STN/CCONT

OBS: De janeiro a agosto, o item Operações de Crédito exclui o refinanciamento da dívida mobiliária, voltando a incluir a partir de setembro.



Tabela 25A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1995													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	147.770.021	16.950.803	34.042.532	54.035.167	71.967.501	92.495.110	112.008.371	131.203.362	149.101.537	167.950.305	186.276.707	206.466.645	238.892.614
Receita Tributaria	52.662.872	5.020.250	9.266.273	14.539.254	18.921.200	25.284.010	30.673.543	35.353.963	39.968.015	44.520.969	48.983.674	53.791.164	58.919.669
Rec. de Contribuições	77.663.162	5.506.981	11.595.278	16.816.021	22.160.425	27.797.821	33.551.509	39.005.055	44.470.927	50.495.085	56.203.306	62.327.907	70.293.167
Receita Patrimonial	3.444.595	246.494	669.014	549.124	1.341.479	2.620.489	3.332.177	4.053.107	4.855.374	5.529.862	6.069.548	6.506.409	7.146.798
Receita Agropecuaria	50.091	4.431	10.549	15.825	19.685	24.412	30.999	37.824	43.318	49.029	52.588	58.330	61.333
Receita Industrial	382.001	4.176	11.659	19.799	22.020	36.999	40.966	43.970	52.110	54.482	59.126	64.731	94.337
Receita de Serviços	8.846.341	284.779	536.845	1.253.185	1.924.391	2.564.946	3.052.009	3.461.306	3.990.368	4.444.976	5.258.072	7.122.094	8.644.599
Transf. Correntes	1.043.380	5.070.569	10.816.013	18.636.569	24.635.600	30.767.905	37.445.627	43.287.049	49.391.178	55.386.743	61.729.751	68.183.719	82.831.036
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	59.200.709	65.639.814	80.268.603
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	84.637	99.500	118.029
Outras Rec. Correntes	3.677.579	813.123	1.136.900	2.205.390	2.942.701	3.398.527	3.881.542	5.961.087	6.330.248	7.469.159	7.920.642	8.412.292	10.901.674
RECEITAS DE CAPITAL	247.452.654	5.405.461	4.454.621	6.011.386	10.908.990	14.090.144	19.936.869	20.356.333	26.153.270	111.570.920	123.169.704	135.363.433	146.205.772
Operações de Crédito	230.963.411	5.020.136	3.241.950	3.856.926	7.465.486	9.302.180	12.653.433	10.720.709	14.826.701	98.517.463	108.674.616	119.712.309	128.263.560
Alienação de Bens	5.448.402	52.878	109.631	141.034	224.607	279.351	304.698	339.551	362.182	387.191	711.587	759.720	807.730
Amortiz. de Empréstimos	10.015.993	163.165	456.642	1.009.291	1.222.907	1.543.425	1.785.915	2.245.165	2.958.423	3.202.469	3.639.527	4.038.492	4.762.592
Transf. de Capital	3.308	30.812	55.088	79.098	544.492	976.083	1.534.160	2.685.431	3.095.412	3.829.842	3.925.636	4.156.327	5.009.012
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.817.501	4.045.946	4.895.368
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	36.057	38.303	41.565
Outras Rec. de Capital	1.021.540	138.469	591.310	925.038	1.451.499	1.989.105	3.658.663	4.365.477	4.910.551	5.633.956	6.218.337	6.696.585	7.362.879
TOTAL	395.222.675	22.356.264	38.497.153	60.046.553	82.876.491	106.585.254	131.945.240	151.559.694	175.254.807	279.521.225	309.446.411	341.830.079	385.098.386

VALORES MENSAIS - 1995													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	147.770.021	16.950.803	17.091.729	19.992.635	17.932.333	20.527.609	19.513.262	19.194.990	17.898.175	18.848.768	18.326.403	20.189.938	32.425.969
Receita Tributaria	52.662.872	5.020.250	4.246.023	5.272.981	4.381.946	6.362.810	5.389.533	4.680.420	4.614.052	4.552.954	4.462.705	4.807.491	5.128.505
Rec. de Contribuições	77.663.162	5.506.981	6.088.297	5.220.743	5.344.404	5.637.396	5.753.687	5.453.547	5.465.871	6.024.159	5.708.221	6.124.601	7.965.260
Receita Patrimonial	3.444.595	246.494	422.521	(119.890)	792.355	1.279.010	711.687	720.930	802.267	674.489	539.686	436.860	640.389
Receita Agropecuaria	50.091	4.431	6.117	5.276	3.860	4.728	6.587	6.825	5.494	5.711	3.559	5.742	3.003
Receita Industrial	382.001	4.176	7.483	8.140	2.220	14.980	3.967	3.004	8.140	2.372	4.645	5.604	29.606
Receita de Serviços	8.846.341	284.779	252.066	716.340	671.206	640.555	487.063	409.297	529.062	454.607	813.096	1.864.022	1.522.506
Transf. Correntes	1.043.380	5.070.569	5.745.444	7.820.556	5.999.031	6.132.305	6.677.722	5.841.422	6.104.129	5.995.565	6.343.008	6.453.968	14.647.317
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	59.200.709	6.439.105	14.628.788
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	84.637	14.863	18.529
Outras Rec. Correntes	3.677.579	813.123	323.777	1.068.489	737.311	455.827	483.015	2.079.545	369.160	1.138.911	451.483	491.650	2.489.383
RECEITAS DE CAPITAL	247.452.654	5.405.461	(950.840)	1.556.765	4.897.604	3.181.154	5.846.725	419.464	5.796.937	85.417.651	11.598.783	12.193.730	10.842.339
Operações de Crédito	230.963.411	5.020.136	(1.778.187)	614.976	3.608.559	1.836.694	3.351.253	(1.932.724)	4.105.992	83.690.761	10.157.154	11.037.693	8.551.251
Alienação de Bens	5.448.402	52.878	56.753	31.403	83.573	54.744	25.346	34.853	22.632	25.008	324.397	48.132	48.010
Amortiz. de Empréstimos	10.015.993	163.165	293.477	552.649	215.616	320.518	242.490	459.250	713.258	244.046	437.058	398.965	724.100
Transf. de Capital	3.308	30.812	24.276	24.009	465.394	431.591	558.076	1.151.271	409.981	734.430	95.793	230.692	852.684
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	3.817.501	228.446	849.422
Outras Transferências	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	36.057	2.246	3.262
Outras Rec. de Capital	1.021.540	138.469	452.841	333.728	526.461	537.606	1.669.559	706.814	545.073	723.405	584.382	478.248	666.294
TOTAL	395.222.675	22.356.264	16.140.889	21.549.400	22.829.937	23.708.763	25.359.986	19.614.454	23.695.112	104.266.418	29.925.186	32.383.668	43.268.307

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1995.

Tabela 26 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

VALORES ACUMULADOS - 1995														R\$ Mil
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	134.992.245	10.002.718	23.636.903	37.294.796	51.795.926	65.794.521	82.905.856	96.507.392	111.121.744	126.360.722	142.275.719	161.470.085	193.598.335	
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	134.992.245	6.685.412	16.105.157	25.528.046	35.283.038	45.007.287	57.153.656	66.757.690	76.982.654	87.352.361	98.828.625	111.728.263	132.968.175	
Pessoal e Encargos Sociais	31.207.182	3.524.515	6.371.713	8.833.501	11.385.502	14.307.283	17.930.676	20.778.974	23.352.341	26.310.206	28.815.286	33.489.313	37.889.174	
Juros e Encargos da Dívida	26.127.993	338.946	1.779.583	2.943.143	5.648.143	6.620.972	8.367.901	9.114.743	10.482.328	11.816.127	14.063.506	14.987.406	16.766.165	
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	337.666	1.712.971	2.730.341	4.195.815	5.120.500	6.038.062	6.895.586	8.167.059	9.362.263	10.211.086	11.087.989	12.024.446	
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1.280	66.612	212.802	1.452.328	1.500.472	2.329.839	2.219.157	2.315.269	2.453.864	3.852.420	3.899.417	4.741.719	
Outras Despesas Correntes	77.657.070	2.821.951	7.953.861	13.751.402	18.249.393	24.079.032	30.855.079	36.863.973	43.147.985	49.226.028	55.949.833	63.251.544	78.312.836	
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	782.389	1.970.130	3.814.130	5.286.645	7.031.939	9.071.223	10.860.698	12.496.986	14.307.253	15.919.688	17.801.094	21.639.388	
Benefícios Previdenciários	nd	1.954.500	4.176.923	6.211.879	8.183.375	10.225.903	12.947.737	15.821.333	18.633.704	21.422.551	24.397.510	27.214.137	32.561.676	
Outras Correntes	nd	85.062	1.806.808	3.725.393	4.779.373	6.821.190	8.836.119	10.181.942	12.017.295	13.496.224	15.632.635	18.236.313	24.111.772	
Transferências Intragovernamentais	nd	3.317.306	7.531.746	11.766.750	16.512.888	20.787.234	25.752.200	29.749.702	34.139.090	39.008.361	43.447.093	49.741.822	60.630.160	
DESPESAS DE CAPITAL	183.441.605	97.693	576.015	1.574.867	3.781.812	5.129.343	6.628.899	8.646.887	12.746.117	82.921.343	93.537.739	101.922.931	114.348.793	
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	183.441.605	10.083	390.886	1.304.430	2.955.758	3.831.259	4.964.340	6.014.556	9.568.479	79.199.658	89.498.461	97.597.847	108.301.750	
Investimentos	11.892.044	2.585	18.151	97.403	216.820	390.411	616.419	890.002	1.123.577	1.409.925	1.811.664	2.182.075	4.748.097	
Inversões Financeiras	12.538.124	5.181	14.427	552.232	1.641.628	2.222.869	2.920.894	3.399.250	3.983.707	4.321.293	5.722.799	6.097.810	7.487.620	
Amortização da Dívida	158.625.475	2.317	358.308	654.795	1.097.310	1.217.979	1.422.468	1.716.960	4.450.053	73.453.998	81.944.026	89.290.365	95.872.680	
Amortização da Dívida Interna	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2.429.331	71.200.239	79.289.582	86.499.247	92.452.005	
Amortização da Dívida Externa	nd	2.317	358.308	654.795	1.097.310	1.217.979	1.422.468	1.716.960	2.020.722	2.253.759	2.654.444	2.791.118	3.420.675	
Outras Despesas de Capital	385.962	nd	nd	nd	nd	nd	4.559	8.344	11.142	14.442	19.972	27.597	193.353	
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4.237	6.753	9.487	12.301	17.266	24.754	64.148	
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	322	1.591	1.655	2.141	2.706	2.843	129.205	
Transferências Intragovernamentais	nd	87.610	185.129	270.437	826.054	1.298.084	1.664.559	2.632.331	3.177.638	3.721.685	4.039.278	4.325.084	6.047.043	
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.743.910	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
SUBTOTAL	320.177.760	10.100.411	24.212.918	38.869.663	55.577.738	70.923.864	89.534.755	105.154.279	123.867.861	209.282.065	235.813.457	263.393.016	307.947.128	
SUPERAVIT CORRENTE		2.735.120	2.092.727	3.907.323	3.603.661	5.922.080	4.728.412	7.135.364	7.640.343	8.151.573	7.584.979	5.524.131	988.585	
SUPERAVIT DE CAPITAL		3.964.291	2.763.215	2.969.158	4.639.766	5.820.875	9.090.702	7.422.544	8.220.227	9.420.796	8.518.406	10.481.017	7.281.385	
TOTAL	320.177.760	16.799.822	29.068.860	45.746.144	63.821.165	82.666.819	103.353.869	119.712.187	139.728.431	226.834.434	251.916.842	279.398.164	316.217.098	

VALORES MENSAIS - 1995													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	134.992.245	10.341.664	13.634.185	13.657.893	14.501.130	13.998.595	17.111.335	13.601.536	14.614.352	15.238.978	15.914.996	19.194.367	32.128.250
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	134.992.245	7.024.358	9.419.745	9.422.889	9.724.249	9.754.992	12.146.369	9.604.034	10.224.964	10.369.707	11.476.264	12.899.638	21.239.912
Pessoal e Encargos Sociais	31.207.182	3.524.515	2.847.198	2.461.788	2.552.001	2.921.781	3.623.393	2.848.298	2.573.367	2.957.865	2.505.080	4.674.027	4.399.861
Juros e Encargos da Dívida	26.127.993	338.946	1.440.637	1.163.560	2.705.000	972.829	1.746.929	746.842	1.367.585	1.333.789	2.247.379	923.800	1.778.759
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	337.666	1.375.305	1.017.370	1.465.474	924.685	917.562	857.524	1.271.473	1.195.204	848.823	876.903	936.457
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1.280	65.332	146.190	1.239.526	48.144	829.367	(110.682)	96.112	138.595	1.398.556	46.997	842.302
Outras Despesas Correntes	77.657.070	2.821.951	5.131.910	5.797.541	4.497.991	5.829.639	6.776.047	6.008.894	6.284.012	6.078.043	6.723.805	7.301.711	15.061.292
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	782.389	1.187.741	1.844.000	1.472.515	1.745.294	2.039.284	1.789.475	1.636.288	1.810.267	1.612.435	1.881.406	3.838.294
Benefícios Previdenciários	nd	1.954.500	2.222.423	2.034.956	1.971.496	2.042.528	2.721.834	2.873.596	2.812.371	2.788.847	2.974.959	2.816.627	5.347.539
Outras Correntes	nd	85.062	1.721.746	1.918.585	1.053.980	2.041.817	2.014.929	1.345.823	1.835.353	1.478.929	2.136.411	2.603.678	5.875.459
Transferências Intragovernamentais	nd	3.317.306	4.214.440	4.235.004	4.746.138	4.274.346	4.964.966	3.997.502	4.389.388	4.869.271	4.439.732	6.294.729	10.888.338
DESPESAS DE CAPITAL	183.441.605	100.010	478.322	998.852	2.206.945	1.347.531	1.499.556	2.017.988	4.099.230	70.175.226	10.616.396	8.385.192	12.425.862
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	183.441.605	12.400	380.803	913.544	1.651.328	875.501	1.133.081	1.050.216	3.553.923	69.631.179	10.298.803	8.099.386	10.703.903
Investimentos	11.892.044	2.585	15.566	79.252	119.417	173.591	226.008	273.583	233.575	286.348	401.739	370.411	2.566.022
Inversões Financeiras	12.538.124	5.181	9.246	537.805	1.089.396	581.241	698.025	478.356	584.457	337.586	1.401.506	375.011	1.389.810
Amortização da Dívida	158.625.475	2.317	355.991	296.487	442.515	120.669	204.489	294.492	2.733.093	69.003.945	8.490.028	7.346.339	6.582.315
Amortização da Dívida Interna	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2.429.331	68.770.908	8.089.343	7.209.665	5.952.758
Amortização da Dívida Externa	nd	2.317	355.991	296.487	442.515	120.669	204.489	294.492	303.762	233.037	400.685	136.674	629.557
Outras Despesas de Capital	385.962	nd	nd	nd	nd	nd	4.559	3.785	2.798	3.300	5.530	7.625	165.756
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4.237	2.516	2.734	2.814	4.965	7.488	39.394
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	322	1.269	64	486	565	137	126.362
Transferências Intragovernamentais	nd	87.610	97.519	85.308	555.617	472.030	366.475	967.772	545.307	544.047	317.593	285.806	1.721.959
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.743.910	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	320.177.760	10.441.674	14.112.507	14.656.745	16.708.075	15.346.126	18.610.891	15.619.524	18.713.582	85.414.204	26.531.392	27.579.559	44.554.112
SUPERAVIT CORRENTE		2.735.120	(642.393)	1.814.596	(303.693)	2.318.419	(1.193.668)	2.406.952	504.979	511.230	(566.954)	(2.060.848)	(4.535.546)
SUPERAVIT DE CAPITAL		3.964.291	(1.201.076)	205.943	1.670.608	1.181.109	3.269.827	(1.668.158)	797.683	1.200.569	(902.390)	1.962.611	(3.199.632)
TOTAL	320.177.760	16.799.822	12.269.038	16.677.284	18.075.021	18.845.654	20.687.050	16.358.318	20.016.244	87.126.003	25.062.408	27.481.322	36.818.934

FONTE: SYH/CCONT

OBS: De janeiro a agosto, o item Amortização da Dívida Interna exclui o refinanciamento da dívida mobiliária, voltando a incluir a partir de setembro.

Tabela 26A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1995													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(1)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	166.632.424	13.762.109	31.698.956	49.346.878	67.662.756	85.273.680	105.250.244	122.559.176	139.859.560	158.096.523	177.099.454	199.717.871	237.473.853
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	166.632.424	9.347.623	21.740.042	33.915.742	46.236.937	58.470.522	73.360.598	84.876.323	96.980.575	109.390.329	123.093.295	138.294.077	163.254.470
Pessoal e Encargos Sociais	38.521.682	4.690.228	8.435.942	11.616.918	14.840.263	18.516.008	22.957.878	26.373.132	29.419.469	32.959.239	35.950.371	41.458.190	46.628.751
Juros e Encargos da Dívida	32.252.007	418.390	2.196.691	3.632.972	6.971.984	8.172.830	10.329.213	11.251.103	12.939.230	14.585.652	17.359.783	18.500.232	20.695.905
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	449.347	2.258.669	3.573.255	5.424.245	6.587.544	7.712.371	8.740.586	10.245.748	11.676.087	12.689.604	13.722.936	14.823.427
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1.703	87.653	276.551	1.842.153	1.902.721	2.919.431	2.786.718	2.900.495	3.066.356	4.736.269	4.791.650	5.781.493
Outras Despesas Correntes	95.858.735	3.755.295	10.506.728	17.997.967	23.679.225	31.013.199	39.319.867	46.524.836	53.963.813	61.237.597	69.266.000	77.870.251	95.569.748
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	1.041.160	2.603.727	4.986.434	6.846.317	9.041.984	11.541.915	13.687.587	15.624.615	17.791.018	19.716.309	21.933.335	26.443.963
Benefícios Previdenciários	nd	2.600.939	5.524.712	8.154.162	10.644.291	13.213.892	15.550.553	19.996.141	23.325.409	26.662.910	30.215.090	33.534.171	39.818.409
Outras Correntes	nd	113.196	2.378.289	4.857.371	6.188.617	8.757.323	11.227.399	12.841.109	15.013.789	16.783.669	19.334.601	22.402.745	29.307.376
Transferências Intragovernamentais	nd	4.414.485	9.958.914	15.431.136	21.425.820	26.803.158	32.889.645	37.682.853	42.878.985	48.706.194	54.006.159	61.423.794	74.219.383
DESPESAS DE CAPITAL	226.437.595	133.088	762.358	2.053.016	4.840.532	6.535.792	8.374.079	10.793.749	15.646.393	99.627.285	112.303.546	122.184.558	136.786.991
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	226.437.595	16.501	517.478	1.697.905	3.783.641	4.885.064	6.274.094	7.533.356	11.740.469	95.070.283	107.367.330	116.911.551	129.490.399
Investimentos	14.679.363	3.440	23.918	126.323	277.155	495.541	772.601	1.100.641	1.377.145	1.719.827	2.199.514	2.636.002	5.651.500
Inversões Financeiras	15.476.874	6.895	19.058	713.978	2.089.957	2.821.187	3.676.887	4.250.460	4.942.336	5.346.336	7.019.772	7.461.680	9.094.936
Amortização da Dívida	195.804.932	3.083	471.418	854.521	1.413.446	1.565.254	1.815.934	2.169.045	5.404.464	87.983.648	98.120.969	106.777.808	114.513.112
Amortização da Dívida Interna	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2.875.828	85.176.129	94.835.021	103.330.805	110.326.276
Amortização da Dívida Externa	nd	3.083	471.418	854.521	1.413.446	1.565.254	1.815.934	2.169.045	2.528.637	2.807.519	3.285.948	3.447.003	4.186.836
Outras Despesas de Capital	476.426	nd	nd	nd	nd	nd	5.589	10.127	13.439	17.389	23.992	32.977	227.767
Transferências a Est. DF. E Município	nd	nd	nd	nd	nd	nd	5.194	8.211	11.447	14.815	20.743	29.567	75.862
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	395	1.916	1.992	2.574	3.248	3.410	151.906	
Transferências Intragovernamentais	nd	116.586	244.880	355.110	1.056.891	1.650.728	2.099.985	3.260.393	3.905.924	4.557.002	4.936.217	5.273.007	7.296.592
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.152.657	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	395.222.675	13.895.196	32.461.315	51.399.893	72.503.288	91.809.472	114.624.322	133.352.925	155.505.954	257.723.808	289.403.001	321.902.430	374.260.844
SUPERAVIT CORRENTE		3.639.745	2.794.626	5.139.340	4.755.795	7.672.480	6.209.178	9.095.236	9.693.027	10.304.832	9.628.304	7.199.824	1.869.811
SUPERAVIT DE CAPITAL		5.275.457	3.695.347	3.961.454	6.071.541	7.557.435	11.565.873	9.565.667	10.509.960	11.946.718	10.869.240	13.181.958	9.421.864
TOTAL	395.222.675	22.356.264	38.497.153	60.046.553	82.876.491	106.585.254	131.945.240	151.559.694	175.254.807	279.521.225	309.446.411	341.830.079	385.098.386

VALORES MENSAIS - 1995													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(1)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	166.632.424	13.762.109	17.936.848	17.647.921	18.315.878	17.610.924	20.976.564	16.308.933	17.300.384	18.236.963	19.002.931	22.618.417	37.755.982
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	166.632.424	9.347.623	12.392.419	12.175.700	12.321.195	12.233.585	14.890.076	11.515.725	12.104.252	12.409.753	13.702.966	15.200.782	24.960.392
Pessoal e Encargos Sociais	38.521.682	4.690.228	3.745.714	3.180.977	3.223.345	3.675.745	4.441.871	3.415.254	3.046.337	3.539.770	2.991.133	5.507.819	5.170.561
Juros e Encargos da Dívida	32.252.007	418.390	1.778.301	1.436.281	3.339.012	1.200.846	2.156.383	921.891	1.688.127	1.646.422	2.774.131	1.140.448	2.195.674
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	449.347	1.809.322	1.314.585	1.850.990	1.163.299	1.124.827	1.028.215	1.505.162	1.430.338	1.013.517	1.033.332	1.100.491
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1.703	85.949	188.898	1.565.603	60.568	1.016.710	(132.713)	113.777	165.861	1.669.913	55.381	989.843
Outras Despesas Correntes	95.858.735	3.755.295	6.751.433	7.491.240	5.681.258	7.333.974	8.306.668	7.204.969	7.438.976	7.273.785	8.028.403	8.604.251	17.699.497
Transf. a Est. DF. E Municípios	nd	1.041.160	1.562.567	2.382.708	1.859.883	2.195.666	2.499.932	2.145.671	1.937.028	2.166.403	1.925.291	2.217.027	4.510.627
Benefícios Previdenciários	nd	2.600.939	2.923.773	2.629.450	2.490.129	2.569.601	3.336.661	3.445.588	3.329.268	3.337.501	3.552.181	3.319.080	6.284.238
Outras Correntes	nd	113.196	2.265.093	2.479.082	1.331.246	2.568.707	2.470.075	1.613.710	2.172.680	1.769.881	2.550.932	3.068.144	6.904.631
Transferências Intragovernamentais	nd	4.414.485	5.544.429	5.472.222	5.994.684	5.377.338	6.086.487	4.793.208	5.196.132	5.827.209	5.299.965	7.417.635	12.795.589
DESPESAS DE CAPITAL	226.437.595	133.088	629.270	1.290.657	2.787.516	1.695.261	1.838.286	2.419.670	4.852.644	83.980.892	12.676.261	9.881.012	14.602.433
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	226.437.595	16.501	500.976	1.180.428	2.085.736	1.101.423	1.389.029	1.259.282	4.207.113	83.329.814	12.297.047	9.544.222	12.578.848
Investimentos	14.679.363	3.440	20.478	102.405	150.832	218.386	277.060	328.040	276.505	342.682	479.687	436.488	3.015.498
Inversões Financeiras	15.476.874	6.895	12.164	694.920	1.375.979	731.230	855.700	573.573	691.877	404.000	1.673.436	441.909	1.633.255
Amortização da Dívida	195.804.932	3.083	468.334	383.103	558.925	151.808	250.680	353.111	3.235.419	82.579.184	10.137.321	8.656.840	7.735.303
Amortização da Dívida Interna	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2.875.828	82.300.301	9.658.892	8.495.785	6.995.470
Amortização da Dívida Externa	nd	3.083	468.334	383.103	558.925	151.808	250.680	353.111	359.592	278.883	478.429	161.055	739.833
Outras Despesas de Capital	476.426	nd	nd	nd	nd	nd	5.589	4.538	3.312	3.949	6.603	8.985	194.791
Transferências a Est. DF. E Município	nd	nd	nd	nd	nd	nd	5.194	3.017	3.236	3.368	5.928	8.824	46.294
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	395	1.522	76	582	675	161	148.496	
Transferências Intragovernamentais	nd	116.586	128.294	110.230	701.781	593.837	449.257	1.160.408	645.531	651.078	379.215	336.790	2.023.585
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.152.657	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	395.222.675	13.895.196	18.566.118	19.938.579	21.103.395	19.306.184	22.814.850	18.728.603	22.153.028	102.217.855	31.679.192	32.499.429	52.358.415
SUPERAVIT CORRENTE		3.639.745	(845.119)	2.344.714	(383.545)	2.916.686	(1.463.302)	2.986.058	597.791	611.805	(676.528)	(2.428.479)	(5.330.013)
SUPERAVIT DE CAPITAL		5.275.457	(1.580.110)	2.666.107	2.110.087	1.485.893	4.008.439	(2.000.206)	944.292	1.436.759	(1.077.478)	2.312.718	(3.760.094)
TOTAL	395.222.675	22.356.264	16.140.889	21.549.400	22.829.937	23.708.763	25.359.986	19.614.454	23.695.112	104.266.418	29.925.186	32.383.668	43.268.307

FONTE: STM/COONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI da 1995.



Tabela 27 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1995

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	5,80	7,55	7,43	7,71	7,42	8,83	6,87	7,29	7,68	8,00	9,52	15,90	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	5,73	7,59	7,46	7,55	7,49	9,12	7,05	7,41	7,60	8,39	9,31	15,29	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	10,06	8,03	6,82	6,91	7,88	9,53	7,32	6,53	7,59	6,41	11,81	11,09	100,00
Juros e Encargos da Dívida	2,02	8,59	6,94	16,13	5,80	10,42	4,45	8,16	7,96	13,40	5,51	10,61	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	3,03	12,21	8,87	12,49	7,85	7,59	6,94	10,15	9,65	6,84	6,97	7,42	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	0,03	1,49	3,27	27,08	1,05	17,59	-2,30	1,97	2,87	28,88	0,96	17,12	100,00
Outras Despesas Correntes	3,93	7,06	7,84	5,94	7,67	8,69	7,54	7,78	7,61	8,40	9,00	18,52	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	3,94	5,91	9,01	7,03	8,30	9,45	8,11	7,33	8,19	7,28	8,38	17,06	100,00
Benefícios Previdenciários	6,53	7,34	6,60	6,25	6,45	8,38	8,65	8,36	8,38	8,92	8,34	15,78	100,00
Outras Correntes	0,39	7,73	8,46	4,54	8,76	8,43	5,51	7,41	6,04	8,70	10,47	23,56	100,00
Transferências Intragovernamentais	5,95	7,47	7,37	8,08	7,25	8,20	6,46	7,00	7,85	7,14	9,99	17,24	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,10	0,46	0,94	2,04	1,24	1,34	1,77	3,55	61,40	9,27	7,22	10,68	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	0,01	0,39	0,91	1,61	0,85	1,07	0,97	3,25	64,35	9,50	7,37	9,71	100,00
Investimentos	0,06	0,36	1,81	2,67	3,86	4,90	5,80	4,89	6,06	8,49	7,72	53,36	100,00
Inversões Financeiras	0,08	0,13	7,64	15,13	8,04	9,41	6,31	7,61	4,44	18,40	4,86	17,96	100,00
Amortização da Dívida	0,00	0,41	0,33	0,49	0,13	0,22	0,31	2,83	72,11	8,85	7,56	6,75	100,00
Amortização da Dívida Interna	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,61	74,60	8,75	7,70	6,34	100,00
Amortização da Dívida Externa	0,07	11,19	9,15	13,35	3,63	5,99	8,43	8,59	6,66	11,43	3,85	17,67	100,00
Outras Despesas de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	2,45	1,99	1,45	1,73	2,90	3,94	85,52	100,00
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	6,85	3,98	4,27	4,44	7,81	11,63	61,02	100,00
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	0,26	1,00	0,05	0,38	0,44	0,11	97,76	100,00
Transferências Intragovernamentais	1,60	1,76	1,51	9,62	8,14	6,16	15,90	8,85	8,92	5,20	4,62	27,73	100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	3,71	4,96	5,06	5,64	5,16	6,10	5,00	5,92	27,31	8,46	8,68	13,99	100,00

FONTE: TABELA 26A

Tabela 28 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1995

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	166.632.424	311.704.475	237.473.853	142,51%	76,19%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	166.632.424	192.487.775	163.254.470	97,97%	84,81%
Pessoal e Encargos Sociais	38.521.682	48.706.615	46.628.751	121,05%	95,73%
Juros e Encargos da Dívida	32.252.007	31.459.802	nd		
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	22.250.705	14.823.427		66,62%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	9.209.097	5.781.493		62,78%
Outras Despesas Correntes	95.858.735	112.321.358	95.569.748	99,70%	85,09%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	28.046.496	26.443.963		94,29%
Benefícios Previdenciários	nd	42.017.712	39.818.409		94,77%
Outras Correntes	nd	42.257.150	29.307.376		69,35%
Transferências Intragovernamentais	nd	119.216.700	74.219.383		62,26%
DESPESAS DE CAPITAL	226.437.595	236.244.543	136.786.991	60,41%	57,90%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	226.437.595	226.913.368	129.490.399	57,19%	57,07%
Investimentos	14.679.363	12.562.566	5.651.500	38,50%	44,99%
Inversões Financeiras	15.476.874	16.128.257	9.094.936	58,76%	56,39%
Amortização da Dívida	195.804.932	197.851.190	nd		
Amortização da Dívida Interna	nd	191.638.511	110.326.276		57,57%
Amortização da Dívida Externa	nd	6.212.679	4.186.836		67,39%
Outras Despesas de Capital	476.426	371.355	227.767	47,81%	61,33%
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	186.524	75.862		40,67%
Outras de Capital	nd	184.831	151.906		82,19%
Transferências Intragovernamentais	nd	9.331.175	7.296.592		78,20%
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.152.657	5.278	nd		
TOTAL	395.222.675	547.954.297	374.260.844	94,70%	68,30%

FONTE: TABELA 26A

Tabela 29 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA NAS  
DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1995

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	42,16	56,89	63,45
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	42,16	35,13	43,62
Pessoal e Encargos Sociais	9,75	8,89	12,46
Juros e Encargos da Dívida	8,16	5,74	nd
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	4,06	3,96
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1,68	1,54
Outras Despesas Correntes	24,25	20,50	25,54
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	5,12	7,07
Benefícios Previdenciários	nd	7,67	10,64
Outras Correntes	nd	7,71	7,83
Transferências Intragovernamentais	nd	21,76	19,83
DESPESAS DE CAPITAL	57,29	43,11	36,55
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	57,29	41,41	34,60
Investimentos	3,71	2,29	1,51
Inversões Financeiras	3,92	2,94	2,43
Amortização da Dívida	49,54	36,11	nd
Amortização da Dívida Interna	nd	34,97	29,48
Amortização da Dívida Externa	nd	1,13	1,12
Outras Despesas de Capital	0,12	0,07	0,06
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	0,03	0,02
Outras de Capital	nd	0,03	0,04
Transferências Intragovernamentais	nd	1,70	1,95
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,54	0,00	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 26A

Tabela 30 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1995

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	99,04	96,61	93,19	86,79	91,22	91,94	87,08	78,09	17,84	59,99	69,60	72,11
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	67,27	66,75	64,29	58,38	63,37	65,26	61,49	54,64	12,14	43,26	46,77	47,67
Pessoal e Encargos Sociais	33,75	20,17	16,80	15,27	19,04	19,47	18,24	13,75	3,46	9,44	16,95	9,88
Juros e Encargos da Dívida	3,25	10,21	7,94	16,19	6,34	9,39	4,78	7,31	1,56	8,47	3,35	3,99
Juros e Encargos da Dívida Interna	3,23	9,75	6,94	8,77	6,03	4,93	5,49	6,79	1,40	3,20	3,18	2,10
Juros e Encargos da Dívida Externa	0,01	0,46	1,00	7,42	0,31	4,46	-0,71	0,51	0,16	5,27	0,17	1,89
Outras Despesas Correntes	27,03	36,36	39,56	26,92	37,99	36,41	38,47	33,58	7,12	25,34	26,48	33,80
Transf. a Est. Df. E Municípios	7,49	8,42	12,58	8,81	11,37	10,96	11,46	8,74	2,12	6,08	6,82	8,61
Benefícios Previdenciários	18,72	15,75	13,88	11,80	13,31	14,62	18,40	15,03	3,27	11,21	10,21	12,00
Outras Correntes	0,81	12,20	13,09	6,31	13,31	10,83	8,62	9,81	1,73	8,05	9,44	13,19
Transferências Intragovernamentais	31,77	29,86	28,89	28,41	27,85	26,68	25,59	23,46	5,70	16,73	22,82	24,44
DESPESAS DE CAPITAL	0,96	3,39	6,81	13,21	8,78	8,06	12,92	21,91	82,16	40,01	30,40	27,89
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	0,12	2,70	6,23	9,88	5,71	6,09	6,72	18,99	81,52	38,82	29,37	24,02
Investimentos	0,02	0,11	0,54	0,71	1,13	1,21	1,75	1,25	0,34	1,51	1,34	5,76
Inversões Financeiras	0,05	0,07	3,67	6,52	3,79	3,75	3,06	3,12	0,40	5,28	1,36	3,12
Amortização da Dívida	0,02	2,52	2,02	2,65	0,79	1,10	1,89	14,60	80,79	32,00	26,64	14,77
Amortização da Dívida Interna	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	12,98	80,51	30,49	26,14	13,36
Amortização da Dívida Externa	0,02	2,52	2,02	2,65	0,79	1,10	1,89	1,62	0,27	1,51	0,50	1,41
Outras Despesas de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	0,02	0,02	0,01	0,00	0,02	0,03	0,37
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	nd	nd	nd	0,02	0,02	0,01	0,00	0,02	0,03	0,09
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28
Transferências Intragovernamentais	0,84	0,69	0,58	3,33	3,08	1,97	6,20	2,91	0,64	1,20	1,04	3,86
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 26



Tabela 31 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1996													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	173.520.000	10.984.310	21.465.243	36.403.921	48.712.406	59.928.922	71.302.737	83.775.064	95.326.377	107.130.040	119.949.404	131.790.748	156.862.831
Receita Tributária	65.689.000	3.821.990	7.355.972	14.188.140	18.312.089	22.651.020	26.787.789	31.034.236	34.983.432	38.892.479	42.821.258	47.032.926	53.557.746
Rec. de Contribuições	92.562.000	6.061.405	11.827.382	17.536.139	23.317.254	29.127.942	35.488.592	41.596.264	48.735.654	55.403.135	62.032.734	68.556.057	79.315.417
Receita Patrimonial	3.526.000	187.552	476.797	595.801	1.031.974	1.282.301	1.631.357	2.029.981	2.271.566	2.507.414	2.841.483	3.008.895	3.576.970
Receita Agropecuária	78.000	2.773	8.346	12.178	15.670	20.299	23.978	28.475	33.153	37.871	42.623	66.811	72.138
Receita Industrial	312.000	2.498	7.153	9.810	12.259	18.223	22.304	28.176	33.796	39.168	82.223	90.906	105.928
Receita de Serviços	6.406.000	216.766	576.598	1.251.237	1.869.646	2.209.193	2.637.259	3.167.710	3.679.013	3.996.433	5.356.391	5.802.342	8.386.041
Transf. Correntes	1.573.000	16.092	253.318	529.275	627.920	662.340	210.519	864.560	238.311	257.374	290.009	218.418	212.049
Transf. Intragov.	nd	7.093	230.408	496.068	581.753	599.964	132.707	772.232	127.577	133.716	149.827	62.780	36.507
Outras Transferências	nd	8.999	22.910	33.207	46.167	62.376	77.812	92.328	110.734	123.658	140.182	155.638	175.542
Outras Rec. Correntes	3.374.000	675.234	959.677	2.281.341	3.525.584	3.957.604	4.500.939	5.025.662	5.351.452	5.996.166	6.482.683	7.014.393	11.636.542
RECEITAS DE CAPITAL	139.493.000	7.154.295	18.960.212	34.827.375	44.091.795	63.014.621	74.571.840	85.693.837	93.648.709	106.117.043	116.043.156	128.353.245	142.058.237
Operações de Crédito	127.476.000	6.506.879	17.783.822	32.745.657	41.539.248	59.714.888	70.564.935	80.648.685	88.188.961	99.952.653	109.469.607	121.281.625	133.802.011
Alienação de Bens	928.000	38.830	66.709	95.414	121.917	153.497	172.228	191.473	211.731	332.120	368.178	413.764	497.332
Amortiz. de Empréstimos	7.590.000	373.096	421.554	899.729	1.182.228	1.489.533	1.946.907	2.495.660	2.849.623	2.970.916	3.133.473	3.275.372	3.821.678
Transf. de Capital	11.000	2.900	186.649	261.619	262.328	311.373	348.981	375.165	24.123	27.759	46.724	35.468	53.450
Transf. Intragov.	nd	1.074	182.944	253.099	250.852	297.050	332.322	335.097	1.263	1.263	14.687	950	16.101
Outras Transferências	nd	1.826	3.705	8.520	11.476	14.323	16.659	40.068	22.860	26.496	32.037	34.518	37.349
Outras Rec. de Capital	3.488.000	232.590	501.478	824.956	986.074	1.345.330	1.538.789	1.982.854	2.374.271	2.833.595	3.025.174	3.347.016	3.883.766
TOTAL	313.013.000	18.138.605	40.425.455	71.231.296	92.804.201	122.943.543	145.874.577	169.468.901	188.975.086	213.247.083	235.992.560	260.143.993	298.921.068

VALORES MENSAIS - 1996													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	173.520.000	10.984.310	10.480.933	14.938.678	12.308.485	11.216.516	11.373.815	12.472.327	11.551.313	11.803.663	12.819.364	11.841.344	25.072.083
Receita Tributária	65.689.000	3.821.990	3.533.982	6.832.168	4.123.949	4.338.931	4.136.769	4.246.447	3.949.196	3.909.047	3.928.779	4.211.668	6.524.820
Rec. de Contribuições	92.562.000	6.061.405	5.765.977	5.708.757	5.781.125	5.810.678	6.360.650	6.107.672	7.139.390	6.667.481	6.629.599	6.523.323	10.759.360
Receita Patrimonial	3.526.000	187.552	289.245	119.004	436.173	250.327	349.056	398.624	241.585	235.848	334.069	167.412	568.075
Receita Agropecuária	78.000	2.773	5.573	3.832	3.492	4.629	3.679	4.497	4.678	4.718	4.752	24.188	5.327
Receita Industrial	312.000	2.498	4.655	2.657	2.449	5.964	4.081	5.872	5.620	5.372	43.055	8.683	15.022
Receita de Serviços	6.406.000	216.766	359.832	674.639	618.409	339.547	428.066	530.451	511.303	317.420	1.359.958	445.951	2.583.699
Transf. Correntes	1.573.000	16.092	237.226	275.957	98.645	34.420	(451.821)	654.041	(626.249)	19.063	32.635	(71.591)	(6.369)
Transf. Intragov.	nd	7.093	223.315	265.660	85.685	18.211	(467.257)	639.525	(644.655)	6.139	16.111	(87.047)	(26.273)
Outras Transferências	nd	8.999	13.911	10.297	12.960	16.209	15.436	14.516	18.406	12.924	16.524	15.456	19.904
Outras Rec. Correntes	3.374.000	675.234	284.443	1.321.664	1.244.243	432.020	543.335	524.723	325.790	644.714	486.517	531.710	4.622.149
RECEITAS DE CAPITAL	139.493.000	7.154.295	11.805.917	15.867.163	9.264.420	18.922.826	11.557.219	11.121.997	7.954.872	12.468.334	9.926.113	12.310.089	13.704.992
Operações de Crédito	127.476.000	6.506.879	11.276.943	14.961.835	8.793.591	18.175.640	10.850.047	10.083.750	7.540.276	11.763.692	9.516.954	11.812.018	12.520.386
Alienação de Bens	928.000	38.830	27.879	28.705	26.503	31.580	18.731	19.245	20.258	120.389	36.058	45.586	83.568
Amortiz. de Empréstimos	7.590.000	373.096	48.458	478.175	282.499	307.305	457.374	548.753	353.963	121.293	162.557	141.899	546.306
Transf. de Capital	11.000	2.900	183.749	74.970	709	49.045	37.608	26.184	(351.042)	3.636	18.965	(11.256)	17.982
Transf. Intragov.	nd	1.074	181.870	70.155	(2.247)	46.198	35.272	2.775	(333.834)	0	13.424	(13.737)	15.151
Outras Transferências	nd	1.826	1.879	4.815	2.956	2.847	2.336	23.409	(17.208)	3.636	5.541	2.481	2.831
Outras Rec. de Capital	3.488.000	232.590	268.888	323.478	161.118	359.256	193.459	444.065	391.417	459.324	191.579	321.842	536.750
TOTAL	313.013.000	18.138.605	22.286.850	30.805.841	21.572.905	30.139.342	22.931.034	23.594.324	19.506.185	24.271.997	22.745.477	24.151.433	38.777.075

FONTE: STN/CONT

Tabela 31a - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil (1)

VALORES ACUMULADOS - 1996													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	192.558.314	12.680.875	24.689.076	41.767.564	55.741.776	68.265.466	80.811.415	94.420.384	107.023.930	119.886.332	133.824.903	146.663.808	173.611.518
Receita Tributária	72.896.283	4.412.310	8.461.259	16.272.064	20.954.114	25.798.704	30.361.790	34.995.229	39.304.165	43.563.837	47.835.622	52.402.097	59.415.035
Rec. de Contribuições	102.717.742	6.997.610	13.603.798	20.130.275	26.693.769	33.181.624	40.197.773	46.862.057	54.651.788	61.917.315	69.125.717	76.198.590	87.762.851
Receita Patrimonial	3.912.867	216.520	547.913	683.964	1.179.165	1.458.665	1.843.693	2.278.645	2.542.236	2.799.239	3.162.474	3.343.989	3.954.562
Receita Agropecuária	86.558	3.201	9.586	13.967	17.932	23.100	27.158	32.065	37.169	42.311	47.477	73.703	79.429
Receita Industrial	346.232	2.884	8.217	11.255	14.035	20.694	25.196	31.603	37.735	43.589	90.403	99.817	115.963
Receita de Serviços	7.108.855	250.246	662.513	1.433.787	2.135.886	2.515.004	2.987.184	3.565.977	4.123.856	4.469.747	5.948.437	6.431.957	9.208.941
Transf. Correntes	1.745.587	18.577	290.372	605.857	717.851	756.283	257.899	971.545	288.250	309.023	344.507	266.885	260.039
Transf. Intragov.	nd	8.189	264.045	567.758	665.039	685.372	169.962	867.768	164.391	171.080	188.598	94.218	65.979
Outras Transferências	nd	10.389	26.327	38.099	52.813	70.911	87.938	103.777	123.859	137.942	155.909	172.667	194.060
Outras Rec. Correntes	3.744.189	779.526	1.105.418	2.616.397	4.029.025	4.511.393	5.110.721	5.683.264	6.038.731	6.741.273	7.270.266	7.846.769	12.814.698
RECEITAS DE CAPITAL	154.797.930	8.259.301	21.785.561	39.925.530	50.443.719	71.571.812	84.320.066	96.455.645	105.135.143	118.721.834	129.514.556	142.861.695	157.591.949
Operações de Crédito	141.462.446	7.511.889	20.432.094	37.537.056	47.520.698	67.814.528	79.782.732	90.785.446	99.012.581	111.831.427	122.179.267	134.986.376	148.443.405
Alienação de Bens	1.029.819	44.827	76.769	109.586	139.675	174.936	195.597	216.596	238.699	369.887	409.093	458.519	548.339
Amortiz. de Empréstimos	8.422.762	430.722	486.241	1.032.910	1.353.640	1.696.758	2.201.267	2.800.030	3.186.236	3.318.408	3.495.158	3.649.011	4.236.185
Transf. de Capital	12.207	3.348	213.873	299.581	300.386	355.147	396.631	425.201	42.182	46.144	66.765	54.560	73.888
Transf. Intragov.	nd	1.240	209.612	289.816	287.265	338.847	377.754	380.781	16.538	16.538	31.134	16.240	32.524
Outras Transferências	nd	2.108	4.261	9.766	13.122	16.300	18.877	44.419	25.644	29.606	35.631	38.321	41.364
Outras Rec. de Capital	3.870.697	268.514	576.584	946.397	1.129.320	1.530.443	1.743.839	2.228.373	2.655.445	3.155.969	3.364.274	3.713.229	4.290.133
TOTAL	347.356.244	20.940.175	46.474.637	81.693.094	106.185.495	139.837.278	165.131.480	190.876.029	212.159.072	238.608.166	263.339.458	289.525.504	331.203.467

VALORES MENSAIS - 1996													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	192.558.314	12.680.875	12.008.201	17.078.488	13.974.212	12.523.689	12.545.949	13.608.969	12.603.546	12.862.402	13.938.571	12.838.906	26.947.710
Receita Tributária	72.896.283	4.412.310	4.048.949	7.810.805	4.682.050	4.844.590	4.563.086	4.633.439	4.308.936	4.259.672	4.271.785	4.566.476	7.012.938
Rec. de Contribuições	102.717.742	6.997.610	6.606.188	6.526.477	6.563.494	6.487.855	7.016.150	6.664.283	7.789.732	7.265.526	7.208.402	7.072.874	11.564.261
Receita Patrimonial	3.912.867	216.520	331.393	136.050	495.201	279.500	385.028	434.952	263.591	257.003	363.235	181.515	610.572
Receita Agropecuária	86.558	3.201	6.385	4.381	3.965	5.168	4.058	4.907	5.104	5.141	5.167	26.226	5.726
Receita Industrial	346.232	2.884	5.333	3.038	2.780	6.659	4.502	6.407	6.132	5.854	46.814	9.414	16.146
Receita de Serviços	7.108.855	250.246	412.266	771.274	702.099	379.118	472.181	578.793	557.879	345.891	1.478.690	483.520	2.776.984
Transf. Correntes	1.745.587	18.577	271.794	315.485	111.995	38.431	-498.384	713.646	-683.295	20.773	35.484	-77.622	-6.845
Transf. Intragov.	nd	8.189	255.856	303.713	97.281	20.333	-515.410	697.807	-703.378	6.690	17.518	-94.380	-28.238
Outras Transferências	nd	10.389	15.938	11.772	14.714	18.098	17.027	15.839	20.083	14.083	17.967	16.758	21.393
Outras Rec. Correntes	3.744.189	779.526	325.892	1.510.979	1.412.628	482.368	599.329	572.543	355.467	702.542	528.993	576.503	4.967.929
RECEITAS DE CAPITAL	154.797.930	8.259.301	13.526.260	18.139.969	10.518.189	21.128.093	12.748.254	12.135.580	8.679.497	13.586.691	10.792.722	13.347.140	14.730.254
Operações de Crédito	141.462.446	7.511.889	12.920.205	17.104.962	9.983.642	20.293.830	11.968.204	11.002.714	8.227.135	12.818.846	10.347.841	12.807.109	13.457.028
Alienação de Bens	1.029.819	44.827	31.941	32.817	30.090	35.260	20.661	20.999	22.103	131.187	39.206	49.426	89.820
Amortiz. de Empréstimos	8.422.762	430.722	55.519	546.669	320.730	343.118	504.509	598.763	386.206	132.172	176.749	153.853	587.175
Transf. de Capital	12.207	3.348	210.525	85.709	805	54.761	41.484	28.570	-383.019	3.962	20.621	-12.204	19.327
Transf. Intragov.	nd	1.240	208.372	80.204	-2.551	51.582	38.907	3.028	-364.244	0	14.596	-14.894	16.284
Outras Transferências	nd	2.108	2.153	5.505	3.356	3.179	2.577	25.542	-18.776	3.962	6.025	2.690	3.043
Outras Rec. de Capital	3.870.697	268.514	308.070	369.813	182.922	401.124	213.396	484.534	427.072	500.523	208.305	348.955	576.904
TOTAL	347.356.244	20.940.175	25.534.462	35.218.457	24.492.401	33.651.782	25.294.203	25.744.549	21.283.043	26.449.094	24.731.292	26.186.045	41.677.964

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1996.

Tabela 32 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1996													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	173.993.300	9.611.237	20.447.359	32.517.835	44.982.447	56.875.272	65.132.566	80.606.827	91.437.739	104.070.207	117.769.617	130.172.775	153.454.039
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	173.993.300	9.611.237	20.447.359	32.517.835	44.982.447	56.875.272	65.132.566	80.606.827	91.437.739	104.070.207	117.769.617	130.172.775	153.454.039
Pessoal e Encargos Sociais	41.348.300	3.966.289	6.950.688	9.767.326	12.840.688	15.794.160	19.053.662	22.687.405	25.823.039	28.821.430	31.910.168	35.839.152	40.900.881
Juros e Encargos da Dívida	22.262.300	1.518.935	3.053.250	5.202.602	7.507.967	9.140.003	11.123.795	12.167.415	12.928.456	14.131.381	16.336.635	17.298.136	19.491.998
Juros e Encargos da Dívida Interna	nc	1.446.563	2.919.402	4.874.712	5.951.387	7.512.389	8.747.392	9.653.822	10.349.469	11.438.520	12.220.709	13.134.091	14.682.393
Juros e Encargos da Dívida Externa	nc	72.372	133.848	327.890	1.576.580	1.627.614	2.376.403	2.513.593	2.578.987	2.692.861	4.115.926	4.164.095	4.809.605
Outras Despesas Correntes	110.383.300	4.126.013	10.443.421	17.547.907	24.633.792	31.941.109	34.955.109	45.752.007	52.686.244	61.117.396	69.522.814	77.035.437	93.055.430
Transf. a Est. DF. E Municípios	nc	764.876	2.548.395	4.229.873	6.857.657	9.069.282	10.262.726	12.527.478	14.870.992	17.041.810	19.383.152	21.256.235	25.684.514
Benefícios Previdenciários	nc	2.871.694	5.839.154	8.723.794	11.674.821	14.645.036	17.946.412	21.255.653	24.628.845	28.215.976	31.569.358	35.086.728	41.486.960
Outras Correntes	nc	489.443	2.055.672	4.594.240	6.061.314	8.226.791	6.745.971	11.568.876	13.186.407	15.861.610	18.470.304	20.692.474	25.883.956
Transferências Intragovernamentais	nc	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	5.730
DESPESAS DE CAPITAL	135.985.300	6.913.940	17.357.592	31.821.465	39.477.007	57.001.303	68.088.469	79.230.453	84.832.463	97.666.918	107.269.841	118.572.135	142.008.537
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	135.985.300	6.913.940	17.357.592	31.821.465	39.477.007	57.001.303	68.088.469	79.230.453	84.832.463	97.666.918	107.269.841	118.572.135	142.008.537
Investimentos	9.530.300	6.144	26.102	112.338	279.731	456.591	671.335	1.004.666	1.419.270	1.865.105	2.304.643	2.843.145	5.727.051
Inversões Financeiras	12.343.300	57.415	234.393	389.910	920.035	7.520.930	7.607.247	7.736.378	8.266.034	8.636.765	8.837.329	9.208.447	12.075.673
Amortização da Dívida	113.763.300	6.844.237	17.070.995	31.205.299	37.953.643	48.553.842	59.113.284	69.558.133	73.651.040	85.250.820	93.765.620	103.601.730	116.785.267
Amortização da Dívida Interna	nc	6.585.467	16.446.467	30.303.193	37.038.341	47.441.230	57.343.215	67.511.422	71.460.302	82.868.925	90.993.021	100.730.692	113.018.559
Amortização da Dívida Externa	nc	258.770	424.526	902.106	915.302	1.112.612	1.770.069	2.046.711	2.220.738	2.381.895	2.772.599	2.871.038	3.766.708
Outras Despesas de Capital	349.300	nd	nd	1.580	3.867	13.349	25.268	2.66.910	36.849	47.123	57.606	75.698	166.666
Transferências a Est. DF. E Municípios	nc	nd	nd	1.580	1.719	2.805	2.949	3.302	11.601	21.063	30.702	43.344	109.924
Outras de Capital	nc	nd	nd	nd	2.148	10.544	22.319	23.308	25.248	26.060	26.904	32.354	56.742
Transferências Intragovernamentais	nc	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.526.829
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.035.300	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	309.978.300	16.525.177	37.804.951	64.339.300	84.455.454	113.876.575	133.221.635	159.927.280	176.270.202	201.731.125	225.039.458	248.744.910	295.462.576
SUPERAVIT CORRENTE		1.373.073	1.017.864	3.886.086	3.725.959	3.053.650	6.170.171	3.168.237	3.888.638	3.059.833	2.179.787	1.617.973	3.408.792
SUPERAVIT DE CAPITAL		240.355	1.602.620	3.005.310	4.614.788	6.913.318	6.483.371	6.363.384	8.816.246	8.456.125	8.773.315	9.781.110	49.700
TOTAL	309.978.300	18.138.605	40.425.455	71.231.296	92.804.201	122.343.543	145.874.577	169.468.901	188.975.086	213.247.083	235.992.560	260.143.993	298.921.068

VALORES MENSAIS - 1996													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	173.993.300	9.611.237	10.836.122	12.070.476	12.464.612	11.392.825	8.257.294	15.474.261	10.830.912	12.632.468	13.699.410	12.403.153	23.281.264
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	173.993.300	9.611.237	10.836.122	12.070.476	12.464.612	11.392.825	8.257.294	15.474.261	10.830.912	12.632.468	13.699.410	12.403.153	23.281.264
Pessoal e Encargos Sociais	41.348.300	3.966.289	2.984.399	2.816.538	3.073.362	2.953.472	3.259.502	3.633.743	3.135.634	2.998.391	3.088.738	3.928.984	5.661.729
Juros e Encargos da Dívida	22.262.300	1.518.935	1.534.315	2.149.352	2.305.365	1.532.036	1.983.792	1.043.620	761.041	1.202.925	2.205.254	96.551	2.193.812
Juros e Encargos da Dívida Interna	nc	1.446.563	1.472.839	1.955.310	1.056.675	1.581.002	1.235.003	906.430	695.647	1.089.051	782.189	913.382	1.548.302
Juros e Encargos da Dívida Externa	nc	72.372	61.476	194.042	1.248.690	51.034	748.789	137.190	65.394	113.874	1.423.065	48.169	645.510
Outras Despesas Correntes	110.383.300	4.126.013	6.317.408	7.104.486	7.085.885	7.307.317	3.014.000	10.756.898	6.934.237	8.431.152	8.405.418	7.512.623	16.619.993
Transf. a Est. DF. E Municípios	nc	764.876	1.783.519	1.681.478	2.667.784	2.171.625	1.193.444	2.664.752	1.945.514	2.170.818	2.341.342	1.873.083	4.428.279
Benefícios Previdenciários	nc	2.871.694	2.967.460	2.884.340	2.951.027	2.370.215	3.301.376	3.329.241	3.371.192	3.585.131	3.455.382	3.417.370	6.400.232
Outras Correntes	nc	489.443	1.566.429	2.538.368	1.467.074	2.165.477	(1.480.820)	4.822.905	1.617.531	2.675.203	2.608.694	2.222.170	5.191.482
Transferências Intragovernamentais	nc	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	5.730
DESPESAS DE CAPITAL	135.985.300	6.913.940	10.443.652	14.463.373	7.655.542	17.524.296	11.087.166	11.241.984	5.502.010	12.828.455	9.608.923	11.307.294	23.436.402
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	135.985.300	6.913.940	10.443.652	14.463.373	7.655.542	17.524.296	11.087.166	11.241.984	5.502.010	12.828.455	9.608.923	11.307.294	23.436.402
Investimentos	9.530.300	6.144	19.958	86.236	167.393	176.860	214.744	333.331	414.604	443.835	441.538	538.502	2.883.906
Inversões Financeiras	12.343.300	57.415	176.978	155.317	530.125	6.300.895	86.317	129.131	525.658	370.731	200.564	37.113	2.867.226
Amortização da Dívida	113.763.300	6.844.237	10.226.758	14.134.304	6.788.344	10.360.199	10.559.442	10.444.849	4.132.907	11.559.780	8.514.800	5.836.080	13.183.056
Amortização da Dívida Interna	nc	6.585.467	10.061.002	13.656.724	6.735.148	10.402.889	9.901.985	10.168.207	3.948.880	11.408.623	8.124.096	5.737.671	12.287.867
Amortização da Dívida Externa	nc	258.770	165.756	477.580	55.196	157.310	650.457	276.642	184.027	151.157	390.704	98.409	895.700
Outras Despesas de Capital	349.300	nd	nd	1.580	2.287	9.482	11.919	1.342	10.239	10.274	10.483	18.092	90.968
Transferências a Est. DF. E Municípios	nc	nd	nd	1.580	139	1.086	144	353	8.299	9.462	12.642	66.580	
Outras de Capital	nc	nd	nd	nd	2.148	8.396	11.775	989	1.940	812	844	5.450	24.388
Transferências Intragovernamentais	nc	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.526.829
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.035.300	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	313.013.300	16.525.177	21.279.774	26.534.349	20.120.154	29.417.121	19.344.460	26.716.245	16.332.922	25.460.923	23.308.333	23.705.452	46.717.666
SUPERAVIT CORRENTE		1.373.073	(355.169)	2.668.202	(156.127)	(376.309)	3.116.821	(3.001.934)	720.401	(828.805)	(880.046)	(56.814)	1.790.819
SUPERAVIT DE CAPITAL		240.355	1.362.265	1.403.290	1.398.530	1.398.530	470.653	(119.987)	2.452.862	(360.121)	317.190	1.007.795	(9.731.410)
TOTAL	313.013.300	18.138.605	22.286.850	30.805.341	21.572.905	30.139.342	22.931.034	23.564.324	19.506.185	24.271.997	22.745.477	24.155.433	38.777.075

FONTE: STH/CCONT



Tabela 32A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1996													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>2</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	193.083.211	11.095.726	23.510.874	37.310.320	51.461.788	64.740.603	73.948.857	90.733.336	102.550.858	116.316.405	131.211.855	144.659.904	169.682.825
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	193.083.211	11.095.726	23.510.874	37.310.320	51.461.788	64.740.603	73.948.857	90.733.336	102.550.858	116.316.405	131.211.855	144.659.904	169.676.666
Pessoal e Encargos Sociais	45.884.631	4.578.896	7.998.178	11.218.270	14.707.555	18.005.225	21.600.636	25.565.534	28.986.799	32.254.133	35.612.536	39.872.514	45.312.907
Juros e Encargos da Dívida	24.704.548	1.753.540	3.524.835	6.006.162	8.667.598	10.551.708	12.841.904	14.046.714	14.925.301	16.314.022	18.859.885	19.969.951	22.502.604
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.669.990	3.357.449	5.592.837	6.792.513	8.557.765	9.920.042	10.909.078	11.668.093	12.854.827	13.705.306	14.695.635	16.359.764
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	83.550	153.984	375.821	1.793.498	1.850.480	2.676.435	2.826.128	2.897.479	3.021.567	4.568.874	4.621.101	5.314.901
Outras Despesas Correntes	122.494.032	4.763.290	12.001.263	20.123.392	28.168.222	36.327.134	39.651.743	51.432.596	58.998.487	68.185.878	77.325.139	85.470.655	102.689.094
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	883.014	2.926.425	4.848.757	7.877.577	10.302.283	11.618.718	14.526.317	16.646.870	19.012.401	21.558.156	23.589.035	28.348.591
Benefícios Previdenciários	nd	3.315.237	6.715.112	10.012.946	13.363.341	16.679.705	20.321.305	23.932.128	27.612.591	31.519.293	35.276.351	38.981.613	45.860.643
Outras Correntes	nd	565.039	2.359.726	5.261.689	6.927.305	9.345.146	7.711.720	12.974.151	14.739.026	17.654.184	20.490.632	22.900.007	28.479.860
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	150.905.039	7.981.822	19.947.310	36.482.982	45.174.561	64.741.139	76.970.898	89.237.400	95.240.599	109.219.713	119.667.552	131.921.996	157.111.660
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	150.905.039	7.981.822	19.947.310	36.482.982	45.174.561	64.741.139	76.970.898	89.237.400	95.240.599	109.219.713	119.667.552	131.921.996	155.470.610
Investimentos	10.575.615	7.093	29.959	128.548	318.594	516.065	752.940	1.116.649	1.569.020	2.052.665	2.532.752	3.116.619	6.216.269
Inversões Financeiras	13.697.253	66.283	269.050	446.843	1.048.711	8.418.874	8.514.087	8.654.986	9.232.889	9.636.873	9.854.948	10.257.330	13.339.052
Amortização da Dívida	126.244.879	7.901.353	19.618.341	35.777.237	43.484.259	55.275.144	66.922.794	78.319.515	82.828.897	95.425.541	104.683.734	115.348.444	129.518.265
Amortização da Dívida Interna	nd	7.602.615	19.129.694	34.742.601	42.389.228	54.004.470	64.926.909	76.021.776	80.330.368	92.762.297	101.595.675	112.153.686	125.360.800
Amortização da Dívida Externa	nd	298.738	189.910	545.988	60.395	175.643	725.212	301.853	200.790	164.715	124.815	106.699	962.707
Outras Despesas de Capital	387.292	nd	nd	1.806	2.597	10.587	13.147	1.464	11.172	11.196	11.398	19.616	97.773
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	1.806	158	1.213	159	385	9.055	10.311	10.481	13.707	71.561
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	2.439	9.374	12.988	1.079	2.117	885	918	5.909	26.212
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.641.050
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.367.995	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	347.356.244	19.077.548	43.458.184	73.793.302	96.636.349	129.481.743	150.919.755	179.970.736	197.791.457	225.536.118	250.879.407	276.581.900	326.794.486
SUPERÁVIT CORRENTE	1.585.149	1.178.202	4.457.244	4.279.988	3.524.862	6.962.558	3.687.048	4.473.072	3.569.927	2.613.407	2.003.904	3.928.693	4.880.289
SUPERÁVIT DE CAPITAL	277.479	1.838.251	3.442.548	5.269.155	6.830.673	7.349.167	7.218.245	9.894.544	9.502.121	9.847.004	10.939.700	14.880.289	480.289
TOTAL	347.356.244	20.940.175	46.474.637	81.693.094	106.185.495	139.837.278	165.131.480	190.876.029	212.159.072	238.608.166	263.339.458	289.525.504	331.203.467

VALORES MENSAIS - 1996													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>2</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	193.083.211	11.095.726	12.415.148	13.799.446	14.151.468	13.278.815	9.108.253	16.884.479	11.817.522	13.765.548	14.895.450	13.448.049	25.022.921
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	193.083.211	11.095.726	12.415.148	13.799.446	14.151.468	13.278.815	9.108.253	16.884.479	11.817.522	13.765.548	14.895.450	13.448.049	25.016.762
Pessoal e Encargos Sociais	45.884.631	4.578.896	3.419.282	3.220.092	3.489.285	3.297.670	3.595.412	3.964.897	3.421.265	3.267.334	3.358.403	4.259.977	5.440.394
Juros e Encargos da Dívida	24.704.548	1.753.540	1.771.295	2.481.327	2.661.437	1.884.110	2.290.196	1.204.811	878.586	1.388.721	2.545.863	1.110.066	2.532.654
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.669.990	1.687.459	2.235.388	1.199.677	1.765.252	1.362.277	989.036	759.015	1.186.734	850.479	990.329	1.664.130
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	83.550	70.434	221.836	1.417.677	56.982	825.956	149.693	71.351	124.088	1.547.307	52.227	693.800
Outras Despesas Correntes	122.494.032	4.763.290	7.237.973	8.122.130	8.044.829	8.158.912	3.324.609	11.780.853	7.565.891	9.187.391	9.139.261	8.145.516	17.218.439
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	883.014	2.043.411	1.922.332	3.028.820	2.424.706	1.316.435	2.907.599	2.120.553	2.365.531	2.545.755	2.030.879	4.759.556
Benefícios Previdenciários	nd	3.315.237	3.399.875	3.297.835	3.350.394	3.316.364	3.641.601	3.610.823	3.680.463	3.906.702	3.757.057	3.705.263	6.879.029
Outras Correntes	nd	565.039	1.794.687	2.901.963	1.665.616	2.417.842	-1.633.427	5.262.432	1.764.875	2.915.158	2.836.448	2.409.374	5.579.854
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	6.159
DESPESAS DE CAPITAL	150.905.039	7.981.822	11.965.488	16.535.672	8.691.579	19.566.578	12.229.759	12.266.501	6.003.199	13.979.114	10.447.839	12.254.444	25.189.665
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	150.905.039	7.981.822	11.965.488	16.535.672	8.691.579	19.566.578	12.229.759	12.266.501	6.003.199	13.979.114	10.447.839	12.254.444	23.548.614
Investimentos	10.575.615	7.093	22.866	98.588	190.047	197.471	236.875	363.709	452.371	483.645	480.087	583.868	3.099.649
Inversões Financeiras	13.697.253	66.283	202.767	177.793	601.868	7.370.164	95.212	140.899	577.903	403.984	218.074	402.382	3.081.721
Amortização da Dívida	126.244.879	7.901.353	11.716.988	16.158.896	7.707.022	11.790.885	11.647.650	11.396.721	4.509.382	12.596.644	9.258.193	10.664.710	14.169.821
Amortização da Dívida Interna	nd	7.602.615	11.527.079	15.612.908	7.646.627	11.615.242	10.922.439	11.094.868	4.308.592	12.431.929	9.833.378	10.558.011	13.207.115
Amortização da Dívida Externa	nd	298.738	189.910	545.988	60.395	175.643	725.212	301.853	200.790	164.715	124.815	106.699	962.707
Outras Despesas de Capital	387.292	nd	nd	1.806	2.597	10.587	13.147	1.464	11.172	11.196	11.398	19.616	97.773
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	nd	1.806	158	1.213	159	385	9.055	10.311	10.481	13.707	71.561
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	2.439	9.374	12.988	1.079	2.117	885	918	5.909	26.212
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	1.641.050
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.367.995	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	347.356.244	19.077.548	24.380.636	30.335.118	22.843.047	32.845.394	21.338.012	29.150.981	17.820.721	27.744.661	25.343.289	25.702.493	50.212.585
SUPERÁVIT CORRENTE	1.585.149	-406.947	3.279.042	-177.256	-755.126	3.437.696	-3.275.510	786.024	-903.145	-956.879	-609.143	1.924.789	4.880.289
SUPERÁVIT DE CAPITAL	277.479	1.560.773	1.604.297	1.826.610	1.561.515	518.495	-130.922	-2.676.298	-392.422	344.883	1.092.696	-10.459.411	-10.459.411
TOTAL	347.356.244	20.940.175	25.534.462	35.218.457	24.492.401	33.651.782	25.294.203	25.744.549	21.283.043	26.449.094	24.731.292	26.186.045	41.677.964

FONTE: STN/CCOBT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1996.

Tabela 33 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1996

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	6,54	7,32	8,13	8,34	7,83	5,37	9,95	6,96	8,11	8,78	7,93	14,75	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	6,54	7,32	8,13	8,34	7,83	5,37	9,95	6,96	8,11	8,78	7,93	14,74	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	10,11	7,55	7,11	7,70	7,28	7,93	8,75	7,55	7,21	7,41	9,40	12,01	100,00
Juros e Encargos da Dívida	7,79	7,87	11,03	11,83	8,37	10,18	5,35	3,90	6,17	11,31	4,93	11,25	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	10,21	10,31	13,66	7,33	10,79	8,33	6,05	4,64	7,25	5,20	6,05	10,17	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	1,57	1,33	4,17	26,67	1,07	15,54	2,82	1,34	2,33	29,11	0,98	13,05	100,00
Outras Despesas Correntes	4,64	7,05	7,91	7,83	7,95	3,24	11,47	7,37	8,95	8,90	7,93	16,77	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	3,11	7,21	6,78	10,68	8,55	4,64	10,26	7,48	8,34	8,98	7,16	16,79	100,00
Benefícios Previdenciários	7,23	7,41	7,19	7,31	7,23	7,94	7,87	8,03	8,52	8,19	8,08	15,00	100,00
Outras Correntes	1,98	6,30	10,19	5,85	8,49	-5,74	18,48	6,20	10,24	9,96	8,46	19,59	100,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	5,08	7,62	10,52	5,53	12,45	7,78	7,81	3,82	8,90	6,65	7,80	16,03	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	5,13	7,70	10,64	5,59	12,59	7,87	7,89	3,86	8,99	6,72	7,88	15,15	100,00
Investimentos	0,11	0,37	1,59	3,06	3,18	3,81	5,85	7,28	7,78	7,72	9,39	49,86	100,00
Inversões Financeiras	0,50	1,52	1,33	4,51	55,25	0,71	1,06	4,33	3,03	1,63	3,02	23,10	100,00
Amortização da Dívida	6,10	9,05	12,48	5,95	9,10	8,99	8,80	3,48	9,73	7,15	8,23	10,94	100,00
Amortização da Dívida Interna	6,06	9,20	12,45	6,10	9,27	8,71	8,85	3,44	9,92	7,05	8,42	10,54	100,00
Amortização da Dívida Externa	31,03	19,73	56,71	6,27	18,24	75,33	31,35	20,86	17,11	44,13	11,08	100,00	431,85
Outras Despesas de Capital	nd	nd	1,85	2,66	10,83	13,45	1,50	11,43	11,45	11,66	20,06	100,00	184,87
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	2,52	0,22	1,69	0,22	0,54	12,65	14,41	14,65	19,15	100,00	166,06
Outras de Capital	nd	nd	nd	9,30	35,76	49,55	4,12	8,08	3,38	3,50	22,54	100,00	236,23
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	100,00	100,00
SUBTOTAL	5,84	7,46	9,28	6,99	10,05	6,53	8,92	5,45	8,49	7,76	7,87	15,37	100,00

FONTE: TABELA 32A

Tabela 34 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1996

TITULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	193.083.211	198.495.895	169.682.825	87,88%	85,48%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	193.083.211	196.476.571	169.676.666	87,88%	86,36%
Pessoal e Encargos Sociais	45.884.631	46.572.653	45.312.907	98,75%	97,30%
Juros e Encargos da Dívida	24.704.548	25.618.540	22.502.604	91,09%	87,84%
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	18.814.018	16.359.764		86,96%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	6.804.522	5.314.901		78,11%
Outras Despesas Correntes	122.494.032	124.263.184	102.689.094	83,83%	82,64%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	38.099.308	28.348.591		74,41%
Benefícios Previdenciários	nd	49.611.133	45.860.643		92,44%
Outras Correntes	nd	36.552.744	28.479.860		77,91%
Transferências Intragovernamentais	nd	2.019.323	nd		
DESPESAS DE CAPITAL	150.905.039	170.367.282	157.111.660	104,11%	92,22%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	150.905.039	163.172.438	155.470.610	103,03%	95,28%
Investimentos	10.575.615	10.773.264	6.216.268	58,78%	57,70%
Inversões Financeiras	13.697.253	17.996.424	13.339.052	97,38%	74,12%
Amortização da Dívida	126.244.879	134.021.901	129.518.265	102,59%	96,64%
Amortização da Dívida Interna	nd	128.620.242	125.360.800		97,47%
Amortização da Dívida Externa	nd	5.401.659	962.707		17,82%
Outras Despesas de Capital	387.292	380.849	97.773	25,25%	25,67%
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	185.777	71.561		38,52%
Outras de Capital	nd	195.072	26.212		13,44%
Transferências Intragovernamentais	nd	7.194.844	1.641.050		22,81%
TOTAL	347.356.244	371.551.106	326.794.486	94,08%	87,95%

FONTE: TABELA 32A

Tabela 35 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA NAS  
DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1996

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	55,59	53,42	51,92
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	55,59	52,88	51,92
Pessoal e Encargos Sociais	13,21	12,53	13,87
Juros e Encargos da Dívida	7,11	6,90	6,89
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	5,06	5,01
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1,83	1,63
Outras Despesas Correntes	35,26	33,44	31,42
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	10,25	8,67
Benefícios Previdenciários	nd	13,35	14,03
Outras Correntes	nd	9,84	8,71
Transferências Intragovernamentais	nd	0,54	
DESPESAS DE CAPITAL	43,44	45,85	48,08
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	43,44	43,92	47,57
Investimentos	3,04	2,90	1,90
Inversões Financeiras	3,94	4,84	4,08
Amortização da Dívida	36,34	36,07	39,63
Amortização da Dívida Interna	nd	34,62	38,36
Amortização da Dívida Externa	nd	1,45	0,29
Outras Despesas de Capital	0,11	0,10	0,03
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	0,05	0,02
Outras de Capital	nd	0,05	0,01
Transferências Intragovernamentais	nd	1,94	0,50
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 32A



Tabela 36 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1996

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	58,16	50,92	45,49	61,95	40,43	42,69	57,92	66,31	49,62	58,77	52,32	49,83
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	58,16	50,92	45,49	61,95	40,43	42,69	57,92	66,31	49,62	58,77	52,32	49,82
Pessoal e Encargos Sociais	24,00	14,02	10,62	15,28	10,04	16,85	13,60	19,20	11,78	13,25	16,57	10,83
Juros e Encargos da Dívida	9,19	7,21	8,10	11,46	5,55	10,26	3,91	4,66	4,72	9,46	4,06	4,70
Juros e Encargos da Dívida Interna	8,75	6,92	7,37	5,25	5,37	6,38	3,39	4,26	4,28	3,36	3,85	3,31
Juros e Encargos da Dívida Externa	0,44	0,29	0,73	6,21	0,17	3,87	0,51	0,40	0,45	6,11	0,20	1,38
Outras Despesas Correntes	24,97	29,69	26,77	35,22	24,84	15,58	40,41	42,46	33,11	36,06	31,69	34,29
Transf. a Est. Df. E Municípios	4,63	8,38	6,34	13,26	7,38	6,17	9,97	11,90	8,53	10,05	7,90	9,48
Benefícios Previdenciários	17,38	13,94	10,87	14,67	10,10	17,07	12,39	20,65	14,08	14,82	14,42	13,70
Outras Correntes	2,96	7,36	9,57	7,29	7,36	-7,66	18,05	9,90	10,51	11,19	9,37	11,11
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,01
DESPESAS DE CAPITAL	41,84	49,08	54,51	38,05	59,57	57,31	42,08	33,69	50,38	41,23	47,68	50,17
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	41,84	49,08	54,51	38,05	59,57	57,31	42,08	33,69	50,38	41,23	47,68	46,90
Investimentos	0,04	0,09	0,32	0,83	0,60	1,11	1,25	2,54	1,74	1,89	2,27	6,17
Inversões Financeiras	0,35	0,83	0,59	2,63	22,44	0,45	0,48	3,24	1,46	0,86	1,57	6,14
Amortização da Dívida	41,42	48,06	53,27	33,74	35,90	54,59	39,10	25,30	45,40	36,53	41,49	28,22
Amortização da Dívida Interna	39,85	47,28	51,47	33,47	35,36	51,19	38,06	24,18	44,81	34,85	41,08	26,30
Amortização da Dívida Externa	1,57	0,78	1,80	0,26	0,53	3,40	1,04	1,13	0,59	1,68	0,42	1,92
Outras Despesas de Capital	nd	nd	0,01	0,01	0,03	0,06	0,01	0,06	0,04	0,04	0,08	0,19
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,04	0,04	0,05	0,14
Outras de Capital	nd	nd	nd	0,01	0,03	0,06	0,00	0,01	0,00	0,00	0,02	0,05
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 32

Tabela 37 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1997													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	182.730.000	13.119.235	26.176.218	39.859.959	54.937.336	68.270.095	81.036.662	96.705.646	110.833.574	124.957.844	140.406.647	154.347.248	175.269.845
Receita Tributaria	62.640.000	4.889.602	8.879.904	14.060.330	19.502.679	24.167.723	28.475.988	33.375.803	37.641.325	42.234.582	47.428.790	52.115.336	58.624.324
Rec. de Contribuições	99.023.000	6.685.208	13.466.504	20.774.639	28.322.141	35.375.568	42.499.393	51.013.424	58.312.517	65.877.776	73.721.267	81.437.493	92.849.747
Receita Patrimonial	3.965.000	56.611	411.397	665.677	883.196	1.271.703	1.574.542	1.873.583	2.077.672	2.547.508	2.843.632	3.126.198	5.500.032
Receita Agropecuaria	75.000	20.893	30.438	37.783	42.079	46.332	50.802	53.464	56.139	52.347	53.040	55.663	58.188
Receita Industrial	183.000	9.643	20.029	33.733	41.336	63.562	77.887	89.605	109.194	121.608	134.705	141.502	156.563
Receita de Serviços	12.953.000	542.009	1.026.391	1.488.500	2.399.428	2.903.997	3.407.202	4.140.327	5.983.294	6.440.335	7.351.681	7.914.962	7.192.043
Transf. Correntes	69.000	17.293	35.185	53.977	541.981	686.839	801.404	907.288	1.016.032	1.145.089	1.284.144	1.427.846	197.000
Transf. Intragov.	nd	nd	13.422	19.113	494.022	623.965	721.125	805.901	901.289	1.013.502	1.128.193	1.255.810	4
Outras Transferências	nd	17.293	21.763	34.864	47.959	62.874	80.279	101.387	114.743	131.587	155.951	172.036	196.999
Outras Correntes Classif.	nd	21.667	109.982	12.930	6.485	5.116	8.990	100.112	6.271	345.206	13.920	41.074	63.965
Outras Rec. Correntes	3.822.000	876.309	2.196.388	2.732.390	3.198.011	3.749.255	4.140.454	5.152.040	5.631.130	6.193.393	7.575.468	8.087.174	10.627.983
RECEITAS DE CAPITAL	248.864.000	11.594.612	24.868.554	40.850.417	56.523.855	69.285.726	86.097.457	99.355.180	114.665.036	126.687.478	140.694.264	147.395.024	239.919.189
Operações de Crédito	239.510.000	10.944.848	23.486.453	38.290.589	53.039.428	65.096.982	80.966.190	93.967.872	108.701.626	119.983.276	133.385.851	139.256.344	226.551.750
Alienacao de Bens	701000	100.064	160.728	240.344	283.715	318.684	559.501	603.767	647.935	699.890	761.697	715.504	4.522.720
Amortiz. de Empréstimos	5.405.000	368.031	782.115	1.410.815	1.817.783	2.078.583	2.335.113	2.933.203	3.187.302	3.368.211	3.586.378	3.840.998	4.661.306
Transf. de Capital	29.000	3.974	6.163	180.905	352.992	522.411	701.716	25.510	20.334	22.581	26.834	28.872	36.436
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	172.929	343.117	509.851	686.817	8.066	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Transferências	nd	3.974	6.163	7.976	9.875	12.560	14.899	17.444	19.821	22.581	26.834	28.872	36.435
Outras de Capital Classif.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	513	513	11	10	nd
Outras Rec. de Capital	3.219.000	177.695	433.095	727.764	1.029.937	1.269.066	1.534.937	1.824.828	2.107.839	2.613.007	2.933.493	3.553.296	4.146.977
TOTAL	431.594.000	24.713.847	51.044.772	80.710.376	111.461.191	137.555.821	167.134.119	196.060.826	225.498.610	251.645.322	281.100.911	301.742.272	415.189.034

VALORES MENSAIS - 1997													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	182.730.000	13.119.235	13.056.983	13.683.741	15.077.377	13.332.759	12.766.567	15.668.984	14.127.928	14.124.270	15.448.803	13.940.601	20.922.597
Receita Tributaria	62.640.000	4.889.602	3.990.302	5.180.426	5.442.349	4.665.044	4.308.265	4.899.815	4.265.522	4.593.257	5.194.208	4.686.546	6.508.988
Rec. de Contribuições	99.023.000	6.685.208	6.781.296	7.308.135	7.547.502	7.053.427	7.123.825	8.514.031	7.299.093	7.565.259	7.843.491	7.716.226	11.412.254
Receita Patrimonial	3.965.000	56.611	354.786	254.280	217.519	388.507	302.839	299.041	204.089	469.836	296.124	282.566	2.373.834
Receita Agropecuaria	75.000	20.893	9.545	7.345	4.296	4.253	4.470	2.662	2.675	(3.792)	693	2.623	2.525
Receita Industrial	183.000	9.643	10.386	13.704	7.603	22.226	14.325	11.718	19.589	12.414	13.097	6.797	15.061
Receita de Serviços	12.953.000	542.009	484.382	462.109	910.928	504.569	503.205	733.125	1.842.967	457.041	911.346	563.281	(722.919)
Transf. Correntes	69.000	17.293	17.892	18.792	488.004	144.858	114.565	105.884	108.744	129.057	139.055	143.702	(1.230.846)
Transf. Intragov.	nd	nd	13.422	5.691	474.909	129.943	97.160	84.776	95.388	112.213	114.691	127.617	(1.255.806)
Outras Transferências	nd	17.293	4.470	13.101	13.095	14.915	17.405	21.108	13.356	16.844	24.364	16.085	24.963
Outras Correntes Classif.	nd	21.667	88.315	(97.052)	(6.445)	(1.369)	3.874	91.122	(93.841)	338.935	(331.286)	27.154	22.891
Outras Rec. Correntes	3.822.000	876.309	1.320.079	536.002	465.621	551.244	391.199	1.011.586	479.090	562.263	1.382.075	511.706	2.540.809
RECEITAS DE CAPITAL	248.864.000	11.594.612	13.273.942	15.981.863	15.673.438	12.761.871	16.811.731	13.257.723	15.309.856	12.022.442	14.006.786	6.700.760	92.524.165
Operações de Crédito	239.510.000	10.944.848	12.541.605	14.804.136	14.748.839	12.057.554	15.869.208	13.001.682	14.733.754	11.281.650	13.402.575	5.870.493	87.295.406
Alienacao de Bens	701000	100.064	60.664	79.616	43.371	34.969	240.817	44.266	44.168	51.955	61.807	(46.193)	3.807.216
Amortiz. de Empréstimos	5.405.000	368.031	414.084	628.700	406.968	260.800	256.530	598.090	254.099	180.909	218.167	254.620	820.308
Transf. de Capital	29.000	3.974	2.189	174.742	172.087	169.419	179.305	(676.206)	(5.176)	2.247	4.253	2.038	7.564
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	172.929	170.188	166.734	176.966	(678.751)	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Transferências	nd	3.974	2.189	1.813	1.899	2.685	2.339	2.545	2.377	2.760	4.253	2.038	7.563
Outras de Capital Classif.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	513	(502)	(1)	nd
Outras Rec. de Capital	3.219.000	177.695	255.400	294.669	302.173	239.129	265.871	289.891	283.011	505.168	320.486	619.803	593.681
TOTAL	431.594.000	24.713.847	26.330.925	29.665.604	30.750.815	26.094.630	29.578.298	28.926.707	29.437.784	26.146.712	29.455.589	20.641.361	113.446.762

FONTE: STN/CCONT

Tabela 37A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - RECEITAS

R\$ Mil <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1997													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	187.851.722	13.881.665	27.639.537	41.891.834	57.503.903	71.267.938	84.356.185	100.406.001	114.883.657	129.272.717	144.957.499	158.994.482	179.917.079
Receita Tributária	64.395.731	5.173.763	9.378.262	14.773.933	20.409.285	25.225.230	29.642.050	34.660.954	39.032.067	43.711.435	48.984.984	53.703.931	60.212.919
Rec. de Contribuições	101.798.506	7.073.722	14.219.033	21.830.819	29.645.979	36.927.564	44.230.889	52.951.852	60.431.629	68.138.716	76.102.015	83.871.589	95.283.843
Receita Patrimonial	4.076.135	59.901	433.732	698.577	923.810	1.324.884	1.635.354	1.941.663	2.150.804	2.629.448	2.930.095	3.214.615	5.588.449
Receita Agropecuária	77.102	22.107	32.165	39.815	44.263	48.654	53.236	55.963	58.704	54.841	55.545	58.186	60.711
Receita Industrial	188.129	10.203	21.147	35.420	43.293	66.238	80.924	92.927	113.001	125.647	138.944	145.788	160.849
Receita de Serviços	13.316.058	573.508	1.083.891	1.565.201	2.508.433	3.029.324	3.545.208	4.296.151	6.184.740	6.650.349	7.575.616	8.142.791	7.419.872
Transf. Correntes	70.934	18.298	37.150	56.723	562.033	711.577	829.029	937.486	1.048.922	1.180.399	1.321.578	1.466.273	235.427
Transf. Intragov.	nd	nd	14.142	20.070	511.821	645.967	745.575	832.412	930.161	1.044.478	1.160.920	1.289.420	33.614
Outras Transferências	nd	18.298	23.008	36.653	50.213	65.610	83.454	105.075	118.761	135.921	160.657	176.853	201.816
Outras Correntes Classif.	nd	22.926	115.982	14.897	8.224	6.811	10.782	104.119	7.955	353.244	16.898	44.239	67.130
Outras Rec. Correntes	3.929.126	927.236	2.318.176	2.876.449	3.358.582	3.927.657	4.328.713	5.364.886	5.855.835	6.428.639	7.831.825	8.347.069	10.887.878
RECEITAS DE CAPITAL	255.839.385	12.268.437	26.254.915	42.900.821	59.130.089	72.304.769	89.540.106	103.120.056	118.808.898	131.056.727	145.277.465	152.024.553	244.548.718
Operações de Crédito	246.223.203	11.580.912	24.795.742	40.214.986	55.486.866	67.934.446	84.203.512	97.521.197	112.619.676	124.112.826	137.720.123	143.631.204	230.926.610
Alienação de Bens	720.648	105.879	169.800	252.724	297.633	333.733	580.618	625.960	671.221	724.150	786.901	740.389	4.547.605
Amortiz. de Empréstimos	5.556.496	389.419	825.731	1.480.553	1.901.954	2.171.190	2.434.184	3.046.810	3.307.199	3.491.500	3.712.999	3.969.380	4.789.688
Transf. de Capital	29.813	4.205	6.511	188.514	366.704	541.603	725.426	32.785	27.481	29.770	34.088	36.140	43.704
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	180.114	356.338	528.465	709.890	14.642	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Transferências	nd	4.205	6.511	8.400	10.366	13.138	15.536	18.143	20.579	23.390	27.708	29.760	37.323
Outras de Capital Classif.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	523	13	12	nd
Outras Rec. de Capital	3.309.225	188.022	457.132	764.044	1.076.933	1.323.797	1.596.367	1.893.304	2.183.321	2.697.959	3.023.341	3.647.429	4.241.110
TOTAL	443.691.107	26.150.102	53.894.453	84.792.655	116.633.992	143.572.707	173.896.291	203.526.056	233.692.554	260.329.445	290.234.964	311.019.035	424.465.797

VALORES MENSAIS - 1997													
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEITAS CORRENTES	187.851.722	13.881.665	13.757.873	14.252.297	15.612.069	13.764.035	13.088.247	16.049.816	14.477.656	14.389.061	15.684.782	14.036.983	20.922.597
Receita Tributária	64.395.731	5.173.763	4.204.499	5.395.671	5.635.352	4.815.945	4.416.821	5.018.904	4.371.112	4.679.368	5.273.549	4.718.948	6.508.988
Rec. de Contribuições	101.798.506	7.073.722	7.145.311	7.611.786	7.815.160	7.281.585	7.303.324	8.720.963	7.479.777	7.707.087	7.963.299	7.769.574	11.412.254
Receita Patrimonial	4.076.135	59.901	373.831	264.845	225.233	401.074	310.470	306.309	209.141	478.644	300.647	284.520	2.373.834
Receita Agropecuária	77.102	22.107	7.650	7.650	4.448	4.391	4.583	2.727	2.741	-3.863	704	2.641	2.525
Receita Industrial	188.129	10.203	10.944	14.273	7.873	22.945	14.686	12.003	20.074	12.647	13.297	6.844	15.061
Receita de Serviços	13.316.058	573.508	510.383	481.310	943.232	520.890	515.884	750.943	1.888.588	465.609	925.267	567.175	-722.919
Transf. Correntes	70.934	18.298	18.852	19.573	505.310	149.544	117.452	108.457	111.436	131.476	141.179	144.696	-1.230.846
Transf. Intragov.	nd	nd	14.142	5.927	491.751	134.146	99.608	86.836	97.749	114.317	116.443	128.499	-1.255.806
Outras Transferências	nd	18.298	4.710	13.645	13.559	15.397	17.844	21.621	13.687	17.160	24.736	16.196	24.963
Outras Correntes Classif.	nd	22.926	93.056	-101.084	-6.674	-1.413	3.972	93.337	-96.164	345.289	-336.346	27.342	22.891
Outras Rec. Correntes	3.929.126	927.236	1.390.940	558.273	482.133	569.075	401.056	1.036.172	490.950	572.804	1.403.186	515.244	2.540.809
RECEITAS DE CAPITAL	255.839.385	12.268.437	13.986.478	16.645.905	16.229.268	13.174.680	17.235.337	13.579.950	15.688.842	12.247.829	14.220.738	6.747.088	92.524.165
Operações de Crédito	246.223.203	11.580.912	13.214.830	15.419.244	15.271.880	12.447.581	16.269.065	13.317.686	15.098.479	11.493.150	13.607.298	5.911.080	87.295.406
Alienação de Bens	720.648	105.879	63.920	82.924	44.909	36.100	246.885	45.342	45.261	52.929	62.751	-46.512	3.807.216
Amortiz. de Empréstimos	5.556.496	389.419	436.312	654.822	421.400	269.236	262.994	612.626	260.389	184.301	221.499	256.380	820.308
Transf. de Capital	29.813	4.205	2.307	182.002	178.190	174.899	183.823	-692.641	-5.304	2.289	4.318	2.052	7.564
Transf. Intragov.	nd	nd	nd	180.114	176.223	172.127	181.425	-695.248	nd	nd	nd	nd	nd
Outras Transferências	nd	4.205	2.307	1.888	1.966	2.772	2.398	2.607	2.436	2.812	4.318	2.052	7.563
Outras de Capital Classif.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	523	-510	-1	nd
Outras Rec. de Capital	3.309.225	188.022	269.110	306.912	312.889	246.864	272.570	296.937	290.017	514.639	325.381	624.088	593.681
TOTAL	443.691.107	26.150.102	27.744.351	30.898.202	31.841.337	26.938.715	30.323.584	29.629.765	30.166.498	26.636.890	29.905.520	20.784.071	113.446.762

FONTE: STN/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1997.



Tabela 38 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1997														R\$ Mil
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESAS CORRENTES	183.329.000	11.783.245	23.231.623	35.824.134	50.591.202	63.520.707	76.999.513	89.663.602	103.874.550	116.683.610	131.703.021	146.338.057	171.326.689	
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	183.329.000	11.783.245	23.231.623	35.824.134	50.591.202	63.520.707	76.999.513	89.663.602	103.874.550	116.683.610	131.703.021	146.338.057	171.326.689	
Pessoal e Encargos Sociais	45.060.000	4.020.238	7.085.524	10.205.056	13.492.166	16.893.014	21.039.103	24.432.187	27.566.336	30.785.576	34.040.651	38.388.147	44.529.739	
Juros e Encargos da Dívida	25.252.000	1.096.029	2.613.398	4.343.138	7.333.998	8.631.532	10.519.577	11.534.747	13.450.676	15.052.031	17.825.166	19.183.997	21.033.226	
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.036.488	2.483.494	4.040.711	5.618.169	6.853.285	7.992.155	8.875.314	10.741.264	12.188.191	13.498.317	14.664.753	15.925.684	
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	59.541	129.904	302.427	1.715.829	1.778.247	2.527.422	2.659.433	2.709.412	2.863.840	4.326.849	4.519.244	5.107.542	
Outras Despesas Correntes	113.017.000	6.666.978	13.532.701	21.275.940	29.765.038	37.996.161	45.440.833	53.696.668	62.857.538	70.846.003	79.837.204	88.766.713	105.763.724	
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	2.152.635	4.054.164	6.140.198	8.660.074	11.180.310	12.504.167	14.786.322	17.927.608	19.226.313	22.502.016	25.068.316	29.935.179	
Benefícios Previdenciários	nd	3.347.446	6.802.296	10.325.747	13.868.222	17.448.776	21.072.201	24.869.080	28.688.378	32.624.363	36.560.549	40.508.407	46.445.327	
Outras Correntes	nd	1.166.897	2.676.241	4.809.995	7.236.742	9.367.075	11.864.465	14.041.266	16.241.552	18.995.327	20.774.639	23.189.990	29.383.218	
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
DESPESAS DE CAPITAL	245.821.000	10.324.192	20.700.375	36.299.503	52.084.759	66.447.042	82.041.151	92.749.130	106.758.071	119.434.403	129.765.180	141.427.378	220.539.628	
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	245.821.000	10.324.192	20.700.375	36.299.503	52.084.759	66.447.042	82.041.151	92.749.130	106.758.071	119.434.403	129.765.180	141.427.378	220.539.628	
Investimentos	9.901.000	15.149	50.242	186.158	370.183	561.555	837.121	1.233.318	1.684.898	2.106.240	2.548.521	3.038.616	7.537.934	
Inversões Financeiras	11.519.000	118.280	347.583	916.658	1.909.027	2.795.047	3.336.589	3.812.993	4.433.052	5.260.610	5.982.389	6.292.490	65.032.611	
Amortização da Dívida	224.300.000	10.190.763	20.302.550	35.196.670	49.805.532	63.088.985	77.861.844	87.611.023	100.548.216	111.975.648	121.132.174	131.991.549	147.839.072	
Amortização da Dívida Interna	nd	9.919.428	19.956.493	34.290.310	48.775.814	61.966.224	74.963.198	84.469.537	97.244.804	108.255.277	117.255.361	128.011.699	142.778.040	
Amortização da Dívida Externa	nd	271.335	446.057	906.360	1.029.718	1.122.661	2.898.646	3.141.486	3.303.412	3.720.371	3.876.813	3.979.850	5.061.032	
Outras Despesas de Capital	101.000	nd	nd	17	17	1.555	5.597	91.806	91.905	91.905	102.096	104.733	130.111	
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	17	17	1.555	5.597	91.806	91.905	91.905	102.096	12.418	30.366	
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	92.315	99.745	
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.729.000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
SUBTOTAL	431.879.000	22.107.437	43.931.998	72.123.637	102.675.961	129.967.749	159.040.664	182.412.732	210.632.621	236.118.013	261.468.201	287.766.235	391.866.317	
SUPERÁVIT CORRENTE	1.335.990	2.944.595	4.035.825	4.346.134	4.749.388	4.037.149	7.042.044	6.959.024	8.274.234	8.703.626	8.008.391	3.943.156		
SUPERÁVIT DE CAPITAL	1.270.420	4.168.179	4.550.914	4.439.096	2.838.684	4.056.306	6.606.050	7.906.965	7.253.075	10.929.084	5.967.646	19.379.561		
TOTAL	431.879.000	24.713.847	51.044.772	80.710.376	111.461.191	137.555.821	167.134.119	196.060.826	225.498.610	251.645.322	281.100.911	301.742.272	415.189.034	

VALORES MENSAIS - 1997													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	183.329.000	11.783.245	11.448.378	12.592.511	14.767.068	12.929.505	13.478.806	12.664.089	14.210.948	12.809.060	15.019.411	14.635.836	24.987.832
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	183.329.000	11.783.245	11.448.378	12.592.511	14.767.068	12.929.505	13.478.806	12.664.089	14.210.948	12.809.060	15.019.411	14.635.836	24.987.832
Pessoal e Encargos Sociais	45.060.000	4.020.238	3.065.286	3.119.532	3.287.110	3.400.848	4.146.089	3.393.084	3.134.149	3.219.240	3.255.075	4.347.496	6.141.592
Juros e Encargos da Dívida	25.252.000	1.096.029	1.517.369	1.729.740	2.990.860	1.297.534	1.888.045	1.015.170	1.915.929	1.601.355	2.773.135	1.358.831	1.849.229
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.036.488	1.447.006	1.557.217	1.577.458	1.235.116	1.138.870	883.159	1.865.950	1.446.927	1.310.126	1.166.436	1.260.931
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	59.541	70.363	172.523	1.413.402	62.418	749.175	132.011	49.979	154.428	1.463.009	192.395	588.298
Outras Despesas Correntes	113.017.000	6.666.978	6.865.723	7.743.239	8.489.098	8.231.123	7.444.672	8.255.835	9.160.870	7.988.465	8.991.201	8.929.509	16.997.011
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	2.152.635	1.901.529	2.086.034	2.519.876	2.520.236	1.323.857	2.282.155	3.141.286	1.298.705	3.275.703	2.566.300	4.866.863
Benefícios Previdenciários	nd	3.347.446	3.454.850	3.523.451	3.542.475	3.580.554	3.623.425	3.796.879	3.819.298	3.935.985	3.936.186	3.947.858	5.936.920
Outras Correntes	nd	1.166.897	1.509.344	2.133.754	2.426.747	2.130.333	2.497.390	2.176.801	2.200.286	2.753.775	1.779.312	2.415.351	6.193.228
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	245.821.000	10.324.192	10.376.183	15.599.128	15.785.256	14.362.283	15.594.109	10.707.979	14.008.941	12.676.332	10.330.777	11.662.198	79.112.250
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	245.821.000	10.324.192	10.376.183	15.599.128	15.785.256	14.362.283	15.594.109	10.707.979	14.008.941	12.676.332	10.330.777	11.662.198	79.112.250
Investimentos	9.901.000	15.149	35.093	135.916	184.025	191.372	275.566	396.197	451.580	421.342	442.281	490.095	4.499.218
Inversões Financeiras	11.519.000	118.280	229.303	569.075	992.369	886.020	541.542	476.394	620.069	827.558	721.779	310.091	58.740.131
Amortização da Dívida	224.300.000	10.190.763	10.111.787	14.894.120	14.608.862	13.283.353	14.772.959	9.749.179	12.937.193	11.427.432	9.156.526	10.859.375	15.847.523
Amortização da Dívida Interna	nd	9.919.428	9.937.065	14.433.817	14.485.504	13.190.410	12.996.974	9.506.339	12.775.267	11.010.473	9.000.084	10.756.338	14.766.341
Amortização da Dívida Externa	nd	271.335	174.722	460.303	123.358	92.943	1.775.985	242.840	161.926	416.959	156.442	103.037	1.081.182
Outras Despesas de Capital	101.000	nd	nd	17	0	1.538	4.042	86.209	99	0	10.191	2.637	25.378
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	17	0	1.538	4.042	86.209	99	0	10.191	(89.678)	17.948
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	92.315	7.430
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.729.000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	431.879.000	22.107.437	21.824.561	28.191.639	30.552.324	27.291.788	29.072.915	23.372.068	28.219.889	25.485.392	25.350.188	26.298.034	104.100.082
SUPERÁVIT CORRENTE	1.335.990	1.608.605	1.091.230	310.309	(712.239)	403.254	(172.239)	3.004.895	(83.020)	1.315.210	429.392	(695.235)	(4.065.235)
SUPERÁVIT DE CAPITAL	1.270.420	2.897.759	382.735	(111.818)	(1.600.412)	(1.600.412)	1.217.622	2.549.744	1.300.915	(653.890)	3.676.009	(4.961.348)	13.411.915
TOTAL	431.879.000	24.713.847	26.330.925	29.665.604	30.750.815	26.094.630	29.578.298	28.926.707	29.437.784	26.146.712	29.455.589	20.641.361	113.446.762

FONTE: STN/CCOBT

Tabela 38A - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS

VALORES ACUMULADOS - 1997													R\$ Mil (1)
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	188.467.511	12.468.033	24.530.952	37.646.679	52.937.434	66.285.171	80.103.603	93.075.490	107.638.221	120.687.416	135.936.246	150.673.271	175.661.103
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	188.467.511	12.468.033	24.530.952	37.646.679	52.937.434	66.285.171	80.103.603	93.075.490	107.638.221	120.687.416	135.936.246	150.673.271	175.661.103
Pessoal e Encargos Sociais	46.322.982	4.253.876	7.483.704	10.732.852	14.136.533	17.647.389	21.897.947	25.373.499	28.585.232	31.864.824	35.169.620	39.547.174	45.688.766
Juros e Encargos da Dívida	25.959.786	1.159.725	2.758.545	4.560.156	7.657.081	8.996.587	10.932.205	11.972.048	13.935.405	15.566.781	18.382.275	19.750.501	21.599.730
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.096.724	2.621.404	4.243.323	5.876.723	7.151.791	8.319.357	9.223.981	11.136.122	12.610.175	13.940.313	15.114.813	16.375.744
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	63.001	137.141	316.833	1.780.358	1.844.795	2.612.847	2.748.067	2.799.283	2.956.606	4.441.962	4.635.688	5.223.986
Outras Despesas Correntes	116.184.743	7.054.432	14.288.702	22.353.671	31.143.819	39.641.195	47.273.451	55.729.943	65.117.584	73.255.811	82.384.351	91.375.597	108.372.608
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	2.277.736	4.281.338	6.454.046	9.063.285	11.665.043	13.022.258	15.359.880	18.578.926	19.901.979	23.227.718	25.811.760	30.678.623
Benefícios Previdenciários	nd	3.541.984	7.182.288	10.852.138	14.520.240	18.216.615	21.931.339	25.820.501	29.734.343	33.744.117	37.740.428	41.715.580	47.652.500
Outras Correntes	nd	1.234.712	2.825.076	5.047.487	7.560.294	9.759.537	12.319.854	14.549.562	16.804.315	19.609.715	21.416.206	23.848.256	30.041.484
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	252.711.093	10.924.187	21.857.356	38.104.624	54.449.675	69.276.536	85.263.571	96.231.805	110.587.529	123.501.507	133.990.085	145.732.913	224.845.163
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	252.711.093	10.924.187	21.857.356	38.104.624	54.449.675	69.276.536	85.263.571	96.231.805	110.587.529	123.501.507	133.990.085	145.732.913	224.845.163
Investimentos	10.178.514	16.029	53.006	194.569	385.121	582.683	865.192	1.271.019	1.733.777	2.163.018	2.612.055	3.105.539	7.604.757
Inversões Financeiras	11.841.865	125.154	366.766	959.486	1.987.047	2.901.727	3.456.915	3.944.887	4.580.306	5.423.378	6.156.182	6.468.417	65.208.548
Amortização da Dívida	230.586.883	10.783.003	21.437.584	36.950.551	52.077.490	65.790.520	80.935.714	90.921.845	104.179.290	115.820.955	125.117.346	136.051.800	151.899.323
Amortização da Dívida Interna	nd	10.495.900	20.999.124	35.999.124	50.999.124	64.616.205	77.940.665	87.678.053	100.769.564	111.966.453	121.124.012	131.954.717	146.721.058
Amortização da Dívida Externa	nd	287.104	471.205	950.633	1.078.366	1.174.315	2.995.050	3.243.792	3.409.726	3.834.502	3.993.334	4.097.083	5.178.265
Outras Despesas de Capital	103.831	nd	nd	18	18	1.605	5.749	94.054	94.155	94.155	104.502	107.137	132.535
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	18	18	1.605	5.749	94.054	94.155	94.155	104.502	14.204	32.152
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	92.953	100.383
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.805.491	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	441.178.604	23.392.219	46.388.308	75.751.302	107.387.109	135.561.707	165.367.173	189.307.295	218.225.750	244.188.922	269.926.331	296.406.184	400.506.266
SUPERAVIT CORRENTE	-	1.413.632	3.108.585	4.245.156	4.566.469	4.982.767	4.252.582	7.330.510	7.245.435	8.585.302	9.021.253	8.321.211	4.255.976
SUPERAVIT DE CAPITAL	-	1.344.251	4.397.560	4.796.197	4.680.424	3.028.233	4.276.536	6.888.251	6.821.369	7.555.220	8.127.360	6.291.640	19.703.555
TOTAL	441.178.604	26.150.102	53.894.453	84.792.655	116.633.992	143.572.707	173.896.291	203.526.056	233.692.554	260.329.445	290.234.964	311.019.035	424.465.797

VALORES MENSAIS - 1997													
TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL <sup>(1)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	188.467.511	12.468.033	12.062.919	13.115.727	15.290.755	13.347.737	13.818.432	12.971.887	14.562.731	13.049.194	15.248.831	14.737.025	24.987.832
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	188.467.511	12.468.033	12.062.919	13.115.727	15.290.755	13.347.737	13.818.432	12.971.887	14.562.731	13.049.194	15.248.831	14.737.025	24.987.832
Pessoal e Encargos Sociais	46.322.982	4.253.876	3.229.828	3.249.148	3.403.681	3.510.856	3.250.558	3.475.552	3.211.733	3.279.592	3.304.796	4.377.554	6.141.592
Juros e Encargos da Dívida	25.959.786	1.159.725	1.598.820	1.801.610	3.096.925	1.339.505	1.935.618	1.039.844	1.963.357	1.631.376	2.815.494	1.368.226	1.849.229
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	1.096.724	1.524.680	1.621.919	1.633.400	1.275.068	1.167.566	904.624	1.912.140	1.474.053	1.330.130	1.174.500	1.260.931
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	63.001	74.140	179.691	1.463.526	64.437	768.052	135.220	51.216	157.323	1.485.356	193.725	588.298
Outras Despesas Correntes	116.184.743	7.054.432	7.234.270	8.064.969	8.790.148	8.497.376	7.632.256	8.456.492	9.387.642	8.138.227	9.128.541	8.991.246	16.997.011
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	2.277.736	2.003.602	2.172.708	2.609.239	2.601.758	1.357.214	2.337.622	3.219.047	1.323.052	3.325.739	2.584.043	4.866.863
Benefícios Previdenciários	nd	3.541.984	3.640.304	3.669.850	3.668.102	3.696.375	3.714.725	3.889.161	3.913.842	4.009.774	3.996.311	3.975.153	5.936.920
Outras Correntes	nd	1.234.712	1.590.365	2.222.411	2.512.807	2.199.243	2.560.317	2.229.708	2.254.753	2.805.401	1.806.491	2.432.050	6.193.228
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	252.711.093	10.924.187	10.933.169	16.247.268	16.345.051	14.826.861	15.987.035	10.968.234	14.355.723	12.913.978	10.488.578	11.742.828	79.112.250
Aplicação Direta e Transferências Intergovernamentais	252.711.093	10.924.187	10.933.169	16.247.268	16.345.051	14.826.861	15.987.035	10.968.234	14.355.723	12.913.978	10.488.578	11.742.828	79.112.250
Investimentos	10.178.514	16.029	36.977	141.563	190.551	197.562	282.509	405.826	462.759	429.241	449.037	493.483	4.499.218
Inversões Financeiras	11.841.865	125.154	241.612	592.720	1.027.562	914.680	555.187	487.973	635.418	843.072	732.804	312.235	58.740.131
Amortização da Dívida	230.586.883	10.783.003	10.654.581	15.512.967	15.126.399	13.713.031	15.145.194	9.986.131	13.257.445	11.641.665	9.296.391	10.934.454	15.847.523
Amortização da Dívida Interna	nd	10.495.900	10.470.480	15.033.539	14.999.206	13.617.081	13.324.459	9.737.389	13.091.511	11.216.889	9.137.559	10.830.705	14.766.341
Amortização da Dívida Externa	nd	287.104	184.101	479.428	127.733	95.949	1.820.735	248.742	165.934	424.776	158.832	103.749	1.081.182
Outras Despesas de Capital	103.831	nd	nd	18	0	1.588	4.144	88.304	101	0	10.347	2.655	25.378
Transferências a Est. DF. e Municípios	nd	nd	nd	18	0	1.588	4.144	88.304	101	0	10.347	-90.298	17.948
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	92.953	7.430
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.805.491	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	441.178.604	23.392.219	22.996.088	29.362.995	31.635.806	28.174.598	29.805.467	23.940.122	28.918.455	25.963.172	25.737.409	26.479.853	104.100.082
SUPERAVIT CORRENTE	-	1.413.632	1.694.954	1.136.570	321.314	416.298	-730.185	3.077.928	-85.075	1.339.867	435.951	-700.042	-4.065.235
SUPERAVIT DE CAPITAL	-	1.344.251	3.053.309	398.638	-115.783	-1.652.181	1.248.302	2.611.715	1.333.118	-666.149	3.732.160	-4.995.740	13.411.915
TOTAL	441.178.604	26.150.102	27.744.351	30.898.202	31.841.337	26.938.715	30.323.584	29.629.765	30.166.498	26.636.890	29.905.520	20.784.071	113.446.762

FONTE: STM/CCONT

NOTA 1: Os valores mensais executados estão atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1997.

Tabela 39 - PROPORÇÃO MENSAL DO GASTO POR GRUPO DE DESPESA - 1997

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
DESPESES CORRENTES	7,10	6,87	7,47	8,70	7,60	7,87	7,38	8,29	7,43	8,68	8,39	14,23	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	7,10	6,87	7,47	8,70	7,60	7,87	7,38	8,29	7,43	8,68	8,39	14,23	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	9,31	7,07	7,11	7,45	7,68	9,30	7,61	7,03	7,18	7,23	9,58	13,44	100,00
Juros e Encargos da Dívida	5,37	7,40	8,34	14,34	6,20	8,96	4,81	9,09	7,55	13,03	6,33	8,56	100,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	6,70	9,31	9,90	9,97	7,79	7,13	5,52	11,68	9,00	8,12	7,17	7,70	100,00
Juros e Encargos da Dívida Externa	1,21	1,42	3,44	28,02	1,23	14,70	2,59	0,98	3,01	28,43	3,71	11,26	100,00
Outras Despesas Correntes	6,51	6,68	7,44	8,11	7,84	7,04	7,80	8,66	7,51	8,42	8,30	15,68	100,00
Transf. a Est. Df. E Municípios	7,42	6,53	7,08	8,51	8,48	4,42	7,62	10,49	4,31	10,84	8,42	15,86	100,00
Benefícios Previdenciários	7,43	7,64	7,70	7,70	7,76	7,80	8,16	8,21	8,41	8,39	8,34	12,46	100,00
Outras Correntes	4,11	5,29	7,40	8,36	7,32	8,52	7,42	7,51	9,34	6,01	8,10	20,62	100,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESES DE CAPITAL	4,86	4,86	7,23	7,27	6,59	7,11	4,88	6,38	5,74	4,66	5,22	35,19	100,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	4,86	4,86	7,23	7,27	6,59	7,11	4,88	6,38	5,74	4,66	5,22	35,19	100,00
Investimentos	0,21	0,49	1,86	2,51	2,60	3,71	5,34	6,09	5,64	5,90	6,49	59,16	100,00
Inversões Financeiras	0,19	0,37	0,91	1,58	1,40	0,85	0,75	0,97	1,29	1,12	0,48	90,08	100,00
Amortização da Dívida	7,10	7,01	10,21	9,96	9,03	9,97	6,57	8,73	7,66	6,12	7,20	10,43	100,00
Amortização da Dívida Interna	7,15	7,14	10,25	10,22	9,28	9,08	6,64	8,92	7,65	6,23	7,38	10,06	100,00
Amortização da Dívida Externa	5,54	3,56	9,26	2,47	1,85	35,16	4,80	3,20	8,20	3,07	2,00	20,88	100,00
Outras Despesas de Capital	nd	nd	0,01	0,00	1,20	3,13	66,63	0,08	0,00	7,81	2,00	19,15	100,00
Transferências a Est. DF. E Municípios	nd	nd	0,06	0,00	4,94	12,89	274,65	0,32	0,00	32,18	-280,85	55,82	100,00
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	92,60	7,40	100,00
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	5,84	5,74	7,33	7,90	7,03	7,44	5,98	7,22	6,48	6,43	6,61	25,99	100,00

FONTE: TABELA 38A

Tabela 40 - DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR GRUPO DE DESPESA - 1997

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	EXEC/DI	EXEC/DF
DESPESAS CORRENTES	188.467.511	196.246.792	175.661.103	93,20%	89,51%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	188.467.511	196.246.792	175.661.103	93,20%	89,51%
Pessoal e Encargos Sociais	46.322.982	47.435.399	45.688.766	98,63%	96,32%
Juros e Encargos da Dívida	25.959.786	26.759.281	21.599.730	83,20%	80,72%
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	20.616.761	16.375.744		79,43%
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	6.142.520	5.223.986		85,05%
Outras Despesas Correntes	116.184.743	122.052.112	108.372.608	93,28%	88,79%
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	35.673.597	30.678.623		86,00%
Benefícios Previdenciários	nd	47.790.432	47.652.500		99,71%
Outras Correntes	nd	38.588.083	30.041.484		77,85%
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd		
DESPESAS DE CAPITAL	252.711.093	366.210.018	224.845.163	88,97%	61,40%
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	252.711.093	366.210.018	224.845.163	88,97%	61,40%
Investimentos	10.178.514	11.668.105	7.604.757	74,71%	65,18%
Inversões Financeiras	11.841.865	117.073.414	65.208.548	550,66%	55,70%
Amortização da Dívida	230.586.883	236.737.816	151.899.323	65,88%	64,16%
Amortização da Dívida Interna	nd	225.178.839	146.721.058		65,16%
Amortização da Dívida Externa	nd	11.558.977	5.178.265		44,80%
Outras Despesas de Capital	103.831	155.893	132.535	127,64%	85,02%
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	52.324	32.152		61,45%
Outras de Capital	nd	103.570	100.383		96,92%
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd		
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.805.491	574.788	nd		
TOTAL	441.178.604	562.456.809	400.506.266	90,78%	71,21%

FONTE: TABELA 38A



Tabela 41 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR GRUPO DE DESPESA NAS  
DOTAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS - 1997

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	42,72	34,89	43,86
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	42,72	34,89	43,86
Pessoal e Encargos Sociais	10,50	8,43	11,41
Juros e Encargos da Dívida	5,88	4,76	5,39
Juros e Encargos da Dívida Interna	nd	3,67	4,09
Juros e Encargos da Dívida Externa	nd	1,09	1,30
Outras Despesas Correntes	26,34	21,70	27,06
Transf. a Est. Df. E Municípios	nd	6,34	7,66
Benefícios Previdenciários	nd	8,50	11,90
Outras Correntes	nd	6,86	7,50
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	57,28	65,11	56,14
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	57,28	65,11	56,14
Investimentos	2,31	2,07	1,90
Inversões Financeiras	2,68	20,81	16,28
Amortização da Dívida	52,27	42,09	nd
Amortização da Dívida Interna	nd	40,03	36,63
Amortização da Dívida Externa	nd	2,06	1,29
Outras Despesas de Capital	0,02	0,03	0,03
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	0,01	0,01
Outras de Capital	nd	0,02	0,03
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,64	0,10	nd
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 38A

Tabela 42 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA MENSAL POR ITEM DE GASTO - 1997

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	53,30	52,46	44,67	48,33	47,38	46,36	54,18	50,36	50,26	59,25	55,65	24,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	53,30	52,46	44,67	48,33	47,38	46,36	54,18	50,36	50,26	59,25	55,65	24,00
Pessoal e Encargos Sociais	18,19	14,05	11,07	10,76	12,46	14,26	14,52	11,11	12,63	12,84	16,53	5,90
Juros e Encargos da Dívida	4,96	6,95	6,14	9,79	4,75	6,49	4,34	6,79	6,28	10,94	5,17	1,78
Juros e Encargos da Dívida Interna	4,69	6,63	5,52	5,16	4,53	3,92	3,78	6,61	5,68	5,17	4,44	1,21
Juros e Encargos da Dívida Externa	0,27	0,32	0,61	4,63	0,23	2,58	0,56	0,18	0,61	5,77	0,73	0,57
Outras Despesas Correntes	30,16	31,46	27,47	27,79	30,16	25,61	35,32	32,46	31,35	35,47	33,96	16,33
Transf. a Est. Df. E Municípios	9,74	8,71	7,40	8,25	9,23	4,55	9,76	11,13	5,10	12,92	9,76	4,68
Benefícios Previdenciários	15,14	15,83	12,50	11,59	13,12	12,46	16,25	13,53	15,44	15,53	15,01	5,70
Outras Correntes	5,28	6,92	7,57	7,94	7,81	8,59	9,31	7,80	10,81	7,02	9,18	5,95
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
DESPESAS DE CAPITAL	46,70	47,54	55,33	51,67	52,62	53,64	45,82	49,64	49,74	40,75	44,35	76,00
Aplicação Direta e Transf. Intergov.	46,70	47,54	55,33	51,67	52,62	53,64	45,82	49,64	49,74	40,75	44,35	76,00
Investimentos	0,07	0,16	0,48	0,60	0,70	0,95	1,70	1,60	1,65	1,74	1,86	4,32
Inversões Financeiras	0,54	1,05	2,02	3,25	3,25	1,86	2,04	2,20	3,25	2,85	1,18	56,43
Amortização da Dívida	46,10	46,33	52,83	47,82	48,67	50,81	41,71	45,84	44,84	36,12	41,29	15,22
Amortização da Dívida Interna	44,87	45,53	51,20	47,41	48,33	44,70	40,67	45,27	43,20	35,50	40,90	14,18
Amortização da Dívida Externa	1,23	0,80	1,63	0,40	0,34	6,11	1,04	0,57	1,64	0,62	0,39	1,04
Outras Despesas de Capital	nd	nd	0,00	0,00	0,01	0,01	0,37	0,00	0,00	0,04	0,01	0,02
Transferências a Est. Df. E Municípios	nd	nd	0,00	0,00	0,01	0,01	0,37	0,00	0,00	0,04	-0,34	0,02
Outras de Capital	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,35	0,01
Transferências Intragovernamentais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RESERVA DE CONTINGENCIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
SUBTOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: TABELA 38

Tabela 43 - DESPESA POR FUNÇÃO - 1993

VALORES ACUMULADOS - 1993													ago a dez CR\$ Mil
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	55.134.844	nd	1.263.688	2.001.935	3.113.699	4.940.569	7.762.185	10.141.560	12.845.185	17.578.068	22.896.484	31.472.882	54.201.862
JUDICIARIA	147.550.576	nd	3.379.417	5.874.760	9.112.946	14.914.766	23.821.615	30.697.961	38.501.459	51.196.950	66.131.624	98.107.422	143.360.624
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	10.351.861.552	nd	106.242.038	150.516.455	299.093.225	479.770.014	596.483.021	785.789.619	965.329.619	5.562.813.252	6.456.978.637	7.095.858.766	8.745.065.656
AGRICULTURA	691.662.724	nd	4.104.517	8.542.909	12.962.979	19.143.068	30.890.538	95.275.309	74.656.750	113.811.784	180.799.271	260.567.607	407.187.378
COMUNICACOES	5.657.196	nd	48.172	109.340	188.238	272.705	385.198	619.813	858.560	1.179.374	1.778.300	2.715.696	4.266.063
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	559.660.693	nd	7.066.343	11.609.664	22.074.204	32.482.732	50.456.382	79.139.980	102.608.327	136.994.556	191.017.866	292.476.315	478.806.147
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.455.003.168	nd	13.603.586	34.215.803	77.316.665	117.780.402	161.234.704	223.778.091	322.118.296	420.075.572	552.706.595	794.383.897	1.342.464.505
EDUCACAO E CULTURA	650.346.617	nd	10.273.761	16.172.306	26.509.518	38.699.587	61.217.707	92.964.958	113.923.404	156.724.106	223.250.478	306.412.123	556.049.259
ENERGIA E REC. MINERAIS	42.606.846	nd	283.479	582.120	1.196.252	1.631.144	2.684.532	4.664.031	6.284.064	8.679.321	16.782.068	24.509.803	37.464.341
HABITACAO E URBANISMO	96.046.854	nd	3.087	7.190	15.247	53.094	105.530	398.327	660.896	1.202.595	2.137.277	3.074.804	31.331.611
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	172.308.561	nd	1.380.094	2.396.120	4.122.348	5.525.245	7.002.985	11.974.227	14.169.254	19.520.607	25.417.469	36.520.788	279.690.065
RELACOES EXTERIORES	43.044.780	nd	168.884	330.059	613.104	912.066	2.574.327	6.311.646	8.161.573	12.602.355	16.454.369	23.223.838	37.389.884
SAUDE E SANEAMENTO	1.892.305.703	nd	19.924.749	33.636.980	47.881.957	58.871.181	96.097.143	234.587.631	314.623.998	364.255.277	510.703.927	606.142.818	1.165.913.096
TRABALHO	2.313.034.066	nd	12.522.375	36.095.492	38.450.510	70.851.438	120.103.106	268.499.492	295.637.524	532.441.799	673.551.614	843.375.134	1.439.733.331
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	8.227.365.840	nd	67.492.914	116.267.427	182.587.087	260.948.039	394.704.828	935.000.787	1.227.656.121	1.734.600.558	2.433.397.819	3.456.946.935	5.463.978.538
TRANSPORTE	344.793.704	nd	862.115	2.373.845	3.573.121	4.703.642	12.565.110	29.419.516	43.749.859	56.804.218	77.701.366	128.288.038	265.845.734
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.358.600	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	27.059.742.324	nd	248.619.219	420.732.405	728.811.100	1.111.499.692	1.568.088.911	2.809.262.948	3.541.784.889	9.190.480.392	11.451.705.164	14.004.076.866	20.452.748.094

VALORES MENSAIS - 1993													ago a dez CR\$ Milhões
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	55.135	nd	1.263.688	738.247	1.111.764	1.826.870	2.821.616	2.379.375	2.704	4.733	5.318	8.576	22.729
JUDICIARIA	147.551	nd	3.379.417	2.495.343	3.238.186	5.801.820	8.906.849	6.876.346	7.803	12.695	14.935	31.976	45.253
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	10.351.862	nd	106.242.038	44.274.417	148.576.770	180.676.789	116.713.007	189.306.598	179.540	4.597.484	894.165	638.880	1.649.207
AGRICULTURA	691.663	nd	4.104.517	4.438.392	4.420.070	6.180.089	11.747.470	64.384.771	-20.619	39.155	66.987	79.768	146.620
COMUNICACOES	5.657	nd	48.172	61.168	78.898	84.467	112.493	234.615	239	321	599	937	1.550
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	559.661	nd	7.066.343	4.543.321	10.464.540	10.408.528	17.973.650	28.683.598	23.468	34.386	54.023	101.458	186.330
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.455.003	nd	13.603.586	20.612.217	43.100.862	40.463.737	43.454.302	62.543.387	98.340	97.957	132.631	241.677	548.081
EDUCACAO E CULTURA	650.347	nd	10.273.761	5.898.545	10.337.212	12.190.069	22.518.120	31.747.251	20.958	42.801	66.526	83.162	249.637
ENERGIA E REC. MINERAIS	42.607	nd	283.479	298.641	614.132	434.892	1.053.388	1.979.499	1.620	2.395	8.103	7.728	12.955
HABITACAO E URBANISMO	96.047	nd	3.087	4.103	8.057	37.847	52.436	292.797	263	542	935	938	28.257
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	172.309	nd	1.380.094	1.016.026	1.726.228	1.402.897	1.477.740	4.971.242	2.195	5.351	5.897	11.103	243.169
RELACOES EXTERIORES	43.045	nd	168.884	161.175	283.045	298.962	1.662.261	3.737.319	1.850	4.441	3.852	6.769	14.166
SAUDE E SANEAMENTO	1.892.306	nd	19.924.749	13.712.231	14.244.977	10.989.224	37.225.962	138.490.488	80.036	49.631	146.449	95.439	559.770
TRABALHO	2.313.034	nd	12.522.375	23.573.117	2.355.018	32.400.928	49.251.668	148.396.386	27.138	236.804	141.110	169.824	596.358
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	8.227.366	nd	67.492.914	48.774.513	66.319.660	78.360.952	133.756.789	540.295.959	292.655	506.944	698.797	1.023.549	2.007.032
TRANSPORTE	344.794	nd	862.115	1.511.730	1.199.276	1.130.521	7.861.468	16.854.406	14.330	13.054	20.897	50.587	137.558
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.359	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	27.059.742	nd	248.619.219	172.113.186	308.078.695	382.688.592	456.589.219	1.241.174.037	732.522	5.648.696	2.261.225	2.552.372	6.448.671

FONTE: SIAFI - CCONT/STN

Tabela 43A - DESPESA POR FUNÇÃO - 1993

R\$ Milhões<sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1993													
FUNCAO	DOCAÇÃO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	2.474	nd	12E	186	254	340	440	504	559	629	687	755	889
JUDICIARIA	6.620	nd	341	538	738	1.008	1.326	1.511	1.669	1.857	2.020	2.275	2.540
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	464.428	nd	10.729	14.227	23.384	31.602	35.961	41.074	44.706	112.584	122.352	127.448	137.106
AGRICULTURA	31.031	nd	415	765	1.036	1.326	1.744	3.483	3.066	3.644	4.376	5.012	5.871
COMUNICACOES	254	nd	5	10	15	18	23	29	34	38	45	52	62
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	25.109	nd	714	1.073	1.717	2.202	2.843	3.618	4.092	4.600	5.190	6.000	7.091
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	65.278	nd	1.374	3.002	5.659	7.544	9.093	10.782	12.771	14.217	15.666	17.594	20.803
EDUCACAO E CULTURA	29.177	nd	1.03E	1.504	2.141	2.709	3.511	4.369	4.792	5.424	6.151	6.815	8.276
ENERGIA E REC. MINERAIS	1.912	nd	29	52	90	110	148	201	234	269	358	420	495
HABITACAO E URBANISMO	4.309	nd	0	1	1	3	5	13	18	26	36	44	209
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	7.730	nd	139	220	326	391	444	578	623	702	766	855	2.279
RELACOES EXTERIORES	1.931	nd	17	30	47	61	120	221	259	324	366	420	503
SAUDE E SANEAMENTO	84.897	nd	2.012	3.096	3.973	4.485	5.812	9.553	11.171	11.904	13.504	14.265	17.543
TRABALHO	103.772	nd	1.265	3.127	3.272	4.782	6.537	10.545	11.094	14.590	16.132	17.487	20.979
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	369.114	nd	6.816	10.670	14.757	18.408	23.175	37.767	43.687	51.171	58.805	66.970	78.722
TRANSPORTE	15.469	nd	87	207	280	333	613	1.068	1.358	1.551	1.779	2.183	2.988
RESERVA DE CONTINGENCIA	510	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	1.214.014	nd	25.10E	38.707	57.692	75.523	91.796	125.318	140.134	223.532	248.235	268.594	306.356

R\$ Milhõe

VALORES MENSAIS - 1993													
FUNCAO	DOCAÇÃO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	2.474	nd	12E	58	69	85	101	64	55	70	58	68	133
JUDICIARIA	6.620	nd	341	197	200	270	317	186	158	187	163	255	265
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	464.428	nd	10.729	3.498	9.156	8.418	4.160	5.113	3.631	67.878	9.768	5.096	9.657
AGRICULTURA	31.031	nd	415	351	272	288	419	1.739	-417	578	732	636	859
COMUNICACOES	254	nd	5	5	5	4	4	6	5	5	7	7	9
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	25.109	nd	714	359	645	485	641	775	475	508	590	809	1.091
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	65.278	nd	1.374	1.629	2.656	1.685	1.549	1.689	1.989	1.446	1.449	1.928	3.209
EDUCACAO E CULTURA	29.177	nd	1.03E	466	637	568	803	857	424	632	727	663	1.462
ENERGIA E REC. MINERAIS	1.912	nd	29	24	38	20	38	53	33	35	89	62	76
HABITACAO E URBANISMO	4.309	nd	0	0	0	2	2	8	5	8	10	7	165
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	7.730	nd	139	80	106	65	53	134	44	79	64	89	1.424
RELACOES EXTERIORES	1.931	nd	17	13	17	14	59	101	37	66	42	54	83
SAUDE E SANEAMENTO	84.897	nd	2.012	1.083	878	512	1.327	3.740	1.619	733	1.600	761	3.278
TRABALHO	103.772	nd	1.265	1.863	145	1.510	1.755	4.008	549	3.496	1.542	1.355	3.492
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	369.114	nd	6.816	3.854	4.087	3.651	4.767	14.592	5.919	7.485	7.634	8.164	11.752
TRANSPORTE	15.469	nd	87	119	74	53	280	455	290	193	228	404	805
RESERVA DE CONTINGENCIA	510	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	1.214.014	nd	25.10E	13.599	18.985	17.630	16.273	33.522	14.816	83.399	24.703	20.359	37.761

FONTE: SIAFI - CCONT/STN

NOTA 1: Valores atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1997.

Tabela 44 - DESPESA POR FUNÇÃO - 1995

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1995													
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.289.808	92.103	170.332	244.888	309.383	384.192	479.435	545.949	621.979	662.158	694.568	813.094	1.053.112
JUDICIARIA	3.201.067	181.336	342.489	508.343	683.705	904.997	1.163.890	1.396.012	1.588.808	1.788.411	1.999.470	2.250.036	2.968.123
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	102.481.611	578.449	2.555.294	4.246.356	8.155.021	9.664.777	12.107.833	12.392.545	16.884.220	18.702.239	22.856.763	24.945.256	28.956.301
AGRICULTURA	11.531.163	95.225	305.433	900.060	1.238.725	1.681.825	2.339.560	3.020.782	3.592.300	4.149.623	5.110.693	5.802.766	8.098.319
COMUNICACOES	198.303	5.379	11.357	18.178	23.784	37.218	47.085	52.685	58.989	56.452	64.679	71.690	92.918
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	11.441.301	500.234	1.063.695	1.548.302	2.041.899	2.510.070	3.111.161	3.681.661	4.285.771	4.936.224	5.831.293	6.667.896	8.307.850
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20.914.507	986.841	2.111.241	3.853.938	5.302.818	6.802.147	8.802.482	10.437.792	11.896.698	12.588.720	14.008.410	15.487.911	18.507.183
EDUCACAO E CULTURA	11.345.602	974.544	1.322.433	1.652.528	2.050.257	2.775.049	3.432.827	4.004.785	4.585.176	5.333.123	5.952.463	6.895.481	9.373.431
ENERGIA E REC. MINERAIS	685.391	12.553	39.259	94.249	126.898	151.460	179.151	207.719	247.502	311.979	354.571	393.864	484.151
HABITACAO E URBANISMO	1.677.131	155	1.884	5.095	8.339	12.084	15.135	20.215	23.033	28.957	38.053	48.034	109.346
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.468.525	7.660	21.489	135.758	289.534	368.063	491.250	562.289	743.390	551.969	575.977	608.863	837.557
RELACOES EXTERIORES	399.455	10.207	26.600	51.858	69.782	99.641	125.196	157.534	183.366	249.570	281.286	314.537	377.929
SAUDE E SANEAMENTO	16.055.285	375.357	2.749.488	5.013.400	6.231.932	8.384.594	10.792.151	14.226.839	15.959.503	9.646.178	10.935.799	12.583.494	14.781.854
TRABALHO	8.542.803	75.297	856.389	1.628.168	3.441.603	4.588.813	5.623.427	5.850.299	6.953.620	3.770.667	4.191.734	4.907.262	5.523.446
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	55.712.652	5.388.460	12.551.957	18.795.323	25.257.312	32.039.927	40.132.219	47.707.007	55.147.162	34.965.012	39.242.114	44.684.605	52.575.548
TRANSPORTE	4.977.670	16.613	83.580	163.219	346.746	519.008	691.953	890.166	1.096.344	1.109.410	1.240.770	1.426.588	2.379.913
RESERVA DE CONTINGENCIA	4.277	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	252.926.551	9.326.972	24.212.918	38.869.663	55.577.738	70.923.865	89.534.755	105.154.279	123.867.861	98.850.692	113.378.643	127.901.377	154.426.981

R\$ Milhões

VALORES MENSAIS - 1995													
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.290	92	78	75	64	75	95	67	76	40	32	119	240
JUDICIARIA	3.201	181	161	166	175	221	259	232	193	200	211	251	718
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	102.482	579	1.977	1.691	3.909	1.510	2.443	285	4.492	1.818	4.155	2.088	4.011
AGRICULTURA	11.531	95	210	605	329	443	658	681	572	557	961	692	2.296
COMUNICACOES	198	5	6	7	6	13	10	6	6	-3	8	7	21
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	11.441	503	563	485	494	468	601	571	604	650	895	837	1.640
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20.915	887	1.224	1.743	1.449	1.499	2.000	1.635	1.459	692	1.420	1.480	3.019
EDUCACAO E CULTURA	11.346	875	448	330	398	725	658	572	580	748	619	943	2.478
ENERGIA E REC. MINERAIS	685	13	27	55	33	25	28	29	40	64	43	39	90
HABITACAO E URBANISMO	1.677	0	2	3	3	4	3	5	3	6	9	10	61
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.469	3	14	114	154	79	123	71	181	-191	24	33	229
RELACOES EXTERIORES	399	10	16	25	18	30	26	32	26	66	32	33	63
SAUDE E SANEAMENTO	16.055	875	1.874	2.264	1.219	2.153	2.408	3.435	1.753	-6.313	1.290	1.648	2.198
TRABALHO	8.543	75	781	772	1.813	1.147	1.035	227	1.103	-3.183	421	716	616
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	55.713	5.889	6.663	6.243	6.462	6.783	8.092	7.575	7.440	-20.182	4.277	5.442	7.891
TRANSPORTE	4.978	17	67	80	184	172	173	198	206	13	131	186	953
RESERVA DE CONTINGENCIA	4	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	252.927	9.827	14.386	14.657	16.708	15.346	18.611	15.620	18.714	-25.017	14.528	14.523	26.526

FONTE: SIAFI - CCONT/STN



Tabela 44A - DESPESA POR FUNÇÃO - 1995

R\$ Milhões <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1995													
FUNCAO	DOTACAO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.592	123	225	322	403	497	614	694	784	832	871	1.010	1.292
JUDICIARIA	3.951	241	453	668	889	1.168	1.485	1.763	1.991	2.230	2.482	2.778	3.621
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	126.502	770	3.376	5.556	10.492	12.392	15.387	15.728	21.045	23.221	28.182	30.643	35.356
AGRICULTURA	14.234	127	403	1.185	1.600	2.157	2.963	3.780	4.457	5.124	6.271	7.037	9.784
COMUNICACOES	245	7	15	24	31	48	60	67	74	71	81	39	114
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	14.123	666	1.407	2.033	2.657	3.246	3.982	4.666	5.382	6.160	7.229	9.215	10.142
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25.817	1.180	2.791	5.043	6.873	8.759	11.211	13.172	14.899	15.727	17.422	19.166	22.714
EDUCACAO E CULTURA	14.005	1.164	1.753	2.180	2.682	3.594	4.400	5.086	5.773	6.668	7.408	9.519	11.431
ENERGIA E REC. MINERAIS	846	17	52	123	164	195	229	263	310	387	438	495	591
HABITACAO E URBANISMO	2.070	0	2	7	11	15	19	25	29	36	47	58	130
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	3.047	10	28	176	370	469	620	705	920	691	719	758	1.027
RELACOES EXTERIORES	493	14	35	68	90	128	159	198	229	308	346	335	459
SAUDE E SANEAMENTO	19.818	1.165	3.630	6.556	8.095	10.803	13.754	17.873	19.924	12.368	13.908	15.850	18.433
TRABALHO	10.545	100	1.128	2.125	4.416	5.859	7.127	7.399	8.705	4.896	5.399	6.242	6.966
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	68.771	7.836	16.602	24.670	32.832	41.364	51.285	60.367	69.175	45.022	50.129	56.543	65.816
TRANSPORTE	6.144	22	110	213	445	662	874	1.111	1.355	1.371	1.528	1.747	2.867
RESERVA DE CONTINGENCIA	5	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
		0	0										
TOTAL	312.209	13.077	32.003	50.942	72.045	91.351	114.166	132.895	155.048	125.109	142.456	159.569	190.741

R\$ Milhões

VALORES MENSAIS - 1995													
FUNCAO	DOTACAO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.592	123	103	96	81	94	117	80	90	48	39	140	282
JUDICIARIA	3.951	241	212	214	221	278	317	278	228	239	252	295	844
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	126.502	770	2.601	2.185	4.937	1.899	2.995	341	5.317	2.176	4.961	2.461	4.714
AGRICULTURA	14.234	127	277	781	415	557	806	817	677	667	1.148	816	2.698
COMUNICACOES	245	7	8	9	7	17	12	7	7	-3	10	8	25
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	14.123	666	741	626	623	589	737	684	715	778	1.069	936	1.927
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25.817	1.180	1.611	2.252	1.830	1.886	2.452	1.961	1.727	828	1.695	1.743	3.548
EDUCACAO E CULTURA	14.005	1.164	589	427	502	512	806	686	687	895	740	1.111	2.912
ENERGIA E REC. MINERAIS	846	17	35	71	41	31	34	34	47	77	51	46	106
HABITACAO E URBANISMO	2.070	0	2	4	4	5	4	6	3	7	11	12	72
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	3.047	10	18	148	194	99	151	85	214	-229	29	39	269
RELACOES EXTERIORES	493	14	22	33	23	38	31	39	31	79	38	39	74
SAUDE E SANEAMENTO	19.818	1.165	2.466	2.925	1.539	2.708	2.951	4.118	2.051	-7.555	1.540	1.942	2.583
TRABALHO	10.545	100	1.028	997	2.290	1.443	1.268	272	1.306	-3.809	503	843	724
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	68.771	7.836	8.766	8.067	8.162	8.533	9.920	9.083	8.808	-24.153	5.107	6.413	9.273
TRANSPORTE	6.144	22	88	103	232	217	212	238	244	16	157	219	1.120
RESERVA DE CONTINGENCIA	5	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	312.209	13.077	18.926	18.939	21.103	19.306	22.815	18.729	22.153	-29.939	17.347	17.113	31.172

FONTE: SIAFI - CCONT/STN

NOTA 1: Valores atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1997.



Tabela 45 - DESPESA POR FUNÇÃO - 1996

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1996													
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.275.620	109.918	226.504	296.695	370.831	449.455	555.816	669.431	750.664	836.654	897.070	930.543	1.237.163
JUDICIARIA	4.011.360	228.919	433.687	635.812	885.760	1.142.240	1.455.538	1.706.301	2.026.940	2.355.669	2.685.262	3.074.158	3.752.911
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	45.676.377	2.011.855	4.045.347	6.899.076	9.633.977	18.226.216	21.359.707	23.087.803	24.624.012	26.211.507	29.336.053	30.832.018	37.560.551
AGRICULTURA	8.979.766	415.377	1.132.037	1.547.727	1.864.463	2.212.096	2.515.160	2.862.639	3.180.223	3.542.793	3.863.923	4.314.006	6.299.778
COMUNICACOES	237.491	6.080	12.532	18.044	26.413	33.002	41.115	52.502	61.335	66.486	77.161	84.505	110.808
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	10.228.881	829.347	1.259.646	1.804.678	2.432.567	3.017.438	3.677.574	4.293.530	4.979.382	5.684.783	6.303.935	7.406.266	8.952.599
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30.573.147	778.862	2.384.629	3.828.154	6.223.256	7.815.834	9.335.270	10.899.171	12.391.362	13.946.096	15.893.956	17.311.562	20.964.984
EDUCACAO E CULTURA	11.140.695	605.842	1.073.012	1.582.577	2.097.954	2.787.953	3.325.561	4.130.139	4.936.692	5.654.877	6.332.216	7.189.192	9.494.946
ENERGIA E REC. MINERAIS	743.678	20.999	45.520	112.056	144.094	175.021	234.352	288.951	330.604	428.068	452.782	507.162	635.903
HABITACAO E URBANISMO	2.198.632	651	2.842	5.225	8.113	11.509	14.696	18.432	21.628	26.642	117.407	134.934	344.106
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	1.841.918	10.543	33.629	53.056	77.243	216.145	243.063	273.053	388.970	428.105	421.134	439.921	962.386
RELACOES EXTERIORES	460.942	6.369	28.492	60.483	95.625	119.158	152.694	185.026	222.171	254.362	277.177	317.005	426.970
SAUDE E SANEAMENTO	17.153.250	333.099	1.374.585	3.193.358	3.958.479	5.513.851	2.281.687	7.146.163	8.054.470	10.540.893	11.701.588	12.853.845	14.727.413
TRABALHO	8.170.067	83.782	364.208	872.067	1.573.188	1.980.457	2.444.553	2.815.199	3.300.819	3.865.785	4.467.614	5.189.919	6.947.790
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	68.372.650	4.463.748	8.994.223	13.404.422	18.209.741	22.822.216	28.175.221	33.555.547	38.618.080	43.850.985	49.133.856	54.557.710	63.956.977
TRANSPORTE	5.926.138	28.765	75.500	127.090	213.137	297.462	446.284	605.499	772.893	987.440	1.503.497	1.775.442	2.934.151
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.422.173	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	218.137.165	9.595.319	20.826.202	33.508.013	46.558.250	65.228.358	75.702.475	91.919.955	103.909.581	117.844.491	132.567.561	145.987.645	178.072.273

R\$ Milhões

VALORES MENSAIS - 1996													
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.276	110	117	70	74	79	106	114	81	86	60	33	307
JUDICIARIA	4.011	229	205	202	250	256	313	251	321	329	330	389	679
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	45.676	2.012	2.033	2.854	2.735	8.592	3.133	1.728	1.536	1.587	3.125	1.496	6.729
AGRICULTURA	8.980	415	717	416	317	348	303	347	318	363	321	450	1.986
COMUNICACOES	237	6	6	6	8	7	8	11	9	5	11	7	26
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	10.229	829	430	545	628	585	660	616	686	705	619	1.102	1.546
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30.573	779	1.606	1.444	2.395	1.593	1.519	1.564	1.492	1.555	1.948	1.418	3.653
EDUCACAO E CULTURA	11.141	606	467	510	515	690	538	805	807	718	677	857	2.306
ENERGIA E REC. MINERAIS	744	21	25	67	32	31	59	55	42	97	25	54	129
HABITACAO E URBANISMO	2.199	1	2	2	3	3	3	4	3	5	91	18	209
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	1.842	11	23	19	24	139	27	30	116	39	-7	19	522
RELACOES EXTERIORES	461	6	22	32	35	24	34	32	37	32	23	40	110
SAUDE E SANEAMENTO	17.153	333	1.041	1.819	765	1.555	-3.232	4.864	908	2.486	1.161	1.152	1.874
TRABALHO	8.170	84	280	508	701	407	464	371	486	565	602	722	1.758
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	68.373	4.464	4.530	4.410	4.805	4.612	5.353	5.380	5.063	5.233	5.283	5.424	9.399
TRANSPORTE	5.926	29	47	52	86	84	149	159	167	215	516	272	1.159
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.422	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	218.137	9.595	11.231	12.682	13.050	18.670	10.474	16.217	11.990	13.935	14.723	13.420	32.085

FONTE: SIAFI - CCONT/STN

Tabela 45A - DESPESA POR FUNÇÃO - 1996

R\$ Milhões <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1996													
FUNCAO	DOTACAO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.416	127	260	341	425	513	630	754	843	936	1.002	1.038	1.368
JUDICIARIA	4.451	264	499	730	1.014	1.300	1.646	1.919	2.269	2.627	2.986	3.407	4.137
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	50.688	2.323	4.652	7.915	11.020	20.613	24.070	25.955	27.632	29.362	32.759	34.381	41.613
AGRICULTURA	9.965	480	1.301	1.776	2.135	2.524	2.858	3.237	3.584	3.979	4.328	4.816	6.950
COMUNICACOES	264	7	14	21	30	38	47	59	69	74	86	94	122
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLIC	11.351	957	1.450	2.074	2.786	3.439	4.168	4.840	5.588	6.357	7.030	8.225	9.887
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33.928	899	2.739	4.389	7.108	8.887	10.563	12.269	13.897	15.591	17.709	19.246	23.173
EDUCACAO E CULTURA	12.363	699	1.235	1.817	2.402	3.173	3.766	4.644	5.524	6.306	7.043	7.972	10.450
ENERGIA E REC. MINERAIS	825	24	52	128	165	199	265	324	370	476	503	562	700
HABITACAO E URBANISMO	2.440	1	3	6	9	13	17	21	24	30	128	147	372
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.044	12	39	61	88	243	273	306	432	475	467	488	1.049
RELACOES EXTERIORES	512	7	33	69	109	135	172	208	248	283	308	351	470
SAUDE E SANEAMENTO	19.035	385	1.578	3.657	4.526	6.262	2.697	8.005	8.996	11.705	12.967	14.217	16.231
TRABALHO	9.066	97	418	999	1.795	2.249	2.761	3.166	3.696	4.311	4.966	5.749	7.638
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	75.874	5.153	10.344	15.386	20.841	25.991	31.896	37.767	43.290	48.993	54.737	60.618	70.720
TRANSPORTE	6.576	33	87	146	243	338	502	675	858	1.092	1.653	1.948	3.193
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.688	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	242.071	11.077	23.945	38.443	53.259	74.105	85.659	103.354	116.436	131.621	147.629	162.180	196.665

R\$ Milhões

VALORES MENSAIS - 1996													
FUNCAO	DOTACAO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.416	127	134	80	84	88	117	124	89	94	66	36	330
JUDICIARIA	4.451	264	235	231	284	286	346	274	350	358	358	422	730
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	50.688	2.323	2.330	3.262	3.105	9.594	3.456	1.886	1.676	1.730	3.397	1.622	7.232
AGRICULTURA	9.965	480	821	475	360	388	334	379	347	395	349	488	2.134
COMUNICACOES	264	7	7	6	10	7	9	12	10	6	12	8	28
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLIC	11.351	957	493	623	713	653	728	672	748	769	673	1.195	1.662
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33.928	899	1.840	1.650	2.719	1.778	1.676	1.706	1.628	1.694	2.118	1.537	3.927
EDUCACAO E CULTURA	12.363	699	535	583	585	770	593	878	880	783	736	929	2.478
ENERGIA E REC. MINERAIS	825	24	28	76	36	35	65	60	45	106	27	59	138
HABITACAO E URBANISMO	2.440	1	3	3	3	4	4	4	3	5	99	19	225
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.044	12	26	22	27	155	30	33	126	43	-8	20	562
RELACOES EXTERIORES	512	7	25	37	40	26	37	35	41	35	25	43	118
SAUDE E SANEAMENTO	19.035	385	1.193	2.079	869	1.737	-3.565	5.308	991	2.709	1.262	1.249	2.014
TRABALHO	9.066	97	321	581	796	455	512	404	530	616	654	783	1.889
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	75.874	5.153	5.191	5.042	5.456	5.150	5.905	5.871	5.524	5.702	5.744	5.881	10.102
TRANSPORTE	6.576	33	54	59	98	94	164	174	183	234	561	295	1.245
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.688	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	242.071	11.077	12.867	14.498	14.816	20.846	11.554	17.695	13.082	15.185	16.008	14.551	34.485

FONTE: SIAPI - CCONT/STN

NOTA 1: Valores atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1997.

Tabela 46 - DESPESA POR FUNÇÃO - 1997

R\$ Mil

VALORES ACUMULADOS - 1997														R\$ Mil
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
LEGISLATIVA	1.670.491	122.433	236.110	335.978	437.377	538.367	674.656	832.725	933.298	1.040.678	1.122.559	1.227.582	1.623.216	
JUDICIARIA	5.474.388	263.634	533.140	829.062	1.202.468	1.603.875	2.043.914	2.492.941	2.803.539	3.377.264	3.745.381	4.130.017	5.346.316	
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	153.611.698	1.738.812	3.913.558	6.470.875	10.092.258	13.641.387	17.222.424	19.183.934	21.873.454	24.109.657	28.170.946	30.340.791	93.834.949	
AGRICULTURA	10.610.897	286.955	761.158	1.659.270	2.519.056	3.082.736	3.586.338	4.124.083	4.556.227	5.182.321	5.619.480	6.093.823	8.731.459	
COMUNICACOES	442.811	7.292	13.786	23.782	34.947	49.287	60.319	69.765	80.326	122.861	134.289	148.302	192.831	
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	11.073.765	779.052	1.186.237	1.737.793	2.361.625	3.067.312	3.806.261	4.473.509	5.190.437	5.908.428	6.681.277	7.680.987	9.839.025	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30.263.036	2.120.911	3.772.019	5.353.031	7.773.401	10.008.689	11.005.192	12.803.204	15.653.046	16.374.006	19.276.269	21.467.976	25.487.344	
EDUCACAO E CULTURA	12.018.865	474.043	955.398	1.656.648	2.336.467	3.090.124	3.809.191	4.570.311	5.129.036	6.043.208	6.728.489	7.662.869	10.428.475	
ENERGIA E REC. MINERAIS	1.005.663	44.870	91.022	176.159	236.196	286.730	344.621	398.606	486.032	576.705	634.785	705.000	864.583	
HABITACAO E URBANISMO	2.389.083	107	562	1.063	1.534	11.985	12.601	13.241	18.291	18.918	53.162	65.775	425.616	
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.319.128	19.878	40.549	82.874	12.085	393.503	454.436	530.663	594.845	641.491	888.475	979.916	1.162.888	
RELACOES EXTERIORES	455.299	18.737	39.560	62.311	102.778	132.178	169.726	203.528	228.952	269.258	300.695	326.606	442.454	
SAUDE E SANEAMENTO	20.199.186	1.071.911	2.278.678	3.370.602	4.968.576	6.307.675	7.732.184	9.175.955	10.572.059	12.727.196	13.518.707	14.715.298	17.986.176	
TRABALHO	10.266.423	189.377	436.686	1.219.755	1.822.197	2.298.015	2.925.270	3.297.717	3.992.577	4.693.041	5.321.377	5.868.908	7.198.845	
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	71.166.263	5.188.422	10.267.982	15.456.118	20.820.697	26.161.630	32.233.619	37.818.644	43.364.586	49.014.126	54.694.740	60.938.277	69.990.829	
TRANSPORTE	5.153.593	60.211	151.307	333.333	550.893	753.031	1.107.449	1.485.912	1.732.827	2.012.781	2.364.271	2.729.716	3.738.790	
RESERVA DE CONTINGENCIA	559.117	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
TOTAL	338.679.705	12.386.645	24.677.753	38.768.654	55.272.555	71.426.523	87.188.201	101.474.738	117.209.531	132.111.939	149.254.901	165.081.842	257.293.796	

R\$ Milhões

VALORES MENSAIS - 1997													
FUNCAO	DOTACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.670	122	114	100	101	101	136	158	101	107	82	105	396
JUDICIARIA	5.474	264	270	296	373	401	440	449	311	574	368	385	1.216
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	153.612	1.739	2.175	2.557	3.621	3.549	3.581	1.962	2.690	2.236	4.061	2.170	63.494
AGRICULTURA	10.611	287	474	898	860	564	504	538	432	626	437	474	2.638
COMUNICACOES	443	7	6	10	11	14	11	9	11	43	11	14	45
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLICA	11.074	779	407	552	624	706	739	667	717	718	773	1.000	2.158
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30.263	2.121	1.651	1.581	2.420	2.235	997	1.798	2.850	721	2.902	2.192	4.019
EDUCACAO E CULTURA	12.019	474	481	701	680	754	719	761	559	914	685	934	2.766
ENERGIA E REC. MINERAIS	1.006	45	46	85	60	51	58	54	87	91	58	70	160
HABITACAO E URBANISMO	2.389	0	0	1	0	10	1	1	5	1	34	13	360
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.319	20	21	42	-71	381	61	76	64	47	247	91	183
RELACOES EXTERIORES	455	19	21	23	40	29	38	34	25	40	31	26	116
SAUDE E SANEAMENTO	20.199	1.072	1.207	1.092	1.598	1.339	1.425	1.444	1.396	2.155	792	1.197	3.271
TRABALHO	10.266	189	247	783	602	476	627	372	695	700	628	548	1.330
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	71.166	5.188	5.080	5.188	5.365	5.341	6.072	5.585	5.546	5.650	5.681	6.244	9.053
TRANSPORTE	5.154	60	91	182	218	202	354	378	247	280	351	365	1.009
RESERVA DE CONTINGENCIA	559	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	338.680	12.387	12.291	14.091	16.504	16.154	15.762	14.287	15.735	14.902	17.143	15.827	92.212

FONTE: SIAFI - COORP/STN

Tabela 46A - DESPESA POR FUNÇÃO - 1997

R\$ Milhões <sup>(1)</sup>

VALORES ACUMULADOS - 1997													
FUNCAO	DOTACAO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.717	130	249	353	458	563	702	864	967	1.077	1.160	1.266	1.661
JUDICIARIA	5.628	279	563	871	1.258	1.672	2.123	2.583	2.902	3.486	3.860	4.247	5.463
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	157.917	1.840	4.131	6.795	10.545	14.209	17.880	19.889	22.645	24.923	29.047	31.232	94.726
AGRICULTURA	10.908	304	803	1.739	2.629	3.211	3.727	4.278	4.721	5.359	5.803	6.280	8.918
COMUNICACOES	455	8	15	25	37	51	63	72	83	126	138	152	197
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLIC	11.384	824	1.253	1.828	2.474	3.202	3.960	4.643	5.378	6.109	6.894	7.901	10.059
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31.111	2.244	3.984	5.631	8.137	10.444	11.466	13.308	16.228	16.963	19.909	22.116	26.135
EDUCACAO E CULTURA	12.356	502	1.009	1.739	2.443	3.221	3.958	4.738	5.310	6.242	6.938	7.878	10.644
ENERGIA E REC. MINERAIS	1.034	47	96	185	247	299	358	414	503	596	655	725	885
HABITACAO E URBANISMO	2.456	0	1	1	2	12	13	14	19	19	54	67	427
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.384	21	43	87	14	407	470	548	614	661	912	1.004	1.187
RELACOES EXTERIORES	468	20	42	65	107	138	176	211	237	278	310	336	452
SAUDE E SANEAMENTO	20.765	1.134	2.406	3.543	5.198	6.580	8.041	9.519	10.950	13.146	13.949	15.154	18.425
TRABALHO	10.554	200	461	1.277	1.900	2.392	3.035	3.416	4.128	4.842	5.480	6.031	7.361
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	73.161	5.490	10.842	16.246	21.801	27.314	33.539	39.260	44.943	50.699	56.466	62.753	71.805
TRANSPORTE	5.298	64	160	349	575	783	1.147	1.534	1.787	2.072	2.429	2.797	3.806
RESERVA DE CONTINGENCIA	575	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	348.173	13.106	26.057	40.734	57.823	74.499	90.658	105.292	121.416	136.598	154.003	169.939	262.151

R\$ Milhões

VALORES MENSAIS - 1997													
FUNCAO	DOTACAO <sup>(2)</sup>	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
LEGISLATIVA	1.717	130	120	104	105	104	140	162	103	109	83	106	396
JUDICIARIA	5.628	279	284	308	387	414	451	460	318	584	374	387	1.216
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	157.917	1.840	2.291	2.664	3.750	3.664	3.671	2.009	2.756	2.278	4.123	2.185	63.494
AGRICULTURA	10.908	304	500	935	890	582	516	551	443	638	444	478	2.638
COMUNICACOES	455	8	7	10	12	15	11	10	11	43	12	14	45
DEFESA NAC. E SEGURANCA PUBLIC	11.384	824	429	574	646	729	758	683	735	731	785	1.007	2.158
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31.111	2.244	1.740	1.647	2.506	2.308	1.022	1.842	2.920	734	2.947	2.207	4.019
EDUCACAO E CULTURA	12.356	502	507	730	704	778	737	780	573	931	696	941	2.766
ENERGIA E REC. MINERAIS	1.034	47	49	89	62	52	59	55	90	92	59	71	160
HABITACAO E URBANISMO	2.456	0	0	1	0	11	1	1	5	1	35	13	360
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	2.384	21	22	44	-73	394	62	78	66	48	251	92	183
RELACOES EXTERIORES	468	20	22	24	42	30	38	35	26	41	32	26	116
SAUDE E SANEAMENTO	20.765	1.134	1.272	1.137	1.655	1.382	1.460	1.479	1.431	2.196	804	1.205	3.271
TRABALHO	10.554	200	261	816	624	491	643	381	712	714	638	551	1.330
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	73.161	5.490	5.352	5.404	5.555	5.514	6.225	5.721	5.683	5.755	5.767	6.287	9.053
TRANSPORTE	5.298	64	96	190	225	209	363	388	253	285	357	368	1.009
RESERVA DE CONTINGENCIA	575	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
TOTAL	348.173	13.106	12.951	14.676	17.089	16.677	16.159	14.634	16.124	15.182	17.405	15.936	92.212

FONTE: SIAPF - CCONT/STN

NOTA 1: Valores atualizados para dez/97 com base no IGP-DI

NOTA 2: Valores atualizados para dez/97, considerando-se a média anual do IGP-DI de 1997.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, José Roberto R. & GIOMI, Waldemar. *A legislação complementar sobre finanças públicas e orçamentos - subsídios e sugestões para sua elaboração*. Rio de Janeiro, 1992 (Cadernos de Economia).
- AMES, Barry. O Congresso e a política orçamentária no Brasil durante o período pluripartidário. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.177-295, 1986.
- AMORIM NETO, Octavio. Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v.4, n.1, p.9-33, nov. 1994.
- BACHA, Edmar. Plano Real: uma avaliação preliminar. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-26, 1995.
- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, p.397, 1981.
- BARBOSA, F. e GIAMBIAGI, F. O ajuste fiscal de 1990-93: uma análise retrospectiva. *Revista Brasileira de Economia*, v.49, n.3, p.521-543, jul./set. 1995.
- BIASOTO Jr., Geraldo et al. *O processo orçamentário brasileiro*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1990 (mimeo).
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia.- uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 6ª Edição, 1997.
- BOCHI, Renato e DINIZ, Eli. Burocracia, clientela e relações de poder: um modelo teórico. *Dados*, n° 17, 1978.
- CALABI, Andrea Sandro, PARENTE, Pedro Pullen. *Finanças públicas Federais: aspectos institucionais, evolução recente e perspectivas*. Brasília, 1990 (mimeo).
- CALABI, Andrea. Entrevista com ANDREA CALABI. In: *Playboy*, São Paulo, Abril, p.47-59, jul. 1988.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo (1979) *Constituições do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 4ª Edição, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.
- CORE, Fabiano Garcia. O processo orçamentário brasileiro. *Revista ABOP*, Brasília, v.13, n.2, mai./set. 1992.



- COSTA, Valeriano Mendes F. As relações Executivo-Legislativo no sistema presidencialista brasileiro: o processo orçamentário. In: ANDRADE, Régis de Castro e JACOUND, Luciana (Orgs.) *Estrutura e organização do Poder Executivo*. Brasília: ENAP, p.202-270, 1994.
- CASTRO, Antonio Barros. Ajustamento x transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo (Orgs.) *A economia em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p.11-95, 1985.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *Uma visão crítica da teoria da repressão financeira*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1993 (mimeo).
- CYMROT, Fany Léa. Linhas de crédito para investimento agropecuário e agroindustrial. Relatório de Estágio COPEC/STN. Brasília: STN, 1990
- DAIN, Sulamis. *Crise fiscal e dilema distributivo*. Tese de Professor Titular, IEI/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- DALLARI, Martha M. *Informação econômica e financeira do setor público: uma proposta de tratamento - o caso da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FVG, São Paulo, 1997.
- DOELLINGER, Carlos Von. Estatização, déficit público e suas implicações. In: CASTRO, Paulo R. *A crise do bom patrão*. Rio de Janeiro: CEDES/APEC, 1983, p.88-112.
- DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ELLWOOD, John N. e PATASHNIK, Eric M. In *Praise of Pork. Public Interest*, no.110, Winter, 1993.
- FERREIRA, Edésio F. Administração da dívida pública e política monetária no Brasil. In: 1º SEMINÁRIO INTERAMERICANO DE POLÍTICA MONETÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA, *Política Monetária e Dívida Pública*. Rio de Janeiro, IBMEC, p.279-400, 1974.
- A política monetária no Brasil: o Banco Central como banco de fomento e a atual controvérsia sobre o modelo institucional. XVI REUNIÃO DE TÉCNICOS DO BANCO CENTRAL DO CONTINENTE AMERICANO, San José, 25 a 30 nov.1979.
- FERREIRA, Jorge e LIPPI, Roberta. Cortes devem afetar faturamento de fornecedores. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 14.set.1988, p.A-2.



FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.29, p.173-200, 1995.

FRANCO, Gustavo. Ajuste fiscal: Alemanha anos 20, Brasil anos 90. In: Franco, Gustavo. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, p. 229-232, 1995.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. São Paulo: Ed. Atlas, 8ª Edição, 1998.

GIAMBIAGI, F. *Necessidade de financiamento do setor público: bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil - 1991/96*. Rio de Janeiro: BNDES (Textos para Discussão, nº 53), 40p, mar 1997.

GOUVÊA, Gilda F. Portugal. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulicéia, 1994.

GUARDIA, Eduardo R. *Orçamento público e política fiscal: aspectos institucionais e a experiência recente - 1985/1991*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1992 (mimeo).

— O processo orçamentário do governo federal: considerações sobre o novo arcabouço institucional e a experiência recente. In: MEYER, Arno (Org.) *Finanças públicas: ensaios selecionados*. Brasília: IPEA; São Paulo: FUNDAP, p.263-304, 1997.

KLIKSBURG, Bernardo. *Como transformar o Estado: para além de mitos e dogmas*. Brasília: ENAP, 1992.

LONGO, Carlos Alberto. *Estado brasileiro: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

— O processo orçamentário: tendências e perspectivas. In: *Relatório da Comissão Executiva de Reforma Fiscal*. v.II. São Paulo, Editora DBA, 1993.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

MACEDO, Roberto B. M. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*. In: LAFER, B. M. (Org.) *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, p.51-68, 1975.

MACHADO Jr., José Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4320 comentada*. Rio de Janeiro: IBAM, 22ª Ed., 1990.

MACIEL, Everardo. A crise do planejamento brasileiro. *Revista do Serviço Público*. Brasília, p.37-48, jul./set.1989.

- MARTINS, Carlos Estevam. *Tecnocracia ou tecnoassessoria?* *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v.10, n.º.3, p.39-66, jul./set.1970.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- MELLO, João Manoel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCR, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, p.559-658, 1998.
- MEYER, Arno. *Finanças Públicas e Revisão Constitucional. Economia em Perspectiva*. São Paulo, n.100, p.6-7, mai.1993.
- OLIVEIRA, Fabrício A. *A crise do sistema fiscal brasileiro 1965-1983*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1985 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Política fiscal e política monetária no Brasil: o estrangulamento imposto pela dívida externa*. Campinas, CECON/IE/UNICAMP (Texto para Discussão n.º 12), 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Estado e a questão fiscal no Brasil*. Campinas: CECON/UNICAMP (Estudos Especiais n.5), jun.1993.
- OLIVEIRA, Fabrício A. et al. *Déficit e endividamento do setor público*. São Paulo: FUNDAP/IESP (Relatórios de Pesquisa n.5), 1988.
- OLIVEIRA, José Carlos, TACCA Jr, Luiz. e SILVA, Paulo Fontenele. Aspectos relevantes do orçamento da União. *Revista da ABOP*, Brasília, v. 37, Ed. Especial, 1994/1995.
- OLIVEIRA, Juarez de. *Reforma Administrativa*. São Paulo: Editora Saraiva, 1989 (Série Legislação Brasileira).
- PARENTE, Pedro Pullen. *Execução financeira da União*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1987 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Déficit público*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1988 (mimeo).
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Os orçamentos na nova Constituição. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.104, p. 131-136, out./dez.1989.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

POLO, José Carlos, AFONSO, José Roberto Rodrigues e GIOMI, Waldemar. Análise da atual sistemática de orçamento e planejamento e sugestões para o seu aperfeiçoamento. In: *Relatório da Comissão Executiva de Reforma Fiscal*, v. II, São Paulo: Editora DBA, p. 693-719, 1993.

PORTUGAL, Murilo. Audiência pública. In: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. *Debate econômico*, Brasília, v. II, p.117-154, 1996.

PRENCHAND, A. Expenditure controls: institutional and operational issues. In: PRENCHAND, A. e ANTONAYA A. L. *Government financial management: issues and country studies*. Washington, D.C.: IMF, 1990.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, p.39-73, 1998.

RAMALHO, Valdir. Revendo a variedade de conceitos de déficit público. In: MEYER, Arno (Org.) *Finanças públicas: ensaios selecionados*. Brasília: IPEA; São Paulo: FUNDAP, p.39-150, 1997.

RESENDE, André Lara. A política brasileira de estabilização: 1963/1968. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, v.12, n.3, p.757-806, dez.1982.

RESENDE, Fernando e DAIN, Sulamis. Reforma institucional, finanças públicas e controle dos gastos governamentais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, v.15. nº 2, p.307-324, ago.1985.

RODRIGUES, José Ricardo. O papel do Colégio de Líderes no processo legislativo da Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.83, p.131-46, jul. 1996.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.27, n.4, p.54-76, out./dez.1993.

— Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.126, p.9-31, abr./jun.1995.

— A participação do Poder Legislativo na análise do orçamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.131, p.59-77, jul./set.1996.

— *Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins*. Brasília: Prisma, 1997.

SANTOS, Maria Helena C., MACHADO, Érica M., ROCHA, Paulo Eduardo N. de M. O jogo orçamentário da União: relações Executivo-Legislativo na terra do pork-barrel. In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio (Orgs.) *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.83-124, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A anomalia democrática: adolescência e romantismo na história política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.36, fev.1998.

SCHICK, Allen. O conteúdo político da política fiscal: conflito e negociação entre os Poderes Executivo e Legislativo. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA FISCAL NO BRASIL, 1992, Brasília: ESAF, p.1-12, 1992 (mimeo).

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Editora da USP, 1974.

SERRA, José. A Constituição e o gasto público. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, n° 1, p.93-106, jun.1989.

\_\_\_ *Orçamento no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

TAVARES, Iris E T. N. de Pinho. O Poder Legislativo: funções e órgão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.83, p.107-129, jul. 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata (Orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p.107-138, 1983.

\_\_\_ As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (Orgs.) *O (des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

\_\_\_ A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (Orgs.) *Dinheiro e poder: a economia política da globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Eduardo. *O déficit e a crise das finanças públicas: 1982-1987*. Tese de Mestrado, IEI/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

TEIXEIRA, Eduardo e BIASOTO Jr., Geraldo. *Setor público nos anos oitenta: desequilíbrios e ruptura do padrão de financiamento*. Campinas: CECON/UNICAMP (Estudo Especial), 1988 (mimeo).

## REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- Brasil, Congresso Nacional (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*, Brasília, 1988
- Brasil, Congresso Nacional (1964). Lei nº 4.320. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23.mar.
- Brasil, Congresso Nacional (1964). Lei nº 4.595. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 dez.
- Brasil, Congresso Nacional (1965). Lei nº 4.829. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 nov.
- Brasil, Congresso Nacional (1990). Lei nº 8.074. *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 ago.
- Brasil, Congresso Nacional (1991). Lei nº 8.173. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 jan.
- Brasil, Congresso Nacional (1991). Lei nº 8.175. *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 fev.
- Brasil, Congresso Nacional (1991). Lei nº 8.211. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 jul.
- Brasil, Congresso Nacional (1992). Lei nº 8.409. *Diário Oficial da União*, Brasília, 04 mar.
- Brasil, Congresso Nacional (1992). Lei nº 8.446. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 jul.
- Brasil, Congresso Nacional (1992). Lei nº 8.447. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 jul.
- Brasil, Congresso Nacional (1993). Lei nº 8.652. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 abr.
- Brasil, Congresso Nacional (1993). Lei nº 8.694. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 ago.
- Brasil, Congresso Nacional (1994). Lei nº 8.931. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 abr.
- Brasil, Congresso Nacional (1994). Lei nº 8.933. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 nov.
- Brasil, Congresso Nacional (1995). Lei nº 8.980. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jan.

Brasil, Congresso Nacional (1995). Lei nº 9.082. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jul.

Brasil, Congresso Nacional (1996). Lei nº 9.275. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 mai.

Brasil, Congresso Nacional (1996). Lei nº 9.276. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 mai.

Brasil, Congresso Nacional (1996). Lei nº 9.293. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul.

Brasil, Congresso Nacional (1997). Lei nº 9.438. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 fev.

Brasil, Congresso Nacional (1967). Lei Complementar nº 3. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 dez.

Brasil, Congresso Nacional (1971). Lei Complementar nº 12. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 nov.

Brasil, Presidência da República (1969). Ato Complementar nº 43. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 jan.

Brasil, Presidência da República (1999). Medida Provisória nº 1751-61. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 jan.

Brasil, Presidência da República (1967). Decreto-lei nº 200. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 fev.

Brasil, Presidência da República (1987). Decreto nº 94.443. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jun.

Brasil, Presidência da República (1987). Decreto nº 94.444. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jun.

Brasil, Presidência da República (1993). Decreto nº 825. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 mai.

Brasil, Presidência da República (1997). Decreto nº 2.183. *Diário Oficial da União*, Brasília 24 mar.

Brasil, Presidência da República (1997). Decreto nº 2.401. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 nov.

Brasil. Assembléia Nacional Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília, 1987/88. (diversos números)

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1991-97. (diversos números de Portarias de publicação dos balancetes mensais da União).